

Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior

A PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE JOÃO PESSOA-PB



Novembro de 2008

Capa: A capa utilizada na tese traz como tema a cidade produzida pelos movimentos sociais urbanos. A imagem corresponde a um mapa de João Pessoa aonde se observa a construção de uma casa (moradia) por um homem o qual representa a figura dos movimentos sociais urbanos (MNLM, MLB e NDV) como sujeitos sociais. Sendo apresentado apenas em sombra como forma de representar a falta de um reconhecimento de sua importância na produção do espaço urbano. A parede em tijolos aparentes, na qual se observa alguns buracos demonstrando a precariedade das condições de construção, representa o principal objetivo dos movimentos urbanos: a produção do território da moradia. A pichação dos nomes dos movimentos representa a necessidade constante que eles têm de denunciar a falta de reconhecimento do seu papel enquanto ator social, com destaque para uma das principais frases utilizadas pelos movimentos: **ocupar, resistir pra morar**. Ao centro, em forma de concreto, a imagem da mata do buraquinho que representa o processo de urbanização acelerada da cidade estando ao fundo a própria estrutura urbana da cidade de forma a conceber que a produção do espaço da moradia corresponde à produção do espaço urbano. Isso é reforçado na frase escrita no cavalete posto em primeiro plano na parte inferior esquerdo cuja frase posta (nós também somos autores dessa obra), expressa por um dos coordenadores dos movimentos, ratifica o interesse desses atores sociais em participar do processo de ordenamento do espaço urbano.

(Texto e desenho: Souza Júnior, X. S. S. de.).

UNIVERSIDADE DE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Campus de Presidente Prudente

**A PARTICIPAÇÃO
DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS
NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO
DE JOÃO PESSOA-PB**

Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior

Orientador: Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito

Tese de Doutorado elaborada junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia, na Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente-SP, para obtenção do título de doutor em Geografia na área de concentração produção do espaço geográfico.

Presidente Prudente
2008

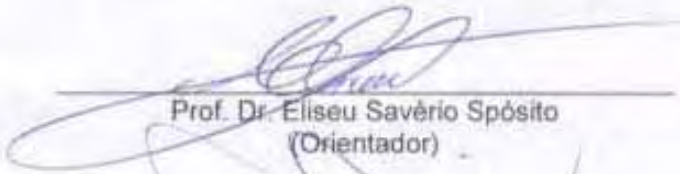
S715p Souza Júnior, Xisto Serafim de Santana de.
A Participação dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço de João Pessoa-PB / Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior.
- Presidente Prudente : [s.n.], 2008
xiii, 341 f.

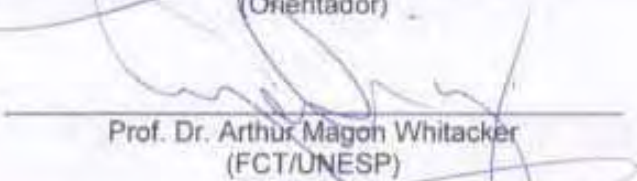
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Orientador: Eliseu Savério Sposito
Banca: Bernardo Mançano Fernandes (UNESP), Arthur Magon Whitacker (UNESP), Beatriz Ribeiro Soares (UFU) e Doralice Sátyro Maio (UFPB)
Inclui bibliografia

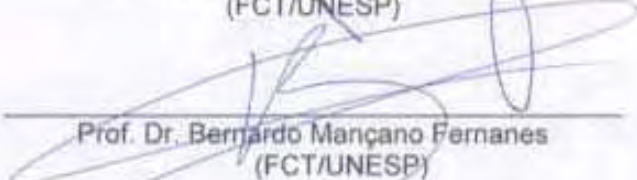
1. Movimento Social Urbano. 2. Produção do espaço. 3. apropriação espacial. I. Autor. II. Título. III. Presidente Prudente - Faculdade de Ciências e Tecnologia.

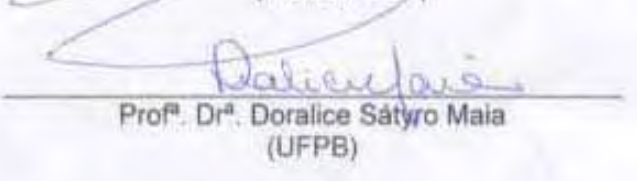
CDD(18.ed.) 910

BANCA EXAMINADORA

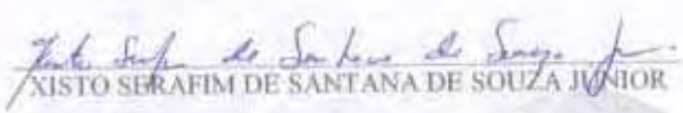

Prof. Dr. Eliseu Savério Spósito
(Orientador)


Prof. Dr. Arthur Magon Whitacker
(FCT/UNESP)


Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes
(FCT/UNESP)


Profª. Drª. Doralice Sátiro Maia
(UFPB)


Profª. Drª. Beatriz Ribeiro Soares
(UFU)


XISTO SERAFIM DE SANTANA DE SOUZA JUNIOR

Presidente Prudente (SP), 29 de outubro de 2008.

Resultado: APROVADO

*"Um sonho que se sonha só
é só um sonho que se sonha só,
mas sonho que se sonha junto
é realidade."*

MNLM,
citando um pensamento de Raul Seixas

Dedico este trabalho a minha querida e amada esposa Priscila por tudo que ela vem representando na minha vida e aos meus pais e meus irmãos que sempre acreditaram em mim.

AGRADECIMENTOS

*A minha consciência tem milhares de vozes/
Cada voz traz-me milhares de histórias, / E
de cada história sou o vilão condenado.*
William Shakespeare.

Quando iniciamos o doutorado e estabelecemos os primeiros contatos com as pessoas que passam a compartilhar, a partir daquele momento, uma nova fase da nossa vida pessoal e acadêmica é comum ouvir, nas diversas conversas de bastidores, o grande desafio que se constitui fazer uma tese. Terminado o curso e vencidas a maior parte das batalhas percebemos que o grande desafio é escrever os nossos agradecimentos às pessoas e instituições que durante esses quatro anos fizeram, de fato, a diferença uma vez que um trabalho acadêmico é sempre uma produção coletiva.

Foram quatro anos de experiências inovadoras. Nesse tempo, poli minha estupidez, aprendi novos truques, conheci pessoas novas, reencontrei com outras e estabeleci laços que ultrapassarão as barreiras do tempo cronológico. Também errei e aprendi a pedir desculpas, mas também fiz as coisas piorarem e perdi amizades. Aprendi no convívio coletivo a esquecer a conjugação na primeira pessoa e professar mais a luta pelo coletivo. Chegou, então, o momento de agradecer a essas pessoas, que tiveram a paciência de conviver com minhas angústias, temores e decepções, mas também com a minha amizade, apoio e sonhos, e às instituições que me forneceram as condições de superar as dificuldades encontradas ao longo desse tempo.

Como um bom cristão, o primeiro e mais importante agradecimento é para Deus que, além de me conceber a graça de fazer o doutorado, tem providenciado as condições necessárias para que eu possa concluí-lo através da superação dos problemas e do fornecimento da inspiração necessária para o desenvolvimento da tese. Rogo a Deus para continuar sendo fiel aos compromissos assumidos e para continuar desenvolvendo trabalhos voltados para beneficiar a sociedade, principal fomentadora de minha formação, e contribuir com o desenvolvimento da Geografia, ciência que escolhi enquanto projeto de vida profissional.

Ao professor Eliseu Sposito segue um agradecimento especial por ter aceitado o desafio de orientar-me no desenvolvimento de uma pesquisa cujo tema não faz parte do rol de trabalhos que vem desenvolvendo ao longo do tempo, apesar de ter conseguido fazer isso com maestria. A postura ética (profissional e pessoal) destaca-se entre outras tantas qualidades que ao longo de três anos em que fiquei sob sua orientação, aprendi a observar, respeitar e aprender, para um dia poder igualmente repassar. Assim, a única coisa que posso dizer é: obrigado por ter acreditado.

Segue também o meu agradecimento ao CNPq, cujo apoio financeiro viabilizou o desenvolvimento da pesquisa ajudando-me a superar a distância espacial entre a necessidade de conviver o cotidiano da Universidade e a importância de manter o contato com os movimentos sociais, fornecendo igualmente condições para participação em eventos e divulgação dos resultados obtidos. Da mesma forma, estendo os meus agradecimentos aos membros do GAsPERR, grupo no qual estive vinculado por quase três anos e onde aprendi

muito através dos eventos, reuniões, colóquios ou, simplesmente, nas conversas informais com os colegas da graduação, pós-graduação e professores.

Aproveito também para externar os meus agradecimentos aos docentes da UNESP pelo apoio e estímulo, em especial aos professores Arthur Whitacker e Bernardo Fernandes (pelas contribuições durante o exame de qualificação e conversas que certamente influenciaram na elaboração da pesquisa e na minha própria qualificação como profissional). Gostaria de registrar também os meus agradecimentos aos professores João Lima, João Osvaldo e Tadeu Tomaselli, pelas conversas nos “bastidores” e pelo constante incentivo às atividades que desempenhei na UNESP. Agradeço também aos professores Raul Guimarães, Eda Góes e Maria Sposito (Carminha), pela ajuda e incentivos fornecidos durante este período de vínculo ao programa e a professora Claudemira pelo laço de amizade que felizmente fortalecemos. A todos, eu desejo poder continuar fazendo jus à confiança em minha pessoa. Aproveito, igualmente, para agradecer a Ivonete e Márcia (secretárias da pós-graduação) e a Lúcia, secretária do departamento, por toda ajuda que me foi fornecida.

Nesse tempo pude fortalecer, também, laços de amizades com professores de outras instituições. Em especial, deixo meus agradecimentos a Doralice Maia (UFPB), Beatriz Soares (UFU), Edvânia Gomes (UFPE) e Beatriz Pontes (UFRN), pelo incentivo. De forma muito especial, agradeço ao professor Marcelo Lopes de Souza (UFRJ) pela ajuda concedida através das diversas trocas de e-mails. As observações e críticas foram importantes para o meu amadurecimento acadêmico. Atesto igualmente o meu agradecimento especial ao professor José Borzacchiello (UFC) pelo apoio teórico que foi fundamental na pesquisa, além dos incentivos e atenção durante os diversos momentos que pudemos nos encontrar entre um evento e outro.

Agradeço também aos meus colegas da pós-graduação por todo o apoio fornecido e com os quais tive a oportunidade de compartilhar momentos agradáveis tanto no convívio cotidiano da Universidade quanto nas diversas confraternizações. Foram tantos os contatos que, fatalmente, esquecerei de mencionar alguns. Deixo registrado o meu muito obrigado a Carlos Loboda, Ana Goiana, Anderson, Jânio, Atamis, Karla, Valéria, Sampaio, Fernanda, Leandro, Adriano, Kedma, Márcio, Elaine, Erika, Bruna, Beatriz, Luciano, Marcelino, Silvia, Erica, Edilson, Denise, Ademir (Terra), Cláudia, Fernando, Lucilene, Floripes, Jean, Odair, Oséias, Adriano, André, Hélio, Laíz, Marquiana, Umberto Alexandre, Ana Lúcia, Camila, Girardi, Eraldo, Vitor, Maria, Lima, Sérgio (duas unhas), Paula e Valéria por terem compartilhado tantos momentos bons durante esta jornada. Deixo um agradecimento especial a Elias, Igor e Oscar González por todo o apoio fornecido, especialmente nos diversos momentos em que necessitei do apoio para elaboração de textos em outros idiomas. Peço igualmente desculpas por eventuais contratempos provocados pelo stress dos afazeres no doutorado.

Aos mantenedores das Faculdades Integradas de Patos, por terem autorizado o meu afastamento temporário e aos amigos e colegas de profissão, especialmente os do curso de Geografia, deixo registrado os meus agradecimentos. Não poderia deixar de fazer uma menção especial a Vilma Urquiza, Maria Da Paz, Aretuza Melo e Alana Melo, por todo apoio fornecido.

Manifesto também os meus agradecimentos à Prefeitura de João Pessoa, em especial aos profissionais das secretarias de planejamento, infra-estrutura e transparência pública dentre os quais destaco as pessoas de Perla, Darlene, Edgar, Ronaldo e Niedja, por todo apoio fornecido para obtenção das informações sobre o desenvolvimento urbano de João Pessoa.

Aos amigos dos movimentos sociais (MNLM, CMP, MLB, NDV), a quem tive a honra de conhecer e admirar pelo trabalho social prestado, principalmente à população mais carente, gostaria de deixar registrado um agradecimento especial. Espero que o conteúdo da tese possa ser utilizado como ferramenta nesta árdua missão que é a luta pela conquista da reforma urbana. Como não posso nomear um por um, conforme acordado na carta de consentimento deixo registrado um agradecimento especial a todos os coordenadores que estiveram à frente dos movimentos entre os anos de 2004 e 2006.

É chegado então o momento de agradecer àquelas pessoas que compartilham não apenas o lado profissional, mas também o afetivo.

Deixo um muito obrigado aos amigos que sempre estiveram ao meu lado, embora alguns à distância, dando o apoio moral para que pudesse seguir em frente, entre os quais destaco: Cristiane, Marisa, Manuel, Edinilza, Clélio, Lenilton, Dário, Carlos Lima, Dirce, Armando, Alvina, Edma, Valéria de Marcos e José Carlos. Fica ainda um agradecimento especial a Dona Leunor e Eunice por ter me recebido em sua casa no início do doutorado e desde então terem desenvolvido um laço de afetividade tanto comigo como com minha esposa.

Um agradecimento especial aos meus pais, por terem sempre acreditado em mim e terem me apoiado (financeira e emocionalmente) nos “tempos das vacas magras”: o período que estive sem bolsa. Estendo este agradecimento ao apoio constante dos meus irmãos (Gúbio, Patrícia e André), da minha querida cunhada (Daniele) e da minha irmã de coração (Leide) e ao seu esposo (Marcelo) e filho (Yuri), assim como a todos os demais familiares que por motivo de espaço não poderia nomear um por um. Da parte da família de minha esposa, agradeço pelo apoio da minha querida sogra (Dona Lúcia), ao meu sogro Ruy Duarte (em memória) e aos meus cunhados Michele e Eduardo por estarem sempre ao meu lado. A todos o meu mais sincero Obrigado.

Finalmente, como não poderia deixar de ser, deixo um agradecimento mais do que especial a minha querida esposa Martha Priscila que foi colocada cuidadosamente por Deus para compartilhar, todos os dias, as minhas alegrias e angústias, me fornecendo a força necessária para seguir em frente. Quantos desafios superados? Quantas incertezas transformadas em fatos concretos? Obrigado por você ter me incentivado a vir fazer o doutorado e, de forma ainda mais especial, por ter me acompanhando durante todos os percursos. A tua companhia fez e sempre fará a diferença. Obrigado por tudo e espero sempre poder retribuir.

Para os amigos, colegas, instituições, etc., que por esquecimento momentâneo não mencionei nesses agradecimentos, deixo registrada as minhas desculpas na esperança de um dia poder me redimir.

Atenciosamente,
Xisto Souza Júnior

RESUMO

Os arranjos socioespaciais que constituem a realidade urbana das cidades brasileiras vêm sendo influenciado, especialmente nas últimas três décadas, por uma participação constante de segmentos da sociedade civil organizada, entre os quais se destacam os movimentos sociais urbanos (MSUs) pela importância que vem assumindo ao atuarem diretamente no espaço a partir da produção do território, (conquista da moradia). O texto ora apresentado busca, assim, analisar a influência desses atores na produção social do espaço urbano, a qual se expressa na luta pelo direito à cidade. Subdividido em cinco capítulos, o texto corresponde à formação dos fundamentos que sustentam os processos responsáveis pelo surgimento desses atores sociais e suas relações com os fatores de formação da cidade. Para isso, selecionamos como recorte territorial a cidade de João Pessoa (PB) pelo fato dos MSUs presentes na cidade ainda estarem em processo de consolidação, ao contrário da realidade encontrada em outras metrópoles brasileiras. A pesquisa está estruturada a partir da análise dos discursos dos atores sociais estudados (MNLM, MLB, CMP e NDV) a cerca de temas como a produção do espaço e o futuro da cidade, sendo os resultados relacionados à análise da influência desses atores no processo organização do espaço.

Palavras-chave: Movimentos sociais urbanos; produção do espaço, território

ABSTRACT

The socio-spatial arrangements that constitute the urban reality of Brazilian cities have been influenced by a constant participation of sectors of the organised civil society, especially in the last three decades. Amongst them, the urban social movements (USMs) can be highlighted because of the importance they have assumed by acting directly in space through the production of territory (housing conquest). Therefore, the text presented here aims to analyse the influence of these agents in the social production of the urban space that is revealed by the struggle for the right to city. The text is divided in five chapters and presents the formation of the basis that sustains the processes which are responsible for both appearing of these agents and their relations with the factors that shape the city. To achieve this aim, the city of João Pessoa (PB) was selected as the territorial basis of the analysis because, in this city, the USMs are still in process of consolidation, differently from other Brazilian metropolises realities. The research is framed through the speech analysis of the social agents studied (MNLM, MLB, CMP, NDV) in order to find out about themes just as production of space and the future of the cities. The results of that analysis are related to the influence of these agents in the space production process.

Key-words: Social urban movements; production of space; territory.

RESÚMEN

Los arreglos socio-espaciales que constituyen la realidad urbana de las ciudades brasileñas han venido siendo influenciados, especialmente en el transcurso de las últimas tres décadas, por una participación constante de segmentos de la sociedad civil organizada, entre los cuales destacan los movimientos sociales urbanos (MSUs) por la importancia que han venido cobrando al actuar directamente en el espacio a partir de la producción del territorio, (conquista de la vivienda). El texto que ahora se presenta persigue, así, analizar la influencia de esos actores en la producción social del espacio urbano, la cual se expresa en la lucha por el derecho a la ciudad. Subdividido en cinco capítulos, el texto corresponde a la formación de los fundamentos que sustentan los procesos responsables por el surgimiento de esos actores sociales y sus relaciones con los factores de formación de la ciudad. Para ello seleccionamos, como recorte territorial, a la ciudad de João Pessoa (PB), por el hecho de que los MSUs presentes en dicha ciudad aún están en proceso de consolidación, en contrario de la realidad encontrada en otras metrópolis brasileñas. La investigación está estructurada a partir del análisis de los discursos de los actores sociales estudiados (MNLM, MLB, CMP y NDV) sobre temas como la producción del espacio y el futuro de la ciudad; estando los resultados relacionados con el análisis de la influencia de esos actores en el proceso de organización del espacio.

Palabras clave: Movimientos sociales urbanos; producción del espacio; territorio.

SUMÁRIO

Índice.....	ii
Lista de mapas, figuras e quadros.....	iii
Lista de tabelas e fotos.....	iv
Lista de apêndices e anexo.....	v
Lista de Siglas.....	v
Introdução.....	01
Capítulo 1.....	09
Capítulo 2.....	41
Capítulo 3.....	100
Capítulo 4.....	156
Capítulo 5.....	219
Considerações finais.....	292
Bibliografia.....	298
Apêndices.....	305
Anexos.....	331
Memorial Descritivo.....	337

ÍNDICE

Introdução.....	1
1 Trajetória na construção e percepção dos Movimentos Sociais Urbanos como atores sociais.....	9
1.1 O método qualitativo aplicado ao estudo da geografia.....	12
1.1.1 Aplicação do método qualitativo no estudo dos movimentos sociais urbanos.....	27
1.2 Introdução à tese: elementos estruturantes.....	35
2 Da criação do território à produção do espaço urbano: uma perspectiva geográfica.....	41
2.1 A produção do espaço na apropriação do território: em busca do eixo norteador.....	49
2.2 Desvendando os mitos para descobrir as “máscaras”: a configuração territorial em contexto.....	60
2.3 Quem são esses novos “atores” sociais?.....	72
3 Elementos da formação socioespacial da cidade de João Pessoa.....	100
3.1 Fatores da formação do espaço urbano de João Pessoa: em busca de uma identidade.....	105
3.2 Planejamento e gestão: o que está por trás dessas concepções na apropriação do espaço?.....	123
3.3 Os limites do desenvolvimento urbano de João Pessoa: para quem é o discurso?.....	146
4 Espaço construído e espaço em construção: os limites impostos pelas contradições na produção do espaço urbano de João Pessoa (1970-2000).....	156
4.1 As idas e vindas do uso do planejamento na política de ordenamento urbano: da atuação do poder público ao surgimento de novos atores sociais.....	160
4.2 planejamento urbano em João Pessoa: as diversas faces de uma ideologia.....	175
4.3 A política urbana de João Pessoa: quando novos atores “roubam” a cena.....	190
4.4 As novas configurações territoriais e as ações dos atores sociais.....	202
5 De quem e para quem é a cidade? à produção do espaço na perspectiva dos MSUs.....	219
5.1 Os movimentos sociais urbanos de João Pessoa.....	232
5.2 Um olhar geográfico sobre a atuação dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço urbano de João Pessoa.....	267
5.3 A produção da cidade a partir do discurso.....	274
5.4 Desafios ao estudo dos movimentos sociais urbanos.....	287
Considerações finais.....	292
Bibliografia.....	298

MAPAS

01	Distribuição ocupacional.....	115
02	Principais corredores de acesso ao litoral de João Pessoa.....	117
03	Principais conjuntos habitacionais (1960-1980).....	132
04	Empreendimentos urbanos no litoral.....	151
05	Evolução urbana de João Pessoa.....	205
06	Agglomerados Subnormais.....	209
07	Bairros onde os MSUs já atuaram.....	213
08	Zoneamento urbano e divisão regional por RPA.....	216
09	Distribuição espacial dos domicílios particulares por situação de renda.....	235

FIGURAS

01	Localização da cidade de João Pessoa.....	3
02	Relação entre os atores sociais: o debate sobre a produção do território.....	64
03	Relação entre os atores sociais: o debate sobre a apropriação do território.....	65
04	Organização esquemática dos movimentos sociais: produção x apropriação	75
05	Ocupação territorial: João Pessoa no século XIX.....	108
06	Expansão da avenida Epitácio Pessoa: início do século XX.....	111
07	Reforma urbanística em João Pessoa (1923).....	127
08	Relação entre os fatores conjunturais (EPS) na produção do espaço urbano.....	134
09	Região metropolitana de João Pessoa.....	202
10	Expressões dos Movimentos Sociais Urbanos.....	271

QUADROS

01	Prós e contras no uso do método qualitativo e do método quantitativo.....	22
02	Procedimentos metodológicos: 1ª. Etapa.....	33
03	Procedimentos metodológicos: 2ª. Etapa.....	34
04	Síntese das principais abordagens sobre Movimentos Sociais Urbanos.....	84
05	As idas e vindas do planejamento enquanto política de ordenamento urbano.	145
06	Síntese dos aspectos comuns dos MSUs.....	287

TABELAS		
01	População residente na Região metropolitana de João Pessoa.....	202

FOTOS		
01	Estação Ciência, cultura e arte.....	151
02	Condomínio extremo oriental.....	151
03	Condomínio Cabo Branco Residencial Prive.....	151
04	Reunião dos coordenadores do Movimento Nacional de Luta por Moradia.....	237
05 e 06		
	Acampamento Jorge Luiz – ocupação coordenada pelo MNLM.....	237
07 e 08		
	Acampamento 5 de junho.....	239
09 e 10		
	Residencial Colinas do Sul.....	240
11	Reunião entre os coordenadores dos movimentos.....	246
12	Reunião realizada na SETRAPs.....	246
13	Ocupação no centro administrativo.....	246
14	Passeata do grito dos excluídos.....	246
15	Acompanhamento do MNLM na comunidade Mandacaru (Alto do Céu).....	246
16	Acompanhamento do MNLM na comunidade Renascer.....	246
17	Passeata na Avenida Conde da Boa Vista em Recife: Fórum Social Mundial....	246
18	Participação no encontro estadual.....	246
19 e 20		
	Visita da Coordenação do MNLM à Irlanda.....	247
21	Protestos contra o descaso do poder público durante o Fórum Social Nordestino, em Recife-PE.....	258
22	I Encontro Nacional de Habitação (Recife-PE).....	258

APÊNDICE

01	Roteiro das entrevistas e dos questionários.....	306
02	Modelo do termo de consentimento.....	309
03	Análise de discurso: questionário aberto aplicado aos coordenadores.....	310
04	Análise de discurso: entrevista aberta realizada com os coordenadores.....	312
05	Análise de discurso: entrevista aberta realizada entre os coordenadores	318

ANEXOS

01	Reportagens sobre as ações dos movimentos sociais urbanos.....	332
02	Cartilha do cooperativismo.....	336

LISTA DE SIGLAS

AI5.....	Ato Institucional n.5
ANAMPOS...	Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical
APAN.....	Associação Paraibana dos Amigos da Natureza
API.....	Associação Paraibana de Imprensa
APROS.....	Associação das Profissionais do Sexo da Paraíba
BNH.....	Banco Nacional de Habitação
CAGEPA.....	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
CAIS.....	Centro de Cidadania, Ações e Interações Solidárias
CEBs.....	Comunidades Eclesiais de Base
CEHAP.....	Companhia Estadual de Habitação Popular
CLACSO.....	Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales
CMP.....	Central de Movimentos Populares
CNBB.....	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNIR.....	Sistema Nacional do Cadastro Rural
COHABS.....	Companhias de Habitação Popular.
COPLAN.....	Coordenadoria Geral do Planejamento
CPT.....	Comissão Pastoral da Terra
CURA.....	Comunidades Urbanas para Recuperação Acelerada
DSC.....	Discurso do Sujeito Coletivo
EMEPA.....	Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba
FASE.....	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FCP.....	Fundação Casa Popular
FDHMMA....	Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves
FHC.....	Fernando Henrique Cardoso
FMFH.....	Fundo Municipal de Fomento à Habitação
FMI.....	Fundo Monetário Internacional
FNRU.....	Fórum Nacional pela Reforma Urbana
FUNDURB....	Fundo de Desenvolvimento Urbano

LISTA DE SIGLAS		Continuação
GRUCON.....	Grupo de Consciência Negra do Rangel	
IAP.....	Instituto de Aposentadoria e Pensão	
IBGE.....	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	
IDEME.....	Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba.	
INCRA.....	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	
INPS.....	Instituto Nacional de Previdência Social	
INSS.....	Instituto Nacional de Seguridade Social	
IPPUC.....	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba	
IPTU.....	Imposto Predial sobre o Território Urbano	
IRE.....	Instituto de Referência Étnica	
LDO.....	Lei de Diretrizes Orçamentárias	
LOA.....	Lei Orçamentária Anual	
LDU.....	Lei de Desenvolvimento Urbano	
MEL.....	Movimento do Espírito Lilás	
MLB.....	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas	
MLM.....	Movimento de Luta por Moradia	
MNLM.....	Movimento Nacional de Luta pela Moradia	
MNRU.....	Movimento Nacional pela Reforma Urbana	
MQ.....	Método Qualitativo	
MST.....	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	
MSU.....	Movimento Social Urbano	
MTST.....	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto	
NDSTT.....	Nova Divisão Social e Territorial do Trabalho	
NDV.....	Núcleo de Defesa da Vida	
OAB.....	Ordem dos Advogados do Brasil	
ONG.....	Organização Não Governamental	
OSCIP.....	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público	
PDU.....	Plano de Desenvolvimento Urbano	
PNH.....	Política Nacional de Habitação	
PPA.....	Plano Plurianual	
RMJP.....	Região Metropolitana de João Pessoa	
RPA.....	Região Político-administrativa	
SAMOPS.....	Sociedade de Acessoria aos Movimentos Populares	
SEDUC.....	Serviço de Documentação Popular	
SETRAPS.....	Secretaria de Trabalho e Promoção Social	
SFH.....	Sistema Financeiro de Habitação	
SPVA.....	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia	
SUDENE.....	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste	
SUDOESTE...	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste	
UNMP.....	União Nacional por Moradia Popular	
URV.....	Unidade Real de Valor	
UVAS.....	União Voluntária de Apoio aos Soropositivos	

Introdução

Ao ser aprovado em uma seleção para realização de um doutorado, a primeira dúvida que surge é: o que é uma tese? Quais os seus fundamentos e como a mesma se configura? Como constituir um trabalho que seja tido como uma tese e justifique a qualificação aspirada?

A curiosidade de obter tais respostas remete a uma inevitável necessidade de buscar soluções em trabalhos anteriormente estruturados ou em produções científicas que se proponham a explicar e evidenciar os caminhos a serem percorridos na elaboração de uma tese de doutorado. Observar a estrutura e estabelecer os procedimentos necessários à construção do que poderia ser classificado como a “grande sacada”, ou seja, algo não percebido por outros pesquisadores, apresenta-se como um parâmetro para produção de um trabalho desse porte.

Assim sendo, o significado está e sempre esteve voltado à classificação da tese como algo inovador, capaz de superar uma coletânea de fatos e dados sobre um determinado fenômeno e de ser explicado através de uma perspectiva teórica igualmente inovadora. Isto remete à inevitável realidade: elaborar uma tese é algo difícil uma vez que demanda o desenvolvimento da capacidade de construção de argumentos pautados em um alicerce que possibilite a união entre o teórico e o empírico como forma de identificação dos fenômenos.

Trata-se, para alguns, de um texto que não deve ser destinado a leigos, mas a pessoas que tenham conhecimentos prévios sobre os conceitos e perspectivas trabalhadas. Já outros, justificando a demanda social por soluções aos problemas inerentes à própria sociedade, remetem à necessidade de se organizar um trabalho que forneça perspectivas para as soluções de tais problemas. Logo, fazer uma tese seria algo complexo.

Com a experiência vamos percebendo que a tese é inerente ao próprio processo de investigação, sendo nada mais e nada menos do que um trabalho monográfico no qual o pesquisador se dispõe ao desafio de criar fundamentos e concepções a partir de concepções preexistentes, tendo como diferencial a demonstração de hipóteses bem estruturadas que possibilitem o convencimento de que se trata de uma forma válida de se observar o fenômeno, por possuir fundamentos lógicos em sua estruturação tanto na perspectiva teórica como na empírica.

Nesse contexto, partimos do princípio de que existem diferentes formas possíveis de se analisar a produção do espaço urbano de uma cidade sendo igualmente possível criar elementos constitutivos de um raciocínio lógico sobre os condicionantes inerentes a esse processo. Em meio a estas possibilidades, houve a opção por trabalhar com apenas um dos atores responsáveis pelo processo de produção do espaço urbano: os Movimentos Sociais Urbanos (MSUs) sem, no entanto, desconsiderar o diálogo deste com os demais atores sociais¹.

No entanto, o que justifica a escolha deste ator e não de outro(s)? Por que analisar o processo de produção urbana a partir da atuação dos Movimentos Sociais Urbanos e não em decorrência de uma variedade de possibilidades existentes? Que hipóteses fundamentam a evidência de uma tese de doutorado em geografia a partir da atuação desse ator social?

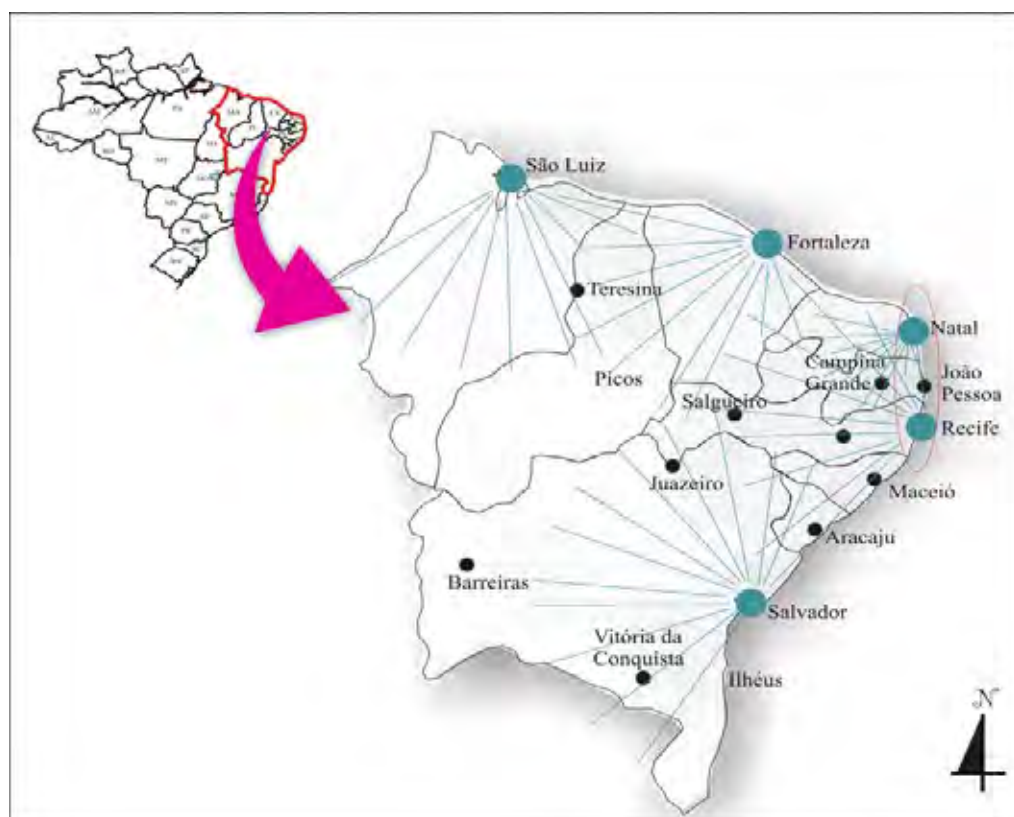
Os fundamentos que nos levaram à opção de analisar a produção do espaço a partir da atuação dos MSUs decorrem de alguns resultados obtidos ainda no mestrado, entre os quais poderia destacar o fato de que os atores sociais, em especial a sociedade civil organizada, tende a selecionar espaços para exercer sua atuação,

¹ No âmbito acadêmico existe um forte debate sobre como deveríamos denominar os segmentos sociais que participam da produção do espaço geográfico: agentes, atores ou sujeitos? Para esta pesquisa optamos pelo uso do termo ator social uma vez que buscamos enfatizar a importância do papel desempenhado pelos MSUs no contexto da dinâmica espacial de João Pessoa. Fica, portanto, o debate acerca dessa observação como desafio para o leitor.

sendo, portanto, uma utopia a apreensão da totalidade social e espacial; além da perspectiva de que outros atores sociais estejam cada vez mais influentes no processo de produção do espaço. Foi, em especial, o interesse por essa segunda observação, o elemento motivador da presente tese. Para isto foi selecionado um recorte territorial cuja atuação desses atores estivesse em processo de consolidação. Tal preocupação influenciou na escolha cidade de João Pessoa, na Paraíba como área objeto de estudo.

Localizada entre Recife-PE e Natal-RN (**Figura 1**), duas capitais metropolitanas com dinâmica socioespaciais bastante complexas, a cidade de João Pessoa destaca-se por possuir uma particularidade: ao mesmo tempo em que se constitui como um espaço de dependência (da dinâmica capitalista coordenada por outras capitais) é um espaço autônomo, uma vez que vem assumindo, principalmente após a década de 1990, um novo papel no contexto intra-regional.

Figura 1 – localização da Cidade de João Pessoa-PB



A posição da cidade de João Pessoa com relação às cidades de Recife (PE) e Natal (RN) evidencia uma situação de dependência político-econômica, embora seja igualmente uma capital e sede de área metropolitana. Isso se deve a dependência histórica que a cidade vem tendo com relação à dinâmica socioespacial das capitais vizinhas.

Além da leitura sobre a ação desses atores sociais, buscou-se investigar, em um levantamento inicial, as características dos mesmos e de quem forma eles participam da produção do espaço. Com as primeiras observações percebeu-se que, ao contrário das ONGs, os Movimentos Sociais Urbanos sustentam sua atuação através de articulações internas, preocupando-se com a sociedade e interferindo na dinâmica urbana através da produção dos espaços.

A realidade evidenciada em João Pessoa, a partir de uma entrevista preliminar, remeteu a identificação de outra hipótese: embora no discurso reconheçam o interesse de atuar na cidade como um todo, na prática as atuações dos movimentos são fragmentadas e pouco articuladas. Tal constatação acaba indo ao encontro da classificação proposta pelos estudiosos desses atores sociais ao identificá-los como os representantes da sociedade que conhecem o espaço em sua totalidade e têm na articulação a principal estratégia de atuação.

Embora nas entrevistas se evidencie uma ação fragmentada, os MSUs vêm ganhando uma importância cada vez mais significativa, especialmente por demonstrarem profundos conhecimentos sobre as demandas sociais de João Pessoa, mesmo sem estabelecerem contatos entre si. Isso nos remete à primeira premissa: o conhecimento do território por parte dos movimentos sociais não depende apenas da articulação, mas da intencionalidade e realização de ações que influenciem na dinâmica da área urbana.

Por outro lado, essa primeira contextualização do conteúdo da tese aponta para a existência do risco constante de cooptação dos coordenadores dos movimentos, tanto internamente como externamente. Esse risco de cooptação se expressa por motivos políticos, econômicos ou ideológicos, não observados de forma isolada, mas em sua complementaridade. Foi percebido, nesse contexto, a tendência da reprodução de ações fragmentadas tendo em vista a dificuldade de atuação em conjunto, apesar dos movimentos estarem envolvidos com questões relacionadas ao

direito à moradia, transporte, segurança etc. que despertam interesses comuns. Diante desse contexto, emergiram outras inquietações, a saber: na medida em que são reconhecidos pelo poder público, esses grupos podem ser de fato chamados de movimentos? Da mesma forma, as visões fragmentadas das demandas sociais influenciam na classificação dos mesmos como sociais? E ainda, se a luta é por questões de ordem social, nem sempre pautada na identificação da real demanda espacial, podem esses grupos ser classificados como urbanos?

Para compreensão da natureza desses atores sociais, observando os valores e ações que exercem no espaço, ao produzir territórios, optamos pela escolha do método qualitativo a partir da análise de discurso. A opção pelo uso desse método demanda uma contextualização sobre os fundamentos que sustentam sua aplicabilidade, especialmente no meio geográfico onde ainda se evidenciam contendas quanto aos fundamentos científicos na aplicabilidade do mesmo.

Pensando nisso, optamos por iniciar a tese dissertando, no primeiro capítulo (trajetória na construção e percepção dos Movimentos Sociais Urbanos como atores sociais), sobre os fundamentos que sustentam a aplicabilidade do método científico no estudo da atuação dos Movimentos Sociais Urbanos. Este capítulo tem como objetivo fornecer ao leitor uma aproximação inicial dos fundamentos que nortearão os nossos argumentos.

Embora existam outras opções, em termos de uso método científico, entendemos que a opção pelo método qualitativo possibilitou-nos apreender a intencionalidade dos atores sociais envolvidos com a produção do espaço urbano. Concebemos a leitura desse capítulo como sendo, ao mesmo tempo, opcional para os leitores que tenham apenas o interesse de conhecer como se efetiva a influência dos MSUs na produção do espaço, e relevante, para àqueles que desejam conhecer um pouco mais sobre os fundamentos científicos do método qualitativo e queiram

entender os critérios utilizados na análise das entrevistas, documentos, discursos, etc. os quais servirão de fundamentos para a redação do último capítulo.

Para o segundo capítulo (Da criação do território à produção do espaço urbano: uma perspectiva geográfica) a atenção esteve direcionada para a realização de uma análise sobre a concepção de urbano assim como a concepção de movimento social urbano e território. O urbano é compreendido como relações sociais que caracterizam determinadas funções desempenhadas no espaço, entre as quais se destacam o acesso a infra-estrutura, equipamentos e a acessibilidade. Assim, movimentos de gênero, étnicos, ou até mesmos os dos sem-teto, *hip hop*, entre outros, embora atuantes e presentes no cotidiano urbano, por produzirem territorialidades (disputas de poder), não são concebidos, em nossa análise, como MSUs.

Os movimentos de luta por moradia, se concebermos esta como um conjunto de conquistas sociais que possibilitam a obtenção de justiça social e qualidade de vida², poderiam assim ser concebidos como MSUs. São estes movimentos que, através de suas estratégias e táticas, produzem territórios (o da moradia), ao ocuparem o espaço e lutarem por sua conquista e condições de exercício da função social para o qual foram criados. Tais territórios são concebidos como decorrentes da produção e apropriação do espaço a partir das relações socioespaciais.

O terceiro capítulo (Elementos da formação socioespacial da cidade de João Pessoa) é um convite para que o leitor conheça os processos que influenciaram na formação socioespacial da cidade de João Pessoa a partir dos diversos arranjos políticos, econômicos e ideológicos inerentes a este processo, evidenciando o que está por trás do discurso sobre o planejamento do espaço urbano e como os MSUs são influenciados por esse discurso.

² Os termos moradia e habitação serão utilizados em muitos momentos do texto. Estes, no entanto, não deverão ser concebidos como sinônimos pelo leitor uma vez que nos reportamos a concepção utilizada pelos movimentos que entendem moradia como um conjunto de elementos que constituem as condições de habitabilidade ao passo que habitação corresponderá sempre a residência, teto, etc.

Tais fatores, ao serem observados de forma superposta delegaram, até o final da década de 1970, a responsabilidade de produção do espaço ao próprio Estado. A partir da metade dessa década houve o predomínio do diálogo entre o poder público e as empresas privadas assim como as primeiras participações de segmentos da sociedade civil organizada. Já no final da década de 1980 novos atores sociais passam a participar (como agentes propositores) do diálogo sobre o futuro da cidade reaparecendo, nesse contexto, a importância do poder público, embora agora com menor influência tendo em vista a posição dos novos atores sociais.

O debate sobre o planejamento urbano é retomado no quarto capítulo (Espaço construído e espaço em construção: os limites impostos pelas contradições na produção do espaço urbano de João Pessoa). Contudo, a atenção passa a ser direcionada para a análise das políticas urbanas, propostas para o ordenamento espacial da cidade a partir da década de 1970, e a influência dos novos atores sociais na formação socioespacial da cidade de João Pessoa, especialmente os MSUs. A partir desse momento os movimentos de luta por moradia assumem uma posição importante ao se envolverem diretamente com o debate sobre reforma urbana, justiça social e qualidade de vida.

O quinto e último capítulo (De quem e para quem é a cidade? à produção do espaço na perspectiva dos MSUs) foi redigido a partir das informações obtidas na atividade de campo de acordo com as quais expressamos o discurso dos Movimentos Sociais Urbanos. Para isso foi utilizamos como análise a participação observante ao invés da observação participante. Tal uso justifica-se no fato de que, enquanto a observação participante valoriza o discurso direto do sujeito, o que demanda a participação no cotidiano do sujeito estudado; a participação observante permite elaborar o discurso do sujeito coletivo a partir da superposição das diferentes formas que o sujeito utiliza para expressar um pensamento ou intencionalidade, entre os

quais se destacam as entrevista, os projetos, as ações, etc. Corresponde, portanto, ao discurso proveniente de uma matriz discursiva.

O capítulo é redigido não apenas para os pesquisadores que se interessem pelo tema, mas para o leigo e para os movimentos sociais, especialmente por corresponder a fala social desses atores. Assim, se distancia um pouco o capítulo da linguagem utilizada nos demais capítulos uma vez que reproduz a concepção desses movimentos, no que se refere ao posicionamento sobre a produção do espaço urbano de João Pessoa. Enfatizamos, assim, as intencionalidades, cordialidades e diferenças entre os Movimentos Sociais Urbanos, além de retomar as concepções de espaço, território e movimento social.

É com base em tais constatações que se torna possível estruturar a tese de que os MSUs, especialmente os de João Pessoa, apesar de todas as contradições e contrastes inerentes aos seus valores e formas de atuação, exercem uma expressão geográfica no espaço ao produzir territórios o que faz com que se diferenciem de outros movimentos sociais.

Procuramos, portanto, desenvolver um trabalho acadêmico que não seja apenas para o uso de teóricos ou pesquisadores que tenham interesse pela temática, embora forneça contribuições importantes ao propor um olhar alternativo para o entendimento dos elementos e fatores responsáveis pela produção do espaço urbano. Ao contrário, procuramos desenvolver um texto que possa ser utilizado pelos próprios membros dos movimentos ao fornecer subsídios que auxiliem esses atores no desenvolvimento de estratégias e táticas de atuação.

Finalmente, acrescentamos que, logo após os apêndices e anexos, inserimos o nosso memorial descritivo. Com a inclusão desse memorial buscamos fornecer ao leitor um panorama sobre os fatores responsáveis pela escolha da temática que sustentou o desenvolvimento da tese assim como um breve relato da trajetória acadêmica do autor e dos motivos que o levou para escolha desse tema.

CAPÍTULO 1

Trajetória na construção e percepção dos Movimentos sociais urbanos como atores sociais.

“Mi designo, pues, no en enseñar aquí el método que cada cual debe seguir para dirigir su razón, sino ver de qué manera he procurado dirigir la mía. Los que se ocupan de dictar preceptos deben considerarse más hábiles que aquellos a quienes se los dan, pero si se equivocan en la menor cosa, debe censurárseles. Mas, únicamente proponiendo este escrito [...] espero que será útil a algunos, sin ser nocivo a nadie, y que a todos parecerá bien mi franqueza.” (DESCARTES, [sd], p.29).

A pesquisa científica tem sido tradicionalmente influenciada por uma condição: o saber, para ser concebido como científico, deve ser condicionado a um posicionamento neutro do pesquisador perante o objeto estudado. Preocupados em fundamentar uma tese ou fornecer contribuições para o próprio desenvolvimento científico etc., os pesquisadores são levados a deixar de lado o registro dos percursos percorridos até o término da investigação assim como a própria influência do objeto, dos sujeitos ou dos fenômenos estudados.

Estamos, naturalmente, nos reportando à questão do método que tradicionalmente tem influenciado na produção do conhecimento científico. O próprio Descartes, a quem fizemos menção na epígrafe introdutória, buscou a origem do conhecimento a partir da dedução racional e da lógica (racionalismo), observando que “[q]ualquer coisa baseada nos sentidos é potencialmente suspeita” (AUDI, 2006, p.20).

Algo semelhante se reproduz no âmbito acadêmico. Pautados na necessidade de se enquadrar às normas postas pelo próprio universo acadêmico-científico, os pesquisadores, especialmente os doutorandos que desde o início são orientados a descobrir os fundamentos (teóricos e/ou metodológicos) de sua tese, acabam aprisionando aquilo que talvez se configure como o elemento mais importante na elaboração de sua pesquisa: o relato de sua trajetória na descoberta do saber.

Os conhecimentos adquiridos nas conversas informais, realizadas nos bastidores entre uma confraternização e outra são tão relevantes na fundamentação da tese quanto aqueles conquistados nas horas a fio em que o pesquisador passa lendo, relendo, fichando e sistematizando textos produzidos por ele e por outros pesquisadores, os quais certamente contribuem para a fundamentação da tese.

Entendemos, assim, que a descrição desse percurso é algo importante para ser compartilhado com o leitor, especialmente quando o objeto pesquisado faz parte, em termos de essência, do próprio contexto socioespacial vivido pelo pesquisador e, principalmente, quando o tema da pesquisa retrata o diálogo entre o sujeito pesquisado e o sujeito pesquisador. Assim, embora exista um reconhecimento da importância das normas para produção do trabalho acadêmico, como poderíamos nos abster de registrar os caminhos percorridos na formação da tese?

Mais do que desenvolver uma preocupação em ter que contribuir para a ciência, especialmente se houver concordância de que a tese é apenas um passo inicial e inacabado da própria formação teórica do pesquisador, compreende-se que uma pesquisa, especialmente em nível de doutorado, sustenta-se em sua importância prática para a sociedade.

Assim, consideramos a neutralidade, em qualquer ciência, como sendo algo inexistente, fruto de uma diversidade de conveniências tendo em vista que o ser humano enquanto ser social traz consigo a subjetividade adquirida nas mais diferentes experiências.

Foi com base nesse raciocínio que optamos por inserir um capítulo no qual o leitor, independente de sua formação intelectual, possa se sentir inserido na tese. Isso ocorre tanto pela busca do aprimoramento científico como pelo entendimento de como o autor firmou o seu recorte da realidade: tanto teórico ao preocupar-se com as limitações no entendimento das expressões geográficas decorrentes das ações do objeto de estudo (as práticas territoriais dos movimentos sociais urbanos), como metodológico, ao se sentir envolvido com o próprio tema da pesquisa.

1.1 O método qualitativo aplicado ao estudo da geografia.

Antes de nos submetermos ao desafio de analisar as características e potencialidades do método qualitativo (MQ) faz-se oportuno evidenciar que existem diferenças entre o método de abordagem científica e as técnicas de análise científica. Por método entendem-se “os procedimentos mais amplos de raciocínio, enquanto técnicas são procedimentos mais restritos que operacionalizam os métodos, mediante emprego de instrumentos adequados” (SEVERINO, 2002, p. 162). Assim, enquanto o método corresponde à forma de se pensar os fenômenos, as técnicas são a operacionalização dessas formas, sem estarem restritas apenas a um único método. Como isso é feito? Para responder, é necessário identificar o que, de fato, diferencia o método da técnica de análise.

De acordo com Parra Filho & Santos (1998, p. 95), o método “é o caminho a ser trilhado pelos pesquisadores na busca do conhecimento”, ou seja, a forma na qual um sujeito apreende determinado objeto (material ou imaterial). Trata-se, assim, de um “conjunto de procedimentos racionais, baseados em regras, que visam atingir um objetivo determinado” (SPOSITO, 2004, p. 25). Por conta da diversidade de formas de se observar cientificamente os fenômenos, os métodos podem ser classificados como gerais, relativos ao saber filosófico, e particulares ou específicos, relativos a forma como cada ciência observa, especificamente, os fenômenos (PARRA FILHO & SANTOS, 1998).

Os métodos gerais correspondem a orientações filosóficas para as ciências, sejam essas naturais ou exatas, humanas ou sociais. O primeiro segmento, compreendido como ciências racionais ou da razão precedem o rol de conhecimentos que passaram a ser reconhecidos como científico sendo, portanto, delineadores dos parâmetros que sustentam à pesquisa científica com base nos procedimentos estabelecidos pelas ciências da natureza. Para serem conhecidas como ciência as disciplinas teriam que se enquadrar aos parâmetros (teóricos e analíticos) postos

pelas concepções racionalistas. Por esse motivo, durante décadas, as ciências humanas ou sociais tiveram que adotar e se adaptar a tais parâmetros, mesmo tendo em sua estrutura o empirismo (contato e adaptação aos fenômenos) como elemento constituinte do saber (VICTORIA; KNAUTH; RASSEN, 2000).

A concepção racionalista – que se estende dos gregos até o final do século XVII – afirma que a ciência é um conhecimento racional dedutivo e demonstrativo como a matemática, portanto, capaz de provar a verdade necessária e universal de seus enunciados e resultados, sem deixar nenhuma dúvida (...). A concepção empirista – que vai da medicina grega e Aristóteles até o final do século XIX – afirma que a ciência é uma interpretação dos fatos baseada em observações e experimentos que permitem estabelecer induções e que, ao serem completadas, oferecem a definição do objeto, suas prioridades e suas leis de funcionamento. (CHAUI, 2005, p.221).

Na Geografia isso se encontra representado desde o alicerce de seus primeiros fundamentos. Para pesquisadores como Friedrich Ratzel e Alexander Von Humboldt, na Alemanha, e Paul Vidal de La Blache na França, entre outros que compartilharam com esses os primeiros estudos compreendidos como realmente geográficos, a influência dos métodos de análise das ciências da natureza e das ciências exatas orientou os debates que fundamentaram a sistematização da Geografia enquanto saber científico: a intuição a partir da observação, no caso de Humboldt, a observação e descrição, no caso de Ratzel; e observação, descrição e comparação no caso de La Blache (MORAES, 1993). Algo semelhante ocorreu décadas seguintes com o uso do positivismo lógico aplicado aos estudos da geografia.

Essa situação só começou a ser amenizada com a influência do materialismo histórico e dialético, apesar disso ter ficado mais no discurso do que na prática uma vez que boa parte dos geógrafos críticos, apesar de sustentaram suas preocupações com o social relacionando-as sempre as bases delineadas pelas relações econômicas (sistemas de produção, desenvolvimento tecnológico, Divisão Social do Trabalho

etc.), desenvolveram suas críticas baseadas nos indicadores de desenvolvimento e produção, mas no sentido de se preocuparem com o que a sociedade pensa.

De acordo com Sposito (2004; 2004b), as orientações filosóficas que sustentam o conhecimento científico podem ser divididas em três grandes métodos: a) o hipotético-dedutivo (submissão do sujeito ao objeto); b) o fenomenológico-hermenêutico (submissão do objeto ao sujeito); e c) o dialético-marxista (existência de uma reciprocidade de influências entre o sujeito e o objeto). O método hipotético-dedutivo compreende o conhecimento científico como decorrente de experimentos e modelos racionais de interpretação de fenômenos, os quais, além de se repetirem e serem mensuráveis, podem ser igualmente investigados por outros pesquisadores. Já o fenomenológico-hermenêutico interpreta os fenômenos enquanto fatores sociais dependentes do próprio processo em que se dão as relações sociais. Finalmente, a dialética-marxista, alicerçada no materialismo histórico e dialético, compreende a relação sujeito-objeto em sua influência e interdependência.

Devido às próprias particularidades dos saberes científicos cada ramo do conhecimento adota métodos específicos de análise, entre os quais se destacam: o dedutivo; o indutivo; o quantitativo; o qualitativo; o axiomático; o nomotético e o idiográfico. Alguns desses métodos são tomados enquanto específicos das ciências exatas ou da natureza; outros como métodos das ciências humanas ou sociais. Por conta da própria complexidade inerente aos arranjos sociais no espaço, é comum encontrarmos trabalhos cujos fundamentos são pautados na triangulação de métodos a exemplo das abordagens quali-quantitativas. Percebe-se, nesse contexto, que os métodos (gerais ou específicos) correspondem à forma de observação da realidade.

Já quando se faz referência à opção pela decisão dos elementos que propiciam essa observação, esta nem sempre é fácil uma vez que a atual conjuntura social, sua dinâmica e complexidade, tem tornado cada vez mais flexível o uso das técnicas de análise científica. Assim, as técnicas correspondem aos procedimentos

metodológicos, os quais, por sua vez, variam tanto no que diz respeito a base teórica que sustenta sua aplicabilidade quanto à decisão pelo que se decide observar.

Contudo, as técnicas de análise científica ou metodologia científica são, inicialmente, inerentes aos seus respectivos saberes. Assim, as ciências da natureza, por terem como fundamentos a adoção de modelos e padrões (método hipotético-dedutivo), buscam nas formulações de matrizes amostrais, questionários, gráficos, tabelas etc., os parâmetros metodológicos que sustentem a análise dos seus respectivos objetos de investigação. Já as ciências da sociedade recorrem, enquanto técnica de abordagem, aos levantamentos de dados históricos; imagens; entrevistas; análise de discursos, etc.

No entanto, deve-se considerar que a relação entre um procedimento científico e outro pode se complementar, dependendo do objeto e dos objetivos da pesquisa, possibilitando o uso tanto das técnicas fornecidas pelas ciências da natureza como pelos aportes inerentes às ciências sociais. A explicação encontra-se na própria base que sustenta a identidade da ciência: uma ciência estruturada pelas heranças que a direcionaram para o estudo da dinâmica da natureza (daí a necessidade do uso das técnicas oriundas das ciências naturais) assim como o seu vínculo com as questões inerentes à própria sociedade, tornando necessário o uso dos aportes característicos das Ciências Humanas.

Essa situação se aplica às pesquisas na Geografia uma vez que a própria complexidade do seu objeto, o espaço geográfico, a torna uma ciência complexa: seja pela dificuldade de definir um método de análise capaz de libertá-la da síndrome de ser classificada como uma ciência de síntese ou dependente; seja por levar em consideração o fato de não conseguir definir, com exatidão, os métodos de abordagens.

Dessa forma, tendo em vista essa possibilidade de utilizar os diferentes referenciais metodológicos, o método qualitativo pode ser empregado ao estudo geográfico, sem necessariamente implicar na inclusão dos aportes de outros métodos, quando for necessário para subsidiar a investigação. Adotando essa perspectiva cada etapa da análise científica é suficientemente flexível. Portanto, numa investigação em que o método quantitativo é adotado enquanto procedimento, o pesquisador pode utilizar procedimentos metodológicos do método qualitativo para complementar a sua investigação ou vice versa.

Assim, com a permissão do leitor para o uso de um exemplo figurativo, a flexibilidade possibilita perceber os diferentes arranjos espaciais a partir de uma observação caleidoscópica do espaço³.

O que gostaríamos de evidenciar a partir das comparações anteriores é que os métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa são diferentes, porém não são excludentes porque, na verdade, colocam-se questões diversas, baseadas em construções teórico-metodológicas com princípios diferenciados. Entretanto, essa diversidade tem sido utilizada de uma forma bastante eficiente em projetos de pesquisa que constroem mais de um objeto de pesquisa a partir de um mesmo tema, sendo um voltado para o conhecimento quantitativo e outro ao qualitativo, com finalidade de adicionar outras dimensões a um mesmo estudo (...). É possível, assim, trabalhar de forma complementar com as duas metodologias, no sentido de que os resultados de uma questão, colocada a partir de princípios teórico-metodológicos quantitativos, suscitem novas questões que só possam ser colocadas dentro de princípios qualitativos, ou vice-versa (VICTORIA; KNAUTH; RASSEN, 2000, p. 39-40).

³ O Caleidoscópio é um pequeno cilindro composto por jogos de espelhos com fragmentos de vidros no fundo do cilindro. A cada giro são formados diferentes arranjos geométricos. A analogia a este pequeno brinquedo está sustentada no fato de acreditarmos que o espaço deve ser concebido nessa mesma perspectiva: diferentes arranjos (técnicas) que o pesquisador pode utilizar para observar o espaço. O giro do cilindro que forma estes arranjos seriam os diferentes métodos que poderiam ser utilizados na realização dessa observação.

Contudo, tal relação ainda se apresenta como um entrave tendo em vista a própria diferença existente entre os saberes. Ainda é comum, por exemplo, os pesquisadores das ciências da natureza e exatas não reconhecerem o caráter científico das ciências humanas ou sociais, especialmente quando os pesquisadores buscam entender a realidade a partir do uso do método qualitativo. Para se enquadrarem, as ciências humanas e sociais necessitam adotar os procedimentos reconhecidos como verdadeiramente científicos pelas ciências da natureza, a exemplo das técnicas que comprovem a confiabilidade e a validade científica do estudo realizado (DESLANDES & ASSIS, 2002).

O método qualitativo (MQ) pode, portanto, ser utilizado como opção no estudo da ação dos atores sociais, embora os geógrafos ainda utilizem esse método de forma moderada. Em parte, isso se deve a própria influência filosófica, especialmente as decorrentes de bases marxistas que têm resistência em recorrer a outros métodos no desenvolvimento de suas pesquisas. De fato, na maioria das vezes, os geógrafos de bases marxistas encontram-se “presos” as limitações postas pela própria corrente de pensamento ao não adotarem outros fundamentos que podem ser utilizados como subsídio à investigação.

Entre essas técnicas pode-se destacar a própria construção da fala do sujeito envolvido nesse fenômeno ao invés de observá-lo de fora, assim como o uso de outros aportes que permitam a observação dos elementos inerentes ao mesmo. Em outras palavras, faz-se necessário, tendo em vista à complexidade da atual conjuntura socioespacial, que os geógrafos passem a observar a produção social do espaço através do estabelecimento de uma maior aproximação com os sujeitos.

A referência à pessoa investigada assinalada como *objeto*, significa que o pesquisador é quem detém o poder de realizar uma interpretação sobre o *outro* sem lhe permitir um espaço para sua participação ativa no processo. Considerar a pessoa investigada como *sujeito* implica compreendê-la como possuidora de uma voz reveladora da capacidade de construir um conhecimento sobre sua

realidade que a torna co-participante do processo da pesquisa. Conceber, portanto, a pesquisa nas ciências humanas a partir da perspectiva sócio-histórica implica compreendê-la como uma relação entre sujeitos possibilitada pela linguagem. (FREITAS; SOUZA; KRAMER, 2003, p. 29) [**destaques dos autores**].

Bakhtin (1997) aprofunda este raciocínio ao mencionar a importância de se observar o discurso dentro do próprio discurso (o discurso citado) no qual o contexto narrativo se torna fundamental, fornecendo alguns parâmetros para o desenvolvimento da análise do discurso. Embora a teorização sobre a análise do discurso não se configure como uma das maiores preocupações de Bakhtin (BRAIT, 2006), suas contribuições são relevantes por evidenciarem os caminhos para a realização da análise do discurso a partir da interpretação textual e interação entre quem transmite o discurso e quem serve para transmiti-lo (BAKHTIN, 1997, p. 148).

Entre as diversas produções existentes, especialmente no campo da sociologia, lingüística, psicologia e na geografia, embora em pequenas proporções, os argumentos estruturados por Bauer & Gaskell (2002), Minayo (1998; 2005) e Lefevre & Lefevre (2003) vem sendo comumente utilizados pelos pesquisadores nas pesquisas sociais ao optarem pelo método qualitativo enquanto recorte analítico-interpretativo dos fenômenos sociais. A consulta a esses referenciais é o primeiro passo para um melhor conhecimento sobre o uso desse método.

De acordo com Minayo (2005) o uso do método qualitativo possibilita ao pesquisador a “compreensão interpretativa da ação social” (MINAYO, 2005, p. 81). Se inserirmos a produção do espaço como expressão dessa ação tem-se assim que o MQ possibilitaria uma apreensão mais substancial acerca das características e limites de cada ator social envolvido. Nesse contexto, a observação da intencionalidade do sujeito, expressas especialmente nos discursos e ações, apresenta-se como um dos objetivos desse método (MINAYO, 1998).

O principal interesse dos pesquisadores qualitativos é na tipificação da variedade de representações das pessoas no seu mundo vivencial. As maneiras como as pessoas se relacionam com os objetos no seu mundo vivencial, sua relação sujeito-objeto, é observada através de conceitos tais como opiniões, atitudes, sentimentos, explicações, estereótipos, crenças, identidades, ideologias, discurso, cosmovisões, hábitos e práticas. Esta é a segunda dimensão, ou dimensão vertical de nosso esquema (...). As representações são relações sujeito-objeto particulares, ligadas a um meio social. O pesquisador qualitativo quer entender diferentes ambientes sociais no espaço social, tipificando estratos sociais e funções, ou combinações deles, juntamente com representações específicas (BAUER & GASKELL, 2002, p. 57)

Nesse contexto, o método qualitativo permite identificar as motivações que levam os atores sociais ao exercício de suas práticas sociais (e espaciais) sendo o mais importante a fundamentação de elementos que sustentem a produção de um discurso capaz de representar o posicionamento de todo o segmento social. A história desse segmento, associada à própria contextualização dos arranjos que envolvem a prática dos mesmos na atualidade confere o caráter científico desse método por possibilitar os procedimentos necessários à investigação e a própria compreensão das “interpretações dos atores sociais possuem do mundo” (BAUER & GASKELL, 2002).

De acordo com Minayo (2005) existem pelo menos cinco formas de se subsidiar uma pesquisa qualitativa: a) a ordenação dos fenômenos pelo desenho do tipo-ideal; b) a análise da vida cotidiana ou abordagem fenomenológica; c) a observação e investigação dos fatos ou etnometodologia; d) o interacionalismo simbólico; e) investigação participante; e f) a hermenêutica-dialética.

Para Minayo (2005) a ordenação dos fenômenos corresponde a modelos elaborados pelos próprios pesquisadores contendo todas as condições do que se pode observar na realidade. Já a análise da vida cotidiana busca fundamentar os procedimentos na própria subjetividade do sujeito (experiência vivida). Por sua vez, a etnometodologia corresponde à análise detalhada nos fatos no próprio local aonde os mesmos se evidenciam. O interacionalismo simbólico sustenta a vida social sendo

constituído pela inter-relação dos grupos nas práticas (simbólica e interacionais) dos indivíduos. No que diz respeito à investigação participante, esta busca fundamentar o estudo social tendo como parâmetro que o sujeito ou ator social pode ser estimulado a assumir uma posição política em sua atividade no espaço. Finalmente, a hermenêutica-dialética busca evidenciar a comunicação entre os atores sociais através da linguagem, a qual pode possuir aspectos contraditórios.

Tais abordagens, no entanto, possuem elementos comuns a exemplo do reconhecimento da complexidade das realidades humanas; o contato direto com os agentes selecionados para estudo. Em fim, buscam evidenciar a dinamicidade da realidade vivida pelas pessoas através dos seus respectivos grupos (MINAYO, 2005). Nesse sentido, a abordagem qualitativa constitui-se em “uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas” (MINAYO, 1993, p. 244).

Com relação às proposições de Minayo discordamos apenas quando a autora fundamenta sua análise entre sujeito e objeto. No método qualitativo a relação se materializa no diálogo entre pesquisador e pesquisado, ou seja, entre os sujeitos.

Das diferentes formas de se realizar uma pesquisa qualitativa, a observação participante possibilita uma aproximação com o sujeito e com a realidade socioespacial da qual este faz parte uma vez que “inclui pessoas leigas, representativas de situações a serem transformadas, de uma forma orgânica à produção de conhecimento sobre tais situações, sem necessariamente estar vinculada a uma ação direta” (MINAYO, 2005, p.86).

Um dos principais questionamentos elaborados pelos críticos, no que diz respeito ao uso do MQ assim como por parte dos autores que realizam estudos com o uso da técnica da pesquisa participante diz respeito aos critérios de estabelecimento

do vínculo entre o sujeito-pesquisado (formador do discurso) e o sujeito-pesquisador (analista do discurso). Com relação a isso, Freitas; Souza; Kramer (2003) forneceram algumas alternativas ao conceberem que o objeto do uso desse método em uma pesquisa não seria a realização de uma simples análise interpretativa, mas o caráter dialético que pode ser apreendido (FREITAS; SOUZA; KRAMER, 2003, p.31) a partir do discurso entre os sujeitos em relação ao objeto; entre o sujeito-pesquisado e o sujeito-pesquisador.

Outra questão que provoca contendas no âmbito acadêmico diz respeito aos aspectos positivos e negativos do uso do método qualitativo assim como ao questionamento se o mesmo traz consigo fundamentos que o qualifiquem como científico. Com relação a este segundo aspecto, a difusão de análise do uso desse método como fundamento para a pesquisa científica, por parte dos diversos campos do conhecimento científico, assim como ao fato do mesmo possibilitar a apreensão do discurso do sujeito, ratifica seu caráter científico. Já quanto aos prós e contras desse uso, poderíamos resumir em alguns parâmetros (**Quadro 1**), tendo por base uma adaptação das contribuições de Victoria; Knauth; Hassan (2000, p. 37-41).

Apesar dessas diferenças, os métodos devem ser concebidos de forma complementar uma vez que possuem limites. Com o uso apenas do método quantitativo fica difícil, na atual conjuntura (econômica, política e social) vivida no país, apreender os motivos que levam os atores sociais a se expressarem no espaço. Por outro lado, essa mesma conjuntura exige do pesquisador, que se utiliza do método qualitativo para subsídio de sua pesquisa, a necessidade de coletar informações complementares para compreensão dos motivos que levaram o sujeito-pesquisado a proferir um determinado discurso.

Quadro 1: Prós e contras no uso do método qualitativo e do método quantitativo.

	Método Quantitativo	Método Qualitativo
Utilização	- descrição de uma variável (tendência e dispersão) ou sua divisão por categorias e descrição de suas frequências de forma a permitir a identificação por amostragem do universo investigado.	- apreensão do contexto no qual o fenômeno ocorre permitindo a apreensão da intencionalidade dos indivíduos ou grupos que se expressam através do discurso (texto, voz, símbolos, imagens, etc.).
Formas de expressão	- por amostragem (aleatória ou estratificada) de forma a obter um parâmetro da ocorrência do fenômeno em um determinado universo;	- Compreende que a sociedade constituída por grupos que se expressam através de sujeitos coletivos. Busca-se a representação elaborada.
Técnicas	- Uso de técnicas que propiciem a mensuração (questionários, matrizes, gráficos, etc.). - perguntas objetivas.	- valoriza a aproximação do pesquisador com o pesquisado a partir de observação (direta ou participante) e entrevistas. - valoriza a formação de tópicos-guia (entrevista temática) ao invés de perguntas.
Potencialidades	- Amostra de grandes portes segundo parâmetros matemáticos de amostragem e mensuração.	- por observar o discurso do sujeito coletivo permite uma apreensão do fenômeno em sua essência (comportamentos, valores etc.)
Limitações	- As respostas são pouco criativas e críticas, além de serem superficiais o que leva ao risco de mal-entendidos ou de análises equivocadas; - incertezas quanto a expressão coletiva do fenômeno, especialmente quando se trata de questões de ordem social.	- o trabalho para organização é muito intensivo e complicado o que pode levar o pesquisador a cometer alguns equívocos como, por exemplo, a definição do tópico-guia (roteiro da entrevista) e uso de termos impróprios ao tipo de pesquisa (amostra, dados, percentual, etc.). - a análise de texto exige um rigor científico quanto ao procedimento de todas as etapas.
Principais Diferenças (BAUER; GASKELL, 2002, p. 22 e 23)	- “lida com números, usa modelos estatísticos para explicar os dados e é considerada pesquisa <i>hard</i> ”	“evita números, lida com interpretações das realidades sociais, e é considerada pesquisa <i>soft</i> ”.

Elaborado por: Xisto Souza Júnior (abril de 2008) a partir da análise das obras de BAUER & GASKELL, 2002; MINAYO, 2005 e 1998

O estudo da violência urbana é um bom exemplo da possibilidade de se trabalhar com este método de forma complementar, apesar das diferenças. Assim, a explicação de um discurso que enfatize a violência urbana pode ser compreendido no próprio mapa do risco elaborado pelas informações estatísticas acerca da violência

urbana. Já o aporte do método quantitativo possibilita, a partir da amostra, observar como essa violência se expressa espacialmente (quantidade de locais seguros e inseguros), o método qualitativo permite entender os motivos que faz com que determinada área seja segura e outra insegura.

Tanto um método como o outro está fundamentado em critérios que possibilitem o desenvolvimento da pesquisa. O diferencial consiste no fato de que “sob o ponto de vista qualitativo, os princípios de definição amostral se baseiam na busca de ‘aprofundamento e de compreensão de um grupo’” (MINAYO, 2005, p. 94) inserido em um determinado contexto socioespacial. Já para a pesquisa quantitativa, “a interpretação tem significado muito distinto”, pois “parte dos resultados objetivos apresentados nos gráficos e tabelas, e é respaldada pelas semelhanças e discrepâncias dos resultados de pesquisas similares” (DESLANDES; ASSIS, 2002, p.207).

As considerações de Minayo devem ser observadas com cautela uma vez que a associação do método qualitativo a princípios da definição amostral se apresenta como um equívoco, pois a amostragem é um instrumento adequado à pesquisa quantitativa. Para a pesquisa qualitativa a idéia de adotar amostragens perde sentido uma vez que o MQ está baseado em representações provenientes dos sujeitos em suas diferentes formas de expressões. Assim, saber “quantos”, “quais” e “quem” não se aplica a pesquisa qualitativa pelo fato desta se preocupar apenas com o “por quê”, o “como” e o “para quê”.

É com base nessa preocupação que autores como Bauer & Gaskell (2002) propõem, para a pesquisa quantitativa, o uso de amostragem ou amostra enquanto fundamentos técnicos. Por sua vez, para a abordagem qualitativa os autores propõem a formação do *corpus*: procedimentos que possibilitam a formulação da fala social decorrente das várias expressões deixadas por um determinado sujeito coletivo ou ser social. Dessa forma, a análise do discurso do sujeito coletivo (DSC) emerge

como procedimento técnico-científico de identificação metodológica de uma determinada formação socioespacial.

O DSC corresponde, assim, a identificação das idéias centrais retiradas do discurso, a exemplo de poesias, cartazes e reportagens que retratem a ação sujeito social em suas práticas cotidianas, segundo as quais é possível identificar o posicionamento de um determinado grupo social acerca de um objeto. Para Lefèvre & Lefèvre (2003), o uso do discurso do sujeito coletivo fornece os subsídios ao reconhecimento do caráter científico do método qualitativo, uma vez que

a tarefa organizadora do pesquisador não diz respeito nem à matematização mecânica ou automática do pensamento coletivo, nem ao uso de metalinguagem; seu papel, ao contrário, é bem outro: produzir o sujeito social ou coletivo do discurso e o discurso coletivo correspondente, fazendo o social falar como se fosse um indivíduo, e isso não por um passe de mágica, nem a partir de uma instância científica supostamente transcendente, mas, como manda o rigor científico, utilizando procedimentos explícitos, transparentes e padronizados (passíveis, portanto, de crítica e contestação), construindo-se a fala do social com o material empírico proveniente de falas dos indivíduos, buscando nas idéias centrais e nas expressões-chave, coincidentes ou semelhantes de discursos efetivamente existentes, um discurso compartilhado (LEFÈVRE & LEFÈVRE, 2003, p. 29).

De acordo com Gill (2002, p. 245), essa forma de investigação é constituída tendo como parâmetros algumas características provenientes do construtivismo, a saber: a) as críticas ao conhecimento dado; b) compreensão das especificidades da compreensão histórica e cultural da nossa visão de mundo; c) influência dos processos sociais na formulação do conhecimento; e d) a relação entre a construção do conhecimento social dos fenômenos e as ações práticas. Corresponde, portanto, a uma “proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos, artigos de jornal...” (LEFÈVRE & LEFÈVRE, 2003, p. 15).

Da mesma forma que Minayo cai na armadilha de utilizar expressões de natureza tipicamente do método quantitativo (amostragem, percentuais, etc.), consideramos como um equívoco da parte de Fernando Lefèvre e Ana Lefèvre em mencionarem a “tabulação” e “dados” na pesquisa qualitativa. Contudo, isso não deve ser associado a um erro intencional, mas ao fato de ainda sermos influenciados por décadas de uso de termos característicos do método quantitativo. Apesar das diversas revisões que fizemos em nossa pesquisa, é possível, por exemplo, termos cometido, por algum deslize, equívocos parecidos.

O objetivo da análise do discurso é encontrar a fala social a partir do discurso proferido pelo sujeito coletivo: um depoimento expresso por um ator social constituído “de *um* eu sintático que, ao mesmo tempo em que sinaliza a presença de um sujeito individual do discurso, expressa uma referência coletiva na medida em que esse *eu* fala pela ou em nome de uma coletividade” (LEFÈVRE & LEFÈVRE, 2003, p. 16) <destaque dos autores>

Em nossa pesquisa, o “sujeito coletivo” estaria, assim, representado pelos coordenadores dos movimentos sociais urbanos de João Pessoa.

é um idioma ‘segundo’, uma segunda língua, ou, na terminologia chomskiana, uma ‘competência’ social que, na medida em que viabiliza e permite a troca entre indivíduos distintos de uma mesma cultura, constitui, como o idioma ‘primeiro’, condição imprescindível para a vida humana em sociedade. Esse idioma é obtido indutivamente, por abstração, a partir de um conjunto de falas individuais de sentido reputado semelhante ou complementar, com a finalidade precípua de expressar e representar um pensamento coletivo (LEFÈVRE & LEFÈVRE, 2003, p. 16).

De acordo com Lefèvre & Lefèvre (2003), para se elaborar um discurso devem-se adotar alguns cuidados: a) definição do sujeito social; b) elaboração do “corpus”; e da fala social. Para isso, o pesquisador deve utilizar o discurso em seu estado bruto; analisá-lo, retirando as idéias centrais; e construir a fala social, ou seja, “um discurso síntese, elaborado com material dos discursos individuais (ou parte

deles) semelhantes ou complementares enunciado na primeira pessoa do singular” (LEFÈVRE & LEFÈVRE, 2003, p. 27).

Na perspectiva da análise qualitativa, a partir da análise do DSC, os problemas podem ser considerados de forma **descritiva** (descrição das respostas), **interpretativa** (identificação das melhores e piores respostas e análise dos motivos que levam o sujeito a pensar de determinada forma) e **pragmática** (tentativa de delinear o que levaria o sujeito a pensar de outra forma). Tais abordagens são concebidas de forma progressiva. Na tese, como existe todo um aporte teórico-conceitual e analítico, enfatizou-se à abordagem progressiva. Porém, em alguns momentos, o texto se apresenta descritivo-argumentativo e interpretativo.

Delineados os parâmetros que sustentam o entendimento de que o método qualitativo possui atributos que confere o caráter científico na pesquisa fica o desafio de se observar como o mesmo se enquadra na teoria (fundamento científico dos fenômenos) e na prática (observação empírica dos fenômenos decorrentes das relações socioespaciais no espaço). Essas análises serão desenvolvidas nos próximos itens.

No caso de sua aplicabilidade para a pesquisa geográfica são necessárias duas atenções especiais. A primeira diz respeito à necessidade de se resgatar os parâmetros inerentes a atividade de campo, especialmente no que concerne a sua organização e desenvolvimento. A segunda diz respeito à própria formulação da base conceitual que irá sustentar a pesquisa.

Assim, se tomarmos como exemplo o conceito de território, antes de formularmos teses ou concepções do mesmo a partir do que observamos nas relações socioespaciais ou a partir das nossas próprias referências teóricas, o uso do método qualitativo possibilita identificar esse conceito tendo como ponto de partida o próprio sujeito. A concepção é, portanto, inerente ao sujeito, restando ao pesquisador

à habilidade de enquadrar aos parâmetros científicos, identificando suas similaridades e diferenças.

1.1.1 APLICAÇÃO DO MÉTODO QUALITATIVO NO ESTUDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

Após o resgate sobre os fundamentos científicos no uso do método qualitativo, resta-nos esboçar como seria a aplicabilidade do mesmo. Para isso, passaremos a fazer uma breve análise sobre como utilizamos os aportes fornecidos por esse método na presente pesquisa. Naturalmente, seria impossível descrever todos os procedimentos em detalhes uma vez que nos arriscaríamos a uma indesejável desistência do leitor quanto à continuação da leitura da tese tendo em vista o risco do texto ficar cansativo. Assim, optamos por demonstrar a aplicação do método em apenas um dos tópicos trabalhados na entrevista realizada junto aos coordenadores dos movimentos sociais urbanos de João Pessoa (**Apêndice 1**)

Contudo, antes de dar início à descrição dos procedimentos metodológicos adotados, é importante anteciparmos a nossa concepção de movimentos sociais urbanos (MSUs): atores sociais que exercem, ou têm potencial para exercer, influências na produção do espaço urbano. Assim, são movimentos que, ao produzirem territórios ou influenciar no redimensionamento de sua função social, se expressam ou podem se expressar geograficamente. Em João Pessoa, tais movimentos seriam, justamente, àqueles que lutam por moradia: MNLM (Movimento Nacional de Luta por Moradia), MLB (Movimento de Luta nos Bairros e Favelas), CMP (Central de Movimentos Populares) e NDV (Núcleo de Defesa da Vida). Os argumentos que sustentam essa definição serão contextualizados ao longo dos demais capítulos.

Iniciando a análise dos procedimentos metodológicos é importante justificar que a opção pelo estudo dos MSUs partiu do acesso a algumas reportagens que retratavam a atuação do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) na ocupação de áreas desocupadas da periferia oeste de João Pessoa, Órgãos públicos assim como a postura do governo municipal frente a essas ações (**Anexo 1**).

O primeiro contato estabelecido junto aos membros do movimento suscitou alguns questionamentos: qual a influência deles no processo de formação socioespacial da cidade? Existem outros movimentos com preocupações semelhantes às do MNLM? Como eles se articulam? Qual a escala de atuação? Observado numa perspectiva geográfica, o que diferencia este movimento social de outros que atuam igualmente no espaço urbano?

Uma vez que os movimentos estão presentes em todo o Brasil, restou o desafio de escolher a cidade que poderia ser utilizada como recorte territorial para realização da pesquisa.

A partir de um aprofundamento bibliográfico chegou-se à conclusão de que entre tantas cidades possíveis de serem selecionadas, João Pessoa apresentava duas características que viabilizariam sua escolha: a) o fato dos MSUs que atuam em João Pessoa demonstrarem preocupações com o futuro da cidade ; e b) o fato desses movimentos estarem em processo de firmação enquanto sujeito social e coletivo.

Além disso, os levantamentos iniciais evidenciaram que, embora seja sede de uma metrópole, os movimentos sociais urbanos de João ainda não se encontram efetivamente consolidados ao ponto de serem reconhecidos pela sociedade.

Da mesma forma, ao contrário do que ocorre em outras cidades metropolitanas, os MSUs de João Pessoa ainda não estão envolvidos com o poder público ou com interesses partidários, embora, conforme identificado, o risco de cooptação é uma realidade presente nas relações sociais desses movimentos.

Escolhido o recorte territorial a ser estudado, os procedimentos foram montados com a seguinte estratégia:

1. Conhecer os MSUs de João Pessoa no sentido de evidenciar quais os que se destacam por suas atividades a partir de suas intencionalidades e relação com a cidade.
2. Conhecer a história da formação socioespacial da cidade de João Pessoa e a influência da participação dos MSUs nesse processo;
3. Identificar os laços entre a sociedade (suas reais demandas), os movimentos sociais urbanos (suas relações) e outros atores sociais, especialmente o poder público, principal responsável pela produção do espaço;
4. Identificar o envolvimento desses movimentos com o processo de produção do espaço urbano de João Pessoa.

Com base nisso, fez-se a opção pelo seguinte procedimento:

- Construção de um alicerce teórico voltado para a identificação do que está sendo proposto na investigação, especialmente no que se refere aos debates. Os fundamentos estão relacionados à concepção de produção do espaço na perspectiva do território e dos movimentos sociais urbanos na perspectiva de suas expressões geográficas (ocupação e influência no ordenamento urbano);
- Realização de atividades de campo que possibilitassem cumprir a estratégia mencionada acima, a qual foi igualmente subdivididas em três etapas: a) Pesquisa exploratória relacionada à coleta de informações; b) pesquisa participante relacionada à realização de entrevista e acompanhamento das atividades dos MSUs e; c) Entrevista coletiva com

os coordenadores do movimento voltada para apreender os MSUs enquanto sujeito coletivo.

- Sistematização das informações de forma a delinear os laços entre o teórico e o empírico e entre estes e a problematização evidenciada no sentido de fornecer o alicerce necessário para dar sustância à afirmação de que a temática trabalhada corresponde, de fato, a uma tese.

Para a realização da atividade de campo foi constituído um arcabouço teórico capaz de fornecer os aparatos necessários para subsidiar a pesquisa, o qual é trabalhado nos capítulos que se seguem abordando temas como conceito de movimentos sociais, produção do espaço, planejamento, gestão urbana, território, moradia, entre outros. Todo o arcabouço está voltado para analisar os diversos papéis que os movimentos sociais exercem no espaço onde a classe “dominante garante a subordinação e dependência dessas classes dominadas com relação ao sistema sócio-econômico em vigor” (LOJKINE, 1997, p. 314).

Até chegarmos à decisão pelo uso do método qualitativo e definição dos procedimentos metodológicos tivemos que superar algumas dificuldades, tais como: conhecer o que subsidia o referido método para poder definir o roteiro das entrevistas e do questionário aberto, e superar o fator distância que nos impossibilitou o acompanhamento do cotidiano dos movimentos, levando-nos a substituir o uso da observação participante para realizar uma participação observante que consiste da superposição dos discursos obtidos de diferentes formas (entrevista, análise de projetos, registros etc.) formando, assim, a matriz discursiva: a fala do sujeito social pautada na superposição de informações.

Tais informações foram obtidas em seis atividades: contato inicial, conquista de confiança, realização de entrevista, aplicação de questionário, participação nas

atividades e aquisição de materiais produzidos pelo e para os movimentos, além de outras informações referentes aos fatores de formação da cidade de João Pessoa.

No que concerne aos procedimentos adotados, eles foram organizados em três frentes:

- i) **Trabalho de campo exploratório:** correspondeu à primeira etapa da atividade de campo, realizada em 2005, a qual teve como objetivo atender aos itens “1” e “2” da estratégia proposta. Foi realizado um levantamento de todos os movimentos sociais atuantes em João Pessoa e definidos os critérios que sustentam, efetivamente, quais desses poderiam ser concebidos efetivamente como urbanos. Com base nesta etapa, foram selecionados, para análise, quatro movimentos: o Movimento Nacional de Luta Pela Moradia (MNLM); O Movimento de Luta nos Bairros e favelas (MLB); O Núcleo de Defesa da Vida (NDV) e a Central de Movimentos Populares (CMP). Desses, o MNLM tem uma posição de destaque por ser o movimento de maior expressão na cidade, além de ser o que estruturalmente se encontra mais organizado;
- ii) **Pesquisa participante:** Correspondeu a segunda etapa, realizada em 2006 (primeira fase), entrevista com os coordenadores, e em 2007 (segunda fase), realizada entre os coordenadores dos movimentos. A sistematização das informações obtidas nessa entrevista a partir do uso do método qualitativo pautado na análise de discurso forneceu as informações necessárias para a redação do quinto capítulo da tese. Da mesma forma, foram obtidos e confeccionados materiais iconográficos como mapas, fotos e figuras, além de terem sido adquiridos documentos e livros que retratem o processo de formação espacial da cidade e a atuação dos movimentos sociais urbanos, e de 10 DVDs produzidos pelo MNLM, nos quais são relatadas algumas das principais atuações desse movimento nos últimos anos. Tais materiais foram utilizados ao longo de toda a tese.

- iii) **Questionários abertos:** Correspondeu à terceira etapa da atividade de campo aplicado junto aos membros-coordenadores dos movimentos. Esse questionário possibilitou o complemento das informações que não puderam ser adquiridas durante as entrevistas. Tais informações foram complementadas a partir da observação das principais ocupações realizadas pelos movimentos, com o devido registro fotográfico. Tais informações sustentam os principais elementos constituintes da tese.

A primeira entrevista foi realizada junto a cada um dos coordenadores dos movimentos a partir de um roteiro específico (**Apêndice 1**) montado para obter informações sobre os movimentos e a produção do espaço urbano. A segunda entrevista foi coletiva (focal), realizada entre os coordenadores do MNLM, CMP e MLB na sede do MNLM com base em alguns tópicos-guia sobre a produção da cidade e a participação dos movimentos sociais urbanos (**Apêndice 1**). A escolha do local inibiu, em alguns momentos, o pronunciamento dos coordenadores do MLB e CMP. A última estratégia utilizada foi a aplicação de um questionário aberto junto aos coordenadores dos movimentos (**Apêndice 1**) enquanto complemento das lacunas deixadas pela entrevista.

A principal dificuldade esteve relacionada ao agendamento que fosse favorável a todos, a escolha do local e o fato de não podermos ganhar a confiança dos coordenadores com a rapidez que desejávamos uma vez que não podemos participar do cotidiano desses movimentos.

A análise dessa entrevista correspondeu apenas à primeira parte da elaboração da análise do discurso na montagem da matriz discursiva a qual foi complementada pela análise de outros documentos obtidos durante as atividades de campo. Para preservar a imagem dos entrevistados e garantir fidelidade às

informações concedidas, foi entregue um termo de compromisso para cada um dos entrevistados (**Apêndice 2**).

Segue abaixo um modelo de como as informações foram sistematizadas na elaboração do discurso do sujeito coletivo, o qual serviu de base para a redação do quinto capítulo. O modelo a seguir corresponde a um item da entrevista realizada com o coordenador do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), sendo o mesmo raciocínio utilizado para a análise das demais entrevistas e, portanto, na formação do discurso do sujeito coletivo. Os procedimentos consistem na retirada das expressões-chave, idéias centrais e, então, formação da fala social ou discurso do sujeito coletivo segundo os procedimentos orientados por Lefèvre e Lefèvre.

1. **Transcrição da entrevista:** realizada na íntegra contendo todas as expressões, reações e observações possíveis de serem captadas. Essa entrevista foi realizada junto a um coordenador de cada movimento (**Quadro 02**) e contou com a presença de um observador cuja função foi descrever o comportamento dos coordenadores.

QUADRO 02:
METODOLOGIA: 1ª. ETAPA/
PERGUNTA 1: PRODUÇÃO DA CIDADE /EXPRESSÕES-CHAVE

Para você, para quem está sendo construída a cidade e quem tem participado da construção?
Rapaz é o seguinte, a cidade está sendo produzida, vamos dizer assim, para a classe rica e a classe média. O pobre está ficando sempre para trás. Um tempo desse e se Deus quiser nós vamos fazer isso, nós queremos fazer duas ocupações aqui em João Pessoa numa área extrema, que é a área da praia. Para você ter uma idéia, esse prefeito entregou a Associação dos desembargadores daqui um terreno imenso. Isso é um afronto àqueles pobres que vivem lá na favela excluído. Então, voltando para a pergunta, veja que a cidade está sendo construída para os ricos e para a classe média e quem produz mais são os grandes empreiteiros. Hoje, por exemplo, para você ter uma idéia, a questão do crédito solidário a gente vai construir as 300 unidades e a gente fez uma opção para os pequenos empreiteiros. Então a gente abriu uma licitação e parece que seis empresas concorreram a essa licitação, então a gente conversando com o prefeito, ele disse não, olhe, eu gostaria que vocês não contratassem essas pequenas empreiteiras, vocês contratassem uma empresa maior por conta da segurança e nós vamos apostar nessas pequenas empreiteiras. Hoje a gente já fez o contato e viu qual a empresa que vai ter o menor custo. Vamos sim conversar com essas pequenas empreiteiras para que eles também tenham vez na cidade. Chega de buscar pessoas de outros Estados que vem para Paraíba só para arrancar a riqueza da Paraíba e os pequenos não tem chance em nada porque exatamente a própria legislação pede coisa que foge do controle e aí, infelizmente, são os grandes empresários que vem hoje tomando....
Em destaque o que ficou sendo considerado como expressões-chave.

P = pesquisador; E = entrevistado.

2. Seleccionadas as expressões-chave, o objetivo passou a ser o de abstrair da entrevista as idéias centrais possíveis de serem apreendidas no discurso dos coordenadores dos movimentos sociais (**Quadro 03**).

QUADRO 03:
METODOLOGIA: 2ª. ETAPA
PERGUNTA 1: PRODUÇÃO DA CIDADE/ IDÉIAS CENTRAIS.

Para você, para quem está sendo construída a cidade e quem tem participado da construção?	
a cidade está sendo produzida, vamos dizer assim, para a classe rica e a classe média. O pobre está ficando sempre para traz. Um tempo desse e se Deus quiser nós vamos fazer isso, nós queremos fazer duas ocupações aqui em João Pessoa numa área extrema, que é a área da praia. Para você ter uma idéia, esse prefeito entregou a Associação dos desembargadores daqui um terreno imenso. Isso é um afronto àqueles pobres que vivem lá na favela excluído. Então, voltando para a pergunta, veja que a cidade está sendo construída para os ricos e para a classe média e quem produz mais são os grandes empreiteiros (...) para você ter uma idéia, a questão do crédito solidário a gente vai construir as 300 unidades e a gente fez uma opção para os pequenos empreiteiros (...). O prefeito, ele disse não, olhe, eu gostaria que vocês não contratassem essas pequenas empreiteiras, vocês contratassem uma empresa maior por conta da segurança e nós vamos apostar nessas pequenas empreiteiras (...) que vem para Paraíba só para arrancar a riqueza da Paraíba e os pequenos não tem chance em nada porque exatamente a própria legislação pede coisa que foge do controle e aí, infelizmente, são os grandes empresários que vem hoje tomando.	Id1 A cidade é produzida para os ricos
	Id2 O Movimento tem interesse em realizar ações em área de praia
	Id3 Quem produz a cidade são os grandes empreiteiros com permissão do poder público, mas o movimento quer a participação dos pequenos.

 ID1

 ID2

 ID3

3. A partir das idéias centrais, é possível identificar o discurso do movimento quanto à produção da cidade:

“Para o Movimento Nacional de Luta por Moradia, a cidade de João Pessoa vem sendo produzida para os ricos uma vez que o poder público, executivo e legislativo, tem favorecido aos grandes empreiteiros, os quais, além de terem a preferência na construção, passam a ter as áreas de praia como o principal investimento em infra-estrutura. Assim, o MNLM busca reduzir essa disparidade através de ocupação nessas áreas e de luta para que os investimentos urbanos sejam também patrocinados por pequenas empreiteiras. A ocupação em uma área de praia serve para chamar atenção do poder público para a voz desses atores sociais”.

Com relação a esta temática, os coordenadores dos outros movimentos expressaram posicionamentos próximos ao exposto pelo MNLM, conforme poderá ser observado no quinto capítulo. A matriz discursiva é formada, portanto, com base na análise dos discursos desses movimentos, os quais são expressos nas entrevistas, questionários, documentos produzidos, relatos de experiências, entre outras formas de expressões.

1.2 Introdução à tese: elementos estruturantes.

Ao se propor a realização de um trabalho científico, o pesquisador fatalmente se depara com duas formas ao mesmo tempo contraditórias e complementares de se fazer ciência: a descoberta de fatos ainda não percebidos e a redescoberta de fatos há muito conhecidos como verdades absolutas.

O primeiro tipo está diretamente relacionado à análise prática dos fenômenos que interferem na dinâmica da sociedade, os quais são facilmente catalogados e passíveis de terem seus elementos constituintes mensurados e analisados por meio de parâmetros lógicos e experimentais quanto à sua forma de reprodução. Estes são, na maioria das vezes, caracterizados pela preocupação em estudar o “desconhecido”.

Por sua vez, a segunda situação corresponde à análise de como a sociedade participa da formação do espaço onde vive sendo esta participação influenciada, principalmente, por fatores conjunturais (econômicos, políticos e ideológicos) organizados e dinamizados segundo a atuação de cada segmento da sociedade numa relação espaço-tempo.

Essa segunda perspectiva é, assim, mais complexa que a primeira, justamente por confrontar a sociedade com verdades historicamente consolidadas,

especialmente no que diz respeito à produção e apropriação do espaço constituído pelos atores sociais. Contudo, essas verdades possuem dinâmicas e demandas que não podem esperar pelas descobertas obtidas no campo científico, as quais, quando existem, são produtos de contradições e discordâncias por parte dos seus investigadores cujos olhares distintos quanto à perspectiva do objeto estudado acabam por reativar o ciclo no qual a sociedade, de um modo geral, não reconhece a importância dos resultados obtidos.

Nesse contexto, o estudo da dinâmica social, a atuação humana no espaço através de suas inter-relações, torna-se o grande desafio do pesquisador das ciências humanas uma vez que o trabalho passa a ser influenciado por fatores que se apresentam alheios ao seu controle. Isto delinea a capacidade de percepção dos problemas artificialmente criados, os quais acabam sendo externados por uma subjetividade repleta de valores morais socialmente criados e difíceis de serem reconhecidos pelo profissional.

Desta feita, o pesquisador se depara com um problema teórico e prático. Teórico, pois não existe consenso na definição da melhor forma de se observar tal realidade, sendo submetido a fortes questionamentos quanto aos fundamentos metodológicos selecionados para observação da mesma ou da pertinência do estudo para o desenvolvimento científico. É também prático porque, na maioria das vezes, o pesquisador se depara envolvido por dúvidas tanto com relação ao recorte espacial quanto ao uso e pertinência desse recorte e na definição dos critérios a serem utilizados na observação da realidade socioespacial estudada.

A justificativa de lembrar tais limitações da pesquisa social, nestas linhas introdutórias, está associada ao reconhecimento de que, ao fazer uma opção pelo desenvolvimento de uma tese sobre a atuação dos movimentos sociais urbanos, o presente trabalho enquadra-se no contexto da segunda situação mencionada.

Durante muito tempo, a explicação da atuação dos movimentos sociais se caracterizou como de responsabilidade dos sociólogos, sendo as principais produções voltadas para analisar a atuação desses atores sociais originadas em duas escolas que coordenaram a produção do conhecimento sociológico desse tema: a norte-americana e a européia, tendo como principais referências a produção bibliográfica de autores como Manuel Castells, Donald Pierson, Alberto Mellucci, Jean Lojkine, Jordi Borja, Alain Touraine (GOHN, 2004).

A produção desses autores é voltada para a análise dos fatores responsáveis pela origem, desenvolvimento e extinção dos movimentos, além da própria participação dos mesmos no processo social. De uma forma geral, o espaço é concebido como representação do território (área ou ambiente) no qual os movimentos atuam ou exercem sua influência no contexto da organização⁴ social. Percebe-se, com esta afirmação, um desafio epistemológico a ser superado pelo geógrafo no que diz respeito a observar como tais movimentos se expressam geograficamente influenciando na produção social do mesmo.

Apesar de reconhecermos a existência de uma diversidade de trabalhos sobre presença e atuação dos movimentos sociais urbanos, é inquestionável o número de trabalhos e pesquisas preocupados em explicar os fundamentos da classificação do papel da atuação desses atores sociais.

Contudo, a dificuldade de incluir o espaço enquanto elemento condicionante da atuação dos movimentos além do não reconhecimento do mesmo como um dos objetivos dessa atuação, torna limitada e complexa a tentativa de se criar uma teoria que explique as práticas desses atores em todas as suas vertentes. O resultado disso

⁴ A palavra organização, relacionada à dinâmica social no espaço, deve ser compreendida, ao longo do texto, como significado de forma estrutural da sociedade (social), do espaço (espacial) ou de ambos (socioespacial). Quando, por sua vez, nos referirmos ao processo (formação social, espacial ou socioespacial) compreenda-se como sinônimo de produção enquanto forma de apropriação.

reflete-se na existência de uma diversidade de paradigmas envolvidos com a questão da atuação e classificação dos movimentos sociais, especialmente os que atuam no espaço urbano através da produção de territórios.

As análises que mais se aproximaram da inclusão do território como elemento na análise dos movimentos sociais foram àquelas decorrentes da influência do materialismo histórico e dialético. Contudo, os trabalhos desenvolvidos pelos geógrafos de base marxista sobre a relação dos movimentos sociais com o espaço estiveram normalmente limitados a observar esta relação enquanto consequências de luta de classes decorrentes da influência das relações capitalistas de produção. Assim, os geógrafos de base marxista desconsideraram, na maioria dos casos, a observação desses movimentos enquanto sujeitos coletivos que influenciam o processo de produção do espaço ao analisá-los como mais um elemento vitimado pelas consequências sociais, políticas e econômicas do capitalismo e não enquanto potenciais atores produtores do espaço.

Dessa forma, ao analisar as práticas dos movimentos sociais urbanos as análises buscam, tradicionalmente, dar ênfase à estrutura urbana ao invés de analisar o espaço urbano em sua formação. Buscam falar sobre relações de produção ao invés de analisar os tipos de apropriação; e, finalmente, analisar as lutas de classe ao invés das diferentes formas de se delimitar as territorialidades, reforçando o processo de segregação socioespacial.

A Geografia pode (e acreditamos que deva) ser observada como uma ciência capaz de fornecer os subsídios necessários para a observação dessa nova forma de visualização das práticas dos movimentos sociais urbanos uma vez que, ao longo dos anos, tem no seu objeto de estudo (o espaço) o fundamento para compreensão da forma como a sociedade se desenvolve e se expressa no espaço.

No Brasil, alguns geógrafos (José Borzacchiello da Silva, Marcelo de Souza entre outros) têm trabalhado com esta temática ao analisar os movimentos populares de bairro, movimentos dos sem-teto etc., enquanto atores sociais. Contudo, as definições sobre o significado de movimento social urbano ou de movimentos populares urbanos desenvolvidas por esses professores acerca da atuação dos movimentos e sua classificação como urbanos merecem ser retomadas no sentido de observar se tais ações expressam, de fato, produção de território. Retomaremos esta análise no próximo capítulo.

Diante do exposto, um dos fundamentos da tese está relacionado à seguinte observação: os movimentos urbanos são aqueles que influenciam nas transformações espaciais a partir da produção do território (escala da moradia) e da influência nas transformações nas funções espaciais.

No âmbito analítico tem-se observado, nas décadas recentes, uma mudança nos paradigmas das ciências dedicadas ao estudo dos fenômenos sociais ao adotarem alguns conceitos e/ou definições como passíveis de serem analisados a partir de perspectivas distintas, dentre os quais se destacam as concepções de cidade; urbano; movimentos sociais; atores sociais; intencionalidade; produção; apropriação; entre outros. Ao tornar transversais tais concepções, as ciências têm fornecido um aporte mais substancial à sociedade.

Foi por esse motivo que optamos por trabalhar a formação socioespacial a partir das práticas efetivadas pelos movimentos sociais urbanos, identificando suas práticas e intencionalidades na cidade onde se expressam territorialmente. O objetivo é evidenciar que o espaço aparece como preocupação dos MSUs uma vez que estes, ao lutarem por melhorias sociais, acabam participando do processo de produção e apropriação do próprio território onde atuam.

O fato dos MSUs de João Pessoa estarem em consolidação possibilita evidenciar o início da articulação desses atores e de como eles podem influenciar (e influenciam) nas transformações urbanas, sem ainda estarem envolvidos, em sua plenitude, com interesses políticos que levam a perda da essência do movimento. Para isso, observamos os posicionamentos desses atores sobre questões políticas, econômicas e postura ideológica assumida no desenvolvimento das ações no espaço urbano.

Finalmente, concebemos que a tese tem seus fundamentos sustentados na idéia de que em João Pessoa existem movimentos sociais urbanos que se expressam produzindo territórios, influenciando, portanto, no processo de sua formação socioespacial. Na concepção aqui trabalhada, os movimentos realmente urbanos, segundo uma perspectiva geográfica, seriam aqueles que lutam pela conquista do direito à cidade a partir da conquista pelo direito à moradia e do direito de acessibilidade ao espaço urbano.

CAPÍTULO 2

Da criação do território à produção do espaço urbano: uma perspectiva geográfica

“Imaginemos uma caverna separada do mundo externo por um alto muro. Entre o muro e o chão da caverna há uma fresta por onde passa um fino feixe de luz exterior, deixando a caverna na obscuridade quase completa. Desde o nascimento, geração após geração, seres humanos encontram-se ali, de costas para a entrada, acorrentados sem poder mover a cabeça ou locomover-se, forçados a olhar apenas a parede do fundo, vivendo sem nunca ter visto o mundo exterior nem a luz do Sol, sem já mais ter efetivamente visto uns aos outros nem a si mesmos, mas apenas sombra dos outros e de se mesmos porque estão no escuro e imobilizados. Abaixo do muro, do lado de dentro da caverna, há um fogo que ilumina vagamente o interior sombrio e faz com que as coisas que se passam do lado de fora sejam projetadas como sombras nas paredes do fundo da caverna. Do lado de fora, pessoas passam conversando e carregando nos ombros figuras ou imagens de homens, mulheres e animais cujas sombras também são projetadas nas paredes da caverna, como num teatro de fantoches. Os prisioneiros julgam que as sombras de coisas e pessoas, os sons de suas falas e as imagens que transportam nos ombros são as próprias coisas externas, e que os artefatos projetados são seres vivos que se movem e falam...” (Chauí, 2005, p. 11).

A epígrafe acima é conhecida por boa parte dos pesquisadores. Trata-se de uma formulação de Platão (o mito da caverna) que teve por objetivo fazer uma analogia acerca da situação humana e sua resistência e temor pelo desconhecido. Nesta, os homens se vêem amarrados às suas próprias limitações e temerosos pelo desafio de tentar descobrir as verdades que norteiam sua existência, dando a elas verdadeiras formas (ideológicas e estruturais) que possibilitem explicar a complexidade que cada vez mais envolve e influencia nas relações socioespaciais da qual fazem parte.

A partir da utilização da mesma, porém sem a pretensão de querermos nos comparar à genialidade que levou Platão a tal analogia, propomos dar continuidade ao nosso debate com o leitor convidando-o ao desafio de tentar associar esta situação à necessidade do ser humano em criar territórios e defendê-los no sentido de formular relações e práticas necessárias à produção do espaço produzido e apropriado.

Nesse contexto, a nossa caverna (o mundo das aparências apontado pelo filósofo) corresponderia às próprias necessidades que, ao longo da história, emanam do ser humano na busca dos seus domínios e limites (físicos ou simbólicos), os quais são condicionados pelas relações socioespaciais e suas reestruturações. Contudo, com o passar do tempo, esses limites acabam ganhando uma forma cada vez mais definida, resultante de práticas ou ideologias formuladas no âmago da sociedade. O medo de mudanças e a conseqüente perda do controle desses limites, associados à dificuldade em percebê-los, levam este homem a uma necessidade natural de querer transformar a realidade vivida por ele mesmo.

Por sua vez, as sombras corresponderiam aos arranjos (jurídico-político, ideológico, cultural e econômico) que, ao longo do tempo (o movimento das imagens na parede), influenciam na concepção de novas formas e valores. A compreensão dessa dinâmica é, portanto, evidenciada por membros da própria sociedade que

passam a questionar os motivos e limitações desses arranjos, além dos recortes muitas vezes criados e impostos à sociedade.

A esse domínio o homem concebeu como sendo território. Sua natureza e dinamicidade decorrem de práticas que levam à materialização, segundo um determinado tempo e em decorrência de uma diversidade de fatores de ordem social, política e ideológica. Contudo, ao falarmos de materialização espacial (produção de territórios) não temos a intenção de excluir a influência da subjetividade na concepção de território, a qual resulta na formação de territórios simbólicos. Nesse contexto, os Movimentos Sociais Urbanos despontam como uma alternativa encontrada por alguns indivíduos no sentido de difundir na sociedade a necessidade de participar ativamente do espaço, produzindo-o e apropriando-se.

No âmbito científico essas denominações e analogias vêm sendo efetivadas de forma consciente, sendo as mesmas evidenciadas a partir de uma diversidade de terminologias voltadas para explicar os motivos que levam o homem à necessidade de produzir tais domínios, mantê-los ou modificá-los. A origem do termo território encontra-se diretamente relacionada às práticas que justificam as formas pelas quais o homem vem participando da produção do espaço aonde vive. Assim, o uso dessa concepção passa a ser associado a uma diversidade de significações, quase sempre relacionadas às relações de poder entre os atores sociais.

Fica evidente neste ponto a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e ‘idealidade’, numa complexa interação tempo-espaço (sendo assim) concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. (HAESBAERT, 2004, p.79)

De fato, o território, assim como seus desdobramentos (territorialidade, territorialização, multiterritorialidade etc.), está prioritariamente relacionado às relações de poder expressas no espaço. Mais do que a compreensão do significado de

território, o problema passa a ser a necessidade de se identificar às suas diversas origens e assim definir as tendências ou imagens produzidas enquanto mecanismo de apropriação do espaço.

Assim sendo, o questionamento sobre a produção do espaço, expresso como território, demanda da necessidade de se identificar não apenas os atores ou como eles atuam, mas os motivos que os levam a atuar de uma determinada forma e não de outra; de valorizar determinados elementos socioespaciais e desconsiderar outros; de optar por algumas formas de participar da produção do espaço ignorando outras igualmente relevantes. No caso dos Movimentos Sociais Urbanos essa produção está relacionada à produção e conquista da moradia. Tem-se, assim, um território da moradia.

A escala na qual o território é produzido não é exclusiva desses atores sociais uma vez que não está alheia aos interesses de outros atores sociais, a exemplo do poder público municipal e dos agentes e empreendedores imobiliários, que ora propiciam as condições de produção e reprodução e, em outros momentos, dificultam esse processo criando contendas com os segmentos da sociedade civil organizada.

Tais contradições justificam o fato de muitos pesquisadores conceberem a existência de uma crise na cidade e da cidade. Esta, no entanto, não se evidencia apenas em termos de uma matriz teórica representada através das diversas indefinições conceituais, mas também como fruto das próprias relações socioespaciais que acabam influenciando os indivíduos a submeterem o uso dessa terminologia a qualquer fator, conjuntura ou modelo, sem se preocuparem com a identificação dos elementos que condicionam sua produção: organização e reorganização dos espaços. Isto propicia a construção de mitos (HAESBAERT, 2004) e, com eles, a (re)produção de formas e processos que caracterizam os territórios enquanto expressão geográfica das relações sociais no espaço urbano.

Os atores sociais são concebidos assim como mentores das divergências na produção do espaço segundo as quais o território da apropriação é, simultaneamente, o da desapropriação e o da condição. Alguns de forma consciente, estruturando os elementos que possibilitem um determinado tipo de formação socioespacial, outros de forma espontânea, sem maiores preocupações com os debates que resultam na produção do espaço.

Nesse sentido, a relação entre forma e estrutura, no âmbito da atual conjuntura socioespacial, tem se tornado cada vez mais complexa uma vez que a estrutura se apresenta agora como a essência dos fatores modeladores, produto das intencionalidades impressas por tais atores. Enquanto essência, essas intencionalidades são pouco percebidas pela sociedade uma vez que a população, de uma forma geral, tem restrições para observar os condicionantes que tornam os arranjos aparentemente invisíveis.

As relações sociais continuam a se tornar mais complexas, a se multiplicar, a se intensificar, através das contradições mais dolorosas. A forma do urbano, sua razão suprema, a saber, a simultaneidade e o encontro, não podem desaparecer (...). É um grande jogo que se está realizando sob nossos olhos, com episódios diversos cujo sentido nem sempre aparece (LEFEBVRE, 2001, p.79).

Retomando a analogia feita no início desse capítulo é possível caracterizar a primeira hipótese que norteará todo o processo de estruturação do nosso raciocínio no presente texto: é imprescindível a compreensão dos processos que explicam a produção do espaço cujos arranjos (relações econômicas, sociais, políticas etc.) são produzidos e concretizados, embora a exposição de suas intencionalidades seja imperceptível para a sociedade. Desta forma, como delegar o direito à apropriação do espaço, a exemplo do direito à moradia, mobilidade, inclusão, entre outros, se não se possibilita a compreensão dos motivos que historicamente permitem tal apropriação? Ao produzir e se apropriar do espaço sem compreender o que de fato significam as “projeções” e quem as originam, a sociedade é influenciada a

reproduzir modelos e ideologias que nem sempre correspondem às suas reais demandas.

Diante desse quadro de referências, a influência dos MSUs na produção de territórios de moradia tem se apresentado como um elemento-chave para a compreensão do processo de produção do espaço tendo em vista as contradições inerentes ao contexto de sua formação (SILVA, 1983) a partir da influência sobre os processos sociais (GOHN, 1991). Contudo, esta relação está condicionada à própria natureza do movimento, a qual se encontra diretamente relacionada aos fatores ideológicos conduzidos por eventos históricos de natureza cultural, social, econômica e política.

Assim, ao lidarmos com o estudo de atores sociais cuja ação está diretamente relacionada a práticas decorrentes dos fatores apontados, o desafio passa ser então o de se tentar evidenciar o que de fato se encontra por trás dos discursos. De fato, enquanto agentes produtores do espaço, os MSUs apropriam-se dele de forma diferenciada, segundo os elementos presentes no contexto urbano e, principalmente, suas relações com as práticas sociais relacionadas aos problemas urbanos (CASTELLS, 2000, p. 376).

Desta forma, a luta pelo direito à cidade é consequência da própria necessidade que esses atores sociais passam a ter ao se tornarem suporte da conquista do território a partir da aquisição da moradia. Isto torna necessária a compreensão do que se pode entender como sendo a essência desses atores, ou seja, a sua unidade e elementos constitutivos, fundamentais na identificação das contradições internas inerentes aos movimentos enquanto indicador básico (GOHN, 1991) da compreensão de sua participação na produção do espaço urbano.

É perceptível, portanto, a existência de uma estreita relação entre os Movimentos Sociais Urbanos e os fatores responsáveis pela produção do espaço onde exercem suas territorialidades, assim como a relação deles com os demais atores sociais que também participam da produção social do espaço. Tem-se, assim, a visualização de uma relação estruturante, relação social entre os movimentos sociais de ordem basicamente política e ideológica, e outra estruturadora, relação dos movimentos com o espaço onde atuam realizando ações de intervenções (ocupação), resistência (luta) e permanência (conquista do direito à moradia e acessibilidade urbana). Nesse contexto, a estruturação, compreendida como processo de produção social do espaço, é originada pelas diversas relações sociais numa perspectiva de relação espaço-tempo.

A estruturação do espaço é a dimensão espacial das relações sociais, e, sendo estas lutas de classes, *a estruturação do espaço é luta de classes*, não somente no sentido de que ela é produto delas, mas no de que ela é o que está em jogo e, mesmo, um meio delas. (LIPIETZ, 1988, p.105).

O fato é que mais do que o estudo da organização desses movimentos, as suas práticas e relações internas e externas se apresentam como o desafio para a compreensão da influência dos mesmos no contexto da formação social do espaço urbano. Enquanto sujeito coletivo, os Movimentos Sociais Urbanos representam, de acordo com Silva (1983, p. 13), “as mais diversas formas de expressão, mobilização, organização e luta dos setores populares urbanos”.

Isso se dá pelo fato de não conseguirem encontrar os parâmetros para a apreensão da dinâmica socioespacial assim como a própria dificuldade de promoverem as articulações necessárias ao reconhecimento dos mesmos como atores produtores de dinâmicas espaciais. Isto pode ser observado por sua trajetória dentro da organização espacial da cidade uma vez que se encontram bastante fragmentados, não conseguindo, assim, apreender a cidade em sua totalidade.

Os MSUs são, portanto, condicionados a valores postos por outros atores sociais, especialmente pelo poder público, responsável direto pelo ordenamento do uso e ocupação do solo urbano. Isto tem influenciado na forma de atuação dos movimentos, inclusive no que concerne a luta pelo direito ao uso dos espaços, especialmente no que se refere à relação dialética entre o público e o privado no contexto da apropriação espacial uma vez que envolve as ações dos movimentos em sua relação com o espaço e com os demais atores sociais.

Isso faz com que seja muito próxima a relação entre apropriação espacial e a produção do espaço decorrente das ações dos movimentos sociais. Com base nisso são produzidos fortes embates quanto à identificação dos elementos a serem evidenciados como prioritários pelos movimentos sociais atuantes na cidade, resultando em uma fragmentação e limitação da atuação desses nas lutas pelos direitos sociais.

Os movimentos estão presos às mesmas amarras que neutralizam a capacidade da sociedade em avaliar a participação desses atores no processo de produção do espaço urbano. Por sua vez, esta produção, cada vez mais, perde significado uma vez que não se apresenta como produto real da atuação dos movimentos sociais, sendo mais um espaço de reprodução do que um espaço de estruturação.

Diante desse quadro de referências, o que explicaria a evidência de tantas diferenças e contradições internas aos movimentos e entre eles e a sociedade, especialmente no que diz respeito à própria configuração do espaço onde habitam e travam suas relações sociais? Quais as estratégias desenvolvidas para que possam ter o real poder de influência? As práticas territoriais desses atores têm realmente permitido a influência na produção do espaço?

2.1 A produção do espaço na apropriação do território: em busca do eixo norteador

O discurso e as ações voltadas para se pensar a produção da cidade, tendo como parâmetro os embates evidenciados entre os atores responsáveis por sua organização territorial, têm reduzido os laços entre o planejamento e a gestão dos espaços urbanos. Isto se evidencia na ação dos atores sociais que se apropriam do território sem compreender os reais motivos que influenciam no processo da formação socioespacial.

Os debates emergem em meio a três perspectivas que juntas representam todo o mosaico dialético da produção social do espaço: a econômica (porque as mudanças na cidade são coordenadas por relações sociais de produção); a jurídico-política (porque o estado ainda se apresenta como grande articulador do processo de produção espacial) e a ideológica (porque os limites entre os interesses individuais e os coletivos convergem enquanto visão de mundo). Juntas, essas perspectivas são responsáveis pela reordenação das configurações territoriais, especialmente no que diz respeito aos espaços urbanos onde as relações socioespaciais se apresentam cada vez mais complexas (LIPIETZ, 1988).

Ao produzir conflitos, a dialética resultante da relação entre esses arranjos se torna expressão do próprio espaço, transformando contínua e progressivamente o mesmo. Com base nisso, o espaço passa a ser compreendido pela sociedade como “mais uma justaposição de lugares do que um espaço interativo” (SILVA, 1997, p.90) produzido pelos embates criados entre as políticas públicas (formuladas pelo poder público) e as necessidades sociais (reivindicadas por outros atores) dentro de uma dada formação socioespacial.

São através das relações provocadas pela interface desses indicadores que se evidenciam os maiores contrastes sociais (convergências e dissidências) e da procura por alternativas que favoreçam o processo de organização espacial. Isto se dá em decorrência de estratégias e táticas político-administrativas, as quais, por sua vez,

se complementam e se contrapõem segundo a influência de cada ator social e do processo de formação histórica do espaço. Percebe-se, com isso, a importância de se observar a produção do espaço a partir da realização de articulações entre esses atores sociais dentro de um determinado contexto intra-regional.

Ao fazermos referência à formação social do espaço, estamos afirmando que a compreensão de uma organização espacial, construída e moldada pelos arranjos relacionados anteriormente e suas possibilidades de inter-relações, remete à observação de um espaço produzido como um processo contínuo, decorrente das ações e contradições da sociedade através dos seus atores sociais. Assim, propõe-se a observação de um espaço no qual o aspecto mais relevante não se fundamente nas formas e funções espaciais, mas na relação contínua entre ambas.

Nesse sentido, as contraposições inerentes aos embates formados entre os atores sociais encontram os seus fundamentos em duas visões de mundo distintas, porém complementares. Estamos nos referindo às noções de totalidade e estrutura social. A totalidade corresponde aos objetos criados e recriados, além de suas inevitáveis articulações (SANTOS, 1985), nas quais os MSUs vêm cada vez participando de sua produção. A estrutura social está relacionada às funcionalidades inerentes aos elementos espaciais (HARNECKER, 1983), segundo a qual se torna possível a compreensão da própria relação entre os atores sociais responsáveis pelas conexões necessárias ao processo de produção do espaço. Desta forma, tanto a totalidade como a estrutura social proporcionam novos desafios do ponto de vista teórico e metodológico uma vez que se encontram volvidos por tendências e conjunturas diversificadas, porém coexistentes.

A totalidade social corresponde, portanto, às articulações evidenciadas entre os atores sociais em uma dada configuração espacial tendo na figura do poder público o ator responsável pela realização das estratégias que acabam condicionando a participação dos outros segmentos da sociedade, alguns organizados e outros

envolvidos pela influência de um ou mais fatores conjunturais (econômico, jurídico-político e ideológico). Assim, compreende o processo estruturante na organização espacial, neste caso representado pela relação dos Movimentos Sociais Urbanos com os demais atores sociais. Essa, no entanto, não deve ser compreendida como totalidade espacial ou socioespacial uma vez que nenhum ator social seria capaz de apreendê-la em sua plenitude; mas enquanto conjunto das relações sociais entre diversos atores sociais: o poder público, as empresas privadas e os diversos segmentos organizados da sociedade civil, entre os quais se destacam os MSUs.

Já a estrutura social está relacionada aos fatores estruturadores da organização do espaço ao representar as relações socioespaciais travadas no mesmo, sendo composta pela participação de três grandes grupos sociais: as empresas privadas (que atuam no espaço, dando-o de valor e sendo um dos principais elementos ordenadores do processo de expansão e recuo da estrutura urbana); o poder público (o qual, tendo influência em diversas escalas, apresentando-se como o responsável direto pelas normas e condutas socioespaciais) e a sociedade civil (que principalmente nas décadas recentes vem ganhando uma importância política cada vez mais significativa).

Não obstante, a busca pelo desenvolvimento socioespacial se apresenta como uma preocupação comum a todos. A sua origem e evolução são repletas de contradições e posicionamentos dicotômicos criados tanto pela conjuntura da organização espacial, a qual se encontra delineada por parâmetros engendrados ao longo de sua formação histórica e ocupacional, como pelas produções acadêmicas voltadas para o estudo das questões urbanas.

Assim, o espaço produzido e apropriado pelos Movimentos Sociais Urbanos é objeto da interferência de fatores históricos relacionados às identidades criadas pelo uso e práticas de segmentos da sociedade não inseridos nos movimentos. Da parte dos movimentos, a experiência adquirida no convívio diário, no qual

debatem, discutem, concordam e discordam entre si, influencia na formação de um pensamento comum sobre o espaço onde atuam. Com base nessas observações compreende-se que a produção (e o consumo) do espaço é observada na apropriação diferenciada por parte dos diferentes atores sociais.

Dessa forma, as relações sociais responsáveis pela produção do espaço fundamentam-se na compreensão de que o espaço é produzido por quem de fato exerce o direito de efetivar sua produção. Assim, antes de dar continuidade a este raciocínio, faz-se necessário deixar evidenciado o estreito elo que diferenciaria o espaço produzido (da produção) e o espaço apropriado (da apropriação).

Ultrapassando os limites postos pela própria influência capitalista, observa-se que a produção do espaço não se resume às transformações estruturais evidenciadas no mesmo, ou seja, “a fabricação material (atividades produtivas da Construção e Obras Públicas) dos suportes físicos dessa atividade” (LOJKINE, 1997, p. 153). Essa fabricação material referida pelo autor está relacionada, em nossa análise, aos debates que engendram a relação entre o agente produtor, o agente consumidor e o agente facilitador.

O fato é que a produção do espaço vai mais além. Ela corresponde também às próprias intencionalidades dos indivíduos, as quais são produzidas pelos embates entre as demandas individuais e coletivas; o público e o privado compreendendo, desta forma, “a produção das idéias, das representações, da linguagem”⁵ (LEFEBVRE, 2001b, p. 44)

⁵ Em um sentido mais amplo do que o formulado por Lefebvre, entendemos ser mais apropriado o uso do termo discurso ao invés de linguagem uma vez que o primeiro traz consigo a representação mais apropriada das intencionalidades dos indivíduos: suas expressões ou consciência (produto social). Nesse sentido, a linguagem se apresenta como uma faceta dessas expressões.

O significado de produção, no estudo e compreensão da cidade, se expressa em dois sentidos: um amplo, que corresponde à matriz do seu significado, ou seja, relacionado à criação; e outro restrito, relacionado às bases materiais (LEFEBVRE, 2001b)

[A] cidade cobre bem a dupla acepção do termo ‘produzir’. Obra ela mesma, é o lugar onde se produzem as obras diversas, inclusive aquilo que faz sentido da produção: necessidades e prazeres. É também o lugar onde são produzidos e trocados os bens, onde são consumidos. Reúne essas realidades, essas modalidades do ‘produzir’” (LEFEBVRE, 2001b, p. 51)

O espaço produzido é, também, o espaço produto das idéias (LEFEBVRE, 2001; LOJKINE, 1997) no qual o valor de uso se torna relevante o entendimento do processo de formação urbana. Ao contrário do que pode ser observado no processo de produção pautado na materialização das territorialidades, o espaço produzido é o espaço também das intencionalidades: o espaço como sujeito ao se apresentar enquanto “produto e produtor das relações entre os objetos e a própria relação social” a qual “ocorre de forma desigual uma vez que é produto de diversos segmentos da sociedade” (CALIXTO, 2000, p. 36 e p. 42). Ao produzirem território, a partir da ocupação espacial, os movimentos estão nada mais nada menos que expressando ou materializando suas intencionalidades.

Ao fazer referência ao espaço como sujeito, estamos nos reportando às diversas mudanças evidenciadas nos objetos criados ao longo da história, a exemplo de praças, campos, entre outros que têm suas funcionalidades, formas e estruturas modificadas de acordo com a relação social que se evidencia em um determinado período assim como as coexistências de suas funções, reconhecido como rugosidades por Milton Santos (1997). Nesse sentido, a quem se concebe o direito de promover mudanças nesses espaços? Seria o futuro desses espaços apenas de interesse das sociedades atuais? Que fatores ou eventos devem ser considerados como

condicionadores da configuração espacial por determinarem as rugosidades e os novos objetos?

Tais inquietações nos remetem à constatação de que, na atualidade, a questão urbana perpassa as questões de ordem prática ao se enraizar em outra que acreditamos ser mais problemática para se solucionar: a de ordem teórica, especialmente no que se refere à conexão entre espaço e urbano, representada pela própria concepção de território (espaço produzido).

Esta observação nos remete a necessidade de repensarmos algumas concepções que historicamente vêm “engessando” a capacidade de compreensão da atual complexidade encontrada na ação dos atores sociais no espaço onde exercem suas territorialidades, ou seja, o espaço das apropriações (intencionais ou não; voluntárias ou circunstanciais).

Essas limitações têm, como base, o desafio, por parte do geógrafo, em realizar estudos mais substanciais sobre a ação dos atores sociais, em especial os MSUs, na produção do espaço, especialmente no que diz respeito a necessidade de se levar em consideração o fato de tais atores produzirem ideologias e, com elas “a produção e a conseqüente difusão de um ‘estilo de vida’, valores, gostos, acontecimentos, experiências, interesses” (CALIXTO, 2000, p. 179). Isto, possivelmente, explicaria as dificuldades de se desenvolver pesquisas geográficas voltadas para entender o espaço na perspectiva da ação dos Movimentos Sociais Urbanos, assim como o próprio reconhecimento da geograficidade existente na abordagem desse tema.

A própria imprecisão das concepções sobre o que seria de fato o ambiente urbano e seus elementos constituintes tem dificultado o diálogo sobre a organização dos mesmos, especialmente entre os cientistas que estudam a sociedade. Nessa perspectiva, Souza (2004) fornece algumas evidências sobre a questão urbana relacionada às imprecisões das bases conceituais, especialmente as influenciadas

pelas relações socioespaciais que interferem no processo da produção e reprodução do espaço geográfico.

Para facilitar a compreensão dos argumentos que passaremos a apresentar, faz-se necessário evidenciar a nossa concepção de espaço (conceito norteador da pesquisa), a nossa concepção de urbano e a conseqüente compreensão sobre os processos em que se evidenciam elementos responsáveis pela apropriação espacial.

Uma das referências mais utilizadas no meio acadêmico, especialmente o geográfico, na definição do espaço, foi a formulada por Santos (1997, p.51), ao classificá-lo como um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

O espaço é compreendido, assim, como o campo das relações ou o ambiente onde a sociedade cria novos objetos ou recria os já existentes através da materialização de suas práticas, escrevendo no território a sua existência. Santos propõe ainda a visualização da indissociabilidade entre os sistemas de objetos e ações, observados em duas perspectivas: verticalidades e horizontalidades. Estas, por sua vez, são aprimoradas ao serem entendidas como representação da totalidade social numa relação espaço-tempo em que se fazem presentes as diacronias (sucessão de tempos) e sincronias (simultaneidade de tempos) ou superposição dos eventos.

Em cada lugar, os sistemas sucessivos do acontecer social distinguem períodos diferentes, permitindo falar de hoje e de ontem. Este é o eixo das sucessões. Em cada lugar, o tempo das diversas ações e dos diversos atores e a maneira como utilizam o tempo social não são os mesmos. No viver comum de cada instante, os eventos não são sucessivos, mas concomitantes. Temos aqui o eixo das coexistências. (SANTOS, 1997, p. 126).

Compreende-se, assim, que tais relações entre objetos e ações não podem ser evidenciadas apenas nas escalas regional, nacional ou planetária, mas também na própria escala do cotidiano da sociedade, cujo resultado corresponde a verdadeiras

transformações espaciais, ou seja, “intrusão da sociedade nessas formas-objetos resultante nas mudanças de funções” (SANTOS, 1997, p.85). Esta escala do cotidiano é a escala da cidade onde as práticas são bem mais evidenciadas e na qual se percebe as manchas deixadas no espaço através da participação no processo de redefinições no ordenamento socioespacial. Esse cotidiano se apresenta não mais como uma relação entre os iguais, mas enquanto produto de relações conflitantes, dialéticas e contraditórias entre os sujeitos.

Já o urbano se apresenta como algo que “designaria então uma forma especial de ocupação do espaço por uma população, a saber o aglomerado resultante de uma forte concentração e de uma densidade relativamente alta” (CASTELLS, 2000, p. 40). Seria, para Castells (2000), o espaço onde se efetivam as contradições sociais, abrangendo uma dimensão, densidade e heterogeneidade, correspondendo assim campo onde as relações sociais, enquanto sistema de atores (CASTELLS, 2000), se encontra em “ebulição”, ou seja, ao local nos quais as relações se tornam mais complexas: um “campo de tensões altamente complexo (...) um possível-impossível que atrai para si o realizado, uma presença-ausência sempre renovada, sempre exigente” (LEFEBVRE, 1999, p.47).

Nessa perspectiva, Seabra (2001, p. 191) entende o urbano como “espaços profundamente recortados pela propriedade, divididos ou fracionados e que estão funcional e estritamente articulados ao nível do cotidiano” cujo sentido “transcende a cidade, sem todavia deixar de engloba-la” (CARLOS, 2001, p. 32).

Diante disso, o espaço urbano se apresenta como uma totalidade decorrente de vários arranjos socioespaciais cujo valor de uso encontra-se limitado ao tipo de funcionalidade e acesso permitidos (VILLAÇA, 2001) tendo, na prática cotidiana dos atores sociais o principal elemento de sua complexidade. Isto remete à necessidade de ultrapassarmos os limites que compreendem o urbano enquanto estrutura e buscar nas ações desenvolvidas pelos atores sociais, em suas práticas de

produção, consumo e apropriação espacial, a reestruturação enquanto essência da dinâmica urbana. Para o autor (VILLAÇA, 2001), o fator localização se constitui como um importante indicador da evidência de mudanças socioespaciais percebidas nos ambientes urbanos, alguns de forma mais rápida, outros de forma lenta; alguns de forma abrangente e homogênea, outros de forma segmentada e heterogênea. A localização se constitui, portanto, em um elemento estratégico na decisão pela ocupação e conquista do território cujo discurso da permanência a todo custo está amparado na luta pelo direito à cidade.

Tais condicionantes possibilitam visualizar que, antes mesmo de ser produto da influência dos fatores econômicos, políticos e ideológicos a produção social do espaço se efetiva com a criação da identidade do indivíduo e do grupo coletivo com o espaço onde este atua (CARLOS, 2001; SEABRA, 2001). Seus gostos e desgostos. Seus medos e suas esperanças; mas também suas práticas de luta e resistência. Suas vivências e suas expressões, marcas e símbolos. Sua transformação do eu (indivíduo) para o nosso (coletivo).

Assim, ao nos submetermos ao desafio de analisar como os Movimentos Sociais Urbanos participam do processo de produção do espaço através de sua apropriação, percebemos que a participação desses atores sociais na busca pela apreensão da totalidade espacial assim como suas coexistências, apresentam-se como um ausente-presente evidenciado na própria lógica dialética do processo de produção do espaço urbano.

A totalidade? Dialeticamente falando, ela está presente, aqui e agora. E não está. Em todo ato humano, e talvez desde a natureza vivente, existem todos os momentos: trabalho e jogo, conhecimento e repouso, esforço e fruição, alegria e dor. Mas esses momentos exigem uma 'objetivação' na realidade e na sociedade (...). Próxima nesse sentido, a totalidade está, portanto, igualmente distante: imediateidade vivida e horizonte. (LEFEBVRE, 1999, p. 132).

Observadas nesta perspectiva, as transformações socioespaciais vão além das mudanças na funcionalidade dos objetos. Elas são também ideologia e, como tal, sofre interferência dos atores sociais quanto ao seu significado (CASTELLS, 2000) e na contextualização do urbano em sua dinâmica e historicidade. Isto influencia na observação do risco de se conceber o espaço apenas como produto das relações de troca (enquanto valor de troca) desconsiderando a importância dos elementos que possibilitam considerá-lo enquanto valor de uso de acordo as inter-relações produzidas entre as conjunturas que delimitam a sua formação - produto dialético decorrente das relações socioespaciais.

Com relação à dificuldade de se observar a dinâmica espacial a partir dessa perspectiva, Lefebvre (1992) argumenta que

Nesta citação Lefebvre ressalta a dificuldade de se observar as transformações do espaço como valor de troca para espaço enquanto valor de uso. Enfatiza ainda a importância de se conceber o espaço não enquanto propriedade, mas enquanto apropriação uma vez que expressa tempos, ritmos, símbolos e práticas. Para o autor, quanto mais o espaço se torna funcionalizado, mais se depende da influência dos agentes que o manipulam tornando-o unifuncional, menos suscetível fica à apropriação.

the opposition between exchange value and use value, though it begins as a mere contrast or non-dialectical antithesis, eventually assumes a dialectical character. Attempts to show that exchange absorbs use are really just an incomplete way of replacing a static opposition by a dynamic one. The fact is that use re-emerges sharply at odds with exchange in space, for it implies not 'property' but 'appropriation'. Appropriation itself implies time (or times), rhythm (or rhythms), symbols, and a practice. The more space is functionalized - the more completely it falls under the sway of those 'agents' that have manipulated it so as to render it unifunctional - the less susceptible it becomes to appropriation. Why? Because in this way it is removed from the sphere of lived time, from the time of its 'users', which is a diverse and complex time (LEFEBVRE, 1992, p. 356).

O ponto-chave para a compreensão da relação decorrente da historicidade refletida nas relações sociais materializadas, as quais são ao mesmo tempo coexistentes e superadas (a negação ou substituição do velho pelo novo), varia tanto horizontalmente, numa perspectiva espacial sincrônica, como verticalmente, numa perspectiva temporal diacrônica.

Tais relações são produtoras de espaços cada vez mais amorfos e flexíveis uma vez que “na prática socioespacial, esse mundo se revela em suas contradições, em um movimento que aponta a um processo em curso, com base no processo das relações sociais” (CARLOS, 2001, p.11 e 12).

Embora exista uma dificuldade de se visualizar essas observações nas territorialidades produzidas pelos Movimentos Sociais Urbanos atuantes em João Pessoa, especialmente pela dificuldade de articulação entre os mesmos, pode-se perceber que a produção do espaço está condicionada a diversos interesses. Estes, por sua vez, vão desde a superação dos limites municipais, ao se espalhar para escala regional onde se evidencia uma história dependência com as organizações espaciais evidenciadas em Recife e em Natal, até o próprio processo endógeno de relações e dinâmicas espaciais na formação intra-urbana da cidade.

O fato é que, ao lidar com as coexistências das atuações socioespaciais, os movimentos apresentam dificuldades em perceber a própria dinâmica espacial, no concernente às estratégias dos diferentes atores sociais, em sua totalidade. Da mesma forma, as relações entre os atores sociais apresentam-se superficiais uma vez que as ações são desenvolvidas de forma isolada.

Dessa forma, a produção do espaço urbano de João Pessoa, enquanto produto de práticas (sociais, econômicas, políticas, ideológicas etc.) desenvolvidas pelos movimentos urbanos, é compreendida tanto pelas práticas e relações sociais (CALIXTO, 2000) como pelo território, por representar o reduto da materialização de tais relações e práticas (RIBAS et. all., 2004).

2.2 Desvendando os mitos para descobrir as ‘máscaras’: a configuração territorial em contexto.

Os estudos sobre a influência dos Movimentos Sociais Urbanos vêm sendo realizados pelos geógrafos de forma ainda moderada, especialmente no que diz respeito influência desses atores no processo de produção do espaço.

Já com relação aos estudos sobre a atuação dos movimentos sociais no campo, estes são mais comuns de serem encontrados, inclusive por parte dos geógrafos no desenvolvimento de análises sobre os impactos das relações trabalhistas e a luta pela terra a partir da análise das territorialidades desses atores sociais. As produções geográficas abordando esta temática já se apresentam como eixo-temático de diversas instituições de ensino superior.

Por sua vez, o estudo da atuação desses atores em um espaço urbano, está fragmentado a algumas Instituições de Ensino Superior, sendo a produção restrita a alguns pesquisadores que analisam esses atores como mais um elemento das relações sociais de classe sem aprofundarem suas análises sobre a participação desses atores na produção social do espaço a partir da produção de territórios e da influência na promoção da acessibilidade urbana.

Isso evoca a necessidade de se repensar as limitações que historicamente têm influenciando na forma de se pensar o espaço geográfico produzido ou apropriado por tais atores sociais. Dessa forma, concordamos com Gohn (2004) ao mencionar que existem pelo menos três fatores que têm influenciado em tais limitações.

O primeiro estaria relacionado à tendência de, enquanto pesquisadores, elaborarmos estudos empírico-descritivos nos quais contextualizamos a existência desses atores sem apreender as expressões dos mesmos no âmbito da cidade. Isto tem produzido efeitos tanto positivos, a exemplo de uma importante renovação e

dinamismo das ciências sociais (GOHN, 2004), possibilitando uma maior aproximação com o sujeito e sua influência na dinâmica socioespacial; como negativos, em especial os relacionados às limitações da observação de práticas e relações travadas com outros agentes espaciais e com o espaço no qual se cria um vínculo afetivo e nos quais as territorialidades reproduzem práticas contraditórias quanto ao uso e produção do espaço urbano.

Conforme observado no capítulo anterior, o uso do método qualitativo reduz os efeitos negativos na medida em que os fundamentos da análise de discurso possibilitam observar os membros que formam os MSUs enquanto atores sociais coletivos.

Outro fator que reflete esta limitação corresponde à própria fragmentação do debate sobre a prática desses movimentos sociais atuantes no espaço urbano. Para isto, seria necessário um diálogo mais consistente entre as ciências humanas.

A existência de um distanciamento entre as possibilidades de se observar as práticas dos movimentos sociais e as bases teóricas que explicam suas atuações torna a explicação das ações desses atores sociais bem mais complexa. O território e seus elementos constituintes (tipo de estrutura e relação socioespacial) apresentam-se como os meios para se observar as estratégias e táticas dos movimentos sociais, especialmente no que se refere à luta pela resolução das questões urbanas.

Um terceiro fator está relacionado ao uso descompromissado do modelo Europeu para os estudos das práticas desenvolvidas pelos Movimentos Sociais Urbanos no Brasil. Conforme já mencionado por GOHN (2004), tal uso é preocupante uma vez que os recortes defendidos não correspondem às mesmas demandas e complexidades inerentes a realidade brasileira. Os eventos ocorridos na Europa, assim como a própria conjuntura político-social que proporcionaram o surgimento dos movimentos sociais, são distintos dos eventos evidenciados no Brasil, fato que

torna necessário rever os fundamentos que são utilizados, a partir da associação entre a produção europeia sobre a formação dos movimentos urbanos, na explicação do surgimento dos Movimentos Sociais Urbanos no Brasil.

Por outro lado, a carência de produções voltadas para a construção de estudos teóricos que expliquem o processo de criação e difusão dos Movimentos Sociais Urbanos no Brasil torna importante a consulta de estudos desenvolvidos pelos pesquisadores europeus. Para isso, são necessários esclarecimentos adicionais que influenciem na redução das disparidades entre estas duas formas de se observar a produção do espaço urbano a partir dos Movimentos Sociais Urbanos.

Problema semelhante ocorre com a ausência de um diálogo com a produção norte-americana uma vez que alguns elementos presentes nas estruturas urbanas são herdados da própria observação do modelo americano, tanto no que diz respeito aos contrastes socioespaciais, criados em decorrência da importância dada ao Estado, como pelos próprios valores culturais que ao longo do século XX foram infiltrados e reproduzidos na cultura brasileira.

Algumas tentativas de aproximação dos estudos científicos sobre este tema vem sendo realizadas no contexto latino americano, tendo como destaque o papel da CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales) na difusão das produções científicas entre os pesquisadores de diversos países latinoamericanos acerca de questões de relevância social, as quais são produções provenientes dos diferentes campos do conhecimento científico.

As limitações apresentadas anteriormente têm, no entanto, dificultado a compreensão de muitos aspectos evidenciados na atuação dos Movimentos Sociais Urbanos, fato que explica o desenvolvimento desse tipo de segmento social em alguns espaços e ineficiência em outros. Em outras palavras, vivemos com a ausência de um aporte teórico que sirva de fundamento para a explicação da complexidade de

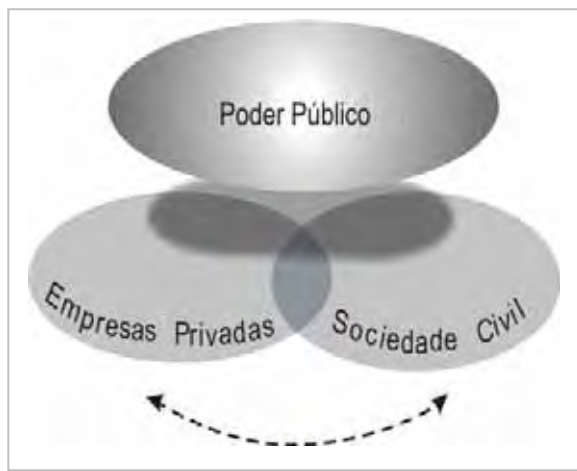
nossa estrutura social. A construção desse aporte teórico deve ser concebida em comunhão com a realidade empírica que compõem os elementos que identificam as características dos movimentos atuantes em nossos espaços urbanos.

Contudo, embora sejam constatadas tais limitações, é igualmente verdade a existência de uma diversidade de influência e identidades entre os Movimentos Sociais Urbanos, alguns reproduzindo os modelos europeus, especialmente os voltados para compreensão dos limites estruturais, e outros baseados na guerra político-ideológica caracterizada pelos novos movimentos sociais evidenciados no paradigma americano. Em ambos, tem-se presente o processo de construção e reestruturação de territórios: numa perspectiva mais material (disputa territorial, especialmente pelos direitos) e outros mais simbólicos (busca por uma identidade com o espaço onde os mesmos atuam). Isto justifica a necessidade de desenvolvimento de estudos que analisem essas influências.

Essas perspectivas nos possibilitam refletir sobre uma questão: quando nos referimos ao processo de produção-apropriação do espaço pelos Movimentos Sociais Urbanos no Brasil, a que concepção de território deveríamos fazer referência: Ao território das relações de poder, produto e produção das relações socioespaciais ou ao território do simbólico que envolve a análise de como o espaço é apropriado tendo em vista o debate político amparado por fatores (valores) ideológicos?

No primeiro caso, tem-se o território enquanto produto das práticas urbanas, caracterizado pelo valor dado ao espaço (valor de troca). A triangulação da relação entre os atores sociais deve ser observada em sentido de complementaridade. Assim, essas relações têm na esfera pública o elemento delineador uma vez que é a partir dos parâmetros (legais e políticos) propostos pelo município, que as territorialidades do espaço produzido são, então, materializadas (**Figura 2**) pelas estratégias e táticas socioespaciais desenvolvidas pelos demais atores sociais.

Figura 2: relação entre os atores sociais: o debate sobre a produção do território



A **figura 2** representa o papel do poder público na definição das territorialidades desempenhadas pelos atores sociais. A representação busca evidenciar, pelo menos, três frentes: a) existe uma dependência entre as ações (estratégias e táticas) a qual está representada pelas setas; b) O poder público projeta as regras a serem seguidas pelos atores, especialmente no contexto do ordenamento territorial conforme representado pela sombra projetada e; c) mesmo tendo que obedecer as regras e diretrizes postas, os demais atores sociais mantêm relações de dependência que influenciam na própria atuação do poder público.

O território enquanto produto pode ser compreendido como a categoria espacial na qual podem ser valorizados os objetos, as funções, as estruturas e os processos, coordenados pela esfera pública que ordena as práticas de outros atores e a seleção dos espaços a serem utilizados como estratégicos, redirecionando as relações de poder (disputa territorial) para os mesmos.

O espaço se torna, assim, expressão das relações de poder entre esses atores, segundo a qual existem arranjos (políticos, econômicos e ideológicos) que coordenam os avanços e retrocessos na configuração territorial, cabendo ao poder público a montagem do cenário a ser trabalhado pelos demais atores sociais. Estes, se por um lado são influenciados por tais práticas, por outro também às influenciam uma vez que fornecem novos significados aos objetos e ações.

Já no segundo caso, o território simbólico, se utilizarmos como referência as concepções trabalhadas por Haesbaert (2004), o território é decorrente do significado dado ao espaço pela sociedade, através de seus valores, planos e relações. Esse território (espaço apropriado) é envolvido por relações simultâneas que não necessariamente precisam estar disputando, entre si, o controle do território para

reduzi-lo (dar sentido a sua existência). Nessa perspectiva, o território-apropriado seria o espaço das multiterritorialidades (Haesbaert, 2004) dos atores sociais ao se relacionarem (território-produto) disputando o espaço, produzindo-o, mas também se relacionando com o mesmo de forma simultânea. Tem-se, portanto, um território decorrente de apropriação.

Para esta nova perspectiva, a triangulação da relação entre os três atores sociais deve ser observada de forma superposta, tendo como delineadores todos os atores sociais que desenvolvem estratégias e táticas de apropriação territorial. Esta apropriação, por sua vez, não necessita ser apenas por substituição (diacronias) uma vez que pode ser evidenciada em sua sincronia (simultaneidade).

Nesse contexto, o espaço é observado a partir das práticas simultâneas entre os atores sociais, sendo classificado pelos valores dados por seu uso e interesses (Figura 3).

Figura 3: relação entre os atores sociais: o debate sobre a apropriação do território.



A **figura 3** representa a organização espacial a partir das práticas territoriais produzidas pelas relações entre os atores (área de interseção superior). Nesse sentido, o controle do poder público não consegue apreender as práticas cotidianas dos demais atores sociais, representada na interseção entre as empresas privadas e a sociedade civil. Ao mesmo tempo, as estratégias e táticas particulares e as relações com o poder público são agora estabelecidas: a apropriação influencia, assim, na produção do

É em meio ao debate decorrente da relação entre esses atores sociais e suas práticas que permeia a própria formação socioespacial. A cidade é produzida como consequência de um movimento maior que transcende seus domínios (econômicos, políticos e ideológicos), influenciando nas relações e valores socioespaciais. Por outro lado, nesta mesma cidade são expressos os conflitos e contradições sociais entre os

seus próprios atores. Assim, cada prática socioespacial é influenciada e influencia este processo.

Um desses atores, vinculados à esfera da sociedade civil organizada, são justamente os Movimentos Sociais Urbanos que passam a ter uma participação mais ativa no debate sobre o direito à cidade a partir da influência da conjuntura política evidenciada no país em meados dos anos de 1970. De fato, esta conjuntura subsidiou a criação de movimentos questionadores dos processos de produção do espaço urbano, especialmente no que diz respeito a lutas urbanas de favorecimento social sobre as principais demandas espaciais: infra-estrutura, equipamentos urbanos de uso público de um modo geral etc.

As ações desenvolvidas por esses atores sociais nesse período serviram de parâmetros para a adoção das concepções estruturalistas desenvolvidas por autores como Manuel Castells, Jordi Borja, Alain Touraine, entre outros que se preocuparam com a formulação de teorias e metodologias para explicar os processos que estavam sendo desencadeados na estrutura urbana.

No âmbito da geografia, a influência desses fatores esta relacionada às disputas de poder entre o Estado, enquanto ator hegemônico, e os atores sociais emergentes que se sentiam mergulhados pelo então modelo capitalista de desenvolvimento: a globalização (abertura de mercados), a reestruturação produtiva (desenvolvimento de novas tecnologias e meios de produção) e o neoliberalismo, representado pela minimização da participação do Estado no mercado (LESBAUPIN, 2000; ARAUJO, 2000).

Nesse contexto, a produção do espaço é conduzida pelas contradições inerentes às práticas dos atores sociais tendo, no ordenamento urbano desenvolvido pelo poder público, os “limites” do processo de produção do espaço. Já a apropriação é conduzida pelas complementaridades de interesses entre esses atores que, embora nem sempre concordantes, são complementares na medida em que constroem

territorialidades a partir de diálogos e práticas assim como a própria disputa de poder entre os mesmos (apropriação de território), a qual evidencia as contradições socioespaciais e sua complexificação.

Por outro lado, os mesmos interesses pelo território (produzido e apropriado) são evidenciados quando os atores sociais defendem a valorização do território por seu valor de uso (importância no contexto espacial). Os Movimentos Sociais Urbanos partem tanto de uma perspectiva como da outra, ou seja, produzem território, ao realizarem ocupações e lutarem pela conquista dessas áreas ocupadas, se apropriam dos territórios, ao manterem suas práticas socioespaciais e influenciarem no ordenamento urbano. É nesse contexto que identificamos a dialética na atuação dos Movimentos Sociais Urbanos, assim como a sua complexidade quanto ao interesse pelo direito à cidade.

O direito à cidade é, portanto, decorrente da participação na produção do espaço uma vez que os MSUs passam a se apresentar como representantes legais pelos direitos sociais pela obtenção de melhorias na estrutura urbana e na própria qualidade de vida da sociedade. Da mesma forma, o direito é obtido pela apropriação do espaço uma vez que passam, também, a reivindicar o direito ao uso e acesso aos espaços produzidos ao longo do processo de formação socioespacial da cidade.

As lutas desenvolvidas no contexto urbano desde a década de 1970 são forjadas em meio a essas duas influências, sendo classificadas por três parâmetros: a) a luta por questões relacionadas ao consumo coletivo, que resultou na participação direta na produção espacial; b) a luta pela criação de identidades culturais e valorização da autonomia conquistada, tendo as preocupações relacionadas ao direito ao uso e acesso ao espaço produzido; e c) o aumento do poder local, neste caso com forte participação de empresas privadas nacionais e multinacionais,

responsáveis pela redução da participação dos movimentos urbanos: seja no que diz respeito à produção, seja no concernente a apropriação urbana.

As reivindicações dos MSUs estão, assim, pautadas na elaboração de discursos, fato também observado no que se refere à ação do Estado, agente coibidor das práticas desses atores. Na maior parte dos casos, os movimentos eram coordenados pelas pastorais da Igreja Católica que, além de estimularem mobilizações voltadas à transformação social (inclusão social), protegiam os membros do movimento e influenciavam na realização de ações de estratégias para delimitação territorial. Assim, atuavam na definição dos territórios que deveriam ser ocupados ou utilizados para difusão das lutas desenvolvidas pelos mesmos, contribuindo para a adoção de um novo significado a noção de sociedade civil.

Durante o período 1970-1980, e principalmente no final da década de 80, a noção de sociedade civil sofre algumas alterações, devido, entre outras coisas, a associação desse significado com as noções de autonomia, participação, direitos humanos e, especialmente, cidadania. Estes termos são cada vez mais relacionados à luta dos movimentos.

Não se trata mais de um sinônimo de sociedade, mas de uma maneira de pensá-la, de uma perspectiva ligada à noção de igualdades de direitos, autonomia, participação, em fim, os direitos civis, políticos e sociais da cidadania (.....) a noção de sociedade civil se transforma e passa a ser compreendida em oposição não apenas ao Estado, mas também ao mercado. Trata-se agora de uma terceira dimensão da vida pública, diferente do governo e do mercado. Em vez de sugerir uma idéia de uma arena para a competição econômica e a luta pelo poder político, passa a significar exatamente o oposto: um campo onde prevalece os valores da solidariedade (BREDARIOL & VIEIRA, 1998, p.101 e108).

Assim como ocorre com a compreensão do processo da organização do espaço urbano, os movimentos sociais podem ser compreendidos a partir de três perspectivas: a) a **política** – representada pelos movimentos de bairros que emergiram na cidade em meados dos anos 1970; b) a **cultural** – representada,

predominantemente, pelos movimentos que passaram a se preocupar com a igualdade e liberdade, especialmente de gênero e raça; e c) **a ideológica** – pautada na busca pela autonomia e pela luta em defesa da descentralização administrativa e melhorias em infra-estrutura e equipamentos urbanos.

Esta descentralização fez com que os atores substituíssem as reivindicações sócio-ambientais por reivindicações que transformassem de fato a estrutura social, o que resultou no surgimento de novas demandas como o debate sobre público-privado e a luta pela cidadania, atualmente reconhecida como direito à cidade (GOHN, 2004). Por outro lado, as transformações políticas, associadas às mudanças econômicas e sociais, passaram a influenciar em mudanças nas relações sociais, tornando cada vez mais fragmentada a ação dos movimentos uma vez que se confundem com os interesses individuais de seus membros. Com isto, a concepção de território (produção e apropriação) torna-se limitada.

Isto influenciou para que na década de 1990 houvesse um descrédito quanto à importância dos movimentos sociais, especialmente no que diz respeito aos debates sobre o processo de formação espacial (disputa por territórios). Esta situação se modificou apenas na metade da década de 1990 por conta de uma alteração na forma de se pensar politicamente o espaço.

Nesse contexto, representantes da sociedade civil passaram a ter uma importância maior sendo mais valorizados por parte do poder público que passou a desenvolver um discurso de uma administração mais participativa e transparente. Esse processo acabou reduzindo o número de movimentos preocupados com mudanças em fatores estruturais assim como o surgimento de outros preocupados com a cidadania, ou seja, a luta pelo direito à cidade representada pela participação na produção, consumo e apropriação espacial. A dicotomia inerente à concepção de território (produção e apropriação) assume, então, uma nova importância ao

aproximar as lutas ao cotidiano da sociedade, associando as ações ao discurso proferido por sujeitos que representariam uma determinada coletividade.

A luta emerge e se realiza no nível da vida cotidiana – é neste plano que percebem, lutam e reivindicam. Dessa prática, como vimos, surge a consciência de que não se trata de uma luta apenas pela manutenção do bairro; há uma preocupação em discutir o sentido da cidade, em torno da transformação da vida. (CARLOS, 2001, p. 301 e 302)

Em decorrência dessa aproximação da escala do cotidiano, os Movimentos Sociais Urbanos passaram a ter como prioridade a difusão do trabalho coletivo (direito a ter direito) e ao próprio processo de exclusão social (combate à violência, pobreza e segregação). Foi em meio a esse contexto que os movimentos sociais de João Pessoa começaram a se estruturar. Eles surgem, portanto, em um momento crítico: desconhecimento, por parte da sociedade, do papel e importância desses atores sociais para o processo de ordenamento socioespacial; emergência de ONGs que passam a realizar funções tradicionalmente desenvolvidas pelos movimentos e ausência de um histórico de experiência com o espaço no qual exerce sua territorialidade.

Com isso, os movimentos passam a ser caracterizados pelo grau de inclusão e participação dos atores sociais no processo de ordenamento urbano. A apropriação do território se efetiva de forma fragmentada uma vez que os objetivos do movimento são também fragmentados. A dificuldade em se articular com os outros movimentos produz uma atuação ainda incipiente. Tais fatores vão servir para mostrar a fragilidade existente nos movimentos urbanos: ausência de uma atuação mais efetiva no processo de produção espacial.

No caso João Pessoa, a participação dos Movimentos Sociais Urbanos no debate e ações para resolução de questões urbanas aparece em meados da década de 1990. Estes movimentos surgem com sérios problemas, dentre os quais se destacam a dificuldade de atuação em escalas diferenciadas e da dificuldade de realizarem ações

articuladas. Poder-se-ia afirmar, assim, que os MSUs de João Pessoa existem sem existir uma vez que escapam aos mesmos a capacidade de apreender as diversas escalas de ação.

O debate sobre a produção do espaço é restrito a reivindicações superficiais uma vez que os movimentos não participam ativamente das relações socioespaciais inerentes à estruturação das formas, funções e estrutura urbana. Por sua vez, evidencia-se uma passividade quanto à luta pela apropriação espacial. O reflexo disso encontra-se relacionado à dificuldade de se evidenciar os reais valores que identificam o pessoense, ou seja, sua identidade.

Os MSUs de João Pessoa aparentam, assim, ter dificuldades de espacializar suas ações de forma a participar do processo de produção e apropriação espacial. Os fatores econômicos, políticos e ideológicos são apresentados como as máscaras da atuação desses movimentos, especialmente por influenciar na articulação dos mesmos e, conseqüentemente, na espacialização de suas ações. O fato de não participarem ativamente da produção e de não se apropriarem do espaço traria, nesse contexto, repercussões ao processo de formação urbana da cidade.

Tal questionamento será analisado com maior acuidade nos próximos capítulos. Antes, no entanto, é preciso deixar evidenciado que, independente do grau de complexidade encontrado tanto na estrutura espacial da cidade como em sua estrutura social, os movimentos sociais são atores sociais importantes na produção do espaço urbano uma vez que, apropriando-se das vantagens e desvantagens inerentes ao próprio espaço, possibilitam uma maior visualização dos fatores que condicionam sua formação. Para isto, se faz necessário deixar entendido o que concebemos por Movimentos Sociais Urbanos.

2.3 Quem são esses “novos” atores sociais?

A inclusão das aspas ao questionarmos a identidade dos Movimentos Sociais Urbanos justifica-se pelas diversas contradições inerentes a origem dos mesmos no tempo e no espaço, especialmente por parte dos teóricos que se dedicaram ao estudo desses atores sociais utilizando tais contribuições enquanto subsídio para entender as particularidades desses movimentos no Brasil enquanto consequência do processo de exclusão social decorrente dos impactos da globalização de massa que tem despertado na sociedade o interesse por se organizar e lutar por direitos sociais, a exemplo do direito à moradia.

No tempo, existe a hipótese de que esses atores tenham surgido de forma mais expressiva na década de 1970 quando diversos países da América Latina, inclusive o Brasil, vivenciavam um momento de pressão do autoritarismo militar despertando na sociedade o anseio pela obtenção da autonomia e inclusão social. Esta situação proporcionou o surgimento de movimentos institucionalizados: sindicatos, pastorais, representantes de bairros, etc.

Existe igualmente a hipótese de que, no Brasil, os MSUs tenham surgido entre as décadas de 1980 e 1990 a partir do processo de redemocratização (especialmente no Brasil), e das inquietações sociais decorrentes da difusão da política neoliberal e do impacto da globalização. Tais eventos despertaram em segmentos da sociedade (população mais carente) o interesse pela conquista dos direitos sociais, especialmente os relacionados aos direitos à moradia digna e mobilidade urbana através da luta pela reforma urbana. Dessa forma, tais atores são originados dos segmentos da sociedade que lutam por justiça social e qualidade de vida (condições de habitabilidade, emprego, moradia, etc.).

Quanto ao espaço, as divergências pairam em torno da hipótese de que esses atores sociais sejam articulados em escala nacional, desenvolvendo atividades territoriais bem definidas a partir de uma agenda comum de ação; ou estejam presentes em diversas cidades realizando encontros nacionais, porém possuindo formas de ação bem diferenciadas como é o caso do CMP (Central de Movimentos Populares) que nacionalmente atua como coordenação de mobilizações e intercâmbio entre os movimentos, mas em diversas cidades a atuação se aproxima a de um movimento social. Outro exemplo é o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) que, a partir de decisões tomadas em encontros nacionais, desenvolvem ações comuns (ocupação) nas cidades onde possuem sede a partir da realização de uma agenda comum de atuação.

O aspecto comum é que todos os movimentos que atuam na cidade são urbanos, se entendermos como verdade o fato de que estão presentes e atuantes em espaços urbanos. As diferenças pairam quando o sentido de urbano passa a ser relacionado ao sentido de complexidade socioespacial decorrentes do processo dos conflitos resultantes das relações de produção do espaço (LEFEBVRE, 1999).

O urbano, enquanto forma, transforma aquilo que reúne (concentra). Ele faz diferir de uma maneira refletida o que diferia sem o saber: o que só era distinto, o que estava ligado às particularidades no terreno. Ele reúne *tudo*, inclusive os determinismos, as matérias e conteúdos heterogêneos, a ordem e desordem anteriores. Aí compreendidos os conflitos, as comunicações e formas de comunicações preexistentes. Como forma que trans-forma, o urbano des-estrutura e re-estrutura seus elementos, as mensagens e códigos egressos do industrial e do agrário. (LEFEBVRE, 1999, p. 156)

Com base nisso existem movimentos que mesmo presentes no espaço urbano não participam diretamente dos processos que envolvem a produção desse espaço uma vez que não influenciam nas transformações do terreno. É bem verdade que tanto um como outro produz território ao delinear relações de poder decorrentes das próprias práticas socioespaciais. Contudo, as concepções de território são

diferentes. Para os movimentos que, presentes no urbano, não interferem nas redefinições espaciais, o território é simbólico (produto das relações de poder), embora dialeticamente este seja real uma vez que é bem delimitado por tais atores sociais. Já para os movimentos que, igualmente atuantes no espaço urbano, interferem nas redefinições espaciais, o território é real, ou seja, é materialmente conquistado e delimitado sendo expresso, principalmente, na escala da moradia com rebatimento no reordenamento de outros setores da dinâmica urbana.

Finalmente, a última observação diz respeito ao próprio significado etimológico do que se considera como sendo Movimento Social Urbano. Por movimento deve-se compreender algo transitório: um processo que se sustenta até o momento em que finaliza o sentido de sua existência. Assim, os movimentos existem em essência até o momento em que existirem demandas pela conquista das bandeiras de luta, como é o caso do movimento de sem-terra, sem-teto, luta por moradia, étnico, de gênero, *hip hop*, entre outros.

Contudo, ao adjetivarmos esses movimentos no momento em que inserimos o termo social, o significado se torna mais amplo. Alguns movimentos passariam a não se enquadrar, pois estariam mais para movimentos populares (luta por uma conquista específica de um segmento da sociedade como é o caso do movimento de gênero e étnico) do que para movimento social. O MNLM surge como exemplo uma vez que, independente da classe social, a questão da moradia se constitui como de interesse de todos os segmentos sociais tanto por aqueles que lutam para ter esse direito (conquista da propriedade e das condições de habitabilidade) como por aqueles que lutam para não perder o direito de propriedade e estimam por uma segregação socioespacial. Existem ainda aqueles que lutam para que tal impasse seja resolvido de forma planejada e articulada evitando, com isso, possíveis distúrbios socioespaciais.

Finalmente, quando inserimos o termo urbano, a complexidade ganha novos ares uma vez que apreende aqueles movimentos que se apropriam do espaço a partir de ocupações temporárias, fluídas ou pontuais; e outros que atuam produzindo e redefinindo o espaço urbano, através de ocupações permanentes (moradia), fixas e diversificadas, conforme já evidenciado em parágrafos anteriores. Em síntese, teríamos o seguinte esquema (**Figura 4**):



Elaborado por Xisto Souza Júnior (2008)

Assim, o que consideramos como Movimentos Sociais Urbanos são os movimentos voltados para lutar por interesses comuns no espaço urbano ao construir o território de relações territoriais de poder, realizando, portanto, práticas territoriais, ou influenciando no processo de ordenamento do espaço urbano ao interferir nas funções socioespaciais.

Tal concepção está baseada em formulações já elaboradas por Alain Touraine (1994, 1973, 1969), Manoel Castells (1999; 2000), Jean Lojkin (1997) e Jordi Borja (1975) que desenvolveram importantes considerações sobre a origem dos movimentos sociais, inclusive os urbanos, e suas principais características. Embora se

configurem como teóricos reconhecidos internacionalmente, esses autores fizeram uma leitura segundo uma perspectiva das relações sociais, o que é natural tendo em vista a formação dos mesmos, não se aprofundando em questões que relacionassem esses atores como produtores do espaço urbano, apesar de teorizarem sobre questões urbanas.

Assim, buscaremos nas próximas páginas fazer um resgate das principais idéias trabalhadas por esses autores no que se refere à atuação dos movimentos sociais, extraindo delas um conteúdo que pode servir (e tem servido) como subsídio a realização de uma leitura geográfica das expressões originadas por esses atores no âmbito da atual conjuntura política, econômica e social. Acrescentamos a estas formulações algumas contribuições de geógrafos brasileiros que nas últimas décadas têm se envolvido com o debate sobre os atores sociais urbanos.

Alan Touraine aproxima a concepção de sujeito à noção de movimento social ao afirmar que o “sujeito só existe como movimento social” (TOURAINE, 1994, p. 249) tendo como objetivo a contestação da ordem. Embora o autor não aborde diretamente a questão dos movimentos urbanos, sua análise pauta nas expressões deixadas pela sociedade industrial concebida como sociedade moderna, a qual resgata o valor do sujeito (social) cujo fator cultural apresenta-se como principal elemento identificador.

Touraine (1994) compreende, assim, a própria impossibilidade de se separar sujeito e ator social (ser produtor da vida social) do indivíduo (ser consumidor de normas e instituições sociais) o qual se torna sujeito na medida em que passa a assumir uma nova posição frente à insatisfação do que é imposto pela sociedade de massa (moderna). Assim, o movimento surge como “um ator coletivo cuja orientação maior é a defesa do sujeito, a luta pelos direitos e a dignidade dos trabalhadores” (TOURAINE, 1994, p. 254) tendo como objetivo questionar uma

relação que se materializa nas instituições e organizações. Para o autor, o que caracteriza esses novos atores é o fato de que a luta deixa de ser voltada para questionar o sistema de produção, mas as finalidades do sistema de produção.

Embora Touraine esteja fazendo referência a um contexto social que data do final da década de 1960, quando passou a diferenciar os velhos movimentos, a sua concepção é importante uma vez que corresponde à realidade brasileira vivida nas três últimas décadas, quando os movimentos transformam suas bandeiras de luta voltando-se mais pela promoção de reivindicações relacionadas aos direitos humanos (moradia, saúde, etc.) do que ao sistema de produção, embora as expressões populares tenham permanecido marcadas por temas como o fim de acordos com o mercado internacional, as críticas ao neoliberalismo econômico e as políticas de privatização. Isso, no entanto, existe apenas nos discursos desses atores uma vez que a demanda social se torna, na prática, a principal bandeira de luta.

Hoje o espaço público está lotado por esses novos movimentos sociais, mesmo que muitos só vejam sua fraqueza política. Malgrado a influência exercida sobre eles pelo fundamentalismo revolucionário das seitas esquerdistas ou, ao contrário, seu fechamento em temas não políticos e numa mistura de afirmações muito globais e de objetivos muito particulares, deve-se reconhecer que as novas contestações não visam criar um novo tipo de sociedade, menos ainda libertar as forças de progresso e de futuro, mas 'mudar a vida', defender os direitos do homem, assim como o direito à vida (TOURAINÉ, 1994, p. 261 e 262)

Em *Production de la Société* (1973), Touraine concebeu que a essência dos movimentos sociais não se encontraria orientada por valores expressos de forma consciente uma vez que estariam localizados no nível do sistema de ação histórica definindo-se pelo confronto de interesses opostos para o controle das forças de desenvolvimento. Assim, os movimentos não seriam uma simples expressão de intenção ou concepção de mundo.

Touraine considera que a conjuntura de desenvolvimento técnico, científico e informacional, caracterizada a partir da década de 1970, obrigou os movimentos a terem que se definir frente aos conflitos sociais que colocavam em xeque o desenvolvimento social. Com isso, os movimentos deveriam ser guiados por três princípios: o da identidade, o da oposição e o da totalidade sendo, portanto, um ator histórico (TOURAINÉ, 1969; 1973).

De acordo com Touraine (1973), no princípio da **identidade** o ator (movimento social) se autodefine. Assim, o movimento não poderia ser considerado organizado sem ter consciência do que o define, sendo o conflito o elemento que constitui e organiza o movimento. Já o princípio da **oposição**, semelhante ao anterior, seria uma pré-condição à organização do movimento social uma vez que o mesmo precisa definir os seus adversários, os quais se originam a partir do próprio interesse de conflito. Finalmente, o princípio da **totalidade** corresponderia à atenção ao sistema de ação histórica na qual se discute o processo de dominação por parte dos adversários. Este princípio denota bem a importância que Touraine dedica ao fator histórico como elemento de amadurecimento e consolidação do movimento social e seu enfraquecimento representa a fragmentação dos conflitos (TOURAINÉ, 1973, p. 346).

Para Touraine (1973, p.386), os movimentos seriam, portanto, a “expressão direta ou indireta do conflito das classes”. Sua forma depende do sistema político e da organização social, atuando, neste caso, como uma expressão de uma coletividade em diferentes escalas territoriais.

Apesar de considerar o movimento como expressão de uma coletividade, Touraine deixa bem evidente que existe diferença entre movimento social e condutas coletivas, posicionamento este corroborado por outros autores contemporâneos, adeptos da análise social na perspectiva do materialismo histórico e dialético.

Outra observação relevante nas considerações que Touraine, mencionada no livro *Production de la société* (1973), é a relação do movimento social na conjuntura política. Para o autor, o movimento social não seria matéria-prima da ação política, embora contraditoriamente afirme que eles sejam a razão disto. A relação entre o movimento social e a ação política depende das condições de formação e organização social do movimento. Assim, sendo um movimento grande, este pode exercer uma expressão política. Porém, caso seja pequeno, de pouca expressão, esse movimento pode ser usado pelas forças políticas.

Poderíamos ainda fazer referência a outra contribuição igualmente importante de Alain Touraine, a *Sociologie de la action* (1969), na qual o autor faz um resgate das concepções de ideologia - “toda identificación de esas mediaciones al sujeto histórico que se hace, em consecuencia, desubjetalizado, reificado” - e utopia, “toda tentativa de um actor histórico para identificarse directamente al sujeto histórico, prescindiendo de las mediaciones institucionales y organizacionales” (TOURAINÉ, 1969, p. 169). Com base nessas concepções, o autor reforça a relação dos movimentos sociais enquanto sujeitos coletivos (sujeitos históricos).

Já Castells (2000, p.375) define movimento social como “organização do sistema dos agentes sociais (conjuntura das relações de classe) tendendo a produzir um efeito qualitativamente novo sobre a estrutura social”. Este efeito qualitativamente é expresso a nível das estruturas e das práticas. Para o autor a observação das contradições inerentes a estrutura urbana se apresenta como um elemento-chave na análise dos movimentos sociais uma vez que põe dúvidas sobre a ordem estabelecida (AMMANN, 1991).

Ao observar a relação entre movimentos sociais e estrutura urbana, Castells concebe os movimentos urbanos enquanto um conjunto de atores sociais resultantes da articulação de um sistema de agentes urbanos que interferem na

transformação estrutural do sistema urbano. Assim, para Castells (2000, p. 390), “[h]á Movimento Social Urbano quando há correspondência entre as contradições estruturais do sistema urbano e uma linha exata de uma organização formada a partir da cristalização de outras práticas”.

As considerações de Castells remetem a um impacto desses atores sociais não apenas na sociedade, mas, simultaneamente, na estrutura urbana. Tal concepção se aproxima do enfoque que estamos utilizando na nossa definição de Movimento Social Urbano. A diferença estaria no fato de acreditarmos que os movimentos sociais não influenciariam apenas na estrutura urbana (espaço-produto/ forma), mas no próprio redirecionamento da mobilidade urbana (espaço-apropriação/ função). Infelizmente, Castells não forneceu nesta obra a devida importância à influência dos Movimentos Sociais Urbanos enquanto agentes envolvidos com a questão urbana, ao valorizar a estrutura pela estrutura.

Em termos de caracterização, Castells concebe que os movimentos se autodefinem por suas práticas (CASTELLS, 1999, p. 94) e, assim como definido por Touraine, eles estão diretamente relacionados à sua própria história, existindo igualmente concordância no que diz respeito aos princípios que regem a atuação dos movimentos (identidade, oposição e totalidade).

Jordi Borja aprofunda o debate sobre o papel dos Movimentos Sociais Urbanos definindo-os como “acciones colectivas de la población en tanto que usuaria de la ciudad, es decir, de viviendas y servicios, acciones destinadas a evitar la degradación de sus condiciones de vida” (BORJA, 1975, p. 12). Nesse sentido, Borja amplia o entendimento da ação desses atores ao incluir a luta pela conquista das demandas urbanas (infra-estrutura e equipamentos) enquanto fundamento da ação dos Movimentos Sociais Urbanos.

Com relação à natureza desses atores, Borja (1975, p. 17 e 18) propõe quatro possibilidades que motivam a formação de movimentos urbanos: a) deterioração das condições de vida; b) ameaça decorrente da ação urbanística (intervenção urbanística); c) déficit nas condições de moradia e de serviços e; d) oposição à política urbana da administração pública.

A caracterização proposta por Borja fornece o elo de ligação com a leitura geográfica ao concebê-los como atores “constituídos por la acción de um grupo social que actúa sobre uma base territorial” (BORJA, 1975, p.19). Assim, são movimentos que não se limitam a vivenciar o urbano enquanto elemento das relações sociais, mas enquanto produto da expressão material dessas relações na medida em que possuem o território como objeto de ação, representado na luta pela infra-estrutura e acessibilidade urbana.

Os MSUs que atuam em João Pessoa se enquadrariam nos requisitos propostos por Borja, especialmente no que diz respeito à luta contra a ameaça da intervenção urbanística e o déficit de moradia. As discordâncias estão voltadas na importância que Borja delega ao fator organizacional uma vez que compreendemos não ser este o elemento fundamental na atuação dos movimentos urbanos. Isso não significa que defendamos que tais movimentos não necessitem de ações organizadas (planejadas), mas de levarmos em consideração que esses atores sociais têm no imprevisto e na espontaneidade duas características importantes na configuração de suas bases ideológicas, especialmente pelo fato do planejador propiciar a realização de ações eficientes na medida em que possibilitam uma maior resistência na luta pela conquista do território ocupado.

Um último aspecto que poderíamos destacar a partir das formulações de Borja diz respeito à tentativa do autor em definir os elementos identificadores desses atores sociais. Para ele, Movimentos Sociais Urbanos são “aquellos movimientos de

las clases populares que partiendo de reivindicaciones urbanas alcanzan un nivel de generalidad de objetivos y de potencialidad política que modifican las relaciones de poder entre las clases” (BORJA, 1975, p. 54).

Tais movimentos são concebidos por Borja como movimentos populares de base social e territorial. Porém, não seriam todos os movimentos populares, mas apenas os que atuam em áreas urbanas, preocupados exclusivamente em auxiliar na solução do problema do déficit residencial, os quais se expressam de três formas: a) são movimentos reivindicativos (lutam por melhorias em infra-estrutura e equipamentos urbanos), democráticos (o objetivo reivindicativo é mais amplo, articulado e participativo) e com dualidade de poder (embates mais incisivos entre classes populares e a classe dominante). Os MSUs em João Pessoa desenvolveram bem as duas primeiras características ao desempenharem atividades de ocupação urbana (construção de moradias) e ações de reordenamento espacial. Assim, as ações são pautadas na produção de território através da ocupação e nas condições de acessibilidade urbana, através da apropriação.

Já Lojkin, outro importante teórico sobre a questão urbana, analisa a atuação dos movimentos sociais a partir da problemática da hegemonia do Estado na observação das lutas de classes na qual esses atores aparecem como algo antagônico ao poder institucional do Estado. O movimento social para Lojkin corresponderia a “capacidade de um conjunto de agentes das classes dominadas diferenciar-se dos papéis e funções através dos quais a classe (...) dominante garante a subordinação e dependência (...) com relação ao sistema sócio-econômico” (LOJKIN, 1997, p.314).

Nesse sentido, o movimento social corresponderia, de acordo com Lojkin, ao mais alto grau de expressão da luta de classes. Este só passa a ter sentido quando atua em oposição à classe dominante e aos atores hegemônicos. Adquire, assim, um

caráter revolucionário, apesar de afirmar que nem todo movimento seja revolucionário, corroborando, portanto, com as próprias formulações de Touraine.

Ao colocar o elemento político como fator de referência, Lojkin entende movimento social como consequência da combinação de um processo social decorrente do movimento de classes e outro relacionado ao movimento político. Seria, portanto, um segmento da sociedade que, ao se organizar, tem como objetivo “transformar o sistema sócio-econômico no qual surgiu” (LOJKINE, 1997, p. 359) a partir de um conteúdo ideológico e político posto em movimento por uma dada organização social. A expressão geográfica desses atores estaria, portanto, relacionada a sua extensão social em relação com o espaço territorial, ou seja, a escala de influência e articulação.

No âmbito do urbano Lojkin aponta os fatores ideológicos e políticos, no que se refere ao poder do Estado, como sendo os principais problemas na atuação dos movimentos. Assim, discorda de Castells quanto à compreensão de que a produção do urbano por parte dos MSUs esteja relacionada à questão da moradia e da acessibilidade aos equipamentos urbanos, alegando as conseqüentes limitações que produziriam a capacidade desses atores contestarem o poder econômico e a reprodução social coordenada pela classe dominante. Contudo, ao firmar tal posicionamento, Lojkin acaba reduzindo o papel do Movimento Social Urbano ao associá-lo apenas a um agente reivindicador.

Contudo, consideramos que tais críticas não procedem se levarmos em consideração o fato de que o objetivo dos movimentos urbanos está voltado para conquista da justiça social e qualidade de vida no espaço urbano. Questões de ordem econômica (reprodução dos meios de produção, consumo etc.) e social (desdobramentos da formação social) são de incumbência de outros movimentos

sociais que embora estejam presentes no espaço urbano não têm como meta exercer influência na produção do espaço urbano.

Não resta dúvida de que a quase totalidade dos Movimentos Populares Urbanos se move na instância da reprodução da força de trabalho. Suas reivindicações se dirigem à conquista de bens e serviços do consumo coletivo e não direta e explicitamente a propriedade dos meios de produção, nem de suas características fundamentais, como a propriedade privada, a produção da mais-valia, enfim, a exploração do trabalho em suas mais variadas modalidades. (AMMANN, 1991, p. 62).

Após a análise das concepções desses teóricos, cuja trajetória acadêmica transcende um ramo específico do saber científico, é possível elaborar um esquema preliminar sobre as características dos Movimentos Sociais Urbanos, as quais se expressam no território, em escalas variadas. Tais movimentos preocupam-se exclusivamente com a produção do espaço urbano, se constituindo como sujeitos sociais ao buscarem desenvolver atividades em coletividade. É possível ainda mostrar um quadro esquemático dos temas mais relevantes na produção dos autores (Quadro 4).

Quadro 4: síntese das principais abordagens sobre os Movimentos Sociais Urbanos.

	Relações de classe	Sujeito histórico	Sujeito coletivo	Estrutura social	Estrutura espacial	Identidade Operação Totalidade	Reivindicativo Democrático Dualidade de poder
TOURAINÉ							
CASTELLS							
BORJA							
LOJKINE	Dominante x dominado						Revolucionário

Elaborado por Xisto de Souza Júnior (2008)

No que se refere ao uso do aporte fornecido por esses autores enquanto referência na análise dos MSUs no Brasil, especialmente se a intenção estiver relacionada ao interesse de se fazer uma leitura geográfica da atuação desses atores sociais.

Uma primeira limitação é a associação dos movimentos sociais a uma determinada classe social e seu caráter opositor e reivindicador, conforme observado anteriormente em Castells, Touraine e Borja. Lojkin vai mais além ao associá-los a uma classe específica (dominados) no embate contra outra classe de atores dominantes, como se os movimentos sociais não fizessem parte do Estado e este não pudesse, igualmente, se expressar como movimento social ao patrocinar ações de mobilização ou consulta pública como, por exemplo, um plebiscito e campanhas sanitárias e preventivas. Outros atores tidos como agentes dominantes podem igualmente se expressarem como movimentos sociais. Assim, tal classificação é ineficiente e improdutiva.

A atual conjuntura política, econômica e social, especialmente de países como o Brasil, faz com que tais associações percam sentido uma vez que a própria organização social é hoje retrato de uma complexidade social na qual participam atores de diferentes grupos, etnias e situação social e financeira. Assim, é comum encontrar em MSUs a participação tanto de pessoas sem nenhuma formação acadêmica como de pessoas com curso superior finalizado. É comum encontrar desde pessoas desempregadas até pessoas que sobrevivem da economia informal e outras que atuam na economia formal. Além disso, a própria realidade socioespacial tende a formar uma sociedade cada vez mais interativa, com exceção de casos especiais nos quais os espaços são segregados de forma a produzir uma verdadeira separação social, especialmente por tipo de renda.

Outra limitação está relacionada à questão da ênfase dada à estrutura social e espacial. Diferente do período em que os atores vivenciavam quando desenvolveram suas bases conceituais (década de 1970-80), limitar a atuação dos movimentos no debate sobre o tipo de estrutura social e na luta por reformas urbanas não possibilita apreender a complexidade mencionada no parágrafo anterior.

Por um lado, a sociedade não se divide mais em compartimentos e nem muito menos possui funções bem definidas de forma a proporcionar o funcionamento regular do sistema social. A própria concepção de sistema é igualmente questionável uma vez que a ação social é fluida tanto vertical como horizontalmente, em suas práticas e ações. Por outro lado, as reivindicações por mudanças no espaço urbano não atingem a mesma objetividade que em décadas anteriores uma vez que o próprio sentido de urbano ganhou novos arranjos: ao invés da luta por reformas, o objetivo passou a ser relacionado a luta por melhorias na infra-estrutura do espaço urbano (habitabilidade) e conquista por equipamentos urbanos. Assim, as concepções de justiça social e qualidade de vida assumem uma posição de destaque por parte dos Movimentos Sociais Urbanos ao se tornarem os principais alicerces das bandeiras de luta.

Um terceiro fator que demanda uma atenção especial ao se utilizar as concepções dos teóricos europeus diz respeito à própria conjuntura econômica, política, social e ideológica vivida pelas atuais organizações sociais.

No âmbito econômico os movimentos atuam hoje em uma realidade em que o poder privado passa a delinear as condições de ordenamento urbano, algumas vezes em parceria com o poder público, e uma realidade na qual o equilíbrio financeiro, estabilidade econômica e desenvolvimento social tem se tornado uma constante a diversos países emergentes. Assim, os movimentos são obrigados a dialogar com esses atores ao invés de assumir uma posição reivindicatória. São guiados a participar da produção (inclusive do espaço urbano): seja através de práticas cooperativistas; seja por ações particulares de ocupação territorial.

No contexto político a realidade é, igualmente, diferenciada. Se outrora havia uma situação de oposição às políticas desenvolvidas pelo poder público, os atuais avanços na política urbana com a implementação de gestões cada vez mais

democráticas têm provocado mudanças na forma de atuação dos movimentos sociais. Ao invés de se apresentarem como segmentos opositores, esses atores sociais tornam-se “parceiros” no debate sobre o desenvolvimento urbano da cidade. Como se trata de um período de adaptação, essa conjuntura política tem sido responsável por verdadeiras cisões entre e nos diversos movimentos urbanos.

Quanto à questão social são evidenciadas mudanças significativas nos valores e forma de organização da sociedade. A luta pelo direito à moradia, por exemplo, não se resume mais a reivindicações de segmentos específicos da sociedade, mas a uma demanda comum e ampla. O acesso à moradia ganha uma complexidade diferente da luta por habitação que caracterizou os movimentos na década de 1970 ao ser compreendida como conjunto de elementos que possibilitam condições adequadas de habitabilidade (habitação, saúde, transporte etc.) e não mais a uma simples conquista de um teto.

Superpondo todos os elementos mencionados anteriormente, as mudanças na ideologia despontam como testemunho das limitações no uso dos aportes desenvolvidos pelos teóricos europeus para a realidade brasileira, apesar de serem imprescindíveis se a intenção estiver relacionada a busca por uma construção da base teórica para classificar os MSUs no Brasil. O debate sobre o sistema de produção capitalista perde cada vez mais sentido. Por um lado, a hegemonia econômica desse sistema no âmbito global e a queda do próprio socialismo sob a pujança do capitalismo, tornaram os discursos contra-capitalismo cada vez mais improdutivos. Por outro lado, as conquistas iniciadas no final da década de 1980 e aprovadas no século XXI, a exemplo do Estatuto da Cidade que garante a obrigatoriedade pela função social da cidade, têm fornecido condições básicas para a atuação desses atores sociais sem a necessidade de se travar “debates epopéicos” contra o Estado. Isso se efetiva através das aberturas que vem sendo fornecidas quanto à participação dos

mesmos no debate sobre a produção do espaço urbano. O principal cuidado está relacionado ao risco de cooptação e a perda da identidade e motivação do movimento.

Os fatores conjunturais mencionados (econômico, político, social e ideológico) ganham uma complexidade ainda maior na medida em que os atores sociais, outrora excluídos das vantagens provenientes do atual desenvolvimento técnico-informacional, passaram a utilizá-los em benefícios próprios. Isso torna a relação com o urbano algo ainda mais complexo, impossível de ser apreendido através do reducionismo de uma visão estruturalista. Tais atores sociais lidam com um espaço em constante reformulação. Ao afirmarmos tal posição não estamos fazendo referência ao estruturalismo enquanto corrente teórica, mas a estruturação enquanto processo contínuo do (re)ordenamento urbano a partir das mudanças nas funções sociais expressas no espaço, ou seja, a formação socioespacial.

No Brasil, dos geógrafos preocupados com a atuação dos Movimentos Sociais Urbanos destacamos as produções Silva (1986), Souza (1988; 2004; 2006), Souza e Rodrigues (2004), sobre Movimentos Sociais Urbanos, além de Fernandes (2001; 2005) que tem desenvolvido uma importante revisão conceitual acerca das características que diferenciam um movimento espacial do movimento territorial.

Em sua tese, José Borzacchiello da Silva analisa as formas de expressões espaciais de alguns atores sociais que compõem a sociedade civil organizada de Fortaleza (CE). Ao estudar a atuação desses atores, o autor contextualiza os fatores de formação dos Movimentos Sociais Urbanos, particularmente no contexto espacial da capital cearense, com ênfase a participação da sociedade civil concebendo o espaço-moradia como o local no qual os movimentos se expressam (SILVA, 1986, p. 173).

Temas como segregação, ação coletiva, estruturação urbana e participação coletiva aparecem como elementos balizadores das formulações do autor no que concerne a influência dos movimentos sociais no processo de produção do espaço urbano. Embora não tenha tido o objetivo de realizar um resgate teórico específico das concepções desenvolvidas sobre o tema, especialmente as produções dos autores europeus que tem exercido fortes influências sobre o estudo dos MSUs no Brasil, o autor analisa alguns dos principais temas trabalhados pelos teóricos europeus: a exemplo do valor que é dado ao fator político, acrescentando a inclusão dos movimentos sociais trabalhados enquanto ator político; a luta de classes e sentido de coletividade e participação.

O principal aspecto trabalhado pelo autor que nos instigou a formulação de debates é o fato ter desenvolvido sua pesquisa realizando entrevistas junto a sindicatos, associações, federações e fundações. Embora mencione esses segmentos como movimento popular (SILVA, 1983, p. 204), esses atores são concebidos em diversos momentos, como exemplos de Movimentos Sociais Urbanos. Com relação à primeira afirmação não encontramos discordância com a concepção que adotamos em nossa análise. Contudo, a divergência emerge a partir do momento em que os movimentos populares selecionados passam a ser concebidos como movimentos sociais (populares ou urbanos).

Se recorrermos ao dicionário da língua portuguesa, não necessitando, portanto, conhecer em profundidade o tema, perceberemos de imediato que os sindicatos, associações, federações e fundações possuem significados comuns uma vez que remetem a um agrupamento institucionalizado, voltado para luta tanto em decorrência de interesses particulares como por interesses de um pequeno grupo (FERREIRA, 2004). Dessa forma, tais segmentos sociais são completamente contrários

ao sentido de movimento social e Movimento Social Urbano, especialmente no que diz respeito à concepção que estamos adotando.

Em seu trabalho, o autor não realiza um aprofundamento sobre as diferenças entre movimento popular e movimento social e/ou movimento popular de bairro e movimento social de bairro, o que possibilitaria compreender melhor o que sustenta seus argumentos. Ao contrário, em diferentes momentos, ele trata essas relações como sinônimas. Infelizmente, não tivemos acesso à outra produção do autor a respeito dessa temática, com exceção de exposições orais em palestras e conferências, nas quais contextualiza esse debate enquanto problemática e não como fundamentação teórico-conceitual. Isso não permite afirmar que o posicionamento adotado ainda faça parte das concepções do autor.

Já Marcelo Lopes de Souza tem desenvolvido diversas análises de cunho teórico sobre o tema, embora se utilize de exemplos práticos em sua abordagem. Esse autor tem procurado identificar as características dos Movimentos Sociais Urbanos concebendo-os como uma das expressões dos ativismos sociais de bairro (SOUZA, 1988, 2004, 2006; SOUZA & RODRIGUES, 2004). Ele concebe como aspectos comuns ou legados (palavras do autor) desses atores a “conquista de direitos sociais (...), a politização das cidades (...) e a criação de uma margem de manobra para a humanização do urbano” (SOUZA, 2004, p. 193). Em linhas gerais o autor associa esses legados às conquistas de melhorias no equipamento urbano e infra-estrutura, direitos sociais entre outras. Todas estão relacionadas à produção do espaço urbano.

Concordamos com o autor quando este faz, diga-se de passagem, uma leitura geográfica sobre os Movimentos Sociais Urbanos, relacionando-os não apenas as questões de ordem material, conforme mencionada anteriormente, mais as de ordem política (participação nas decisões sobre a produção do espaço urbano); ideológica (luta por justiça social e qualidade de vida, a exemplo da luta pela reforma

urbana); e sócio-econômica (luta pelo simples direito à cidade). Em trabalho escrito em co-produção com Rodrigues, o autor considera o que o “paradigma dos Movimentos Sociais Urbanos constitui-se precisamente a partir da emergência de um padrão de análise das lutas urbanas” tendo como essência o fato de serem atores sociais espontâneos e populares (SOUZA & RODRIGUES, 2004, p. 8).

Outro aspecto igualmente positivo na obra do autor é a preocupação em fornecer um arcabouço conceitual sobre a concepção de Movimento Social Urbano segundo uma perspectiva geográfica, a começar pela preocupação em definir as características desse ator social, diferenciando-o de outras formas de atividade pública organizada (ativismos sociais). Para definir esta observação, nada melhor que uma transcrição de uma de suas análises:

[O]s *ativismos sociais* (ou activismos, simplesmente, para evitar uma redundância) são um conjunto mais amplo de ações públicas organizadas, do qual os *movimentos sociais* seriam um *subconjunto*. Os activismos, como ações públicas *organizadas e relativamente duradouras*, diferenciam-se de ações coletivas efêmeras e pouco organizadas ou desorganizadas, como quebra-quebras (...), saques e outras; (...) Os *movimentos sociais*, de sua parte, seriam uma modalidade especialmente crítica e ambiciosa de ativismo social, distinta de activismos ‘paroquiais’. Estes encaminham reivindicações pontuais, sem articula-las com questionamentos mais profundos, relativos a problemas nacionais e internacionais, e sem construir pontes entre a conjuntura, cujo domínio não ultrapassam, e as estruturas, que não chegam a tematizar” (SOUZA, 2006, p. 278). <destaque do autor>

Ao longo de suas formulações, o autor busca evidenciar os elementos que diferenciariam os activismos sociais (urbanos) dos movimentos sociais (urbanos), embora dê uma maior ênfase à análise dos activismos. Assim, considera atores que realizam suas ações a partir de uma luta de bairros – representada por atores institucionalizados (associações de moradores, sindicatos, etc); de outros que realizam a partir do bairro – com articulações que ultrapassam os limites da cidade (SOUZA, 2006). Nesse sentido, o que Borzacchiello denominou de Movimentos

Sociais Urbanos ou de movimentos populares urbanos (associações, sindicatos, federações e fundações), se considerarmos as formulações de Souza & Rodrigues (2004, p. 86), seriam, na verdade, ativismos urbanos.

Com relação a caracterização dos MSUs concordamos igualmente com Souza (2004; 2006) em diversos aspectos, especialmente no que se refere às formas de atuação (influência na produção do espaço urbano) e ao desenvolvimento de estratégias que possibilitem a abertura de novas frentes de atuação sem o risco da cooptação dos membros por parte do poder público.

O ponto de divergência paira no fato do autor conceber o MTST como Movimento Social Urbano. Acreditamos, no entanto, que a dificuldade de ação integrada, fragmentação das atuações e significado adotado para o termo “moradia”⁶ se apresentam como fatores complicadores no que se refere ao aceite do MTST enquanto MSU. Vejamos como os próprios autores definem os Movimentos Sociais Urbanos:

“Os movimentos sociais especificamente urbanos são aqueles que, embora estando organizados em torno de questões diretamente vinculados ao espaço urbano como habitação e regularização fundiária, não agem somente na escala de um bairro, de uma rua ou de uma favela, mas buscam agir em escalas mais amplas (na cidade, no país e, às vezes, construindo até conexões internacionais)” (SOUZA & RODRIGUES, 2006, p. 84 e 85). <destaque do autor>

O primeiro argumento que poderíamos utilizar em contestação da associação do MTST como Movimento Social Urbano parte dos próprios autores quando afirmam que “[h]oje o MTST tem núcleos em várias cidades do Brasil, mas não apresenta uma articulação nacional forte, o que leva os diversos grupos a atuar de maneira não uniforme” (SOUZA & RODRIGUES, 2004, p. 97).

⁶ Lembramos que de acordo com as entrevistas e consultas a outras formas de discursos, os movimentos trabalhados (MNLN, CMP, MLB e NDV) sempre conceberam a moradia como algo diferenciado de habitação ou teto. Para eles, enquanto o primeiro possibilita compreender toda a complexidade urbana ao interferir em sua dinâmica ao passo que a conquista de teto ou habitação é apresentada como algo mais restrito a escala de ocupação.

Se na caracterização anterior o requisito para um movimento ser considerado como urbano é a capacidade de articulação com outros níveis escalares, a dificuldade do MTST conseguir tal articulação e ação conjunta coloca em xeque a consideração do mesmo como tal. Portanto, o fato de estarem presentes nas grandes (e médias) cidades, e em diversas regiões, não é suficiente para classificá-los como um Movimento Social Urbano uma vez que esta presença na quase totalidade espacial não é reproduzida em ações organizadas, integradas e complementares.

Outro aspecto que reforça o argumento é a ausência de mobilizações em torno de ações complementares a conquista dos direitos urbanos. Os próprios autores evidenciam isto ao mencionarem que “[n]ão basta pedir moradias, é preciso lutar contra toda uma série de processos que reproduzem as desigualdades sociais nas cidades, pois, além da luta pela moradia, é preciso lutar também por infraestrutura, por emprego, por saúde...” (SOUZA & RODRIGUES, 2004, p. 98).

O fato é que o MTST é formado por sujeitos sociais que, em sua maioria, são trabalhadores atuantes no comércio informal. Assim, necessitam da conquista de residência no centro da cidade, próximas ao local de trabalho ou de fácil acesso. Eles têm como principal objetivo de luta a conquista de um teto (habitação).

Portanto, embora debatam e usem em seus discursos palavras em menção a necessidade de por fim ao capitalismo e a política neoliberal, ou ainda pela implementação da reforma urbana ou da política fundiária, são atores sociais que na prática se expressam apenas na conquista da habitação uma vez que não buscam se aprofundar em outras questões inerentes à sobrevivência no meio urbano.

Nesse contexto, concordamos que os movimentos dos sem teto existentes nas cidade corresponderiam ao que Marcelo Lopes compreende como uma expressão de ativismo urbanos. Porém, o MTST, ao limitar suas demandas na conquista por uma habitação (o teto) sem relacionar a continuidade da luta e a própria expressão

da amplitude da luta (acessibilidade, equipamentos urbanos, infra-estrutura etc) de forma a produzir uma repercussão social no urbano, não poderia ser considerados como Movimentos Sociais Urbanos. O que está sendo colocado em questão é o entendimento das concepções de moradia, território e função urbana que se pode perceber a partir das ações dos sem-teto. Isso, no entanto, não significa que não reconheçamos a forte presença que o mesmo exerce dentro da cidade o que nos remete a pensarmos na existência de **movimentos sociais da cidade** sendo o movimento dos sem teto um desses movimentos uma vez que eles se apropriam da cidade (?).

De fato, ao defenderem a luta por moradia enquanto sinônimo de habitação (conquista do teto) o MTST não consegue apreender a amplitude da necessidade social relacionada a questão da habitabilidade: moradia enquanto sinônimo de justiça social e qualidade de vida. Os membros desse movimento ocupam, normalmente, prédios e terrenos vazios. Com a conquista desses espaços-residência não existe uma continuidade na luta pelos direitos sociais que possibilitem uma condição digna de sobrevivência uma vez que essa luta passa a ser expressa por outras representações: ONG's, associações de moradores, amigos do bairro, clube de mães, pastorais, etc. Assim, a bandeira de luta, apesar de está volvida com discursos sobre a situação política, econômica e social, não reproduz mudanças práticas na situação política, econômica e social dos moradores que passam a habitar no espaço conquistado.

Outro aspecto importante está relacionado à própria compreensão de território. O MTST concebe o prédio ou terreno conquistado como espaço de moradia (habitação), voltando-se para problemas endógenos dos espaços ocupados e não do seu entorno. Assim, limitam-se a apropriação do território e não na sua produção como espaço reorganizador das funções urbanas. A preocupação do movimento

estaria, portanto, voltada para se conquistar a habitação de forma a facilitar o acesso das pessoas ao centro urbano, particularmente o comercial, e não de conseguir, a partir dessa conquistas, impactos na própria dinâmica urbana. Isso explica a desaprovação da sociedade, pois o que expressa no social (culpa, particularmente da mídia) são, para eles, ações de pessoas invasoras do bem privado e público, em sua maioria composta por favelados, baderneiros ou micro-especuladores que, após a conquista, passam a negociar o bem conquistado.

Já os movimentos de luta por moradia, por exemplo, entendem o termo “moradia” em seu sentido amplo: condições de habitabilidade. Eles expressam suas ações como pessoas que lutam pela conquista de condições dignas de moradia. Ao produzirem territórios passam a lutar pela conquista dos seus direitos sociais (infra-estrutura, equipamentos urbanos), ou seja, justiça social e qualidade de vida.

Outro elemento que sustenta o argumento posto está relacionado ao fato de que o MTST, assim como outros ativismos de bairro, não se preocupa com a função urbana. Ao conquistarem a moradia (habitação) não existe um desdobramento do interesse pela conquista das renovações dos direitos sociais urbanos, embora incluam em seus discursos temas como a reforma urbana e a luta pela confirmação da função social das habitações. Assim, não existe a preocupação com reivindicações do tipo: direito à mobilidade urbana; direito às funções urbanas. Ao contrário, as atuações desses atores são localizadas (apesar de realizarem debates amplos sobre a conjuntura política, econômica e social do país), sem repercussões em outras esferas e escalas do espaço urbano.

Da mesma forma que o MST (movimento que inspirou a formação de movimentos de trabalhadores no espaço urbano), o Movimento dos Trabalhadores Sem-teto possuem uma expressão espacial uma vez que está presente em diversas localidades e escalas. Ambos produzem território (FERNANDES, 2005).

O elemento diferencial estaria no seguinte fato: enquanto o MST luta politicamente pela reforma agrária através de ocupações territoriais e luta pela conquista de um conjunto de direitos que possibilitem condições adequadas de sobrevivência (acompanhamento técnico, garantia de mercado através do cooperativismo, reconhecimento da posse e das funcionalidades espaciais, entre outros), o MTST luta politicamente por uma reforma urbana de cunho mais ideológico uma vez que as ocupações e reivindicações não são direcionadas para conquista de benfeitorias urbanas que garantam as condições de habitabilidade. Assim, entendemos que o MTST ocupa o espaço ao se apropriar do território uma vez que não exerce grandes influências no ordenamento urbano.

Com isso chegamos ao debate sobre as contribuições de Fernandes (2001, 2005) que ao estudar o MST tem articulado argumentos de forma a sustentar à tese de que existem movimentos socioespaciais e movimentos sócioterritoriais. A ênfase a esta distinção, de acordo com o autor, parte do princípio de que existe uma fragilidade por parte dos geógrafos em utilizar o conceito de movimento social tendo em vista a dificuldade de expressar a natureza geográfica da expressão desses atores sociais.

Na década de 1980, a geografia brasileira intensificou seus estudos referentes às ações dos movimentos sociais. Todavia, o referencial teórico para análise dos objetos era sempre de origem sociológica, econômica ou histórica. Por esta razão, desde meados da década de 1990, realizamos esse esforço em pensar as dimensões geográficas das ações e das relações construídas pelos movimentos sociais, no sentido de reconceitualizá-los a partir de uma leitura geográfica dos processos sociais e geográficos. Neste sentido, há tempos, estamos cunhando os conceitos de movimento socioespacial e de movimento sócioterritorial para contribuir com os estudos geográficos nas Ciências Humanas. (FERNANDES, 2005, p. 30).

O autor sustenta seus argumentos no entendimento de que “as relações e as ações acontecem no espaço (...) em todas suas dimensões: social, político, econômico...” (FERNANDES, 2005, p. 30). Assim, numa leitura geográfica da ação desses atores sociais a compreensão da produção do espaço e territórios se apresenta como algo imprescindível. Para o autor, todos os movimentos se expressam espacialmente (são, nas palavras do autor, socioespaciais). Entre esses movimentos existem aqueles que produzem o espaço político, deixando suas marcas nas redefinições espaciais, ou seja, produzem territorialidades e desterritorialidades. Tais movimentos teriam, portanto, o território (espaço produzido) como trunfo, uma vez que se apresenta como elemento fundamental para sua sobrevivência (FERNANDES, 2005). A estes, o autor definiu como sendo sócioterritoriais.

Para Fernandes (2005) tais movimentos se expressam de forma isolada, termo este que compreendemos como significado de ação fragmentada; e de forma territorializada ao produzir conexões multiescalares, desenvolvendo redes capazes de fomentar as suas estratégias políticas de territorialização. O MST seria o exemplo de movimentos sócioterritoriais atuantes no campo, enquanto na cidade seriam os movimentos dos sem-teto.

Movimentos (sócioterritoriais) isolados são aqueles que atuam em uma determinada microrregião ou num espaço geográfico equivalente. Consideramos esses movimentos como isolados não por estarem sem contato com outras instituições, mas sim por atuarem um espaço geográfico restrito. Os movimentos (socioterritoriais) territorializados são aqueles que atuam em diversas macrorregiões e formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem fomentam a sua territorialização. Todos os movimentos territorializados começam como movimentos isolados. Estes ao se territorializarem e romperem com a escala local, se organizam em redes e ampliam suas ações e dimensionam seus espaços. (FERNANDES, 2005, p. 32).

No que refere as proposições do autor, reconhecemos a importância de suas formulações para o desenvolvimento de uma abordagem geográfica dos movimentos sociais. Contudo, a falta de uma produção mais abrangente sobre as concepções trabalhadas pelo autor, especialmente no que se refere ao embasamento teórico que o levou a tais distinções, impossibilita uma leitura mais profunda sobre suas concepções. Isso, no entanto, não desmerece os avanços que vem sendo obtido a partir dos diversos ensaios publicados. Outro aspecto importante é o fato do autor considerar os movimentos dos sem-teto como movimentos sócioterritoriais atuantes na cidade, sem particularizar cada movimento da mesma forma como fez para os movimentos sócioterritoriais atuantes em espaços rurais (SILVA & FERNANDES, 2005).

Sem-teto é uma denominação destinada a identificar aglomerados de pessoas que não possuem uma residência para moradia, as quais estão organizadas em associações, fundações, movimentos sociais, entre outras. Entre esses movimentos que lutam por habitação, o MTST vem ganhando um destaque devido a sua presença em diversas escalas, embora sem promover ações conexas. Para o autor, tais movimentos se expressam, portanto, de forma isolada uma vez que buscam conquistar o território de moradia sem se preocuparem com as relações com o urbano. Assim, estariam mais enquadrados como movimentos populares.

Essas observações são complexas e necessitam de um maior aprofundamento analítico, o que obviamente não faz parte dos nossos objetivos nesse texto. O fato é que concordamos com a existência desses movimentos que expressam suas ações redimensionando as configurações do espaço urbano. Tais movimentos seriam os de luta por moradia cuja bandeira (discurso-prática), além de ter a conquista do território como objeto, voltam-se para as questões urbanas,

especialmente as que dizem respeito à conquista dos direitos sociais à cidade: justiça social e qualidade de vida.

Com base em tais reflexões, acreditamos que o leitor já possua as informações básicas, mesmo se não as considerar suficientes, para compreender as relações entre a atuação dos Movimentos Sociais Urbanos de João Pessoa e suas influências no processo de produção e formação socioespacial da capital paraibana.

CAPÍTULO 3

Elementos da formação socioespacial da cidade de João Pessoa

“Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas.”
(LEFEBVRE, 2001, p. 46 e 47)

Mais do que passar a conotação de que a cidade deve ser observada como um “organismo vivo”, a epígrafe remete a pensá-la em sua essência: espaço construído pelo ser humano (CARLOS, 2001) tendo, portanto, uma existência histórica (LEFEBVRE, 1999) pautada em uma função de mediação entre uma “ordem próxima” e uma “ordem distante”, conforme mencionado por Lefebvre (2001, p. 46).

A esta “ordem próxima” o autor associa o fato da cidade ser observada como projeção da história das relações sociais dos indivíduos ou grupos que a compõem, os quais estariam constantemente influenciados por uma ordem mais distante, delineada pelas instituições que as representam e constituída pelos fatores externos que condicionam as próprias ações desses grupos, ou seja, aqueles que modificam o papel de cada um ao longo do tempo.

Os elementos da formação socioespacial em uma cidade correspondem, portanto, a uma relação dialética (contraditória e complementar) entre as práticas efetivadas pelos grupos sociais e a própria influência dos elementos econômicos, políticos e ideológicos que se apresentam externos a esta realidade, embora conduzam a sua existência⁷. No Brasil, isto se encontra diretamente relacionado aos diversos momentos de avanço e predomínio do capitalismo.

A formação socioespacial de uma cidade pode ser, assim, compreendida a partir de uma leitura das interferências dos diversos fatores (forma, estrutura, função e processo) que a constituem. Tais fatores, embora algumas vezes conflitantes, são

⁷ Além desses três elementos (econômico, político e ideológico) a cultura exerce uma influência significativa na formação socioespacial, seja por se caracterizar como “potencial técnico de comunidades humanas” no uso e mudança dos seus habitats (WAGNER & MIKESELL, 2000, p. 121 e 122); seja devido ao seu papel enquanto “co-produtora da realidade que cada um percebe e concebe” (MORIN, 2005, p. 25). Contudo, em decorrência da complexidade da leitura geográfica desse termo (cultura), o que demandaria um maior aprofundamento analítico e a formulação de um arcabouço teórico complementar, além dos nossos próprios limites em analisar as diversas e possíveis expressões geográficas desse tema, optou-se por deixar a futuras pesquisas que busquem analisar a influência desse elemento na produção social do espaço urbano através da atuação dos movimentos sociais urbanos.

complementares, uma vez que são originados a partir da atuação dos diversos atores sociais entre os quais os movimentos sociais urbanos.

A cada movimento social, possibilitado pelo processo de divisão do trabalho, uma nova geografia se estabelece, seja pela criação de novas formas para atender a novas funções, seja pela alteração funcional das formas já existentes. Daí a estreita relação entre a divisão social do trabalho, responsável pelos movimentos da sociedade, e a sua repartição espacial (...). A divisão interna do trabalho nos mostra o movimento da sociedade, a criação e os reclamos de novas funções são obrigadas pelas formas preexistentes ou novas (SANTOS, 2005, p. 60 e 61).

Tais ações trazem significados não apenas na ordem estrutural (CASTELLS, 2000), mas também ideológica uma vez que a relação espaço-tempo é apresentada como a articulação entre as mesmas. Nessa perspectiva, a compreensão da formação urbana ultrapassa as limitações deixadas pelas concepções que advogam uma leitura apenas de suas formas ou daquelas que defendem a leitura de suas estruturas, passando a ser produto da relação entre ambas, uma vez que são decorrentes de uma superposição das ordens próximas e distantes.

A forma, por exemplo, tem sentido se for apreendida como consequência de um valor social fornecido a ela em um dado período sendo, portanto, reflexo de uma dada estrutura social (SANTOS, 1985). No sentido de evitar a análise da formação social a partir de uma seqüência de películas (seqüência diacrônica de vários momentos sociais), sustenta-se a necessidade de proporcionar a leitura da cidade a partir de uma superposição das práticas socioespaciais (ordem próxima) e dos fatores conjunturais (ordem distante) externos a essa realidade (LEFEBVRE, 2001).

No espaço urbano esses fenômenos convergem constituindo a organização espacial como produto de um relacionamento mútuo entre a sociedade, representada por seus atores sociais, e a dinâmica espacial no qual esses atores se expressam

geograficamente. Com base nesta relação se evidenciam as constantes transformações em suas formas, estruturas e funções (SANTOS, 1985), a partir da própria relação dialética de seus elementos constituintes: ação e reação; estratégias e táticas; produto e produção.

No caso das cidades brasileiras poderíamos fazer uma analogia com os três momentos históricos de organização de território da América Latina: o primeiro indo até o início do segundo período da segunda revolução industrial; o segundo indo até o fim da Segunda Guerra; e o terceiro que ocorreria até o período atual, conforme evidenciado por Santos (2005, p. 89).

No que diz respeito a João Pessoa, tem-se, assim, uma fase pouco urbanizada pautada nas relações de exportação com a Europa; uma segunda fase influenciada pelo modelo de urbanismo americano, correspondendo às cidades funcionais segundo as quais se evidencia uma formação espacial planejada e, finalmente, uma terceira, mais atual e complexa, na qual se superpõem o controle do poder público e a progressiva participação de outros atores sociais. Embora os MSUs estejam presentes nas três fases, é nesta última que eles emergem como atores sociais preocupados inicialmente com o fim da espoliação urbana (década de 1970 e 1980) e depois pelo direito à cidade.

O fato é que a cidade apresenta uma característica singular: ao mesmo tempo em que é produto de fatores que influenciaram na sua ocupação e localização, especialmente os geográficos, similares aos evidenciados em outras cidades litorâneas, possui uma organização espacial na qual se destaca pelo “atraso” na realização de ações significativas, especialmente no que se refere à sua formação urbana. Isto se deve às próprias estratégias políticas que coordenaram tal processo, tanto no que diz respeito à difusão da infra-estrutura e equipamentos urbanos, como

no que se refere à participação tardia das mobilizações sociais no processo de formação socioespacial, conforme será observado no quarto capítulo.

Embora isto seja mais evidenciado a partir da década de 1970, período em que se percebe um novo papel das prefeituras no ordenamento urbano assim como a ascensão dos movimentos sociais e organizações populares, a compreensão da formação socioespacial de João Pessoa remonta ao próprio período do estabelecimento do seu sítio (AGUIAR & MELLO, 1985). Isto, por sua vez, está diretamente relacionado a fatores de localização espacial e relações sociais dos atores sociais que participaram do processo de produção do espaço urbano da cidade.

Para se compreender a dinâmica evidenciada no espaço urbano pessoense é inevitável a inclusão de dois elementos que se apresentam como alicerces da atual estrutura urbana da cidade. Estamos nos referindo ao processo histórico da formação socioespacial, o qual é caracterizado principalmente pelos elementos físico-naturais, e à atuação do poder público na promoção do desenvolvimento urbano da cidade.

Destaca-se, ainda, o próprio papel desempenhado, ao longo do tempo, pela cidade. Por um lado, a influência de Recife (PE), especialmente econômica, impossibilitou uma participação mais efetiva da cidade no contexto de desenvolvimento do Nordeste Oriental. Por outro lado, a modesta participação dos diversos segmentos da sociedade assim como a dificuldade da cidade em potencializar o desenvolvimento urbano dos municípios limítrofes, impossibilitou a consolidação de um espaço metropolitano similar aos encontrados em outras áreas que tem a cidade capital como sede.

Os elementos responsáveis pela formação socioespacial da cidade de João Pessoa estão representados por três fatores: a) a formação histórica da cidade e a construção de sua identidade; b) a relação entre planejamento e gestão urbanos na produção da cidade; e c) os fatores que influenciaram em limitações no seu

desenvolvimento urbano numa tentativa de descobrir que se encontra, efetivamente, por trás do discurso.

No primeiro caso, a cidade é observada a partir de três eventos principais: a) a sua localização e forma de ocupação que, ao contrário de outras capitais litorâneas, ocorreu a partir do continente e só depois seguiu em direção à orla marítima; b) as políticas desenvolvidas na metade do século XX; e c) o estímulo à participação popular após a década de 1970. Já no segundo caso, este processo é observado a partir das estratégias de desenvolvimento, analisadas pelas propostas de planejamento e suas repercussões no espaço urbano de João Pessoa. Finalmente, a formação socioespacial é observada como consequência dos limites postos ao próprio desenvolvimento urbano da cidade, os quais são decorrentes dos diversos elementos conjunturais (econômico, político e ideológico) coordenados pela ordem próxima (atores sociais) e ordem distante (influência capitalista).

3.1 Fatores da formação do espaço urbano de João Pessoa: em busca de uma identidade.

O processo de formação da cidade de João Pessoa foi significativamente influenciado por uma diversidade de fatores sócio-econômicos, políticos e ideológicos, produzidos tanto por consequência das relações sociais inerentes ao contexto urbano da cidade, como em decorrência das próprias relações de produção. Estas, ao longo dos anos, foram sendo modificadas por conta da dinâmica regional na qual a cidade encontrava-se inserida.

Ao contrário do ocorrido com outras capitais do Nordeste Oriental, João Pessoa teve sua organização espacial iniciada a partir do continente indo, tardiamente, em direção ao litoral, e sendo fortemente influenciada pelos elementos físico-naturais (relevo colinoso) que serviram de proteção contra os ataques indígenas.

a cidade desenvolveu-se num sítio colinoso à margem direita do Rio Sanhauá e sua parte mais baixa foi ocupada pelas atividades de comércio. Na sua porção mais alta, localizaram-se órgãos administrativos, culturais, religiosos e prédios residenciais de padrão alto. Esta ocupação permaneceu aos anos de 1855, havendo depois expansão da cidade em direção ao litoral e ao sul. Nos demais sentidos (norte e oeste) existem os obstáculos formados pelos rios, marés e mangues, que naquela época, representavam entraves mais sérios à expansão urbana (AGUIAR & MELLO, 1985, p. 50).

Este fator de localização do seu sítio geográfico acabou delineando os próprios desdobramentos e contrastes de sua configuração espacial, especialmente no que diz respeito a sua função e a sua configuração territorial, os quais são ressaltados como conseqüências de estratégias e táticas de seus atores sociais.

Uma das conseqüências foi justamente a sua própria denominação⁸. Ao contrário de outras capitais nordestinas, o fator político se configurou como elemento predominante de sua designação. A exceção foi o período em que a mesma foi concebida como Parahyba, entre o final do século XIX e meados do século XX (AGUIAR e MELLO, 1985), quando os fatores físico-naturais prevaleceram.

No contexto da organização espacial, isto representa a influência política sobre os valores e condutas da maior parte da população, “atrofiando” a criação de identidades com a cidade assim como a difusão de posturas ideológicas contrárias e reivindicadoras.

Outro aspecto relevante diz respeito ao fato de que, em decorrência de um decreto do rei de Portugal, preocupado em consolidar o domínio português no norte do país (HONORATO, 1999), João Pessoa já surge como cidade não passando, assim, por outras formas de organizações espaciais (burgo, vila, aldeia etc.) como ocorreu

⁸ Ao longo dos séculos, além da atual denominação em homenagem a João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, líder político assassinado em Recife (PE), em 1930, a cidade recebeu as seguintes denominações: Filipéia de Nossa Senhora das Neves, primeira denominação originada em homenagem à padroeira e, principalmente, ao rei Felipe II da Espanha; Frederica, quando da ocupação holandesa, em homenagem ao monarca holandês (Frederico); e Parahyba, em homenagem ao marco zero de sua fundação, rio Sanhauá, afluente do Paraíba (AGUIAR & MELLO, 1985).

com outras capitais (AGUIAR & MELLO, 1985), o que a caracteriza como a terceira cidade mais antiga do Brasil (AGUIAR, 2002)⁹.

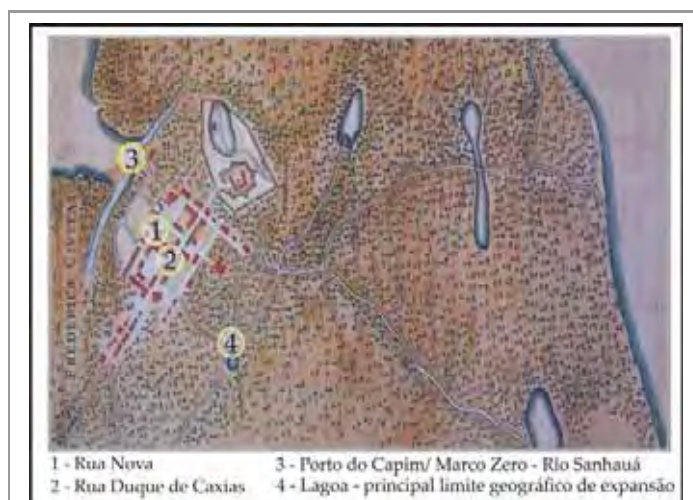
Isto explicaria a pouca expressividade ou atividades incipientes dos atores organizados (ONGs, movimentos sociais, ativismos sociais etc.). Por outro lado, aspectos históricos que poderiam ter sido inseridos no imaginário da população, a exemplo da forte influência indígena na delimitação territorial, foram deixados de lado pela própria história de sua formação espacial ou são apresentados como de menor relevância. Assim sendo, João Pessoa passou a desenvolver, nos seus habitantes, valores e identidades criadas mais uma vez por fatores que não condizem com sua natureza espacial.

Como exemplo disso, pode-se mencionar o título de segunda cidade mais verde do mundo, o qual é vendido e reproduzido como elemento de identificação da população com a cidade. Além de inverídico, uma vez que existem no mundo várias cidades que poderiam ter esse título, slogans como esse reforçam influenciam no tipo de imagem de cidade que é criada para o pessoense. Já o fato de ter tido seu marco zero às margens do rio Sanhauá ao invés da orla marítima como era comum às cidades marítimas, pouco é difundido e utilizado por parte dos atores sociais responsáveis pelo processo de sua formação espacial.

Um outro elemento que influenciou na atual configuração espacial da cidade de João Pessoa foi justamente a demora da mesma em expandir o seu limite territorial. Até praticamente o final do século XIX e meados do século XX, a cidade de João Pessoa teve seus limites restritos ao sítio de sua fundação (**Figura 5**).

⁹ As outras são Salvador (1549) e Rio de Janeiro (1565). É importante deixar evidenciado que sua origem como cidade não significa sua classificação como a terceira ocupação urbana mais antiga, ou seja, é a terceira cidade mais antiga, mas não o terceiro burgo mais antigo (HONORATO, 1999).

Figura 5: Ocupação territorial: João Pessoa até o XIX



Início da ocupação da atual cidade de João Pessoa “Frederica Civitas”. Ao contrário de outras cidades litorâneas, João Pessoa tem seu marco zero às margens do rio Sanhauá estendendo-se em direção leste de terrenos mais elevados. O traçado da ocupação inicial era restrito às duas principais ruas: atual Rua Nova (1) e Duque de Caxias (2) e as lagoas (4) e elevados eram compreendidos como um “limite geográfico de expansão.

Fonte: CD-ROM Imagens do Brasil Colonial.

Até este período, os seus usos e dinâmicas ainda eram significativamente rurais (AGUIAR, 2002), e tinha como setor de maior dinamismo as terras baixas do Varadouro, aonde foi estabelecido e dinamizado o comércio, e as áreas mais altas onde foram estabelecidos os principais edifícios administrativos (AGUIAR & MELLO, 1985) e localizadas as residências da população com melhor poder aquisitivo. Tais espaços eram precariamente conectados por ruas ainda sem asfalto e tracejadas de forma irregular.

Poucas eram as ruas calçadas e a ocupação do espaço urbano era descontínua, ficando frequentemente, entre os prédios, grandes intervalos desabitados. As casas residenciais eram modestas, segundo a arquitetura típica das residências coloniais e despidas de muitos dos básicos necessários a prédios urbanos destinados a moradias (...). Logo depois do centro iniciavam-se os sítios, alguns deles com vários hectares, o que bem demonstra a origem rural da urbe e que perduraria por todo o século XIX (...). Os edifícios públicos eram poucos, carentes e inadequados (AGUIAR & MELLO, 1985, p. 75).

As políticas destinadas às melhorias no ordenamento urbano, além de serem restritas às principais ruas da época, eram predominantemente voltadas para beneficiamento de parte da população economicamente mais favorecida uma vez que os mais pobres encontravam-se residindo em pequenos casebres (AGUIAR &

MELLO, 1985) ou em pequenos sítios localizados no setor periférico da área central, embora os hábitos rurais fossem comuns a todos.

Devido à ausência de infra-estrutura, a saúde constituía-se como um dos principais problemas da vivência urbana na cidade, especialmente por conta de diversas doenças epidêmicas, a exemplo da febre amarela. Isto se deve ao fato de que, nesse período, João Pessoa não passava de um ponto estratégico para escoamento da produção açucareira assim como ocorreu com outras ocupações litorâneas que, até meados do século XX, eram limitadas a meras reprodutoras da força produtiva impostas pelo sistema capitalista colonizador, caracterizado pelas imposições mercantilistas de cunho absolutista.

Esta condição foi predominante até as primeiras décadas do século XX, embora em proporções menores tendo em vista as ações públicas realizadas durante o início desse século, especialmente no que diz respeito à urbanização dos principais espaços públicos, os quais eram representados pelas principais ruas (Nova e Direita), o Ponto dos Cém-reis, principal espaço de encontro da burguesia emergente, e o espaço da Bica e fontes localizadas em todo o emergente perímetro urbano.

Contudo, a cidade permanecia dependente de Recife, tanto no âmbito econômico, relações de entrada e saída dos produtos produzidos e comercializados, uma vez que “ir a Recife ainda significava um sonho ou necessidade mais premente” (AGUIAR & MELLO, 1985, p. 257) como no que se refere à forte influência política e ideológica da capital pernambucana, relacionada especialmente aos hábitos urbanos que em Recife já se encontravam fortemente consolidados, os quais estavam diretamente associados à própria expansão dos hábitos norte-americanos. Este momento marca a primeira grande transformação urbana (hábitos sociais) vivida pela sociedade pessoense o que permite, igualmente, formular o primeiro recorte sobre a formação socioespacial pautado nos seguintes fatores conjunturais:

- a) **Econômicos** - representados pela dependência direta da economia pernambucana e adoção, como estilo de vida, de hábitos e valores norte-americanos que começavam a se infiltrar no estilo de vida do cidadão. Contudo, os hábitos rurais ainda se faziam presentes no próprio meio urbano tanto na produção agrícola como na criação de animais (AGUIAR, 2002).
- b) **Políticos** - representado pela dificuldade de se criar ações que propiciassem uma mudança efetiva na qualidade de vida do cidadão; atraso na expansão do perímetro urbano; e participação efêmera da população no debate político, pelo menos até a morte de João Pessoa (1930) que serviu de estopim para a primeira grande mobilização popular (AGUIAR & MELLO, 1985);
- c) **Ideológico** - a sociedade mantinha presa a si valores patriarcais que não mais se adequavam aos valores que deveriam ser adotados por uma sociedade urbana. Assim, desenvolviam hábitos rurais por não conseguirem se adaptar as normas, especialmente higiênicas, que passavam a fazer parte da política desenvolvida pelo poder público.

A partir da década de 1930, com a morte do presidente (governador) João Pessoa, a política desenvolvida para a cidade passou a ser direcionada à busca pela melhoria das condições de vida da população. Foram, então, criadas diversas obras de melhoramento urbano, especialmente as relacionadas à melhoria na coleta de esgoto (canais pluviais) e criação de residências, além do asfaltamento, iluminação pública, abastecimento d'água e serviços públicos em geral.

Em decorrência do aumento significativo da pobreza, devido ao aumento do número de imigrantes oriundos do interior do Estado assim como a falta de emprego, as condições de vida começaram a se configurar como uma das principais preocupações dos administradores públicos. Isso se deve ao fato de serem pressionados pela população, especialmente as que possuíam uma situação econômica estável e que já tinha enraizado hábitos de condutas que não mais possibilitavam a vivência em conjunto com a população mais pobre. Emerge daí uma das primeiras e mais significativas mobilizações sociais expressas na nova

denominação da cidade que passa a ser chamada de João Pessoa em decorrência do aceite popular aos ideais políticos do ex-governador.

Apesar disso, a morfologia urbana permaneceu quase que imutável até praticamente a metade do século XX, com exceção de algumas ações de “reforma” urbana, que deram início ao processo de descentralização espacial, a exemplo da revitalização do Parque Sólon de Lucena, na década de 1940, e da abertura da Avenida Epitácio Pessoa (**Figura 6**), na década seguinte (AGUIAR, 2002).

Figura 6: Expansão da Avenida Epitácio Pessoa: início do século XX



Início das obras para abertura da via que ligasse a cidade ao litoral (século XX). O significado das obras representa dois elementos vitais à compreensão da estruturação urbana da cidade: a) O avanço, em definitivo, rumo ao litoral; b) Uma das principais obras dos planos desenvolvidos no século XX.

Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa.
s/d

Com a abertura da Epitácio Pessoa são criados, em acréscimo aos bairros existentes nas primeiras décadas do século XX (Roger, Torre, Tambiá, Jaguaribe e Cruz das Armas), mais oito bairros (Expedicionários, 13 de maio, Miramar, Bairro dos Estados, Tambauzinho, Cabo Branco, Tambaú e Manaíra), os quais são ocupados, principalmente, por uma população com melhor poder aquisitivo.

Os bairros localizados no centro passaram a servir de moradia para os comerciantes e para a população de menor poder aquisitivo. É evidenciado, nesse contexto, o primeiro processo de segregação espacial uma vez que pobres e ricos passaram a ter uma separação espacial bem definida.

Esta distribuição espacial não se configuram como um elemento totalmente negativo para a população mais pobre uma vez que a proximidade com o centro urbano, especialmente para exercício da atividade comercial, favorecia sua mobilidade. Conforme poderá ser observado com maior detalhe no próximo capítulo, o problema reside no adensamento urbano e na falta de políticas voltadas para melhoria da infra-estrutura, além da ausência do fornecimento de equipamentos urbanos que possibilitassem uma melhoria na qualidade de vida (escolas, serviços hospitalares etc.) do pessoense.

No âmbito da forma urbana, a ocupação do leste da cidade, indo tanto no sentido norte como no sentido sul, representa uma “ruptura” na forma de se pensar o ordenamento urbano da mesma, ou seja, a negação do rio e a visualização de um desenvolvimento urbano voltado para o mar.

Neste momento, o crescimento urbano passa a ter como referencial o planejamento espacial, no qual se evidenciavam os traçados geométricos de ruas e quadras e a definição das funções dos bairros emergentes, especialmente no que se refere ao âmbito econômico e estratégico.

Os planos de desenvolvimento urbano traçados por Saturnino de Brito em meados do século XX foram retomados pela administração pública que passou a advogar um crescimento com vetores de expansão bem definidos. Em contraposição a este ordenamento planejado, evidenciava-se um centro urbano cada vez mais degradado, ocupado por uma população pobre e traçados urbanístico complexos, relicário de um período ainda colonial.

A reforma da faixa litorânea da cidade, com a locação de equipamentos urbanos, infra-estrutura, especialmente as relacionadas ao saneamento, e empreendimentos privados como o Hotel Tambaú que representou a origem turística do litoral pessoense, são considerados como um elemento estratégico na formação socioespacial de João Pessoa.

O “pensar” a cidade passou, dessa forma, a ser compreendido pela preocupação com os valores morais (difusão de uma nova conduta de vivência social); estéticos (predomínio de objetos padronizados e visivelmente agradáveis, incluindo aí ruas e avenidas com traçados bem definidos, casas etc.) e espaciais (necessidade de se efetivar uma segregação espacial e separação entre os ritmos e formas de conduta social).

Isto pode ser considerado como um dos indicadores capazes de explicar o fato dos movimentos sociais urbanos terem sua sede no centro da cidade, afastados, assim, tanto do setor este-sudeste (litorâneo) provido de infra-estrutura e equipamentos urbanos, como do setor centro-oeste que possui maior demanda por tais serviços. A localização na área central da cidade, além de favorecer as mobilizações (ocupação de espaços públicos) facilita, também, o deslocamento para os bairros periféricos ocupados por uma população mais carente.

Um aspecto positivo está relacionado ao fato da preocupação com a preservação dos condicionantes paisagísticos litorâneos através da inibição legal para a verticalização das edificações localizadas na orla marítima. Com isso, João Pessoa conseguiu articular bem a necessidade de estruturação da orla marítima com a preservação do cenário paisagístico característicos do litoral nordestino.

Durante os anos de 1970, fatores externos relacionados à migração provocada pela seca no semi-árido e à atração pelo parque industrial emergente, assim como os próprios contrastes internos inerentes as disparidades socioespaciais, são responsáveis por uma nova fase do ordenamento urbano da cidade: um centro voltado para o comércio e administração pública; um setor litorâneo voltado para residência de uma população com maior poder aquisitivo; um setor meridional criado para comportar parte da classe média; e uma porção oeste onde se encontra localizada parte da população com menor poder aquisitivo.

Quanto aos imigrantes, oriundos predominantemente dos municípios interioranos, na medida em que não conseguiram se encaixar em nenhum desses quadrantes, a maior parte foi se agrupando junto à população excluída criando, com isso, as diversas áreas de aglomerados subnormais, os quais se espraiaram no centro da cidade em uma circunferência que abrange o perímetro urbano, com exceção do leste e do sul, este último apresentado um vazio urbano. A exceção foram aqueles que possuíam familiares residindo em João Pessoa ou que chegavam à cidade já com um emprego estabelecido.

Os MSUs surgem e se desenvolvem justamente neste momento em que as disparidades sociais começam a ficar mais evidenciadas. O processo de favelização associado aos problemas urbanos que passam a fazer parte da realidade socioespacial da cidade no final da década de 1980, e mais ainda durante a década de 1990, se apresentam como elementos motivadores da consolidação dos movimentos sociais urbanos cujo interesse e espacialização passa a corresponder com a própria distribuição espacial.

Diante do exposto, entre as décadas de 1970-1990, a cidade de João Pessoa apresentava, em sua configuração urbana, uma divisão socioespacial alicerçada em pelo menos setes frentes (**Mapa 1**):

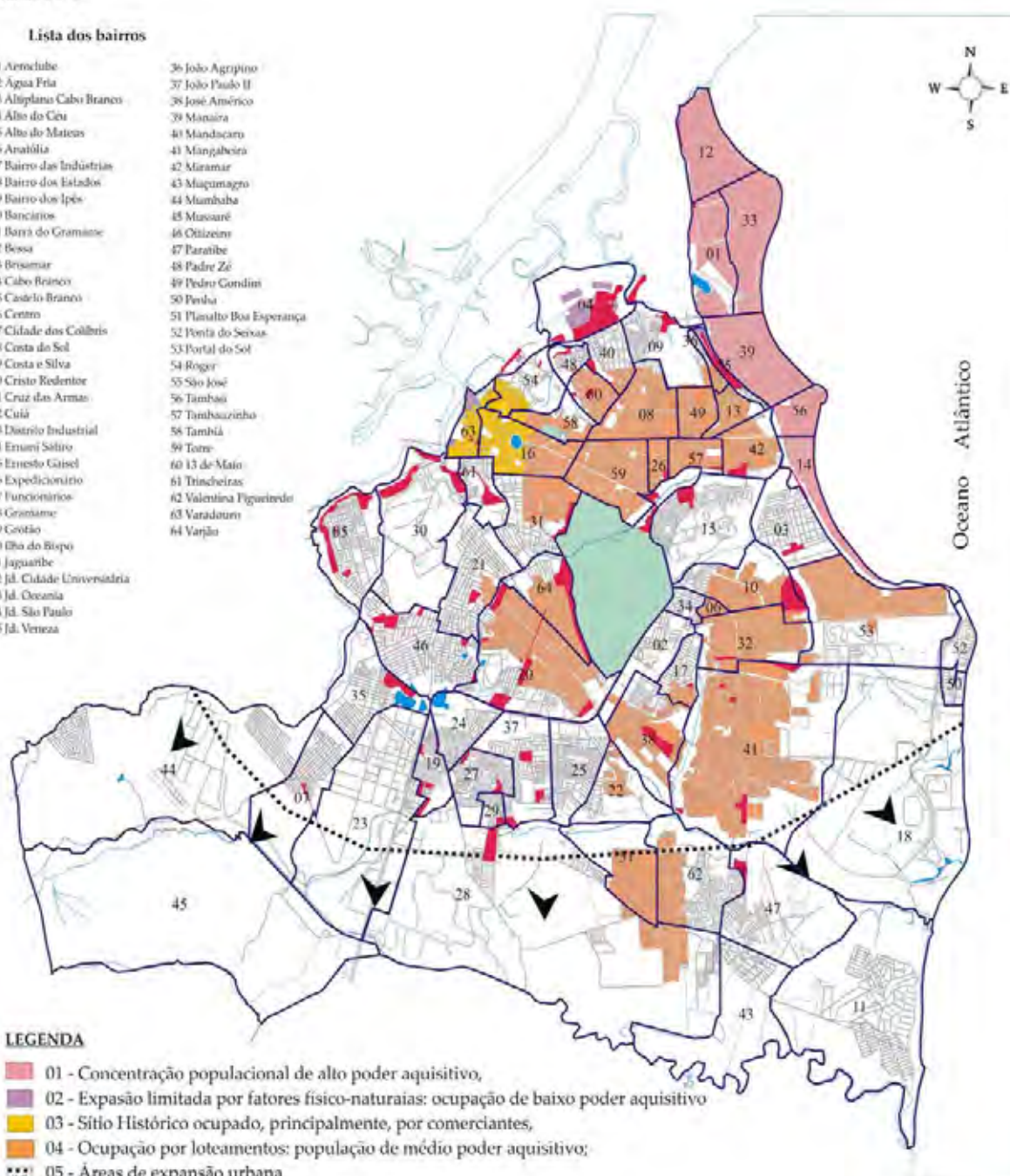
Em acréscimo ao que se pode ser observado no mapa essas frentes possuem as seguintes características:

- 1) um **setor leste** voltado para o turismo, ocupado por parte da população com maior poder aquisitivo que, embora “limitado” por dois elementos físico-naturais - o rio Jaguaribe ao norte e a falésia morta ao sul - é altamente freqüentado e dinâmico devido a três principais corredores de acesso: os corredores norte, oeste e sul. O corredor norte, que corresponde à Avenida Governador Flávio Ribeiro Coutinho (Retão de Manaíra), possibilita o acesso as praias de Manaíra, Bessa e Tambaú, a partir da BR 230 e pela Avenida

MAPA 1

Lista dos bairros

- | | |
|-----------------------------|---------------------------|
| 01 Aerenclube | 36 João Agripino |
| 02 Água Fria | 37 João Paulo II |
| 03 Altiplano Cabo Branco | 38 José Américo |
| 04 Alto do Céu | 39 Manaíra |
| 05 Alto do Mateus | 40 Mandacaru |
| 06 Anatólia | 41 Mangabeira |
| 07 Bairro das Indústrias | 42 Miramar |
| 08 Bairro dos Estados | 43 Muçumagro |
| 09 Bairro dos Ipês | 44 Mumbaba |
| 10 Bancários | 45 Muscarel |
| 11 Barra do Gramine | 46 Otizeiras |
| 12 Bossa | 47 Paratibe |
| 13 Brissamar | 48 Padre Zé |
| 14 Cabo Branco | 49 Pedro Gondim |
| 15 Castelo Branco | 50 Pinda |
| 16 Centro | 51 Planalto Boa Esperança |
| 17 Cidade dos Colibris | 52 Ponta do Seixas |
| 18 Costa do Sol | 53 Portal do Sol |
| 19 Costa e Silva | 54 Roger |
| 20 Cristo Redentor | 55 São José |
| 21 Cruz das Armas | 56 Tambau |
| 22 Cuiá | 57 Tambauzinho |
| 23 Distrito Industrial | 58 Tambiá |
| 24 Emuiri Sítio | 59 Torre |
| 25 Ernesto Giesel | 60 13 de Maio |
| 26 Expedicionário | 61 Trincadeiras |
| 27 Funcionários | 62 Valentina Figueredo |
| 28 Gramame | 63 Varadouro |
| 29 Gratião | 64 Varjão |
| 30 Oba do Bispo | |
| 31 Jaguaribe | |
| 32 Jd. Cidade Universitária | |
| 33 Jd. Oceania | |
| 34 Jd. São Paulo | |
| 35 Jd. Venezia | |



LEGENDA

- 01 - Concentração populacional de alto poder aquisitivo,
- 02 - Expansão limitada por fatores físico-naturais: ocupação de baixo poder aquisitivo
- 03 - Sítio Histórico ocupado, principalmente, por comerciantes,
- 04 - Ocupação por loteamentos: população de médio poder aquisitivo;
- 05 - Áreas de expansão urbana
- 06 - aglomerados subnormais

As áreas mais antigas (norte e oeste) são ocupadas pela população de baixo poder aquisitivo, enquanto as áreas do setores leste e sul (mais novas e planejadas) são ocupadas por uma população de médio a alto poder aquisitivo. O setor sul ainda se configura como uma área de expansão sendo, portanto, uma área de forte interesse por parte dos atores sociais.



Desembargador B. Menezes, é a principal opção para quem vem do Rio Grande do Norte, do interior do Estado da Paraíba e até mesmo do centro comercial e histórico da cidade em direção a cidade de Cabedelo (ao norte), ao pólo turístico Praia do Jacaré, ao Shopping Manaíra etc. O segundo corredor (o oeste) corresponde às Avenidas Senador Ruy Carneiro e Presidente Epitácio Pessoa, principais acessos para as pessoas que vêm do centro da cidade e demais bairros periféricos em direção à orla marítima de Cabo Branco, Tambaú e Manaíra que compreendem as principais faixas do turismo litorâneo pessoense. Finalmente, o corredor sul (Estrada da Penha) corresponde ao principal acesso das pessoas que vêm de Pernambuco e Rio Grande do Norte (BR 101), do interior do Estado da Paraíba (BR 230) e de outras áreas periféricas da cidade de João Pessoa em direção à praia de Cabo Branco e ao Pólo Turístico Ponta do Seixas, além de se constituir como um dos principais acessos as praias do litoral sul de João Pessoa (PB 008) e da Paraíba. Conforme pode ser observado no mapa a seguir (**Mapa 2**), as principais áreas de atuação dos MSUs de João Pessoa estão próximas ou margeiam esses corredores, o que facilitaria o acesso dessa população aos espaços públicos e ao litoral, se o sistema de transporte público fosse de fato eficiente no atendimento das demandas dessa população pobre.

- 2) **Um setor norte** limitado pelo rio Sanhauá ao norte, o que inviabiliza a expansão urbana e ocupações populacionais que sobrevivem em meio a fortes problemas estruturais. Por se tratar de uma das áreas mais antigas da cidade e devido às próprias dificuldades de infra-estrutura e equipamentos urbanos, corresponde a uma das principais áreas de atuação dos Movimentos sociais urbanos.

- 3) **Um centro histórico-comercial** com problemas estruturais significativos, ocupado, em suas funcionalidades, por um comércio predominantemente popular e pela concentração de serviços básicos. Corresponde a uma área com funcionalidades divididas uma vez que é tanto comercial como de serviços ou de residências. Tal característica, entretanto, confere a esta área uma posição de destaque quanto às mobilizações dos movimentos sociais (inclusive os urbanos) tendo em vista justamente o aspecto complexo de sua configuração socioespacial;
- 4) **Um setor centro-sul** onde foram estabelecidos os principais loteamentos habitacionais (Bancários, Mangabeira, Cristo Redentor, Valentina Figueiredo etc.), criados para absorver o excedente populacional já presente no contexto urbano (1970-1980), especialmente para a classe média. Isso se justifica no fato de que, ao mesmo tempo em que demonstrava interesses em se afastar dos setores mais pobres (oeste e leste), esta classe média não tinha recursos para ocupar as residências localizadas no setor leste (Manaíra, Miramar, Tambaú, Cabo Branco etc), com preço de ocupação bem mais alto. A partir da década de 1990 as ocupações das áreas vêm fugindo do planejamento inicial destinado para a mesma, o que tem influenciado no processo de favelização e no conseqüente aumento dos problemas urbanos. A conquista desses territórios vem sendo feita em parceria com uma ação efetiva dos movimentos urbanos.
- 5) **Um setor sul** que se caracteriza como uma importante alternativa para expansão dos limites territoriais urbanos da cidade, sendo, portanto, uma das áreas mais visadas pelo planejamento urbano e empreendedores imobiliários, além de ser o setor no qual se localiza o distrito industrial da cidade. A ocupação dessa área se caracteriza tanto por ações planejadas, a exemplo da construção de condomínios populares, como o Morada do Sol (Grotão) e por

ocupações e conquistas territoriais como a ocupação Jorge Luiz, no bairro do Valentina Figueiredo. Contudo, tanto num caso como no outro a atuação dos movimentos tem sido cada vez mais efetiva seja por atuarem como articuladores e “parceiros” do poder público no que diz respeito ao planejamento; seja por assumirem uma posição de liderança no que diz respeito à decisão pela realização das ocupações, resistência e diálogo para conquista definitiva do território ocupado.

- 6) **Todo um perímetro oeste** ocupado por uma população mais carente, em sua maioria expulsa do centro da cidade ou oriunda de outras localidades, e com dificuldades no que diz respeito ao acesso ao centro urbano. São as ocupações dos terrenos mais elevados (bairros como Alto do Céu e Alto do Mateus) e das terras baixas. Por se caracterizar como uma das áreas mais carentes do espaço urbano de João Pessoa as comunidades nelas residentes vêm contando com um intensivo apoio dos movimentos sociais urbanos que além de coordenarem as ocupações têm conseguido conquistas importantes para essas comunidades a exemplo do ordenamento urbano da comunidade 5 de junho.
- 7) **Os diversos aglomerados subnormais** espacializados de forma fragmentada em todo o perímetro central da cidade, ocupando, especialmente, as áreas mais ameaçadas pelo risco ambiental, a exemplo da Mata do Buraquinho e as áreas alagadas e de manguezais. A atuação dos movimentos sociais, particularmente os urbanos de luta por moradia, expressa-se predominantemente nessas áreas. Em decorrência das diversas controvérsias quanto à viabilidade de ordenamento urbano dessas áreas, a influência dos movimentos se efetiva mais no sentido de orientação quanto aos procedimentos a serem adotados pelos moradores do que pela luta no que diz respeito a outros direitos sociais como a

acessibilidade e qualidade de vida uma vez que a moradia já se apresenta como uma conquista efetivada por ação espontânea dos moradores.

Este é o quadro socioespacial encontrado em João Pessoa no final da década de 1990. Ao apresentar o mapa 1 para os coordenadores dos movimentos (MNLM, CMP e MLB), eles ficaram interessados em poder identificar possíveis espaços propícios a uma ocupação: Um desses espaços é o setor “01” que conta com espaços que já possuem infra-estrutura básica e os setores “04, 05 e 06” que começam a despertar o interesse do poder público e dos agentes empreendedores. O quadro conjuntural (econômico, econômico e ideológico) que caracterizou a formação socioespacial da cidade de João Pessoa na segunda metade do século XX, foi portanto:

- a) **Econômicos** – a dependência com Recife passa a ser, prioritariamente, relacionada ao comércio. A cidade tem uma configuração econômica bem delimitada, passando a ser composta por um centro bastante dinâmico e popular e um setor leste que passa a assumir uma posição de área central, especialmente após a construção dos Shopping Centers (Manaíra e Mag) sendo ocupado pela população com maior poder aquisitivo e voltado predominantemente para a valorização do turismo litorâneo. Da mesma forma, evidencia-se uma difusão maior de outros sub-centros, a exemplo dos mercados públicos de bairros periféricos e populosos assim como de galerias, como o shopping sul, que passam a existir com o status de shopping center. Tais espaços vão sendo paulatinamente servidos com ações tanto de infra-estrutura como de locação de equipamentos urbanos (bancos, praças etc). Por outro lado, os bairros mais antigos (ocupados por uma população mais carente) assim como as favelas que passam a fazer parte do cenário urbano de João Pessoa ficam alheios aos benefícios resultantes desse processo de crescimento econômico da cidade.

- b) **Políticos** – O município passa a desempenhar um novo papel cujas ações produzem um reatamento em sua ordenação urbana. O poder municipal é responsável pela criação de espaços funcionais, com responsabilidades bem distintas, reorganizando o espaço ao formar espaços segregados nas mais diferentes escalas econômicas e socioespaciais. Emerge, assim, a figura de outros atores sociais que passam a identificar as seqüelas deixadas pelo processo de formação socioespacial. Um desses atores são os movimentos sociais urbanos que passam a reivindicar ações mais eficazes na melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, especialmente no que diz respeito à moradia, saneamento, segurança e saúde. A influência política desses atores sociais é tanto formal (passam a fazer parte do debate sobre o ordenamento urbano da cidade) como informal (ao assumirem uma posição de liderança quanto a seleção e ocupação de áreas ociosas);
- c) **Ideológicos** – Os valores urbanos do pessoense são, assim, colocados em xeque, especialmente no que diz respeito aos elementos espaciais que os identificam. As propostas de expansão do turismo associadas às estratégias para uma participação mais efetiva da cidade na região passam a ser utilizadas como principais elementos na definição do pessoense através de sua cidade. Para isso, são criados slogans voltados para formação de uma identidade para o pessoense a exemplo do rótulo de cidade mais verde do mundo, mencionado anteriormente. Por outro lado, questões relacionadas ao direito à qualidade de vida, situação de moradia, entre outros, fogem praticamente do ideário de boa parte das pessoas que residem na cidade.

Por conta dessas características, a cidade de João Pessoa vivencia, em meados deste século, um paradoxo: por um lado tem conseguido criar elementos legais relacionados ao controle urbano, reduzindo, embora que insuficientemente, os

impactos negativos característicos de ocupações socioespaciais litorâneas (poluição dos rios, ausência de saneamento básico, “desconfiguração” paisagística, decorrentes, do processo de verticalização litorânea etc.). Por outro lado, os atores responsáveis pelo processo de sua produção não têm conseguido que a cidade desponte em termos de participação na dinâmica regional, sendo, ainda, uma capital dependente das relações com a capital pernambucana.

É, assim, no âmbito intra-urbano, uma cidade de porte médio que vem construindo os elementos necessários para sua consolidação, ao influenciar na reestruturação dos espaços das cidades adjacentes, fornecendo os parâmetros necessários à consolidação da área metropolitana e no desenvolvimento regional. Por outro lado, os limites estruturais herdados têm-se constituído em um dos principais problemas da capital paraibana. A cidade vai, portanto, se adensando sem investir de forma adequada na melhoria da infra-estrutura urbana e assim suprir as demandas cada vez mais emergentes da população, embora exerça uma função importante no contexto da dinâmica regional. Isto possibilita classificá-la como sendo uma cidade média, apesar de ser uma capital. O impacto dessa dualidade na ação dos Movimentos sociais urbanos será analisado nos capítulos subseqüentes.

Por enquanto, tais considerações devem ser concebidas apenas como mais um elemento para compreensão de que a organização socioespacial de João Pessoa vem sendo organizada como parte de um “*complexus*” socioespacial decorrente da atuação de diferentes atores sociais dentre os quais se destacam os movimentos sociais urbanos que desde meados da década de 1990 vêm participando ativamente do debate sobre a produção social do espaço urbano da cidade. Em decorrência disso, as administrações públicas têm pautado as estratégias de desenvolvimento de João Pessoa em propostas de planejamento articuladas a partir de uma participação efetiva desses atores sociais.

Contudo, se a participação desses atores vem sendo cada vez mais significativa, o que explicaria a dificuldade dos mesmos em definir as reais prioridades urbanas da cidade? Quais são as fragilidades históricas das diversas propostas de planejamento? Para quem de fato é a produção do espaço urbano de João Pessoa? respostas para tais questionamentos estão inseridas na análise da herança histórica de sua formação espacial: tanto no que diz respeito à trajetória de seleção das demandas sociais para fins de planejamento como no que se refere às práticas desenvolvidas pelos movimentos sociais e as dificuldades dos mesmos de se articularem.

3.2 Planejamento e gestão: o que está por trás dessas concepções na apropriação do espaço?

Planejamento e gestão de espaços urbanos são concepções ao mesmo tempo complementares e divergentes. Complementares na medida em que uma depende da outra para estabelecer os seus respectivos significados. Divergentes por terem fundamentos que não possibilitam uma aproximação de ambas no contexto do desenvolvimento urbano, especialmente no que diz respeito às políticas propostas pela administração pública e a participação dos atores sociais nesse contexto.

Ambas trazem consigo elementos polêmicos (teóricos e práticos) que demandam debates mais sistemáticos entre os profissionais envolvidos com a análise da questão urbana (urbanistas, arquitetos, sociólogos, geógrafos etc.). Assim como o observado anteriormente, acreditamos que os fatores econômicos, políticos e ideológicos vêm, ao longo dos anos, exercendo influência na definição desses termos segundo os fenômenos inerentes à sociedade.

Antes de examinarmos, no próximo capítulo, a relação entre planejamento e gestão na produção do espaço urbano de João Pessoa, faz-se necessário analisar tais concepções em sua essência, na medida em que estas vão sendo moldadas pelos fatores socioespaciais.

No que concerne à concepção de planejamento no Brasil, esta se inicia na segunda metade do século XX com a expansão do ideário capitalista para a promoção do desenvolvimento, a longo prazo, tendo o Governo Federal como o seu principal articulador (DALAND, 1969; FRIEDMANN, 1960).

A opção pelo planejamento é decorrente de três situações inerentes ao mundo capitalista que se encontrava em expansão, a saber: a) a crescente complexidade da vida moderna, especialmente após a Segunda Guerra Mundial com o progressivo crescimento da área urbana; b) a relação progressiva do controle do homem sobre o meio ambiente a partir da intensificação do processo de industrialização; e c) a consciência humana acerca das atividades desempenhadas pelo mesmo (WANDERLEY, 1975).

O planejamento não se limita, portanto a “uma função técnica mas sim uma função social” (WANDERLEY, 1975, p. 27). Ao contrário. Ele deve ser concebido como expressão da própria sociedade uma vez que tem como “missão criar as condições para uma sobrevivência do sistema a longo prazo” (SOUZA, 2004, p. 27).

Um dos grandes referenciais para a análise da influência do planejamento no desenvolvimento socioespacial foi, indiscutivelmente, John Friedmann. Embora suas produções tenham sido voltadas à análise do planejamento na escala regional (e nacional), em um período entre as décadas de 1960-70, suas concepções são oportunas para se compreender o impacto do planejamento no processo de ordenamento dos espaços urbanos.

Para explicar a realidade espacial brasileira, elas subsidiam as concepções tradicionais do planejamento urbano regulatório que compreende o período pós-Segunda Guerra a ao final da década de 1970 como para o seu reaparecimento no final da década de 1980¹⁰ no seio das administrações democráticas.

Friedmann concebeu planejamento como “uma atividade pela qual o homem, agindo em conjunto e através da manipulação e contrôlo (sic.) consciente do meio ambiente, procura atingir certos fins já anteriormente por êle (sic.) mesmo especificado” (FRIEDMANN, 1960, p. 7).

Contudo, no âmbito da produção do espaço urbano, o planejamento emerge como consequência das propostas de ordenamento evidenciadas pela Escola de Chicago (EUA) que passou a delinear, inicialmente aos arquitetos e urbanistas e depois a outros profissionais preocupados com a produção do espaço urbano, um sentido de cidade pautado na organização e na elaboração de leis próprias necessárias ao ordenamento urbano tendo como preocupação a criação de um ambiente “mais saudável” nas cidades¹¹.

Estamos, obviamente, nos referindo a primeira fase de produção teórica da Escola de Chicago voltada para análise das ocupações urbanas pela “acomodação da organização social ao meio ambiente físico” (GOTTDIERNER, 1993, p. 36) representado em capitais como Rio de Janeiro, Recife, João Pessoa etc., pelos projetos sanitaristas organizados por Saturnino de Brito nas primeiras décadas do Século XX.

¹⁰ O uso desse termo é oportuno se considerarmos que o planejamento (em meados da década de 1990) surge novamente como elemento do debate político na organização socioespacial. Contudo, na prática, o planejamento, desde sua origem em meados do século XX, nunca deixou de existir tendo sido apenas expresso de outras formas.

¹¹ A associação entre planejamento urbano e ambiente saudável ainda se faz presente uma vez que o principal objetivo do planejamento urbano continua sendo, conforme mencionado por Hilhorst (1975, p. 166), a “criação de um meio ambiente físico, destinado aos habitantes da cidade, que forneça a estrutura necessária para satisfação de suas necessidades culturais, econômicas, higiênicas e sociais” segundo os recursos disponíveis.

O segundo momento de influência teórica da Escola de Chicago foi caracterizado pela expressão máxima do modernismo urbano idealizado pelo Estado (poder público na esfera federal) que priorizou o incentivo a construção de grandes edificações e aberturas de vias públicas formando a conhecida “selva de pedras”.

Em João Pessoa o planejamento urbano esteve evidenciado na reforma urbanística¹² elaborada a partir da década de 1920 a qual teve como parâmetro às intervenções pautadas no trinômio *sanear, embelezar e circular*.

Uma das principais propostas de saneamento e ordenamento urbano foi elaborada, justamente, por Saturnino de Brito, o que explica e confirma a preocupação com a formação de uma cidade mais organizada e mais urbanizada (**Figura 7**). A preocupação com as mudanças de hábitos, conforme observado anteriormente, reforça a influência dos preceitos da ecologia humana o qual foi resgatado pela Escola de Chicago para os fundamentos da ordem urbana.

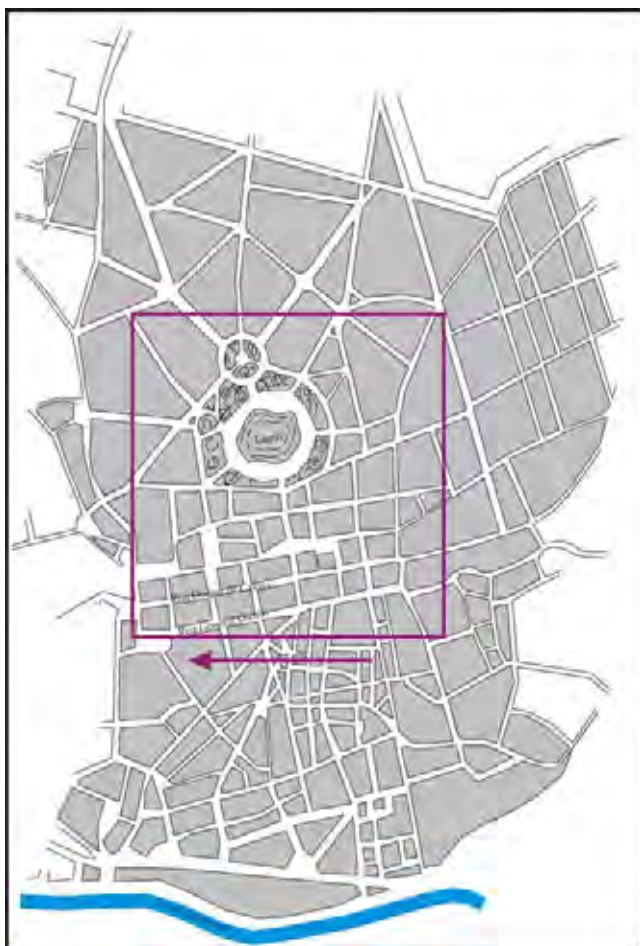
Contudo, não se pode afirmar que João Pessoa se constitui como uma cidade planejada. Ao contrário, conforme observado no capítulo anterior, caracteriza-se pela espontaneidade de sua formação, sendo condicionada pelos elementos físico-naturais característicos de seu sítio. É igualmente improcedente afirmar que João Pessoa não tenha tido experiências de planejamento urbano.

Vários espaços foram reformulados e criados a partir de ações de planejamento, tendo suas funções modificadas ou pré-determinadas, a exemplo do ordenamento urbano das orlas de Tambaú e Manaira, criados prioritariamente para o turismo. Para isso foram estabelecidos muitos dos fundamentos estabelecidos pelo

¹² Existem autores que optam pelo uso do termo reforma urbana para explicar esse contexto. Nós optamos pelo termo reforma urbanística por está relacionado às transformações estruturais do ordenamento urbano ao passo que Reforma Urbana consiste na inclusão da questão social (qualidade de vida e justiça social) nas ações decorrentes do planejamento (SOUZA & RODRIGUES, 2004). Portanto, para este período ainda não se poderia mencionar que João Pessoa estivesse vivenciando uma reforma urbana, mas uma reforma urbanística.

urbanismo moderno estabelecido a partir das concepções teóricas organizadas pela Escola de Chicago após a Segunda Guerra Mundial.

Figura 7: Reforma Urbana em João Pessoa (1923)



A **figura à esquerda** corresponde a um dos setores de Reforma que foram propostos por Saturnino de Brito em 1913. A Lagoa, no centro, ao invés de ser observada como um limite a expansão territorial passou a ser considerada como o ponto de partida. Na **figura à direita**, pode-se observar o que de fato foi realizado no governo de Sólton de Lucena (1920-24). Assim, o planejamento e ordenamento urbanos fundamentava as bases para o processo de expansão do espaço urbano.

Obs. As setas indicam à perspectiva que as imagens devem ser observadas e comparadas.

Fonte: Adaptado de: IHGP Projeto Parayba do Norte (1913), a esquerda; e Planta da Cidade da Parayba (1923), a direita.

Cabe lembrar que esta concepção de Planejamento desenvolvida pelos urbanistas da Escola de Chicago, cujo ideário encontrou um amparo significativo nos países emergentes, serviu como base para a criação do modelo de planejamento

(urbano) voltado para a preocupação com a estruturação territorial (Blueprint Planing)¹³, especialmente no que diz respeito às funções da cidade.

“Não deveria, contudo, a nova estrutura realizar-se de maneira uniforme pela cidade toda: a cidade contemporânea deveria ter uma estrutura nitidamente diversificada. E isso para corresponder a uma estrutura social específica, segregada; a moradia de uma pessoa dependia da atividade por ela exercida” (HALL, 1995, p. 246)

A propagação desse tipo planejamento serviu de base para a difusão do urbanismo modernista cujo marco principal foi a Carta de Atenas, documento produzido a partir dos debates realizados no IV Congresso Internacional de Arquitetura e Urbanismo, realizado na cidade de Atenas, em 1933. As diretrizes instituídas neste documento, especialmente no que diz respeito à orientação para realização de zoneamentos de uso da terra pautado na separação funcional (SOUZA, 2004), ainda servem de parâmetros para muitas políticas urbanas.

Voltado para ratificar o estilo de vida propiciado pelo capitalismo, o urbanismo modernista estabeleceu os critérios que deveriam ser adotados pelas administrações públicas no sentido de se ter, efetivamente, uma cidade estruturada na ordem e adequada as nova dinâmica imposta pela economia-mundo de forma a transformá-la “em um único domínio público homogêneo patrocinado pelo estado [de forma a] eliminar as diferenças para criar uma cidade racionalista universal, dividida em setores de acordo com as funções urbanas: residência, trabalho, recreação, transporte...” (CALDEIRA, 2000, p. 311).

Questões como a salubridade (saneamento, ventilação etc) e paisagismo passaram a configurar como prioridades na elaboração das propostas de planejamento urbano.

¹³ O Blueprint planing “trata-se de planos nos quais se projeta a imagem desejada em um futuro menos ou mais remoto” de forma a se ter, no ordenamento urbano, a cidade ideal. (SOUZA, 2004, p. 123).

O principal artífice das concepções modernistas¹⁴ para a produção do espaço urbano foi, indiscutivelmente, o arquiteto Le Corbusier que definiu parâmetros ainda hoje utilizados no ordenamento urbano (SOUZA, 2004; CALDEIRA, 2000), especialmente no que corresponde a divisão espacial por zonas (o zoneamento urbano), determinando as funções urbanas da cidade e adaptando-as para as exigências do capitalismo (facilidade de deslocamento, concentração, harmonia social, ordem etc.).

Assim sendo, durante praticamente quatro décadas (1930-1970) a produção do espaço urbano das cidades teve na figura do poder público, dos arquitetos e dos urbanistas os principais financiadores e mentores do ordenamento urbano, sendo estes, na perspectiva de muitos pesquisadores, os únicos profissionais capazes de fornecer os subsídios necessários para a construção da cidade (HALL, 1995).

O planejamento urbano modernista dividiu a cidade a partir das funções urbanas (especificamente a econômica) uma vez que buscava a produção de uma cidade que favorecesse a ação do capital em sua organização socioespacial, especialmente o imobiliário e o industrial (SOUZA & RODRIGUES, 2004).

Nesse contexto, o Estado (em suas três esferas de governo: municipal, estadual e Federal) assume a responsabilidade de propiciar as ações voltadas para a conquista da modernização dos espaços urbanos criando, em decorrência disso, normas, leis e regras voltadas para o controle urbano.

Evidentemente que este controle não passou do papel, especialmente para as cidades brasileiras cuja desigualdade social levou os segmentos sociais economicamente menos favorecidos à realização de ações de ocupação urbana

¹⁴ Embora a análise teórica sobre a modernidade seja algo cativante, compreendemos que a mesma não se faz oportuna para este trabalho. Contudo, caso o leitor queira se aprofundar nesta temática segue como sugestão a leitura das obras de A. Touraine (1973) e D. Harvey (2003) por tratarem de forma substancial a análise teórica da concepção de modernidade e suas variantes (modernismo, modernização, pós-modernidade etc).

contrárias ao planejado pelas leis de ordenamento, resultando em um intensivo processo de favelização.

Se por um lado o planejamento regulador influenciou na reconfiguração dos espaços urbanos, por outro se caracterizou como o elemento motivador do surgimento de verdadeiras manifestações sociais oriundas de diferentes segmentos da sociedade: tanto os excluídos das propostas de ordenamento quanto aqueles inseridos na mesma de forma involuntária ao serem expropriados do centro da cidade (formando as periferias) ou obrigados a ocupar áreas impróprias à habitação. Em ambos os casos essa fração da sociedade não teve (e ainda não tem) direito quantos aos benefícios de infra-estrutura e equipamentos urbanos.

A crise social decorrente desse “descontentamento urbano que girava em torno da base dos projetos modernistas de habitação e de renovação urbanas” (HARVEY, 2003, p. 88) propiciou o surgimento de movimentos organizados pela própria sociedade. Tais movimentos, apesar de originados por motivações diferenciadas (questões étnicas, de gênero, ambientais, habitacionais etc), tinham como objeto comum a luta pelo direito à cidade, representado por justiça social e melhoria da qualidade de vida.

No âmbito da análise sobre o ordenamento urbano emergiram estudiosos sensíveis a crise social evidenciada na cidade, a exemplo de Richard Sennett e Jane Jacobs que se caracterizam pelas influências de suas posturas críticas quanto aos valores que deveriam ser observados em um planejamento urbano.

A partir das críticas feitas ao impacto do planejamento urbano modernista na organização dos espaços urbanos, por estes terem se tornado espaços opacos, sem vida, alheios as particularidades locais, o planejamento crítico passa a valorizar os usos ao compreenderem que os “homens e mulheres poderiam construir suas próprias cidades” (HALL, 1995, p. 287). Com relação ao impacto da influencia do planejamento urbano na formação de espaços opacos, Sennett escreveu:

O autor entende que, apesar do risco da desordem funcional e visual da cidade decorrente da falta de planejamento, esta desordem seria melhor que uma planificação que produzisse uma cidade sem vida. Para ele, o papel do homem na formação histórica da cidade.

Fomentar lugares urbanos por zonificar, ya no centralmente contratados, promovería por tanto el desorden visual y funcional em la ciudad. Mi opinión es que este desorden es **mejor** que la planificación muerta y predeterminada que restrinja la efectiva exploración social. Es mejor que sean los hombres los forjadores del cambio histórico, a que éste venga condicionado por el diseño funcional de un plan preexperimental que 'ha de ser llevado a cabo' pese a quien pese. Si se permite que el elemento de la historia en sitios de la ciudad resurja de este modo, si se permite la dislocación funcional y una red de acontecimientos y personas concomitantes que habiten el mismo suelo, entonces los anhelos de identidad purificada pueden tener un campo abonado de pruebas verdaderamente formidable (SENNETT, 19__ p. 203).

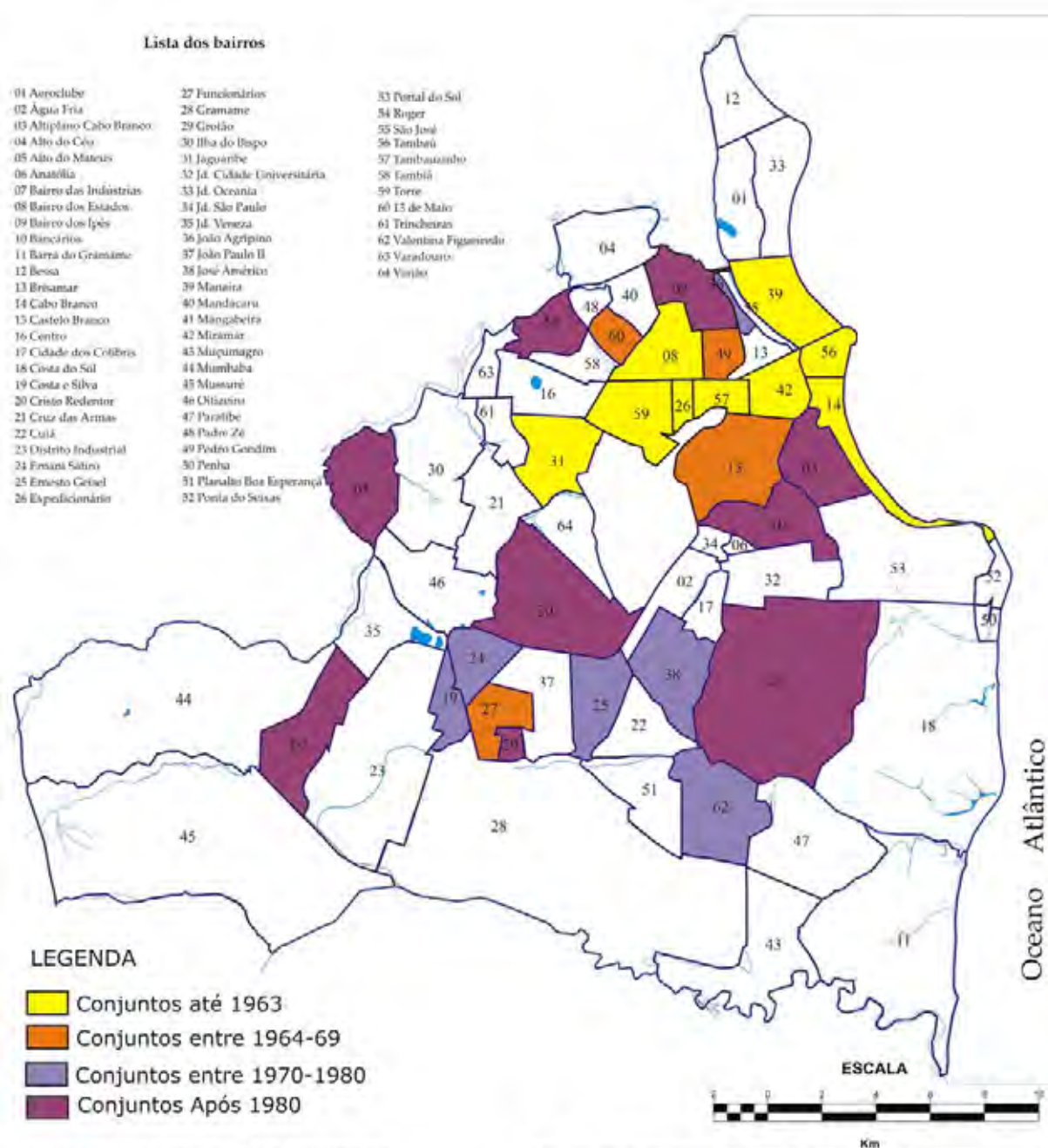
Esse quadro de referências não foi diferente para a realidade de João Pessoa. De fato, embora as transformações urbanas tenham sido modestas e restritas à construção de alguns conjuntos habitacionais, à revitalização de alguns espaços no centro da cidade e à urbanização do litoral da cidade, o desenho de sua forma urbana tem sido influenciado pela participação social, embora ainda de forma modesta.

Essa participação se efetivou a partir de políticas públicas que resultaram no processo de segregação socioespacial motivando posturas reivindicativas em prol do cumprimento dos direitos humanos para a sociedade.

Isso propiciou o surgimento de ocupações espontâneas e descentralizadas entre as áreas ordenadas de forma planejada a exemplo das ocupações espontâneas (favelas) que surgiram incrustadas nos conjuntos habitacionais financiados pelo governo federal, especialmente os construídos nas décadas 1970 e 1980, por terem sido construídos nos setores periféricos da cidade, fugindo na rota da expansão urbana que caracterizou a cidade até o final da década de 1960 (**Mapa 3**).

Contudo, a reforma urbanística esteve mais presente nos espaços influenciados pela pavimentação das Avenidas Epitácio Pessoa, Cruz das Armas, Dom Pedro II e Camilo de Holanda, do que na revitalização dos espaços iniciais de ocupação (do Varadouro ao Parque Sólon de Lucena).

MAPA 3



Até o final da década de 1960 os investimentos na construção dos conjuntos habitacionais estiveram restritos ao corredor principal de expansão leste com exceção dos funcionários devido a proximidade com o distrito industrial e Castelo Branco devido a proximidade com a torcida.

CIDADE DE JOÃO PESSOA
Conjuntos Habitacionais em João Pessoa
Fonte
Prefeitura Municipal de João Pessoa/SEPLAN/2006.
Andrade, 2007 (Dissertação)
Araújo, 2006 (Dissertação)
Desenho: Xisto Souza Júnior, 2007.

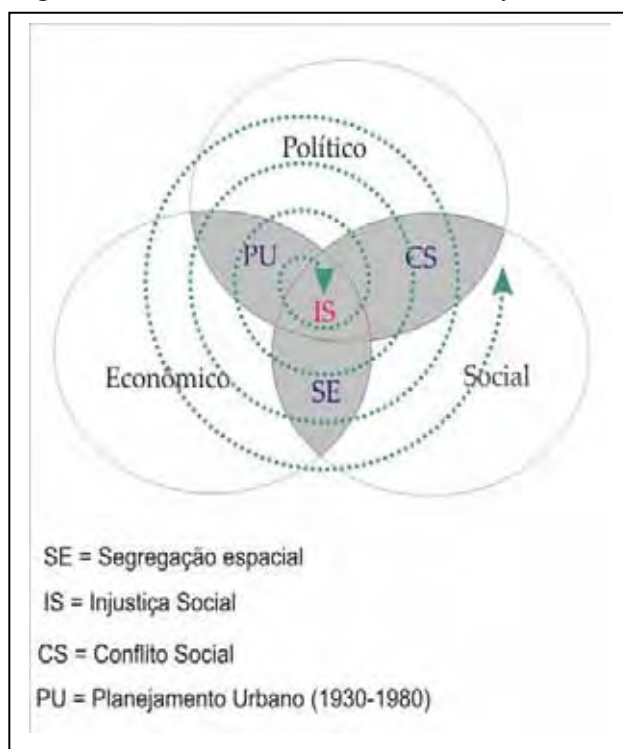
Assim, no caso de João Pessoa, ao contrário do que propunha Corbusier para promoção do ordenamento urbano - substituição dos imóveis degradados por imóveis mais modernos e adequados a uma moradia “decente” (HALL, 1995) – o planejamento esteve voltado para ordenamento dos espaços com formação estrutural emergente ficando, o centro da cidade, sem grandes transformações, com exceção de algumas ruas principais (Duque de Caxias, General Osório etc.).

O fato é que após quatro décadas (1940-1970) em que o planejamento foi tido e aceito como a única forma de se chegar ao desenvolvimento, ocorre, ou pelo menos se evidencia melhor, o início da superposição dos interesses socioespaciais segundo os critérios estabelecidos pelo avanço e influência do capitalismo nas formações dos espaços urbanos. Se por um lado a internacionalização das relações de produção criou instrumentos para determinar tanto o tipo como a forma dos elementos (equipamentos urbanos) que passam a compor o espaço da cidade (shopping centers, conjuntos habitacionais etc); por outro lado essa internacionalização influencia no avanço de formas espaciais que se contrapõe ao modelo de urbanização proposto, a exemplo das favelas e comércio informal, especialmente em João Pessoa cuja industrialização não conseguiu absorver o contingente responsável por tal configuração.

A produção do espaço, assim como sua apropriação, passa a corresponder, ainda em meados da década de 1970, a realidades socioespaciais cada vez mais diversificadas no âmbito político (espaço planejado e ordenado *versus* espaços sem nenhum tipo de ordenamento e espontâneos); econômico (zonas ricas ocupadas por uma população de alta renda *versus* zonas encravadas por tipo de ocupações e funções irregulares ou desorganizadas) e, finalmente; no contexto social (setores do espaço com infra-estrutura e equipamentos urbanos adequados a sobrevivência do homem *versus* espaços desprovidos de qualquer tipo de condições básicas para sobrevivência).

Observa-se, portanto, que o planejamento racional da escola modernista caracterizou-se como sendo um dos “tentáculos” do capitalismo ao ser responsável pelas crises sociais que passaram a fazer parte do contexto urbano das cidades, especialmente nos países subdesenvolvidos. Diante desse quadro de referência, alguns fenômenos urbanos tem se tornando uma realidade cada vez mais representativa da realidade urbana, a exemplo da segregação espacial, que intercala das contradições sociais e econômicas; injustiça social, produzida pelas contradições dos três elementos (social, político e econômico); e da má qualidade de vida, resultado das contradições inerentes à questão social em decorrência dos fatores político-econômicos (**Figura 8**). Esses dois últimos (a luta contra a injustiça social e conquista da qualidade de vida) tornaram-se, inclusive, os elementos motivadores da luta social encabeçada pelos movimentos sociais urbanos.

Figura 8: Relação entre os fatores conjunturais (EPS) na produção do espaço urbano.



O planejamento urbano (PU) racional esteve relacionado à interação entre os fatores econômicos, políticos e sociais. Em decorrência disso foram geradas duas consequências principais: uma espacial representada pela segregação espacial (SE) que dividiu em pedaços desiguais a maior parte das cidades; e outra social (CS) que possibilitou a emergência de novos atores sociais com formações e interesses políticos e ideológicos distintos daqueles aspirados pelos planejadores. Isto gerou uma verdadeira crise social (crise na cidade e crise da cidade), ou seja, a injustiça social (IS) evidenciada na exclusão pelo direito à cidade. Esta relação apresenta-se como em espiral produzido pelas diversas relações e interesses socioespaciais oriundas das relações em escalas maiores como endógenas à própria escala da cidade.

Modelo esquemático elaborado por Xisto Souza Júnior (2008).

Não obstante a isso as conseqüências ambientais provenientes das diversas intervenções urbanísticas patrocinadas pelas administrações tecnicistas durante a década de 1970 trouxeram à tona o debate de um problema que vinha se avolumando desde a expansão das políticas e planos desenvolvimentistas.

Estamos nos referindo à questão ambiental que nos centros urbanos ficou externalizada pela poluição acelerada dos recursos hídricos (decorrente da histórica deficiência no saneamento básico) e ausência de infra-estrutura em geral que fosse capaz de suportar o adensamento populacional que durante este período iniciou um processo geométrico de crescimento populacional. Isso possibilitou o surgimento de segmentos organizados da sociedade, especialmente as ONGs, associações de moradores, ativismos sociais e movimentos sociais, além dos debates e produções acadêmicas acerca do caos gerado na organização da cidade.

Contudo, o planejamento, apesar de todos os problemas evidenciados, trouxe importantes contribuições para a formação socioespacial da cidade. Uma dessas contribuições foi o estímulo ao zoneamento urbano pelo uso do solo que praticamente obrigou a prefeitura a fazer um levantamento cartográfico da configuração espacial da cidade e a criar leis que regulamentassem, em definitivo, as formas e tipos de ocupação urbana segundo cada escala espacial. A obrigatoriedade da elaboração de Planos Diretores no final da década de 1980, através da Reforma Constitucional, e códigos urbanísticos são exemplos dos benefícios trazidos pela política desenvolvimentista que predominou até a metade da década de 1980.

Embora a sociedade civil organizada tenha, efetivamente, se estruturado nesse período e participado de fortes debates e lutas sobre o futuro da cidade (e de outras lutas), ela não conseguiu se infiltrar no debate sobre a produção do espaço urbano, mesmo contando com o apoio da universidade, especialmente da parte dos cursos das ciências humanas que se engajaram na luta por mudanças na forma de se observar os conflitos, criando instrumentos que explicassem a sua natureza e os seus

limites, assim como o apoio da Igreja, especialmente a católica que, através de suas pastorais, forneceu o apoio logístico as ações elaboradas por esses segmentos da sociedade na luta pelos direitos humanos.

Os movimentos urbanos, quando existentes, caracterizavam-se, portanto, como grupos que atuavam motivados pelo planejamento desenvolvido pelo Estado (em suas três escalas administrativas) em parceria com os empreendedores urbanos. Assim, as ações não eram precedidas de planejamento do grupo sendo mais impulsivas que organizadas; mais táticas que estratégicas.

Esses atores lutavam por habitação (residência, teto etc) ao invés de buscarem a conquista da moradia (habitabilidade). Portanto, condicionados pelo tipo de política desenvolvida com a implementação do planejamento urbano eles ocupavam os espaços produzidos se submetendo as condições impostas ao invés de produzir os espaços ocupados para, em seguida, impor suas condições de ordenamento (conquista de justiça social com qualidade de vida).

Contudo, foram as mudanças na forma de gestão do espaço, por parte do Estado, que mais influenciaram na organização territorial, entre as quais se destacam as alterações na própria conjuntura capitalista. Entre essas alterações está a redução da influência do Estado que passa a ser submetido às regras impostas por uma dinâmica econômica que estimula a abertura das fronteiras, a flexibilização e a perda da autonomia do domínio territorial (ARAÚJO, 2000). Como consequência, a partir da segunda metade da década de 1980, a política de administração pública pautada no planejamento é substituída pelo estímulo à prática de um “assistencialismo imediatista”.

O governo, particularmente na escala municipal, passa a se preocupar com a criação de políticas de ordenamento e desenvolvimento urbano e implementação de normas e leis voltadas para o controle do uso e ocupação do solo, de forma a gerenciar o espaço urbano segundo os investimentos propostos para o mesmo. São

criadas, assim, parcerias com o setor público, a exemplo dos acordos firmados com o governo estadual e federal que passaram a financiar as políticas (especialmente as habitacionais) e com os setores privados, especialmente os agentes imobiliários que passaram a delinear o espaço a partir dos usos e funções. As decisões seguem em consonância com o tempo de permanência no poder (tempo de gestão) o que tornou inviável (ou desinteressante) o investimento no planejamento urbano.

O “imediatismo” no debate da coisa pública é reproduzido na própria sociedade que passa a assumir uma eterna espera pelo governo ideal: Um governo que promoveria ações que solucionassem definitivamente os problemas vividos pela sociedade. Assim, a sociedade civil organizada, em suas diferentes frentes e escala de ação, não assumem uma postura propositiva quanto ao ordenamento urbano.

O impacto causado por tais mudanças, assim como evidenciado anteriormente, é causa e conseqüência de fatores conjunturais: econômico, político e ideológico, sendo este último decorrente da influência progressiva de diferentes segmentos da sociedade. É importante ressaltar que à análise desses fatores de forma isolada deva ser entendida apenas no sentido de facilitar a argumentação sobre a influência de cada um, haja vista o fato de que os mesmos são auto-dependentes.

No que diz respeito à questão econômica, esta passa a ser desenvolvida em duas frentes: a escala mundial, representada pelos atores globais que comandam a dinâmica político-econômica (capacidade política de investimento ou não no ordenamento urbano) e a escala local cujas mudanças estruturais e funcionais representam bem a influência do setor empresarial nas redefinições socioespaciais.

Estimuladas pelo momento propício criado pelo mercado, diversas empresas particulares emergiram como importantes atores sociais ao definirem não apenas o ordenamento urbano, mas as regras da Divisão Territorial do Trabalho. Por outro lado, os municípios são colocados na difícil situação de negociar com esses atores a definição dos espaços, ao tornarem-se excluídos do processo e dos espaços

dinâmicos, os quais passariam a receber todos os investimentos possíveis para sua expansão e domínio territorial. São criadas, assim, novas centralidades funcionais como foi o caso do estabelecimento do Shopping Manaíra e espaço turístico de Tambaú em João Pessoa, os quais, juntos, produziram um novo dinamismo socioespacial para esta área (litoral leste da cidade).

A cidade de João Pessoa, assim como ocorreu em outras cidades capitalistas, passa a ser produzida em meio a uma contradição: selecionar espaços e fornecer as condições (legais e estruturais) que possibilitem a atratividade de novos empreendimentos atendendo, ao mesmo tempo, as demandas sociais cada vez mais complexas, independente do espaço selecionado (pelo poder público e pelos agentes empreendedores) enquanto prioridade ao desenvolvimento urbano. Isso justifica a necessidade de valorizar políticas e intervenções cada vez mais rápidas, ou seja, substituírem o planejamento em detrimento da gestão pública.

No âmbito da perspectiva política as estratégias de ordenamento urbano sofreram uma mudança substancial. Por um lado o Governo Federal se afasta das ações locais repassando aos municípios a incumbência de gerenciar a sua dinâmica territorial. Por outro, o debate sobre o futuro das cidades passa a ter uma influência significativa da sociedade civil organizada, especialmente pelos movimentos sociais evidenciados em suas diferentes formas de expressão espacial (os movimentos culturais, de gênero, étnico, urbano etc).

As disputas de poder decorrente dessas duas forças no período de transição do regime ditatorial para o democrático (1970-1980) correspondem, assim, ao “fim” do planejamento como estratégia de governança da administração pública, a qual passa a ser desempenhada pelo empreendedorismo urbano ao assumirem uma posição de destaque no que diz respeito as decisões sobre os locais mais propícios para receber o investimento assim como o próprio financiamento de desenvolvimento urbano.

Esses atores, especialmente os relacionados ao ramo do setor comercial, ao implementarem empreendimentos de grande porte, tanto comerciais (shoppings, hotéis etc) como habitacionais, comerciais, empresariais, estão articulados em diferentes escalas espaciais o que possibilita uma flexibilidade quanto à decisão sobre a produção do espaço urbano.

O fato das ações serem predominantemente controladas pela confluência dos fatores políticos e econômicos repercutiu em mudanças e conflitos sociais e ideológicos acerca da apropriação dos espaços urbanos uma vez que as “mudanças econômicas maciças afetavam o sistema político, organização social, instituições religiosas e burocráticas e todos os outros elementos da sociedade. Portanto, o desenvolvimento se tornou ‘social’ e ‘político’, assim como econômico” (DALAND, 1969, p. 04).

Os conflitos sociais se tornam cada vez mais presentes em todos os setores da cidade e, com eles, a apropriação desordenada de diferentes espaços, independente de serem eles públicos ou privados. Nesse contexto, a luta pela qualidade de vida (habitação, saúde, trabalho, saneamento, ambiência urbana etc) e justiça social se apresenta como uma bandeira de luta de muitos segmentos sociais, especialmente os movimentos e as ONGs.

Além do interesse pela disputa política sobre o futuro da cidade passou a existir, também, uma disputa ideológica pautada nos discursos da administração pública e da sociedade civil organizada assim como os próprios discursos travados entre os próprios segmentos dessa sociedade que passam a definir prioridades distintas para a conquista de uma condição de vida urbana mais favorável às respectivas demandas particulares. Assim, embora tenham sido criadas diversas políticas de gerenciamento urbano, a produção do espaço vem sendo diretamente condicionada pela disputa entre os diversos atores sociais. Nesse período, enquanto alguns segmentos sociais são desarticulados, a exemplo dos movimentos e

associações de bairros, outros passam a se estruturar e participar mais efetivamente nos debates sobre a reforma urbana tendo em vista o fato de serem reconhecidos, especialmente pelo poder público, como atores sociais.

Com a reforma constitucional ocorrida no final da década de 1980 e a implantação de modelos de gestão voltados para o estímulo à participação popular e disposição em abordar problemas históricos, a exemplo da injustiça social, qualidade de vida e direito à cidadania, o debate sobre o ordenamento urbano ganha um novo impulso. O discurso pela reforma urbana passa a ser algo comum entre os envolvidos pelo debate sobre o futuro da cidade.

Coube a Porto Alegre (RS) e Recife (PE), mais a primeira do que a segunda, o pioneirismo a adoção da política de Orçamento Participativo (ou Democrático) em meados da década de 1990. Em pouco tempo as experiências dessas cidades foram utilizadas como referências para outras capitais, inclusive João Pessoa (PB) no final da década de 1990, sendo influenciadas por eventos internacionais sobre a reforma urbana nas cidades, conforme serão analisados com maiores detalhes no terceiro capítulo.

O fato é que as políticas desenvolvidas pelas gestões municipais são, mais uma vez, envolvidas pela própria conjuntura da economia-mundo a partir do avanço do neoliberalismo, delimitando as práticas de ordenamento territorial com base no estímulo as privatizações e redução da interferência do Estado em questões relacionadas às responsabilidades sociais. O discurso contido nas leis, especialmente as que garantem o direito à cidadania (saúde, habitação, educação etc), são confrontados com a realidade segundo a qual as desigualdades sociais são cada vez mais significativas. Por outro lado, as diversas conferências, simpósios e encontros relacionados a formulações de propostas de cidadania, além das diversas pesquisas acadêmicas sobre esta temática, forneceram as condições necessárias para uma participação popular mais efetiva, particularmente no que diz respeito à coisa

pública. Tais eventos favoreceram a difusão das ONGs e o reaparecimento dos movimentos sociais.

No âmbito econômico esses atores surgem justamente no momento em que a estabilidade econômica (1994), proporcionada pela Unidade Real de Valor (URV), que posteriormente serve como fundamento para implementação do Real, permite aos atores sociais pensarem as mudanças espaciais novamente a longo prazo, ou seja, resgatar o planejamento urbano enquanto estratégia de ação.

O desenvolvimento técnico, especialmente a popularização das técnicas de geo-referenciamento, associado ao desenvolvimento científico e informacional, possibilitou aos gestores públicos uma maior flexibilidade e segurança quanto aos investimentos urbanos. Esta situação é decorrente das parcerias firmadas com outros agentes sociais, particularmente as empresas privadas.

No âmbito político esses atores surgem após a reforma constitucional cujas leis e normas passam a adotar mudanças significativas para o desenvolvimento urbano, a exemplo da obrigatoriedade do estabelecimento do Estatuto da Cidade em cidades com população superior a 20 mil habitantes e o incentivo à realização de planejamentos que priorizem a participação coletiva. Portanto, a conjuntura política sobreposta às demais, marca o retorno do planejamento enquanto estratégia de desenvolvimento urbano.

Finalmente, no contexto social, surgem novos atores sociais entre os quais os movimentos sociais urbanos que passam a influenciar diretamente no processo de ordenamento urbano. Ao atuarem na luta pela moradia, compreendida como um complexo de ações infra-estruturais, esses movimentos passam a exercer um papel importante enquanto interlocutores entre o interesse estratégico do poder público e as reais demandas sociais.

Ao contrário do ocorrido na década anterior, esses atores surgem justamente num período em que o planejamento participativo possibilita sua

inclusão enquanto agente planejador. Em João Pessoa a superposição desses elementos só se configura no início do século XXI com o acesso ao poder de uma administração pública vinda das bases sociais: a administração do prefeito Ricardo Coutinho (PSB). A pouca experiência, tanto por parte da administração pública como por parte dos próprios movimentos sociais urbanos (criados na segunda metade da década de 1990) emerge como principal desafio à implementação de uma política de ordenamento urbano pautada na participação popular.

Contudo, apesar das dificuldades evidenciadas, o planejamento urbano vem sendo desenvolvido em meio a perspectivas favoráveis a consolidação de um cenário mais positivo quanto à participação popular no desenvolvimento de ações pautadas no planejamento urbano.

A imagem negativa do planejamento vem, assim, sendo paulatinamente substituída por perspectivas mais propositivas, voltadas a obtenção de um ordenamento urbano originado das bases populares indo, portanto, de acordo ao modelo de planejamento urbano idealizado pelos críticos ao planejamento modernista ao conceberem o problema habitacional como algo que não pode mais ser “resolvido de cima [por ser] um problema do povo [e como tal, só poderia ser] solucionado, ou até mesmo encarado corajosamente, mediante a vontade e a ação concretas do próprio povo” (HALL, 1995, p. 294).

Reaparece, em meio a esse quadro de referências, a opção pelo planejamento urbano em detrimento de ações assistencialistas e distantes das reais demandas socioespaciais decorrentes da ausência do planejamento enquanto estratégia de desenvolvimento urbano. Quanto a falta de experiência relacionada a participação social no planejamento, esta vem sendo superada pelo aprendizado comum decorrente da atuação do poder público e movimentos sociais urbanos, especificamente os que lutam por moradia.

O fato é que, tanto na experiência do planejamento tradicional (regulatório) como no planejamento patrocinado pelas empresas privadas, chamado de mercadófilo por Souza (2004), e no planejamento atual inspirado na valorização da participação popular, nesses três casos, o papel do Estado (poder público) vem sendo marcante. Por outro lado, o surgimento de outros atores sociais, como os movimentos urbanos, constitui-se como um elemento diferenciador.

Essa influência, por sua vez, apresenta três características:

- a) presença de um Estado (poder público administrativo) que, embora responsável pelo planejamento, se deixa envolver pelos interesses particulares de diferentes agências privadas, apesar de proferir discursos voltados para o assistencialismo;
- b) um setor privado responsável pelo financiamento dos planos elaborados pelo poder público, mas descompromissados, em sua maioria, com as reais demandas sociais sendo, assim, os grandes promotores da reprodução da crise social;
- c) uma sociedade cada vez mais organizada e atuante, porém ainda presa aos “grilhões deixados pela ditadura” (ainda não atuam como atores sociais) e que se deixam levar por conquistas limitadas insuficientes para se conquistar a reforma urbana tão pleiteada.

O que existe, efetivamente, é a retomada do planejamento diferente daquele existente no período da ditadura. Entre os principais aspectos, poderíamos destacar:

- a) **Econômicos** – A crise gerada pelo endividamento e a consolidação do neoliberalismo como forma de gestão hegemônica resultou em adversidades econômicas significativas com repercussões em todas as escalas espaciais. Finalmente, embora o planejamento continue tendo o Estado (em suas três esferas administrativas) como principal agente idealizador das ações, o

financiamento parte agora das instâncias privadas que possuem tempo e recortes espaciais muitas vezes diferentes daqueles delimitados pelo Estado ou necessitados pela sociedade;

- b) **Políticos** – O Estado, conforme observação anterior, é agora coadjuvante na elaboração das políticas de desenvolvimento (planejamento espacial) uma vez que de um lado se torna dependente do setor privado-financiador e, por outro lado, se depara com segmentos sociais cada vez mais organizados e cientes dos seus direitos socioespaciais. A ausência de uma reserva econômica que sustente ações próprias, tendo que recorrer à prática do PPP (parceria público-privada) torna o Estado uma instância dependente de interesses particulares. As administrações municipais passam a ser responsáveis pela justiça social, porém sem condições técnicas e financeiras para isto;
- c) **Sociais e ideológicos** – Essa nova fase do planejamento se depara com uma sociedade politicamente mais organizada, porém vítima de uma herança histórica de exclusão, descrédito político e injustiça social o que reproduz um descrédito do planejamento. A participação ainda é incipiente uma vez que os indivíduos, especialmente os sujeitos coletivos, se deixam levar por diferenças ideológicas ignorando, assim, a articulação enquanto postura de participação mais eficiente. Contudo, o surgimento de movimentos sociais urbanos voltados para a luta pela moradia em ações que reduzam a injustiça social e propiciem melhor qualidade de vida, tem propiciado uma nova forma de se fazer planejamento.

Diante dos argumentos apresentados, pode-se montar a seguinte sinopse acerca dos avanços e retrocessos do planejamento para o ordenamento urbano das cidades brasileiras (**Quadro 5**):

Quadro 5: As idas e vindas do planejamento enquanto política de ordenamento urbano

	Planejamento (1930-1982)	Gestão (1983-1994)	Planejamento (1995- 2006)
Econômica	A ascensão do capitalismo com o desenvolvimento e expansão das indústrias contribuiu para o surgimento do planejamento enquanto forma de organização espacial. As cidades e a vida urbana são produzidas estrategicamente, pelo Estado e pelos arquitetos, para exercerem funções específicas, originando fenômenos urbanos como a segregação espacial. As desigualdades criadas produzem o caos nas cidades. O ordenamento urbano passa a ser coordenado pelas agências privadas, especialmente as imobiliárias, que passam a definir os setores a serem contemplados com infra-estrutura e saneamento.	O planejamento é substituído por formas mais instantâneas de ordenamento urbano. O avanço da globalização e da abertura de mercados fornece as condições necessárias para a inclusão das empresas privadas no ordenamento dos espaços urbanos. Para isso, setores da cidade são selecionados como vetores do desenvolvimento dando origem a criação de bairros nobres e áreas opacas (no que diz respeito, principalmente, a inclusão social). O zoneamento urbano proposto pelas políticas públicas é direcionado para favorecimento desses investimentos na medida em que fornece condições para o estabelecimento do mesmo.	As políticas neoliberais continuam delimitando a dinâmica urbana e o papel das cidades. Contudo, as empresas privadas perdem a autonomia financeira conquistada na década anterior e o Estado pode contar com a presença de novos parceiros na elaboração de ações que reduzam as injustiças sociais e garantam o direito à cidadania. Mesmo assim, as áreas mais beneficiadas com infra-estrutura continuam sendo priorizadas para o investimento privado criando não apenas espaços segregados, mas espaços fragmentados (dotados de infra-estrutura e equipamentos suficientes para o isolamento do “feio”).
Política	Preocupado em fornecer as condições para o desenvolvimento, o Estado investe na elaboração de planos que propiciem o desenvolvimento urbano. Para isso, além de estatais, são criados instrumentos básicos como as cartas de crédito junto a órgãos de fomento para realização das obras de infra-estrutura das cidades. Endividado, o Estado abandona o seu papel no ordenamento urbano tendo que acatar as prioridades das instâncias de fomento (empresas privadas) reproduzindo e crise social.	O governo Federal deixa a responsabilidade do ordenamento urbano para as administrações públicas municipais, as quais, submetidas aos interesses das empresas privadas, acabam promovendo uma forma de ordenamento urbano que reforça a exclusão social. No sentido de amenizar este panorama são criados espaços para ouvir a demanda da população. Contudo, as decisões continuam sendo mais políticas do que sociais.	Amparadas pelo apoio da sociedade civil organizada, pela reforma constitucional e formação de redes internacionais de desenvolvimento urbano (cidades saudáveis; cidades sustentáveis; etc), as prefeituras retomam o planejamento enquanto estratégia política. Da mesma forma, o Governo Federal, especialmente a partir do início da década de 2000, assume uma postura mais social (pelo menos no discurso) e cria instrumentos que possibilitem o ordenamento urbano e a inclusão social.
Social	O modernismo fornece os instrumentos para a reforma urbana a qual é mais preocupada com a estética e funcionalidade do que com a inclusão e direito social. A crise econômica nos anos 1970 e o crescimento das injustiças sociais criam o ambiente propício ao surgimento e segmentos organizados na sociedade (associações de moradores, ONGs, Movimentos sociais urbanos, étnicos etc). A pressão política dificulta a participação desses atores no debate sobre a justiça social e a qualidade de vida.	Vivenciando a retomada da democracia, a sociedade começa a se organizar melhor e a ter uma participação mais ativa na luta pela melhoria da qualidade de vida e redução da injustiça social. O longo período de experiência no regime autoritário acaba dificultando uma participação mais efetiva. A sociedade reproduz a política de exclusão ao não promover uma atuação mais articulada e eficiente. Assim, as conquistas são poucas e setoriais uma vez que as reivindicações são por ações assistencialistas.	Tanto as ONGs como os Movimentos Sociais, em especial os que lutam pela reforma urbana, passam a desempenhar um papel mais eficiente no debate sobre o futuro da cidade. Assim, atuam como articuladores entre o poder público e a sociedade, defendendo a posição de que a política pública eficiente tem por base a adoção de estratégias de desenvolvimento, ou seja, devem ser produto de planejamento.

Elaborado por Xisto Souza Júnior (2008)

3.3 Os limites do desenvolvimento urbano de João Pessoa: para quem é o discurso?

Diante do exposto, a formação socioespacial da cidade de João Pessoa decorre de situações particulares que acabaram delineando não apenas a estrutura espacial na qual pousou seu sítio, mas a própria formação de seu ordenamento urbano. A cidade foi e vem sendo construída a partir das estratégias desenvolvidas pelas administrações públicas (estadual e municipal) em parceria com arquitetos, urbanistas e empresas privadas. Embora a influência da sociedade civil organizada venha sendo cada vez mais efetiva, ela praticamente não é reconhecida no que diz respeito as decisões sobre a produção da cidade.

João Pessoa, como observado em páginas anteriores, apesar de ter nascido como cidade, teve fortes dificuldades de se consolidar como tal, ou seja, definir o seu papel perante as demais capitais ou cidades do nordeste brasileiro, principalmente.

Estas influências acabaram definindo dois tipos de cidade. Uma cidade com uma organização espacial bem diferenciada daquelas encontradas nas demais cidades brasileiras uma vez que tem conseguido desenvolver sua fisionomia urbana sem abandonar elementos de seu sítio inicial, o que possibilita a existência de uma paisagem que se apresenta como um verdadeiro relicário urbano-ambiental do espaço onde teve estabelecido o seu sítio. Já no segundo caso, apresenta-se como uma cidade “descoberta” por atores sociais que tradicionalmente têm ficado de fora do debate sobre os parâmetros do ordenamento urbano. Assim, existe uma cidade feita para ser produzida e apropriada pela e para a classe média e outra para ser produzida e apropriada pela sociedade em geral. Uma cidade que segrega, exclui e diversifica; e outra que resiste e se impõe. Tais aspectos tornam desafiador o interesse pela compreensão da formação socioespacial da cidade de João Pessoa assim como as estratégias e táticas desempenhadas pelos atores sociais no processo de produção da cidade.

Para compreender essas duas cidades tem-se como uma das opções a observação dos fatores que influenciaram no ordenamento urbano a partir da década de 1970, período em que a cidade se depara com diversas políticas de controle ao desenvolvimento urbano. Assim, é o período em que são criadas as condições iniciais para o surgimento e consolidação de atores sociais que até então estavam ausentes dos debates sobre o futuro da cidade.

A cidade do discurso configura-se como a cidade mascarada por slogans especificamente criados para atender a um interesse emergente no contexto urbano: atuação das empresas privadas no ordenamento espacial. É, portanto, como uma cidade estrategicamente imaginada para ser apropriada por formas de organização espacial, previamente selecionada.

Termos como “A segunda cidade mais verde do mundo”; “O ponto mais oriental das Américas”; “cidade saudável”; entre tantos outros, são exemplos de instrumentos criados para dar sustento à formação de uma cidade diferenciada de outras com condições similares. Tais figuras criadas para a cidade são idealizadas pelo Estado e pelas empresas privadas sendo que o primeiro fornece os instrumentos legais e materiais (no que concerne a infra-estrutura) e o segundo fornece o aporte financeiro necessário para promoção de intervenções espaciais, especialmente no que diz respeito à locação de equipamentos urbanos.

Conforme pode ser observado, nos dois principais momentos em que o planejamento se apresentou como estratégia de ordenamento urbano, a produção do espaço foi delineada pelos parâmetros apresentados nessa parceria entre o poder público e as instâncias privadas de investimento (financeiro e material) em suas mais diferentes formas e escalas de atuação sendo a questão política e a econômica as principais expressões do espaço produzido.

A difusão e consolidação dos movimentos sociais urbanos na década de 1990, por sua vez, apresenta-se como um marco da inclusão do fator social

(participação da sociedade) no ordenamento urbano da cidade, embora ainda de forma restrita o que confere certa complexidade na formação da cidade.

Assim, as contradições aparentemente observadas, a exemplo da criação de uma legislação específica de controle a verticalização na orla marítima que inibe a disputa imobiliária por aquele território¹⁵, são diluídas pelo discurso criado como identidade para a cidade. Isto se dá pelo fato de se perceber que a criação dessa legislação faz parte de estratégias de ordenamento urbano criadas em um período em que João Pessoa consegue, de fato, direcionar suas artérias viárias para o litoral, mesmo não se encontrando em condições de receber tais intervenções estruturais uma vez que o valor do uso do solo não correspondia ao valor desejado pelas empresas de fomento.

A legislação de proteção à orla marítima é, assim, encoberta pelo discurso do poder público de não permitir que a cidade se transforme no caos urbano presente em outras capitais cujo processo de verticalização influenciou na ambiência urbana. Embora seja um instrumento importante para evitar a especulação imobiliária descontrolada, ela passou a ser utilizada como “pano de fundo” para se criar uma reserva de valor sobre o território litorâneo tendo em vista as projeções que, já em meados dos anos 1970, eram apontadas para o litoral nordestino: área potencial para o desenvolvimento econômico pelo turismo e serviços em geral.

Enquanto as atenções foram voltadas para as ocupações no sul da cidade através da construção de bairros e conjuntos habitacionais de médio e grande porte, as políticas de proteção ao litoral foram utilizadas como instrumentos para a

¹⁵ “**Art. 229.** A zona costeira, no território do Estado da Paraíba, é patrimônio ambiental, cultural, paisagístico, histórico e ecológico, na faixa de quinhentos metros de largura, a partir da preamar de sizígia para o interior do continente, cabendo ao órgão estadual de proteção ao meio ambiente sua defesa e preservação, na forma da lei” (PARAIBA, 2005).

consolidação de uma área de valor territorial bastante atrativo para as empresas privadas.

O aceite do discurso da necessidade de se preservar os condicionantes paisagísticos do litoral pessoense, por conta da política de contenção do avanço da urbanização verticalizada na orla, oculta o interesse desse segmento em realizar investimentos no momento oportuno: uma certeza maior do retorno financeiro.

As experiências com outras capitais com a criação de condomínios ou venda das terras antes de obtenção da infra-estrutura necessária justificam tal preocupação. Em João Pessoa, essa infra-estrutura só chegou a ser montada a partir da segunda metade da década de 1990.

Assim, houve o aceite em obedecer a legislação elaborada, desde a década de 1970, a partir Lei de Desenvolvimento Urbano (LDU) e firmada na década de 1980 com a constituição estadual. Contudo, isso não correspondeu a um desinteresse na aquisição de lotes na faixa da orla marítima a um preço aquém do cobrado na atualidade.

Em um segundo momento, após a pavimentação das principais vias de acesso, com exceção da Av. Epitácio Pessoa aonde foram realizados investimentos em equipamentos que atraíssem tal estrutura, a exemplo dos hotéis (com exceção do Hotel Tambaú, inaugurado antes da década de 1980), shoppings, centros comerciais etc., além da criação a partir da década de 1990 de equipamentos que confirmassem a viabilidade funcional da área, especialmente a turística com a criação do pólo turístico litorâneo com seus hotéis, bares, feiras etc.

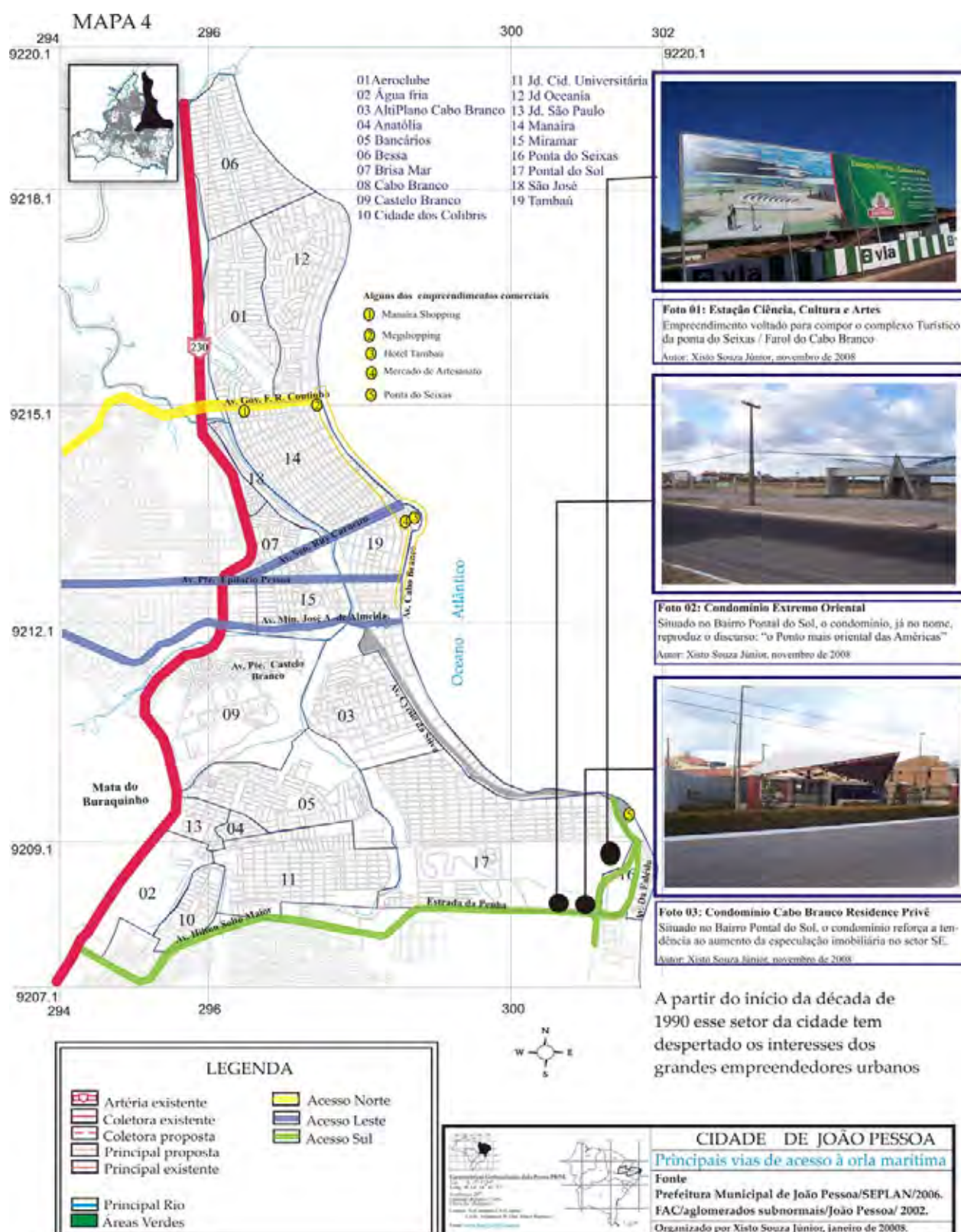
Com a consolidação e reprodução dos discursos criados para a cidade, sendo um desses confirmados com a criação do pólo turístico Farol do Cabo Branco (O ponto mais oriental das Américas), tem-se observado uma mudança na postura dos empreendedores que passaram a construir edificações na orla.

Nos últimos anos têm-se evidenciado um aumento de empreendimentos verticais (condomínios e edifícios residenciais) e horizontais (recentes condomínios fechados construídos e em construção em bairros como Altiplano Cabo Branco e Morada do Sol) sendo construídos na faixa litorânea uma vez que a relação custo-benefício é favorável ao empreendedor.

Portanto, o aparente prejuízo obtido com a não construção dessas edificações durante as décadas de 1970 e 1980 é substituído pelo lucro adquirido com a compra das terras nesse período e sua venda nos dias atuais ou ainda pela própria construção de empreendimentos (comerciais e residenciais) nessa área. Tanto numa situação como na outra esses empreendedores têm como poder de barganha a consolidação da imagem criada para a cidade e a infra-estrutura montada, na década de 1990, para sua consolidação.

Desta forma, enquanto por um lado, ao longo de praticamente 20 anos (1970 - 1990), o governo municipal ficou responsável pela criação de uma “imagem para a cidade” fornecendo para aquela área uma estrutura propícia a futuros investimentos (saneamento, revitalização da orla marítima, rodovias de acesso a todos os setores da cidade etc); por outro, os empreendedores urbanos, particularmente as imobiliárias ou instituições de fomento, ficaram responsáveis por tornar real essa imagem, através da locação de novos empreendimentos comerciais (Shopping Centers Manaira e Meg, restaurantes, hotéis na orla etc) e residenciais (Condomínio Extremo Oriental e o Cabo Branco Residence Privé), além da venda dessas imagens.

Sobre a localização desses empreendimentos, ver o mapa (**Mapa 4**) e as fotos a seguir (**Fotos 1 a 3**).



Em meio a esse contexto, de acordo com o qual se evidenciava um processo de antecipação espacial¹⁶, criou-se um imaginário segundo o qual a cidade de João Pessoa se tornou uma cidade que tem na qualidade de vida o sua principal identidade. Essa qualidade de vida, no entanto, não chega até aos moradores excluídos dos equipamentos urbanos. Com isso, o interesse por justiça social emerge como fator motivador para lutar pelo direito à qualidade de vida.

A retomada do planejamento durante a década de 1990 trouxe consigo novas expressões de discursos desenvolvimentistas que mais uma vez colocaram em xeque a equidade social na ambiência urbana. Embora reconheçamos um esforço pelo desenvolvimento de ações voltadas para atender as demandas urbanas (saúde, saneamento, etc.) João Pessoa foi, novamente, sendo “vendida” por um discurso que não corresponde diretamente a sua realidade urbana, tais como: cidade saudável; cidade limpa; entre outros.

Tais discursos apresentam como principais metas a revitalização do centro histórico através do reordenamento das moradias antigas e revitalização dos circuitos feitos no centro, a exemplo do uso do Parque Sólon de Lucena, recentemente (em 2006) escolhido como cartão postal da cidade.

Por sua vez, existe também a produção de uma cidade vivida por outros segmentos da sociedade através da forma como os mesmos vão se infiltrando na realidade negada: a da construída para todos. São atores que vivem ou se preocupam com as pessoas que vivem às margens dos benefícios deixados pelos atores que produzem a cidade imaginada: o poder público e os agentes privados.

¹⁶ Segundo a mesma concepção adotada por Correa (1995, p. 39): “...localização de uma atividade em um dado local antes que condições favoráveis tenham sido satisfeitas”.

Na primeira fase da construção dessa cidade, quando o planejamento começou desenhar a expansão urbana para o leste (litoral) e sul da cidade, estes atores não se encontravam devidamente organizados ao ponto de questionar os fundamentos postos na organização territorial da cidade.

O fato de residirem nos bairros mais antigos (setor oeste e norte, além do centro da cidade) e da atenção ao desenvolvimento urbano planejado (infra-estrutura e equipamentos urbanos) ter tido como prioridade as áreas de expansão, especialmente a faixa litorânea, além da própria política desenvolvida pelas administrações públicas durante o período militar, influenciaram na pouca expressividade da organização social nesse momento. Isso ocorreu pelo fato de que, se por um lado os indivíduos não conseguiam perceber o que estava realmente por trás dos discursos promovidos pelos agentes empreendedores, por outro não contavam com nenhuma organização social capaz de realizar tal esclarecimento.

Essa cidade apropriada pela população mais carente é compreendida como a cidade dos excluídos do processo de desenvolvimento urbano uma vez que, se por um lado, durante duas décadas houve investimentos significativos para o ordenamento urbano das áreas favorecidas pelo planejamento; por outro, os espaços mais antigos ficaram alheios às propostas dessas políticas.

Assim, o discurso de João Pessoa como a segunda cidade mais verde do mundo esconde a João Pessoa dos excluídos, a cidade dos sem-moradia. Esconde a cidade composta por favelas banhadas pelos principais rios ou amparadas pelos principais morros do espaço urbano. A cidade saudável, moderna, esconde também a cidade das doenças e do atraso segundo a qual o modo de vida rural ainda permanece nas entranhas da estrutura urbana da cidade, conforme se evidenciava ainda nas primeiras décadas do século XX.

Enquanto no primeiro contexto se evidencia a conquista da qualidade de vida (habitação, emprego, saúde, transporte, etc.) para um setor da cidade; no outro essa qualidade de vida encontra-se diluída em meio a uma injustiça social cada vez mais visível.

O surgimento dos movimentos sociais urbanos propiciou a origem de um novo contexto para a produção do espaço urbano. Um contexto segundo o qual o poder público passa a ter que, obrigatoriamente, dialogar com essas representações antes de definir os parâmetros para o ordenamento urbano da cidade. Por outro lado, os fatores conjunturais de ordenamento urbano (econômicos, sociais e políticos), que caracterizou o contraste urbano da cidade, são acrescidos de outro, o ideológico, igualmente relevante no entendimento dos processos responsáveis pela produção do espaço urbano.

Para esses novos atores, devido a pouca experiência e dificuldade de gerar discursos amparados em posturas comuns, especialmente no que diz respeito aos parâmetros ideológicos do ordenamento urbano, tal fator se apresenta como mais um indicador da complexidade de se compreender o que está realmente por trás dos discursos na produção e apropriação do espaço urbano.

Este item serve, assim, como contextualização introdutória da complexidade que se tornou a organização espacial de João Pessoa, especialmente com a presença e atuação dos MSUs quanto às estratégias e táticas desenvolvidas pelos mesmos ao longo das três últimas décadas.

Quando se menciona a hipótese da existência de uma “cidade do discurso” não significa que a mesma não se expresse em sua materialidade. Não se trata do discurso subjetivo, mas do discurso que materializa uma realidade presente, especialmente por ter como consequência a reprodução da injustiça social.

Essa cidade do discurso corresponde, assim, a cidade fictícia. Já ao que foi classificado como “cidade real”, a cidade dos excluídos, essa também é uma realidade (material e subjetiva) vivida pelos demais segmentos sociais: seja pela impossibilidade de se isolar completamente dessa realidade urbana uma vez que são submetidos aos mesmos problemas urbanos (violência, ambiental etc.) vividos pela sociedade, por se tratar de problemas coletivos; seja pelo fato de não conseguir se excluir dos valores (culturais, políticos, sociais etc.) presentes igualmente no próprio segmento social excluído.

Assim, a afirmação de uma cidade do discurso e de uma cidade do real deve ser observada apenas como um modelo que permita compreender que existe uma João Pessoa produzida para atender essa realidade criada, a da cidade quase perfeita, e outra que expressa os principais problemas urbanos presentes em qualquer espaço urbano. É para esta João Pessoa que os Movimentos Sociais Urbanos devem pautar seus objetivos de ação.

CAPÍTULO 4

Espaço construído e espaço em construção: os limites impostos pelas contradições na produção do espaço urbano de João Pessoa (1970-2000).

“Infelizmente, nos últimos anos, o domínio das práticas espaciais tem mudado, tornando ainda mais problemática qualquer definição imutável em relação ao urbano enquanto domínio espacial distintivo. Por um lado, testemunhamos uma maior fragmentação do espaço social urbano em zonas, comunidades e diversos ‘clubes de esquina’, enquanto, por outro lado, o transporte rápido e integrado torna absurdo o conceito de cidade enquanto unida (HARVEY, 2005, p.171)

O parágrafo utilizado como epígrafe introdutória para este capítulo sintetiza dois grandes problemas vivenciados atualmente nas cidades: as repercussões provocadas pelas metamorfoses das práticas espaciais na produção do espaço urbano, devido a uma participação cada vez mais diversificada dos atores envolvidos com seu ordenamento, e a complexidade em que se tornaram os espaços urbanos em decorrência das diferentes relações socioespaciais.

No que diz respeito às práticas espaciais, a partir do que foi observado no capítulo anterior, se por um lado a diversidade de atores sociais que ultimamente tem participado da produção do espaço evidencia novas perspectivas para o ordenamento urbano; por outro lado as conseqüências decorrentes da “exclusividade” assumida pelo poder público no ordenamento (planejamento urbano) assim como a influência do empreendedorismo privado na organização do espaço, ocupando e transformando os principais setores do espaço urbano, tem inibido a participação de outros atores sociais.

Em João Pessoa a atuação conjugada do setor público e privado foi determinante para sua atual configuração socioespacial. De fato, responsáveis diretos pelo planejamento urbano da cidade durante quase três décadas, esses atores sociais foram determinantes para a segregação do espaço urbano de João Pessoa: ocupação pela população mais pobre nos setores norte, oeste e sul e ocupação pela população economicamente mais favorecida nos setores nordeste, leste e sudeste.

Com isso, atores emergentes, a exemplo dos movimentos sociais urbanos, estão sendo obrigados a desenvolver suas práticas espaciais em meio a contradições herdadas das práticas desenvolvidas pelo setor público e privado. Assim, esses movimentos vêm atuando, dialeticamente, em um espaço já construído, no qual realizam suas ações segundo o ordenamento, zoneamento e setorização funcional

determinado para o mesmo, e em um espaço ainda em construção tanto no que diz respeito às mudanças das formas como no que se refere às alterações das funções.

Embora nesses últimos 10 anos tenha havido avanços quanto à inclusão da sociedade civil no debate sobre o ordenamento urbano esta ainda ocorre de forma moderada. Isso se efetiva pelo fato dos atores sociais que representam esta inclusão serem obrigados a atuar em um espaço que, embora não se apresente totalmente ocupado, têm, territorialmente, suas funções bem delimitadas pela legislação de ordenamento urbano, particularmente a Lei Orgânica do Município (1990) e pelo Plano Diretor (1992), os quais passaram a se caracterizar como o principal referencial na promoção do ordenamento urbano de João Pessoa. Esses atores são, portanto, condicionados a ter que atuar em um espaço cada vez mais complexo (quanto à sua infra-estrutura e ordenamento) e contraditório (quanto à sua funcionalidade).

A relação dialética entre a análise do espaço construído (espaço apreendido como palco elaborado a partir das diferentes ações dos atores sociais) e espaço em construção (se aceitarmos à idéia de que os processos prevalecem como agentes mediadores das transformações socioespaciais) remete para a necessidade de se analisar o espaço a partir da influência dos diferentes fatores conjunturais (políticos, econômicos e ideológicos) decorrentes das diversas práticas socioespaciais.

Contudo, independente do papel ou função desempenhada pelos atores sociais envolvidos com a produção do espaço urbano pessoense, ou do atual contexto socioespacial da cidade de João Pessoa, as ações dos atores sociais vem assumindo um aspecto comum: produzir o espaço a partir de ações estratégicas voltadas para uma urbanização planejada, apesar dessa preocupação se materializar muitas vezes de forma utópica.

Por sua vez, o planejamento urbano aplicado à urbanização está diretamente relacionado a ações de produção ou reestruturação de territórios, a exemplo das mudanças na infra-estrutura urbana, como as apropriações e desapropriações, bem como a dificuldade de implementação de ações que propiciem uma mobilidade urbana mais eqüitativa. Assim como ocorre com os agentes empreendedores, a localização e a facilidade de acesso tem sido, por exemplo, os principais elementos das estratégias desenvolvidas pelos movimentos sociais urbanos.

Em João Pessoa, o planejamento, enquanto expressão da política urbana, tem transitado entre as diferentes escalas de ação ao se fazer presente e influente tanto a nível intra-urbano, delineando os critérios das mudanças territoriais, impondo regras e normas aos atores sociais envolvidos com a questão urbana, como a nível regional (estadual e federal) ao desenvolver ações com atores que se articulam nessa escala de forma a garantir a viabilidade financeira e prática para sua execução.

Portanto, além das oscilações da forma como o poder público tem promovido a gestão do espaço urbano ao optar, em alguns momentos, pelo planejamento enquanto estratégia de desenvolvimento e, em outros, por ações condicionadas pela demanda, às ações pautadas no planejamento tem se configurado, igualmente, como estratégia de outros atores sociais segundo os seus respectivos objetivos ou intencionalidades. Em todos os casos, o recorte temporal comum corresponde ao início da década de 1970 quando o planejamento começou a fazer parte da política urbana do poder público municipal.

4.1 As idas e vindas do uso do planejamento na política de ordenamento urbano: da atuação do poder público ao surgimento de novos atores sociais.

A década de 1970 marcou, especialmente para o mundo ocidental, um período de fortes transformações socioespaciais decorrentes do processo de globalização, a partir do acesso a novas técnicas, difusão do conhecimento e da informação e, principalmente, das conseqüências sócio-econômicas oriundas do impacto desse processo no ordenamento urbano tanto dos países desenvolvidos como nos países subdesenvolvidos.

No Brasil, assim como em outros países em desenvolvimento, a globalização, conduzida pelo surgimento de atores hegemônicos (grandes empreendedores), assim como pela difusão de diversos segmentos sociais (movimentos sociais, ativismos populares, organizações sociais etc.), produziu fortes conseqüências ao espaço urbano.

No que concerne à conjuntura política, o país vivenciou, nesse período, a “plenitude” da intervenção militar, representada pelo centralismo e o autoritarismo administrativo decorrente das intervenções de ações da administração pública (federal, estadual e municipal) nos espaços “vazios”. Tal conjuntura teve por objetivo promover o ordenamento espacial de forma a torná-lo apto às intervenções do setor privado que nesse período estava passando por um processo de expansão (conquista e domínio territorial). Por outro lado, a repressão produzida pela intervenção militar propiciou, nesse mesmo período, o surgimento de novos atores sociais, especialmente os movimentos sociais que, incentivados pela Igreja Católica (Pastorais e Teologia da Libertação), passaram a se mobilizar em busca de conquistas pelos direitos sociais (inclusão social). Já o estímulo à criação de pólos industriais, particularmente em áreas metropolitanas, assim como a urbanização acelerada, repercutiu no surgimento de movimentos ambientalistas.

Tais movimentos, em parceria com outros segmentos da sociedade, passaram a ter como um dos seus principais objetivos a luta contra os impactos produzidos pelas ações dos empreendedores nas transformações dos espaços rurais ou urbanos. No caso específico do espaço urbano o problema ambiental esteve relacionado, principalmente, a poluição dos rios e ausência de um saneamento básico necessários ao atendimento a um contingente cada vez maior de pessoas que se multiplicavam nos principais centros urbanos.

O debate político passou a se infiltrar em outras esferas da sociedade (universidades, associações, espaços públicos etc.), o que resultou em uma participação mais efetiva do poder público municipal na elaboração tanto de planos de desenvolvimento como de políticas públicas mais flexíveis às exigências desses atores sociais, especialmente em meados dos anos 1990 quando, especificamente para a realidade brasileira, puderam contar com um respaldo legal de participação na produção do espaço urbano.

No âmbito econômico, os investimentos dos empreendedores fomentaram transformações significativas no ordenamento urbano, especialmente no que diz respeito às áreas metropolitanas através da implementação de novos e modernos empreendimentos urbanos a exemplo dos grandes condomínios fechados (verticais e horizontais), conjuntos habitacionais, Shopping Centers, Hipermercados etc. Tais empreendimentos marcaram a transformação da realidade urbana ao reforçarem o processo de segregação socioespacial produzindo, a partir deste, novas centralidades.

Já no que se refere à questão social o debate sobre a mesma migrou da escala regional, discussões sobre as desigualdades históricas entre as regiões sul-sudeste e norte-nordeste, discussão essa que predominou durante praticamente três décadas (1950-1970) para eclodir na escala intra-urbana (desemprego, falta de habitação, insalubridade, etc.), no final da década de 1970, influenciando na inclusão

da justiça social e da qualidade de vida enquanto prerrogativas de um desenvolvimento urbano pautado em ações públicas bem mais representativas e efetivas, baseadas no planejamento socioespacial.

o desenvolvimento urbano, o qual é o *objetivo fundamental* do planejamento e da gestão urbanos, deixa-se definir com a ajuda de dois *objetivos derivados*: a *melhoria da qualidade de vida* e o *aumento da justiça social* (...). À luz da preocupação com o planejamento e a gestão urbanos, ambos os objetivos (...) podem ser compreendidos como objetivos *intrinsecamente relevantes*, pois claramente dizem respeito a fins e não somente a meios. (SOUZA, 2004, p. 75 e 76). **(Destaque do autor)**

Assim sendo, no âmbito social a relação entre o processo de globalização e a nova divisão social e territorial do trabalho, evidenciada a partir da década de 1970, forneceu os elementos para uma realidade urbana bem mais complexa. Uma realidade composta por uma sociedade crítica, reivindicadora e atuante que teve nos sindicatos, movimentos de bairro e populares, assim como as associações de moradores, os principais agentes motivadores das transformações urbanas.

Com a participação cada vez mais efetiva desses atores sociais, a lógica de uma sociedade ordenada por uma economia pautada em dois circuitos, o superior e o inferior, perdeu sentido uma vez que “todos os níveis da população podem estar ligados ao consumo fora do sistema a que pertencem” Santos (2005, p. 97), prevalecendo, com isso, a superposição inerente das relações socioespaciais decorrentes desses dois circuitos.

A conjuntura apresentada resultou, ainda durante a década de 1970¹⁷, em mudanças substanciais na organização do espaço ao influenciar na forma de atuação do poder público em suas três unidades político-administrativas (municipal, estadual

¹⁷ Muitas das ações que caracterizaram o ordenamento espacial na década de 1970 surgiram das propostas de planejamento de décadas anteriores, especialmente no que diz respeito à legislação. Contudo, as condições propícias para a difusão e reconhecimento dessa nova fase da política nacional, ocorreram na década de 1970.

e federal), especialmente no que diz respeito às ações que propiciaram o ordenamento urbano das principais cidades brasileiras: inicialmente as capitais (sejam elas metropolitanas ou não) e depois as cidades de porte médio.

Para o governo federal, esse período representou a inserção do Brasil no cenário mundial enquanto país em desenvolvimento uma vez que a criação de pólos de desenvolvimento (agroindustriais e metropolitanos, principalmente), com investimentos nos setores tecnológicos e científicos, possibilitou que o país vivenciasse um período de forte crescimento econômico, o qual ficou conhecido como “milagre econômico”. Esse período de crescimento econômico repercutiu em mudanças tanto na área rural como na área urbana.

Para o ordenamento do espaço urbano as repercussões do crescimento foram percebidas através dos fortes investimentos tanto do setor financeiro como das empresas privadas que juntos influenciaram no ordenamento urbano proveniente da construção de novos empreendimentos voltados para fornecimento das condições necessárias para a modernização do espaço urbano tanto em termos de infraestrutura quanto no que se refere a locação de novos equipamentos urbanos.

O financiamento proveniente do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), através das Companhias de Habitação Popular (COHABs), por exemplo, propiciaram mudanças substanciais no ordenamento urbano, especialmente nas capitais, através da construção de grandes conjuntos habitacionais populares¹⁸.

¹⁸ Embora o SFH tenha sido uma das principais referências no que concerne ao processo de apoio do poder público federal no financiamento habitacional, a expressão geográfica desse apoio remonta o início do século XX com a criação das Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões e a Fundação Casa Popular (IAP/FCP) os quais foram transformados na segunda metade do século XX em Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

A atenção à moradia foi dirigida a todas as classes sociais variando apenas no que se refere à instituição de fomento, ao tipo de moradia e a localização espacial. Para a população com melhor poder aquisitivo o financiamento foi oriundo da iniciativa privada sendo os empreendimentos representados por conjuntos verticais localizados no setor leste da cidade. Já a classe média obteve o financiamento através de Cooperativas Habitacionais.

Quanto ao tipo de moradia houve a predominância de conjuntos habitacionais de pequeno porte, decorrentes de financiamentos oriundos do SFH/BNH ou do apoio dos sindicatos a exemplo dos bancários, comerciários etc., os quais, no caso específico de João Pessoa, resultou na formação de alguns bairros como Jardim Cidade Universitária, Bancários, Funcionários I e II. Esses empreendimentos foram localizados em áreas estratégicas quanto ao acesso e as funções urbanas. Finalmente, a população com menor poder aquisitivo obteve o financiamento proveniente dos Programas Habitacionais (parcerias entre os governos federais, estaduais e municipais) através de medidas assistencialistas. Assim, além de modestas, possuindo no máximo três cômodos (sala, quarto e banheiro), as residências eram entregues desprovidas de saneamento e infraestrutura básica.

Incrustando-se nessas três grandes subdivisões foram sendo espacialmente distribuídas no espaço urbano ocupações “espontâneas” desprovidas de investimentos públicos ou privados e com condições adequadas a uma moradia digna. Tais ocupações resultaram, naturalmente, na formação de favelas que, durante a década de 1970, foram sendo difundidas na cidade de João Pessoa.

Envolvidos com problemas de ordem mais ideológica (igualdade de gênero e étnica, por exemplo) e política (luta contra a repressão imposta pelo governo militar), as organizações sociais existentes nesse período exerceram pouca

pressão sobre o ordenamento urbano da cidade. Representadas principalmente pelas associações de bairros, as ações estiveram restritas a reivindicações pontuais, voltadas para pressionar o poder público quanto ao atendimento das demandas sociais., relacionadas as melhorias no saneamento, emprego e educação. As ações desses atores, portanto, não conseguiram ultrapassar eficientemente a escala municipal devido a própria conjuntura política adotada pelo país durante esse período.

Os movimentos sociais que surgiram nesse período estiveram, por sua vez, relacionados à luta pela igualdade social (étnica, de gênero etc.). Possuíam, portanto, expressões mais espaciais do que territoriais uma vez que a luta não era voltada para conquista de territórios.

Os que mais se aproximaram do debate territorial foram os movimentos dos favelados. Estes, no entanto, estiveram mais próximos de serem considerados movimentos populares do que movimentos realmente sociais uma vez que as causas eram pontuais, pouco articuladas e voltadas para conquista do direito a habitação (ter a casa conquistada independente da mesma possuir ou não infra-estrutura) ao invés da conquista do direito à moradia (conquista da casa dotada de toda a infra-estrutura necessária a uma moradia decente).

Com o processo de redemocratização ocorrido a partir da segunda metade da década de 1980 e da própria reformulação da Constituição Federal em 1989, especialmente através dos artigos 182 e 183, é estabelecida uma atenção especial ao regulamento do ordenamento urbano.

A preocupação quanto ao futuro das cidades resulta na inclusão de normas específicas sobre a responsabilidade do poder público em produzir um espaço urbano mais justo e equitativo, produto de uma participação ativa da sociedade.

Pela primeira vez, é bom frisar, a cidade foi tratada na Constituição Federal, que nasceu com o intuito de assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade futura, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social. No estabelecimento da nova Constituição o país alcançou, também, um novo e promissor patamar com a incorporação, na lei fundamental, da participação popular nas decisões de interesse público. (OLIVEIRA, 2001, p. 3).

Portanto, se por um lado a redemocratização correspondeu a uma mudança na forma de atuação das prefeituras no que concerne a organização do espaço urbano, delegando a esta autonomia para resolução dos principais problemas urbanos assim como promover o desenvolvimento urbano de forma justa; por outro, evidencia-se, por parte do governo federal, uma nova fase de estímulo ao planejamento, especialmente na escala urbana em decorrência do aumento acelerado do processo de urbanização.

Além de estabelecer normas específicas voltadas para as novas atribuições do poder público municipal, o governo federal passa a atuar como interlocutor dos investimentos no ordenamento urbano, tanto os oriundos do próprio orçamento público federal como os decorrentes dos grandes empreendedores. Para isso, orienta como requisito para cidades com mais de 20 mil habitantes a implementação do Plano Diretor Urbano (BRASIL, 2007) enquanto instrumento para produção de um espaço urbano mais inclusivo.

É importante lembrar que a questão urbana foi inserida no debate político a partir de uma série de mobilizações, conferências e encontros oriundos de iniciativas da sociedade civil organizada (ONGs, associações, fundações, movimentos sociais etc.).

Os debates promovidos por esses atores sociais, no final da década de 1980, resultou na formação do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU)¹⁹, o qual teve como grandes agentes-mobilizadores os movimentos de luta por moradia que, neste período, começavam se organizar e se difundir a exemplo da União Nacional por Moradia Popular (UNMP), o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM) e a Central de Movimentos Populares (CMP), os quais, embora tenham fincado raízes nos últimos anos da década de 1980, só foram consolidados enquanto representantes coletivos de luta por moradia apenas no início da década de 1990.

A atuação do MNRU, transformado na década de 1990 em Fórum Nacional pela Reforma Urbana, resultou na formulação da emenda constitucional que serviu de base para inclusão, na Constituição Federal, de um capítulo exclusivo sobre a política urbana: capítulo II cujos artigos 182 e 183 fornecem as bases para os desdobramentos futuros da política urbana no Brasil.

Além disso, a emenda constitucional fundamentou a promulgação do projeto de lei 5.788 de 1990, o qual, após uma década (1990-2000) tramitando no congresso e senado, foi utilizado como referência para a lei 10.257/01 que versa sobre o estabelecimento do Estatuto da Cidade como regimento para o ordenamento urbano “sustentável”. Entre as principais conquistas obtidas a partir do projeto de lei 5.788/90, destacaram-se: a obrigatoriedade do Plano Diretor para municípios com

¹⁹ No Brasil, o debate sobre o tema “reforma urbana” não foi uma novidade do final da década de 1980. Antes, na década de 1960, o termo já aparece na administração pública enquanto meio para se conseguir o direito de propriedade urbana, combate a especulação imobiliária e valorização da função social da cidade, entre outros preceitos que foram retomados no final da década de 1980. Contudo, este tema é resgatado com um importante diferencial: ter agregado os movimentos de luta por moradia como um dos principais atores na luta por uma reforma urbana (qualidade de vida e justiça social).

contingente populacional superior a 20 mil habitantes; o IPTU²⁰ progressivo, a desapropriação para fins de reforma urbana e o direito a propriedade por tempo de uso e delimitação de sua função social.

Assim, pela primeira vez, a atuação de um movimento social (no caso específico dos movimentos nacionais de luta pela moradia, especialmente a CMP e o MNLM) conseguem realizar ações que influenciam diretamente na elaboração de leis e políticas futuras sobre o ordenamento territorial do espaço urbano.

Esses movimentos passaram, então, se caracterizar pela influência exercida no debate e ação sobre o ordenamento do território urbano, fato este que permite, se utilizarmos uma linguagem geográfica de uma das concepções trabalhadas Fernandes (2005), classificá-los como movimentos sócioterritoriais. Entre as principais propostas elaboradas que servirão de base para as políticas urbanas das décadas seguintes, destacaram-se: a concepção da função social; o direito à moradia; participação popular e gestão democrática; direito à propriedade por uso e conquista coletiva.

No que diz respeito à escala estadual, a atuação do governo no ordenamento urbano, por estar envolvido com as políticas nacionais foi sendo progressivamente reduzida uma vez que na transição de uma administração centralizadora-tecnocrata para uma democrática-participativa, no âmbito das três esferas de governo, houve um estreitamento dos laços entre o governo federal (detentor do financiamento e das regulamentações gerais) e o poder público municipal que passou a ser o principal responsável pela elaboração de políticas de ordenamento e controle urbano.

²⁰ Imposto Predial sobre Território Urbano de forma progressiva consiste na reforçar o a valorização da função social da cidade sob pena de perda do direito de propriedade.

Se por um lado o período iniciado com a criação de estatais voltadas para resolução dos principais problemas, tanto nas áreas rurais como nas áreas urbano, a exemplo, no caso da Paraíba, da EMAPA (Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária do Estado da Paraíba)²¹, a CAGEPA (Companhia de Água e Esgotos da Paraíba) e CEHAP (Companhia Estadual de Habitação Popular), marcou o ápice da parceria entre o governo federal e o estadual (os estaduais)²²; por outro lado, com a redemocratização o governo federal estreita laços com os municípios uma vez que os problemas urbanos se tornam cada vez mais agravantes e o poder público municipal passa a assumir a responsabilidade de promoção do ordenamento “sustentável” dos espaços urbanos.

Durante a década de 1990 houve uma redução dos investimentos do poder público federal no que diz respeito à implementação de uma política que regulamentasse o desenvolvimento urbano das cidades, apesar da obrigatoriedade de implementação das Leis Orgânicas e dos Planos Diretores por parte do governo municipal. A instabilidade econômica vivenciada pelo país durante a década de 1990 assim como a própria opção política adotada especialmente durante as duas gestões de Fernando Henrique Cardoso (FHC), ao fornecer condições favoráveis aos investimentos de grandes agentes privados, além de um não acompanhamento efetivo das políticas de desenvolvimento urbano promovidas pelo poder público municipal, foram os motivos que resultaram em uma atuação passiva do poder público federal no que concerne ao patrocínio do ordenamento urbano.

²¹ A Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba surgiu no final da década de 1970 (Lei Estadual nº 4.034 de 20/12/1978) para o desenvolvimento tecnológico no meio rural e como instrumento para viabilizar o abastecimento dos centros urbanos.

²² Enquanto a CAGEPA foi criada para resolver o problema do saneamento básico agravado com a urbanização acelerada evidenciada entre as décadas de 1970 e 1980, a CEHAP, financiada pelos recursos do SFH (Sistema Financeiro Habitacional), através do BNH (Banco Nacional de Habitação), ficou responsável pela resolução dos problemas de falta de moradia a partir da criação de conjuntos habitacionais populares promovendo, com isso, a expansão urbana para os setores periféricos. Nenhuma das duas conseguiram atingir os objetivos que justificaram sua criação.

Embora muitos municípios tenham cumprido, nesse mesmo período, as orientações estabelecidas na constituição no que se refere a implementação do Plano Diretor para os municípios com população superior a 20 mil habitantes (BRASIL, 2007), essa recomendação acabou não sendo tão eficiente uma vez que, na prática, à falta de controle ou de financiamento para implementação efetiva do mesmo.

Assim, para muitas cidades, o Plano Diretor é implementado mais como um conjunto de normas definidas de uma política urbana do que enquanto um mecanismo de promoção de um ordenamento urbano planejado e eqüitativo. Para outras cidades que conseguiram implementar parte do que realmente foi compreendido no Plano Diretor, as ações foram ainda assim limitadas por não apreenderem o que os segmentos organizados da sociedade pleiteavam: uma maior qualidade de vida e justiça social.

A grande dificuldade esteve relacionada a ausência de uma ação mais efetiva do governo federal no que concerne a criação de mecanismos que viabilizassem a implementação dos critérios estabelecidos pelos planos diretores e de uma falta de experiência ou interesse político das administrações municipais quanto a luta pela criação das condições necessárias para promoção do ordenamento urbano segundo as normas estabelecidas no Plano Diretor. Acrescenta-se a isso a demora pela aprovação de uma lei que aprovasse a criação do estatuto da cidade enquanto instrumento de viabilização (financeira e prática) das políticas de desenvolvimento urbana propostas nos Planos Diretores e a pouca experiência dos segmentos organizados da sociedade civil em reivindicar a implementação das normas estabelecidas na lei.

No entanto, durante a década de 1990 houve um grande amadurecimento dos diversos segmentos sociais no debate sobre o futuro da cidade. Contudo, as grandes questões urbanas continuaram sendo relacionadas à ausência de uma

política habitacional e urbana capaz de suprir as demandas evidenciadas no espaço urbano da cidade.

Questões relacionadas ao direito de igualdade de gênero, respeito étnico, de preservação ambiental, principais bandeiras de lutas dos movimentos sociais durante a década de 1970, foram minimizadas em decorrência da elaboração e implementação de políticas específicas e do surgimento de organizações não-governamentais que passaram a suprir as lacunas deixadas pelo poder público. Contudo, outras questões continuaram a ser um problema cada vez mais crescente no ambiente urbano. Estamos, naturalmente, nos referindo à questão da conquista de uma moradia digna.

Apesar de terem surgido, ao longo desse período, diversos atores sociais preocupados com a resolução desses problemas, à exemplos de ONGs como a FASE (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional) e dos observatórios de políticas públicas que passaram a existir nas principais cidades, onde os problemas urbanos são mais acentuados, foram os movimentos sociais de luta pela moradia os que mais conseguiram conquistas no que diz respeito a justiça social e qualidade de vida para população com menor poder aquisitivo.

Isso se deve, por um lado, ao fato de que, ao contrário de outros atores sociais, esses movimentos conseguiram se articular a nível de Brasil de forma a montar uma rede que possibilitasse ao mesmo a realização de ações coordenadas segundo uma agenda nacional de ocupação, resistência e luta. Por outro lado, em cada espaço de atuação o movimento conseguiu manter uma autonomia estratégica segundo a realidade socioespacial do local onde exerce suas atividades.

Estrategicamente, isso significa que os movimentos de luta por moradia conseguiram, ao mesmo tempo, criar as condições necessárias para participar do desenvolvimento urbano tanto na escala nacional, em parceria com outros segmentos

da sociedade civil, lutando pela consolidação de uma legislação federal que fornecesse as condições necessárias para o estabelecimento da reforma urbana; como na escala local, através da luta pela moradia decorrente de ações efetivas na produção do espaço (construção do território da moradia).

Tanto numa esfera como na outra esses movimentos se destacaram pela manutenção de uma autonomia política perante os demais atores sociais ao se proporem a lutar por um ideário comum, a reforma urbana (justiça social e qualidade de vida), sem abandonar os elementos que os identificam como movimentos sociais urbanos: atores sociais autônomos cuja atuação resulta em mudanças na organização do espaço urbano ao garantir para a sociedade, especialmente a mais carente, o direito à cidade através da conquista das condições de habitabilidade, ou seja, o direito a uma moradia digna.

Só após a administração do governo Lula é que foram criadas as condições ideais para a reforma urbana. De fato, embora o Estatuto da Cidade tivesse sido aprovado em 2001, no final gestão de Fernando Henrique Cardoso, pela Lei n. 10.257/01, consolidando, em definitivo, as normas para atuação do poder público na resolução dos problemas urbanos; foi apenas com a criação do Ministério da Cidade, no governo Lula, que se criaram as condições ideais para garantir o estabelecido pelo Estatuto da Cidade: garantia da justiça social e qualidade de vida no espaço urbano das cidades; valorização da função social da cidade e da propriedade urbana da cidade; estímulos para implementação de gestões públicas mais democráticas; distribuição dos ônus e benefícios da urbanização a partir do estabelecimento da outorga onerosa; entre outras conquistas decorrentes de uma década de luta pela por parte dos diversos segmentos da sociedade civil organizada (BRASIL, 2001).

[O Ministério das Cidades] tem como competência institucional elaborar políticas de apoio ao planejamento e gestão territorial e fundiária urbana. Trata-se de uma política de apoio a[os] municípios

[na] implementação do Estatuto da Cidade e [n]o fortalecimento dos processos de planejamento e gestão territorial e urbana. (BRASIL, 2004, p. 7; 15).

Com a criação do Ministério das Cidades as administrações públicas municipais puderam contar com novas alternativas para aquisição de financiamentos voltados para a promoção efetiva das orientações de ordenamento urbano propostas no Plano Diretor tanto no que diz respeito a reformulações no espaço urbano como no que se refere a resolução dos problemas habitacionais. Dessa forma, no início do século XXI são consolidadas as condições ideais para a realização da reforma urbana nas três vertentes conjunturais: política, econômica e social.

No âmbito econômico, o país tinha acabado de vivenciar, nos últimos anos da década de 1990, um período de equilíbrio monetário, iniciado com a implementação do Plano Real ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, embora não tivesse conseguido obter, nesse momento, a estabilidade econômica desejada, a qual só veio a ser conquistada durante o governo Lula²³. As melhorias orçamentárias associadas a políticas de criação de novos mecanismos de financiamento foram os elementos que representaram uma ação mais efetiva por parte do governo federal, especialmente no que corresponde ao financiamento para adoção dos Planos Diretores resgatando, em definitivo, o planejamento enquanto alternativa política de desenvolvimento.

²³ Concebe-se o início desse período correspondente ao começo da gestão do governo Lula, a partir da não renovação do acordo feito junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) no que se refere ao empréstimo concedido ainda na gestão de FHC (1998) e renovado no final de sua gestão, até o momento atual em que os ativos internacionais no exterior (reservas internacionais) se torna superior a dívida externa do país. No âmbito no desenvolvimento urbano isso representa a existência de condições ideais para investimentos em ações sociais, especialmente as relacionadas à moradia.

No cenário político, apesar das diversas crises que assolaram a atual gestão do governo federal, especialmente entre os anos de 2005-2007, foram adotadas medidas fundamentais para a promoção do desenvolvimento urbano, entre as quais se destaca a criação do próprio Ministério das Cidades e as diversas ações e encontros patrocinados pelo mesmo, a exemplo das conferências municipais, estaduais e nacional das Cidades. Tais debates, ao contar com a participação de diferentes segmentos sociais, tiveram como principais resultados a criação de programas e leis relacionadas diretamente ao ordenamento urbano e atenção à moradia, especialmente para a população de menor poder aquisitivo.

Finalmente, a questão social, representada por uma atuação mais ativa dos diversos segmentos da sociedade civil organizada, foi caracterizada pelo amadurecimento dessas representações decorrentes do momento propício criado como consequência da estabilidade econômica e mudanças no campo político. A influência de tais mudanças, por sua vez, esteve relacionada à própria postura do poder público federal, ao criar situações mais favoráveis à participação dos segmentos da sociedade civil organizada (a exemplo da consolidação do Estatuto da Cidade e da promoção de diversas conferências sobre o futuro das cidades), como da nova tendência das administrações municipais em dialogar (de forma obrigatória ou não) com os segmentos da sociedade civil organizados envolvidos diretamente com a questão urbana, como é o caso dos movimentos sociais urbanos.

Diante do quadro de referências apresentado é possível se chegar a algumas reflexões importantes: a) o planejamento urbano foi retomado na última década, embora com uma roupagem diferente daquela adotada no período ditatorial; b) existe uma maior aproximação entre o governo federal, que passa a assumir um papel de agente fomentador do ordenamento urbano ao elaborar políticas de apoio ao planejamento e gestão territorial das cidades, e o governo municipal que passa a

atuar como gestor de ações voltadas para o ordenamento urbano, a partir do estabelecimento dos planos diretores e abertura de diálogo com outros atores sociais e, finalmente; c) emergência e consolidação de novos atores que passam a atuar diretamente na produção do espaço urbano, entre os quais os movimentos de luta por moradia que têm adquirindo uma maior importância em decorrência da sua própria forma de atuação.

4.2 O planejamento urbano em João Pessoa: as diversas faces de uma ideologia.

A exemplo do que ocorreu no país como um todo, o planejamento urbano em João Pessoa só teve mesmo início a partir da década de 1970. O lento processo de urbanização associado ao fato de ter sido apenas a partir dessa década que a cidade começou, efetivamente, o seu processo de expansão espacial e o governo federal a difundir investimentos no planejamento diretamente no ordenamento territorial dos espaços urbanos, são fatores que explicam o surgimento do planejamento a partir da década de 1970.

Uma exceção foi o Projeto do Sistema de Esgotos Sanitários que correspondeu a relatório técnico voltado para a elaboração do sistema de esgoto de João Pessoa, em 1968, a partir da retomada do projeto de saneamento elaborado por Saturnino de Brito, em 1913, conforme observado no segundo capítulo. Este projeto propunha a ordenação territorial da cidade a partir da seleção das áreas a serem contempladas com o abastecimento d'água e serviços de coleta e tratamento sanitário. As áreas contempladas por este projeto antecipavam a divisão territorial proposta a partir da década de 1970 no qual os setores centro, norte e leste corresponderam aos locais mais beneficiados pelas propostas de ordenamento territorial.

A experiência com o planejamento urbano em João Pessoa nasceu na gestão de Dorgival Terceiro Neto (1971-1974) ao estabelecer os fundamentos para elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU) enquanto mecanismo de

promoção do ordenamento urbano da cidade. Além das reformas políticas (orientação para o desenvolvimento urbano) as mudanças estiveram igualmente direcionadas a promoção de uma reforma administrativa no sentido de por fim na “desorganização” que caracterizou a cidade de João Pessoa durante praticamente todo o século XX (JOÃO PESSOA, 1970, p.13).

Para proporcionar o desenvolvimento urbano pautado no planejamento o poder público foi obrigado a tomar como providência a adoção de equipes mistas para elaboração de um diagnóstico básico das reais condições de desenvolvimento urbano de João Pessoa tendo por objetivo catalogar a dinâmica físico-territorial da cidade correspondendo, portanto, a um instrumento destinado a resolução dos problemas de uso e ocupação do solo.

No âmbito da questão política o PDU foi proporcionado pela necessidade de promover mudanças urgentes na forma de atuação no espaço urbano. O crescimento acelerado do contingente populacional assim como o surgimento de grandes empreendedores que passaram a atuar na cidade, reestruturando as infra-estruturas pré-existentes e implementando novos empreendimentos, obrigou o poder municipal a conhecer o espaço de forma a gerenciar o seu ordenamento territorial. Assim, diante da complexidade que começava a se configurar na cidade, o poder público foi imbuído da necessidade de promover medidas que proporcionassem o controle das ações sobre o espaço urbano de João Pessoa sem, ao mesmo tempo, inibir os próprios investimentos no desenvolvimento espacial.

A concepção de que o ordenamento urbano devesse estar pautado no planejamento resultou na reestruturação do cadastro imobiliário necessário para o financiamento das mudanças na forma de arrecadação pelo uso e ocupação do solo urbano. O aumento do número de ocupações irregulares, evidenciado ao longo da década de 1970, justifica a necessidade de se criar uma legislação específica, de

controle ao uso e ocupação assim como ao deslocamento no espaço urbano. Assim, para o governo municipal, o PDU propiciaria o crescimento ordenado e controlado do espaço urbano, além do reordenamento dos espaços ocupados de “forma irregular”.

Por meio de uma ação planejada, a gestão municipal buscou delimitar os espaços segundo suas potencialidades funcionais de forma a proporcionar uma maior eficiência no “rendimento das atividades humanas” (JOÃO PESSOA, 1970, p. 213) sendo, para isso, observadas as limitações físico-naturais e sócio-territoriais de cada setor. O PDU correspondeu, portanto, ao primeiro esforço, por parte do poder público municipal, de promover o desenvolvimento urbano planejado para a cidade de João Pessoa com base na formulação de técnicas que possibilitassem a ocupação “racional” do solo urbano.

Trata-se em verdade, essencialmente de uma peça programática para condicionar a racionalidade formal da ocupação e uso do espaço urbano, nos limites e capacidades de decisão do governo municipal, com algumas incursões, sem dúvida, sobre fatos que dão conteúdo a processos tipicamente de desenvolvimento. Procura-se, através dele, lograr maior equilíbrio e eficiência no funcionamento do sistema urbano quanto ao espaço físico-territorial disponível (oferta) e as demandas de ocupação do solo, à distribuição dos equipamentos e serviços comunitários, inclusive os viários. A ação governamental reguladora, sob o modelo [Sic] de normas legais de zoneamento, loteamento, qualificação de usos, pressões (JOÃO PESSOA, 1970, p. 07).

Com relação ainda ao PDU, conforme pode ser observado acima, três aspectos se destacam enquanto parâmetros para a própria elaboração do código de urbanismo (1975) e do Plano Diretor (1992): a) a compreensão do espaço urbano como um sistema, o que denota a necessidade de se obter um maior equilíbrio e eficiência no seu funcionamento; b) uma melhor distribuição dos equipamentos e serviços comunitários; e c) a promoção dos meios para que o governo municipal atuasse de forma mais eficiente na regulamentação do ordenamento urbano

através da criação de instrumentos legais de controle do uso e ocupação do espaço urbano.

Assim sendo, no que diz respeito ao interesse pelo funcionamento do sistema urbano, evidencia-se a busca pela organização de um espaço com funções²⁴ bem definidas, abrangendo a três vertentes da economia que influenciam o ordenamento do espaço urbano:

- a) **o residencial ou imobiliário:** que corresponderam às áreas destinadas à ocupação populacional planejada, à exemplo dos espaços criados e destinados para receber os conjuntos habitacionais financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), através do BNH e da Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP), a partir da metade da década de 1970 e final da década de 1980;
- b) **o comercial e de serviços:** espaços delimitados para receber os empreendimentos de empresas privadas. Esses espaços são representados pelos corredores comerciais e de serviços, a exemplo da Av. Eptácio Pessoa, ou pelos espaços com funções comerciais bem definidas a exemplo da própria área central da cidade (centro histórico) aonde se localizam, principalmente, os médios e pequenos empreendimentos comerciais e de serviços; além de áreas bem delimitadas pelo planejamento, as quais foram contempladas com empreendimentos públicos (como os mercados) ou privados (bancos, lojas, restaurantes etc);
- c) **o industrial:** um espaço bem delimitado para apreender o pólo industrial que começava (década de 1970) a se estabelecer na cidade sendo

²⁴ Entenda-se, para o recorte temporal analisado nesse momento (década de 1970) que funções espaciais estão mais relacionadas aos aspectos econômicos dos setores urbanos. Os aspectos sociais ou as funções sociais da cidade serão incluídas apenas na década de 1990 quando as propostas de urbanização passarão a incluir as preocupações com a qualidade de vida e justiça social.

localizados no setor sul (na área do atual bairro das indústrias) e nos pequenos distritos industriais criados nas áreas de implementação dos conjuntos habitacionais entre às décadas de 1970 e 1980.

Quanto à distribuição dos equipamentos, eles vieram subsidiar o apoio aos investimentos desenvolvidos pelos agentes privados, especialmente no que diz respeito à viabilização das ocupações urbanas tanto residenciais como comerciais. Além da preocupação com o deslocamento entre os diversos setores ocupacionais, especialmente os litorâneos que passaram a contar com o aumento de vias que permitissem o acesso cada vez mais rápido. A questão urbana envolveria, portanto, a produção de um espaço estrategicamente funcional. Isto explica a preocupação com o zoneamento do espaço urbano assim como a consolidação das vias de circulação necessárias a promoção da mobilidade urbana.

O fato de ter sido elaborado em um período no qual o modelo tecnicista começava a predominar como estratégia de desenvolvimento urbano, consolidando a responsabilidade do governo municipal com o processo de produção do espaço e o conseqüente afastamento dos governos estadual e federal dificultou a realização de ações mais eficientes por parte da gestão municipal. Acrescenta-se a isso a ausência de recursos que propiciassem a aplicação de ações voltadas para atender muitas das demandas urbanas identificadas no levantamento feito organizadores do PDU.

Outra característica do PDU está relacionada ao fato do mesmo propiciar conexões com outros municípios adjacentes (Bayeux, Santa Rita, Cabedelo e Conde) evocando, assim, a primeira intenção de se pensar o espaço não apenas ordenado na escala intra-urbana, mas estabelecendo parâmetros viáveis a formação de um espaço

metropolitano²⁵. Evidentemente, isso decorre do próprio discurso do governo federal que entre o final da década de 1960 a meados da década de 1970 passou a associar a modernização dos espaços urbanos a partir da consolidação de espaços metropolitanos²⁶ (JOÃO PESSOA, 1970).

A questão habitacional foi, indiscutivelmente, uma das principais preocupações na elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano de João Pessoa, em decorrência do aumento do contingente populacional, especialmente por parte dos migrantes oriundos de outros municípios do interior do Estado. Em meados da década de 1970, das 48.185 residências cadastradas, João possuía 34.812 residências ocupadas por uma população de baixo poder aquisitivo (JOÃO PESSOA, 1970). As preocupações estiveram principalmente associadas a melhorias na infra-estrutura urbana e eliminação dos espaços degradados. Buscava-se, portanto, o estabelecimento de moradias adequadas e que possibilitassem condições de habitabilidade, conceito este que fará parte das futuras políticas de desenvolvimento urbano da cidade.

O PDU correspondeu, assim, à primeira grande etapa do planejamento enquanto opção política para promoção do ordenamento urbano de João Pessoa. O seu conteúdo esteve relacionado ao desenvolvimento integrado do espaço segundo as funções econômicas estabelecidas para o mesmo. Para viabilizar as ações de planejamento a prefeitura criou a COPLAN (Coordenadoria Geral do Planejamento). Este órgão passou a ter como função prestar assessoria técnica à prefeitura assim como a própria elaboração, controle e avaliação de planos, programas e projetos

²⁵ A respeito da existência da Região Metropolitana de João Pessoa esta se efetiva por Lei estadual complementar nº 59, de dezembro de 2003, em consonância com o artigo 25, parágrafo terceiro da Constituição Federal de 1988.

²⁶ Por iniciativa do governo federal, em 1973, são criadas nove regiões metropolitanas: São Paulo (SP), Belém (PA), Fortaleza (CE), Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), Recife (PE), Salvador (BA) e Rio de Janeiro (RJ). Após a reforma constitucional (1988) ficou destinado aos governos dos estaduais a implementação de regiões metropolitanas.

desenvolvidos pela administração pública, além de atuar como órgão articulador entre os interesses dos poderes público e privado no que concerne a produção do espaço urbano.

Estimulados pelo incentivo financeiro proveniente do Projeto-Cura (Comunidades Urbanas para Recuperação Acelerada) elaborado pelo BNH (1972) para aperfeiçoamento dos equipamentos urbanos de forma a amenizar os problemas urbanos que, já na metade da década de 1970, começavam a fazer parte da realidade urbana, especialmente das cidades metropolitanas.

As ações financiadas pelo projeto favoreceram principalmente medidas para o desenvolvimento dos espaços litorâneos ficando as áreas mais carentes fora das ações de urbanização. Além disso, as condições postas pelas normas do projeto resultaram na obrigatoriedade de se investir em uma legislação voltada para regulamentar o ordenamento urbano.

Para sustentar as exigências impostas pelo governo federal foi instituído, na gestão de Hermano Augusto (1975-79) o Código de Urbanismo (Lei n.2.102/1975) que serviu de base legal para a formação do primeiro Plano Diretor da Cidade. No Código de Urbanismo foram estabelecidas as normas de ordenamento e disciplinamento urbano delineando-se as condições para o zoneamento territorial assim como as normas para mobilidade no espaço urbano.

O Código de Urbanismo teve “como finalidade assegurar o desenvolvimento físico da estrutura urbana, capacitando-a a atender plenamente as funções de habitar, trabalhar, circular e recrear, proporcionando também a vida social equilibrada e sadia” (JOÃO PESSOA, 2001, Art. 7) tanto nas áreas já ocupadas como naquelas suscetíveis à urbanização assim como naquelas de interesse estratégico e dos espaços rurais uma vez que estes, na década de 1970, ainda representam a realidade socioespacial de João Pessoa.

Uma das formas de promoção do ordenamento urbano sob os preceitos do Código de Urbanismo foi, portanto, a promoção do parcelamento territorial público quando a divisão territorial era proveniente da ação pública; ou privado, quando o ordenamento era proveniente de ações de empresas privadas, porém submetidos ao parecer do poder público. Conforme consta nos artigos 73 e 74 do Código de Urbanismo, este parcelamento poderia ser feito sob a forma de arruamento (conexão de novas vias com vias oficiais), loteamentos (divisão do terreno em setores suscetíveis a futuras negociações) remembramento (união dos lotes) ou desmembramento (quando a finalidade estava relacionada a edificação sem a abertura de novas vias).

O Código de Urbanismo valorizava, portanto, a definição de normas voltadas para a divisão funcional do espaço urbano, tendo, para isto, os empreendedores privados como principais parceiros. Esta parceria, por sua vez, se apresentava como uma relação dialética entre domínio e submissão uma vez que se por um lado o poder público exercia o poder de controlar a ocupação urbana da cidade, por outro, as ações desses agentes estavam diretamente condicionadas aos interesses econômicos dos grandes empreendedores, especialmente no que se refere a localização e condições para deslocamento.

Outro aspecto que passaria a caracterizar as futuras propostas de urbanização foi o estabelecimento zoneamento urbano-territorial enquanto meio de orientação para o uso e ocupação do solo urbano, valorizando, assim, a funcionalidade espacial como critério para a divisão territorial. Foram ao todo criadas 28 áreas de zoneamento funcional, sendo cinco residenciais, onze comerciais, uma turística, cinco industriais, uma especial-residencial, quatro especial de preservação e uma de grandes equipamentos sendo o mesmo critério definido para divisão dos setores ambientais (JOÃO PESSOA, 2001, art. 168).

Embora o zoneamento territorial possa ser sinônimo de controvérsias uma vez que representa uma organização espacial apenas como recortes territoriais não apreendendo, portanto, as relações socioespaciais inerentes ao mesmo, o seu estabelecimento propiciou, por um lado, o mapeamento territorial da cidade fornecendo as bases iniciais para a consolidação do Plano Diretor e conhecimento dos limites e potencialidades territoriais; por outro lado, propiciou as condições para a realização de ações mais efetivas por parte dos atores sociais: o setor público (controle do ordenamento urbano); empreendedores privados (delimitação dos territórios funcionais) e outros segmentos da sociedade civil organizada que passaram a contar com informações mais precisas quanto ao espaço de atuação.

Além do investimento em propostas voltadas para aperfeiçoamento do sistema de saneamento básico a administração municipal contrata os serviços do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba-PR (IPPUC) para promoção do ordenamento urbano da cidade cuja proposta valorizava o adensamento populacional em torno de grandes eixos viários do transporte coletivo, integrado a várias estações espalhadas no espaço urbano segundo um modelo similar ao implementado na própria capital paranaense, mas que acabou não sendo implementado por falta de recursos.

Durante a década de 1980 as ações de planejamento urbano realizadas pela prefeitura municipal de João Pessoa foram reduzidas assim como as provenientes de outras esferas públicas. A explicação está diretamente relacionada, naturalmente, a crise sócio-econômica agravada a partir do final da década de 1970 decorrente da renovação do papel do Estado, estímulo a privatização, descentralização das responsabilidades e promoção de ações mais eficientes a partir da busca por soluções rápidas aos problemas sociais e econômicos.

Essa nova conjuntura política trouxe fortes consequências na política de ordenamento urbano iniciada nos anos da década de 1970. Os investimentos no setor habitacional foram sendo paulatinamente reduzidos, especialmente após a extinção do BNH (1986) ao mesmo tempo em que novos atores privados passavam a exercer uma influência preeminente nas reconfigurações da função espacial da cidade ao proporcionar a difusão de novos empreendimentos comerciais e de serviços a exemplo dos shoppings centers, escritórios empresariais, centros comerciais etc.

A administração pública, especialmente na escala municipal, teve suas ações restritas ao estabelecimento e manutenção de normas, leis, decretos e programas sob o discurso de promover o controle urbano o qual, em sua essência, colaborava com as estratégias desses atores sociais ao fornecer as condições ideais para sua difusão.

Assim, se por um lado a legislação (nas três escalas federativas) inibiu mudanças significativas em um dos setores espaciais mais cobiçados pelos empreendedores (o setor litorâneo); por outro, possibilitou a esses mesmos atores sociais as condições para influenciar no ordenamento sócioterritorial da cidade ao delimitar os espaços segundo funções bem definidas para o mesmo, além de propiciar o direito de propriedade, especialmente nas áreas litorâneas por conta da localização ou da acessibilidade.

A redução da participação do poder público, tornando-se promotor ao invés de provedor das políticas de desenvolvimento urbano, associado aos fatores ideológicos de luta contra a política neoliberal, influenciou no surgimento de diversos movimentos sociais preocupados com o ordenamento urbano, especialmente os envolvidos com a luta pelo direito à moradia. Motivados pela conjuntura política (transição do regime de poder e mudança na postura do poder público cada vez menos atuante), econômica (crise financeira), social (aumento do

déficit habitacional e da injustiça social) e, principalmente, ideológica (luta por uma sociedade mais justa) esses atores iniciaram uma série de mobilizações conjuntas.

A ausência de uma política pautada no planejamento e em uma presença mais constante por parte do poder público repercutiu no agravamento da crise socioespacial que já vinha se desenvolvendo desde o início da década de 1970. A falta de controle quanto a manutenção dos investimentos propostos no Plano de Desenvolvimento, especialmente no que se refere ao interesse em por fim às moradias irregulares que se difundiam, incravando-se nos territórios cuidadosamente selecionados para exercer um determinado tipo específico de função.

Isso, no entanto, motivou o poder público municipal a estreitar laços com outros atores sociais, os quais passaram a ser mais ativos no que diz respeito ao debate sobre o futuro da cidade, especialmente pelo fato de estarem respaldados pela própria constituição, sem no entanto modificar o papel desempenhado durante a década de 1970 (fornecimento de autorização para aquisição de bens e imóveis, elaboração do Plano Diretor etc). Quanto aos planos de ordenamento urbano desenvolvidos pelo poder público este continuou direcionado à elaboração de normas, valorizando a configuração territorial através do zoneamento urbano.

Contudo, a abertura de espaço para ação da iniciativa popular através da apresentação de projetos-de-lei à Câmara municipal, embora ainda com algumas restrições, conforme estabelecido pela Lei orgânica municipal (JOÃO PESSOA, 1970), permitiu uma maior abertura de espaço a sociedade civil organizada no que concerne a participação no debate sobre a produção do espaço urbano. A Lei Orgânica municipal propicia, assim, um aprimoramento da política urbana de João Pessoa.

Com as reformulações na política urbana, a partir da promulgação da Lei Orgânica e da revisão do Plano Diretor, o planejamento é retomado, no começo da década de 1990, como estratégia política do poder público municipal tendo agora como objetivo a valorização das funções sociais da cidade no sentido da promoção da qualidade de vida da população (JOÃO PESSOA, 1992). Para isso, o Plano Diretor se torna o instrumento básico da política urbana a qual, por sua vez, passou a permitir uma participação mais ativa dos “representantes da comunidade diretamente interessada” (JOÃO PESSOA, 1992, Art. 152, parágrafo 2º.).

A moradia passa a ser uma das principais preocupações do governo municipal, especialmente no que diz respeito ao suprimento das necessidades da população mais pobre ao fornecer orientações mais sistemáticas quanto as normas legais voltadas para a valorização da função social da cidade e da propriedade permitindo, com isso, o direito ao acesso as terras públicas não utilizadas por parte da população com menor poder aquisitivo (JOÃO PESSOA, 1992, art. 75).

Com a promulgação da Lei n.3 de 30 de dezembro de 1992, na gestão do então prefeito Carlos Alberto Pinto Manguiera (1990-93), o Plano Diretor passa a ser regulamento e se torna a principal referência para o ordenamento urbano de João Pessoa. Amparado nos fundamentos da Lei Orgânica, o Plano Diretor busca enfatizar o controle e uso do solo urbano, circulação e tudo mais que propicie a qualidade de vida ao pessoense tendo o planejamento como principal fundamento na estruturação das políticas de ordenamento urbano.

No que diz respeito às normas do ordenamento urbano, o Plano Diretor passa a sistematizar em um único documento algumas orientações contidas em legislações anteriores, especialmente no PDU, Código de Urbanização e na própria Lei Orgânica, confirmando os agentes públicos e privados como atores sociais “responsáveis” pela produção e gestão do espaço urbano e crescendo a importância

da participação de outros segmentos da sociedade civil organizada, confirmando, assim, o compromisso em assegurar a qualidade de vida e justiça social na produção social do espaço urbano.

No que diz respeito às orientações para divisão territorial, esta continua sendo feita através do zoneamento espacial. Embora essa nova proposta tenha criado hierarquias nas prioridades para controle de adensamento populacional (zonas adensáveis prioritárias, zonas adensáveis não prioritárias, zonas não adensáveis, zonas de restrição adicional e zonas espaciais) a proposta mais uma vez não leva em consideração a própria dinamicidade socioespacial, o que causa a contestação dos diversos segmentos de representação social.

O Plano Diretor traz, portanto, inovações a exemplo da possibilidade de aplicação da outorga onerosa para autorização de construção, no setor adensável, de área superior ao permitido por lei assim como a própria criação do Fundo de Urbanização que passa a se caracterizar como uma das principais alternativas na aquisição de recursos voltados para atendimento das demandas da população de menor poder aquisitivo (JOÃO PESSOA, 1994, Art. 16) a partir dos recursos provenientes da aplicação da outorga onerosa e do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), além de outras intervenções financiadas por iniciativa dos agentes privados.

Através do Plano Diretor o governo municipal consegue realizar alguns avanços na solução dos principais problemas urbanos relacionados ao direito à cidade ao estabelecer ações efetivas no atendimento às demandas por moradia, amenizando déficit habitacional que se agravou durante a década de 1980, e a mobilidade urbana. De fato, no âmbito da questão habitacional, as atenções são direcionadas a valorização do próprio direito social de acesso a uma moradia digna.

A partir da segunda metade da década de 1990 as atenções estiveram, assim, relacionadas aos problemas dos assentamentos humanos, através do reassentamento das habitações em áreas de risco; urbanização e revitalização das zonas adensáveis; e elaboração de programas específicos de moradia popular realizado em parceria com agentes públicos e privados tendo como um dos principais mecanismos de financiamento o Fundo Municipal de Fomento à Habitação (FMFH) (JOÃO PESSOA, 1993, art. 57 e 58).

O Plano Diretor permitiu, portanto, a observação do urbano a partir da preocupação com o resgate do planejamento e do incentivo a participação popular nas redefinições das políticas urbanas, embora ainda de forma limitada. Para isso, instituiu o sistema de planejamento do município de João Pessoa, composto pela secretaria de planejamento (responsável pelo acompanhamento e avaliação do Plano Diretor), pelos órgãos de planejamento descentralizados na escala intra-urbana e pelo conselho de desenvolvimento urbano e setorial, os quais passam a fundamentar os planos de governo, plano plurianual, lei de diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual (JOÃO PESSOA, 1993).

No que diz respeito à participação da sociedade civil organizada, ele se efetiva, de fato, apenas na administração de Francisco Xavier Monteiro da França (1993-1997) quando o planejamento passa a assumir um papel importante na política municipal delineando novas frentes de financiamento e intervenção espacial dando ênfase a questão da moradia e ao ordenamento espacial.

Para os movimentos sociais, assim como para os outros segmentos sociais, tanto a gestão do Francisco França como as duas gestões de Cícero Lucena (1997-2004) não trouxeram grandes contribuições para a conquista dos direitos estabelecidos pela própria constituição federal (1998) e pelo Estatuto da Cidade (2001) os quais garantem o direito coletivo ao território no qual a função social não se faz presente.

Contudo, a exemplo do que ocorreu na escala Federal, associar as dificuldades de implementar o estabelecido pela constituição a questões puramente político-partidárias é limitar demais o universo de variáveis que podem servir como explicação a ausência de ações mais consolidadas no que concerne ao direito à cidade é representado pelo direito a habitabilidade ou a moradia.

O longo período ditatorial influenciou não apenas as gestões que administraram a cidade durante a década de 1990 e começo da década de 2000, mas a própria sociedade que demorou a assumir uma posição mais crítica reivindicando os direitos conquistados com a reforma constitucional e os movimentos sociais que durante esse período deixaram muito a desejar em termos de atuação efetiva na produção do espaço ao se limitarem a debater questões puramente ideológicas que em nada contribuíram para melhoria da qualidade de vida dos pessoenses.

O tipo de planejamento desenvolvido na década de 1970, por não incluir a participação efetiva da população, não repercutiu em uma reforma efetiva no espaço urbano. Assim, as diversas tentativas de promoção do ordenamento urbano de João Pessoa, entre as décadas de 1970 e 2000, não passaram de reformulações pontuais voltadas para reprodução dos interesses do poder público ou das empresas privadas que investiram no empreendedorismo urbano.

O cenário político, econômico e social evidenciado nesse período, conforme será analisado no próximo item contribuiu para os poucos avanços na conquista da reforma urbana, o que só irá ocorrer efetivamente no início do século XXI quando esse cenário sofre alterações em suas diferentes escalas de poder e quando os movimentos sociais urbanos, já com experiência de uma década de atuação, passam a exercer um novo papel no contexto da produção do espaço urbano de João Pessoa.

4.3 A política urbana de João Pessoa: quando novos atores “roubam” a cena

Conforme observado no item anterior, o planejamento urbano na cidade de João Pessoa teve início em meados da década de 1970. Após praticamente uma década sendo colocado em segundo plano, o planejamento foi retomado nos anos noventa a partir da implementação do Plano Diretor da cidade tendo enquanto elemento diferenciador a inclusão de representações da sociedade civil organizada como co-autores das estratégias de desenvolvimento socioespacial. Contudo, foi igualmente observado que a participação desses “novos” atores sociais acabou não se efetivando em decorrência de fatores como:

- a) A pouca experiência desses atores (ONGs, movimentos populares, movimentos sociais etc) não favoreceu a uma atuação mais efetiva;
- b) embora tenham havido avanços quanto à preocupação em garantir o direito à cidade, as propostas de planejamento estiveram mais voltadas para o ordenamento territorial ao invés de abarcarem as diversidades de relações sócio-territoriais;
- c) o governo municipal ainda não tinha a experiência necessária para desenvolver o planejamento a partir de uma ação conjunta com os segmentos da sociedade civil organizada uma vez que permitiam a participação apenas nas fases iniciais;
- d) os movimentos sociais compreendidos como urbanos por se preocuparem com a resolução dos problemas urbanos, relacionados principalmente ao acesso a moradia e a mobilidade, foram pouco ousados quanto à atuação na formação da política de desenvolvimento urbano.

Contudo, não foram apenas esses os fatores responsáveis pela ausência na implementação de uma política realmente participativa. Tais fatores, na verdade, fazem parte de um conjunto maior de arranjos socioespaciais que influenciaram na ação pouco eficiente dos segmentos da sociedade civil organizada. O fator está relacionado aos efeitos da superposição da conjuntura política, econômica e social, evidência na década de 1990 e nos primeiros anos do século XXI, expressa nas mais diferentes escalas territoriais.

No âmbito político os problemas estiveram relacionados desde a implementação da política neoliberal por parte do governo federal, iniciada na gestão de Fernando Collor de Mello (1992) e finalizada (em sua essência) na segunda gestão de Fernando Henrique Cardoso (2002) com a redução da participação do governo federal na elaboração de políticas que auxiliassem as administrações municipais na promoção do desenvolvimento urbano, até a ausência, por parte do governo municipal, de políticas mais eficientes que garantissem os direitos sociais conquistados na reforma constitucional (1988).

No contexto econômico, a crise monetária do início da década de 1990, e financeira, no final da mesma década, enquanto consequência da crise global, assim como a própria dificuldade de obtenção de financiamentos e a entrega do ordenamento urbano aos interesses dos empreendedores privados, por parte dos governos municipais, isso resultou na ausência de investimentos mais substanciais para aquisição de moradias, aumentando, com isso, o déficit habitacional para a população de menor poder aquisitivo.

Quanto à questão social, o longo período sob o regime ditatorial fez com que a década de 1990 se caracterizasse para a sociedade mais como um período de aprendizado do que um momento de ação afetiva uma vez que a dificuldade de desprendimento do protecionismo estatal, característica do período militar, desviou a

atenção desses atores para a realização de ações de caráter mais reivindicativo e ideológico do que propositivo e prático.

Assim, se tornaram mais comuns as reivindicações quanto ao cumprimento da implementação do plano diretor (na escala local) ou pelo fim dos acordos junto ao FMI (na escala nacional) do que a realização de propostas e ações de ocupação que propiciassem tanto o cumprimento das normas de urbanização na produção do espaço como a própria luta para a implementação do estatuto da cidade e maior participação do governo federal na resolução dos problemas urbanos. Este quadro foi modificado após as renovações políticas e estabilidade econômica evidenciadas nos primeiros anos da década de 2000 tanto na escala Federal quanto na escala municipal.

Na escala federal isso se evidenciou a partir da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência do Brasil (2002) o que serviu de estímulo a reformulações nas práticas desenvolvidas pelos movimentos sociais, especialmente aqueles envolvidos com a questão de moradia e mobilidade devido a criação do Ministério das Cidades.

Já na escala municipal as mudanças foram iniciadas a partir da vitória de Ricardo Vieira Coutinho (2004) à prefeitura da cidade de João Pessoa pela Coligação Decisão Popular uma vez que, sendo este oriundo das bases dos movimentos sociais, houve uma nova reorganização na forma de atuação dos diversos segmentos sociais, particularmente os envolvidos com a luta pelo direito à moradia ao se sentirem contemplados pelo fato do prefeito iniciar a gestão cumprindo um acordo feito antes da eleição: a criação da secretaria municipal de habitação.

o governo de Ricardo Coutinho é um governo que vem respeitando os movimentos sociais. Claro que governo é governo e isso para agente é uma questão clara, mas ele vem respeitando os movimentos. (...) Assim que na campanha passada para prefeito o MNLM, agente se reuniu com todos os candidatos a prefeito e demos a cada um deles essa plataforma de luta e dentro dessa plataforma estava a

questão da secretaria de habitação. Assim que o prefeito foi eleito, no outro dia, agente já estava na porta dizendo: prefeito, está aqui o termo de compromisso que Vsa. Senhoria assumiu na campanha. Nós queremos a secretaria de habitação e não é para o movimento não. É para a cidade de João Pessoa. Taí. Hoje uma das coisas que ele colocou para agente e que vai estar reforçando a questão da habitação.

(MNLM/PB. Entrevista realizada junto a Coordenação do MNLM. [janeiro, 2006]. Entrevistador: Xisto Souza Júnior, João Pessoa, 2006.).

Defendendo um discurso de gestão democrática a Coligação Decisão Popular assumiu a administração municipal de João Pessoa em 2005 tendo como premissa o restabelecimento do caráter público da administração municipal, além da promoção da inclusão social e aposta no planejamento urbano a partir da participação ativa dos diversos segmentos da sociedade civil.

O início da administração é caracterizado pela substituição de uma forma de gestão pública pautada na relação predominante entre as diversas escalas do poder público (Federal, Estadual e Municipal) e o empreendedor privado, especialmente o setor imobiliário, comercial e industrial que perdurou na ordem do discurso urbano desde a década de 1970. A atual gestão assume o poder defendendo a inclusão da participação popular na articulação política enquanto um elemento importante na promoção de uma gestão democrática.

Além das Organizações Não Governamentais (ONGs), associações populares, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Movimentos Sociais étnicos, de gênero e etc., que passam a ser efetivamente reconhecidos como “novos” atores do cenário urbano sendo chamados a participar do debate sobre a cidade. Entre esses movimentos, os movimentos com a luta pela moradia (MNLM, CMP, MLB) passam a ganhar um maior espaço enquanto agentes estratégicos no debate sobre a produção do espaço urbano tendo em vista a relação direta que os mesmos possuem na própria produção e reordenamento de territórios no âmbito do espaço urbano.

A gestão da Coligação Decisão Popular inicia o governo sustentando o discurso de uma administração democrática e inclusiva, tendo como embasamento o seguinte tripé: a) inovar na forma de administrar a cidade a partir da criação e transformação do modelo de promoção da administração pública; b) aproximar à sociedade civil organizada dando a esta a possibilidade de atuar de forma mais efetiva e eficiente; e c) promover a integração das questões relevantes para a promoção do desenvolvimento urbano mais justo.

Esse discurso está pautado na própria situação socioespacial vivenciada pela cidade uma vez que esta gestão encontrou consolidado, enquanto herança de gestões anteriores, os seguintes fatores: uma legislação urbana bem delimitada (Plano Diretor e Lei Orgânica); uma experiência histórica de intervenções urbanas pautadas na realização de planejamento, apesar dos diversos problemas inerentes ao mesmo; segmentos da sociedade civil já habituados e conscientes de seus direitos e deveres com o espaço urbano; e, finalmente, a presença de atores sociais diretamente envolvidos com a luta por resolução de questões urbanas como infra-estrutura e equipamentos a partir da luta pelo direito à moradia e por condições mais justa de habitabilidade: os movimentos sociais urbanos. Isso, por sinal, explica o uso desse termo pelo prefeito em suas diversas exposições públicas.

“Eu sei o que significa para todos do movimento; para todos que se candidataram a essas casas e que estão construindo o seu sonho de ter um local para morar com sua família. Eu sei o que significa isso quando a gente olha para trás e fazia discussões dizendo: mas, não adianta só a casa. Não dá para você simplesmente construir muitas casas e não tratar da questão da habitabilidade. Não tratar das questões que é como as pessoas podem e devem ser felizes; ter as suas necessidades básicas atendidas dentro de um mesmo espaço”.

(MNLM/PB. Discurso proferido pelo prefeito Ricardo Coutinho durante a inauguração do Conjunto Habitacional Colinas do Sul, no bairro do Grotão em janeiro de 2007.)

A Coligação Decisão Popular assume, portanto, uma cidade mais amadurecida no que diz respeito ao interesse de outros atores sociais em participar diretamente das propostas de ordenamento ou lutar pelo cumprimento de direitos já adquiridos. Ao contrário do que ocorreu com administrações passadas, isso tem possibilitado a implementação de propostas mais condizentes com as reais demandas da sociedade.

Contudo, mais do que associar o aumento da participação dos novos atores sociais no debate sobre a produção do espaço urbano a uma autonomia ideológica implementada pela Coligação Decisão Popular, é inquestionável a influência da atual conjuntura econômica, política e social presentes no contexto urbano de João Pessoa enquanto fatores motivadores das transformações socioespaciais mesmo não se desconsiderando que o perfil político dessa gestão, assim como a própria gestão do governo Lula, tem facilitado o aceite das propostas de ação no espaço urbano.

Com relação aos fatores econômicos os elementos foram favoráveis tanto na escala nacional com a participação em um número cada vez maior e diversificado de agentes privados em decorrência da estabilidade econômica, especialmente os atuantes no setor comercial e imobiliário como na própria escala local em decorrência das novas formas de obtenção de financiamentos, especialmente para aquisição de moradia, os quais são proporcionados e favorecidos pelos programas desenvolvidos no âmbito do governo federal ou com os recursos provenientes dos próprios empreendedores urbanos.

Assim, a gestão de Ricardo Coutinho tem contado, por um lado, com um cenário de perspectivas favoráveis aos investimentos provenientes do governo federal através do Ministério das Cidades, em especial para populações de baixo poder aquisitivo que se configuram como os maiores prejudicados pelo aumento do

déficit habitacional decorrente da ausência de investimentos mais substanciais entre as décadas de 1970 e 2000, período em que a crise habitacional foi agravada.

Por outro lado, a existência de uma legislação urbana consolidada há mais de uma década, tem permitido ao governo municipal dedicar uma maior atenção à realização das propostas contidas no plano de governo, especialmente no que se refere a fonte na qual se pode buscar os recursos para executar os projetos planejados.

Assim, na escala local as condições econômicas apresentam-se favoráveis aos investimentos nas obras de infra-estrutura urbana, a exemplo o transporte e do saneamento, além do próprio atendimento a resolução dos problemas de moradia com investimentos oriundos do governo federal e/ou do fundo de urbanização como é o caso do Fundo Municipal de Fomento à Habitação (FMFH) e do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB).

Por isso, assim como ocorreu em outras cidades brasileiras, a exemplo de Porto Alegre (RS) e Recife (PE) entre as décadas de 1980-90, é estabelecido o orçamento democrático: uma ferramenta de controle dos investimentos na produção do espaço urbano que passa a se caracterizar como o principal referencial de uma gestão pública baseada na participação da sociedade civil organizada no debate sobre as decisões a cerca das prioridades para o ordenamento urbano.

O orçamento democrático tem sido, portanto, um meio de participação direta do cidadão na elaboração, implementação e fiscalização da lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Plano Plurianual (PPA) na cidade de João Pessoa. Outro elemento diferenciador tem sido a possibilidade de obtenção do Crédito Solidário. Oriundo da iniciativa dos próprios movimentos sociais urbanos, o crédito solidário consiste no financiamento a custos baixos, sem juros e com acordo direto ao mutuário podendo contar com a parceria do poder público (federal e estadual), das empresas privadas (na aquisição de terrenos ou

construção de moradias) sob acompanhamento dos demais atores envolvidos com esse termo.

Com isso, já se antecipa a influência de outro fator: o político. A opção por uma administração pautada na valorização do diálogo com a sociedade proporcionou novas relações socioespaciais. A própria logomarca escolhida para plano de Governo (Uma Decisão Popular) apresenta-se como um elemento que sustenta o estabelecimento de uma gestão que passa a contar com uma participação mais efetiva dos diversos segmentos da sociedade civil organizada, incluindo aí os próprios MSUs, abrindo-se, assim, novos espaços pautados cada vez mais nos debates.

A questão urbana ou o ordenamento urbano passa a depender da participação direta dos diversos segmentos da sociedade nas reformulações das estratégias de desenvolvimento assim como no acompanhamento e análise das ações desempenhadas pelo poder público municipal e pelos empreendedores. Esse tipo de mudança torna a questão (postura) política um elemento importante na formação socioespacial da cidade de João Pessoa uma vez que desperta o interesse pelo debate sobre o futuro da cidade, acompanhando diretamente as principais ações de mudança na organização do mesmo. Essa abertura ao diálogo passa a se constituir como o principal destaque no relato dos coordenadores dos MSUs.

No âmbito da escala federal houve uma maior aproximação do governo junto aos municípios numa tentativa de juntar esforços que propiciasse a construção de instrumentos legais para a promoção do desenvolvimento urbano municipal com o comprimento do Plano Diretor e estabelecimento do Estatuto da Cidade a partir do estímulo a uma participação mais direta dos diversos segmentos sociais enquanto condição para se obter mais justiça social e qualidade de vida nos espaços urbanos.

Isso se efetiva através de investimentos financiados pelo Ministério da Educação, especialmente os de ordem orçamentária e, principalmente, a partir de debates como, por exemplo, a Conferência das Cidades, que permitiu as gestões obter informações sobre os reais problemas da cidade evidenciados pelos atores sociais que participam de sua produção. Isso tem possibilitado um maior amadurecimento na participação da sociedade civil organizada no que diz respeito à escolha das prioridades para o movimento e para a comunidade.

Com isso chegamos às mudanças ocorridas no terceiro fator: o social. Ao assumir o poder a Coligação Decisão Popular se deparou com uma sociedade mais atuante, representada não apenas por ONGs, associações de bairros, ativismos ou movimentos sociais, mas por uma população cada vez mais envolvida com o debate sobre a produção do espaço urbano. Dá-se início, assim, a um período no qual a sociedade se torna um ator estratégico voltado para realizar uma atuação mais efetiva com base na adoção de uma postura mais propositiva do que reenvindicativa.

As três décadas de dependência das ações e determinações provenientes do poder público municipal, especialmente no que se refere à produção do espaço urbano, fez dessas participações algo pontual, pouco diversificada e altamente dependente das intervenções propostas no ordenamento urbano.

Devido a um maior acesso as informações e a uma maior experiência adquirida nas diversas reuniões, assembléias etc., houve um aprimoramento da atuação desses atores sociais assim como um maior reconhecimento da importância dos mesmos. Em decorrência desse tipo de experiência, os movimentos sociais urbanos de luta por moradia têm conseguido obter algumas conquistas, especialmente no que se refere ao real conhecimento dos mesmos enquanto atores sociais.

Dessa forma, mais do que uma “inovação” da parte da Coligação Decisão Popular, no que concerne a adoção de uma nova forma de promoção da gestão do espaço urbano, foram os atuais arranjos econômicos, políticos e sociais, sempre intercalados pelo fator ideológico, os elementos responsáveis pelas condições ideais para que a atual política urbana fosse possível de ser aplicada.

Por outro lado, como já mencionado, a opção pela gestão participativa com a valorização do planejamento urbano inclusivo exerceu um elemento importante na redução das desigualdades socioespaciais em João Pessoa na qual o planejamento urbano passe a considerar a participação dos movimentos envolvidos com essa temática como sendo algo relevante ao processo de produção de uma cidade mais justa.

Assim, com base nos argumentos apresentados nos parágrafos precedentes pode-se afirmar que a gestão Coligação Decisão Popular surge enquanto referência para a visualização das mudanças na forma como eram feitas as políticas urbanas sem, com isso, se desconsiderar a importância do alicerce criado ao longo das últimas três décadas, especialmente no que diz respeito à legislação de ordenamento urbano.

Dessa forma, assim como ocorreria com qualquer outra coligação política, embora, talvez, em menor intensidade e amplitude, os avanços nos meios de comunicação e informação, assim como o amadurecimento e adaptação popular ao regime democrático, após décadas sob um regime centralizador e autoritário, a atual gestão marca um período de reforma administrativa do governo municipal de João Pessoa.

No âmbito da política urbana de João Pessoa é possível se evidenciar três importantes transformações: a valorização da intersetorialidade e descentralização administrativa; o reconhecimento de novos atores envolvidos com o planejamento do espaço urbano, e o próprio planejamento participativo.

Com relação ao primeiro tópico (intersetorialidade e descentralização), ao contrário do que se observou em administrações anteriores, a gestão Ricardo Coutinho passa a se preocupar com a promoção de intervenções baseadas na atuação mais efetiva dos diversos setores da administração pública municipal e na promoção de diálogos com os mais diferentes atores sociais, criando, para isso, instâncias decisórias em diversas localidades do município, as quais passam a atuar em um esquema de subprefeituras funcionais. Com a participação de outros atores sociais na produção do espaço urbano têm-se uma maior garantia quanto ao atendimento aos reais problemas vividos pela sociedade.

Essa participação ocorre tanto de forma direta – quando existe o convite para atuar na própria administração – como de forma indireta – através do envio de planos, programas, projetos de lei ou até mesmo reivindicações decorrentes de mobilizações públicas ou promoção de meios para a promoção da articulação entre os diferentes atores sociais.

Com relação à participação direta, esta tem sido um dos pontos mais polêmicos entre os MSUs, tanto internamente, devido às contendas criadas entre os mesmos em decorrência do risco da existência ou não de cooptação por parte do poder público o que, em caso positivo, levaria a um afastamento dos objetivos do movimento; como externamente, proveniente dos embates entre os movimentos que concordam com a importância de cooperação com o poder público e outros que não concordam com o posicionamento de atuar como parceiros do governo municipal.

A terceira mudança (planejamento estratégico) está relacionada ao fato de que a administração transfere a responsabilidade de definição da política de curto, médio e longo prazo para a própria sociedade civil. Isso faz com que esse segmento busque se articular melhor e participar de forma mais efetiva nos debates sobre a produção do espaço urbano.

Essa mudança representa uma outra dificuldade aos movimentos sociais urbanos uma vez que, ainda inexperientes com essa nova forma de promoção da política urbana (uma política mais pautada em proposições do que em reenvidicações), esses atores não têm conseguido atuar de forma eficiente quanto à aprovação de suas prioridades, com exceção daquelas oriundas de ações práticas relacionadas a ocupação territorial, o que provoca divergências entre os mesmos. Acrescenta-se a isso, a própria dificuldade de articulação, tanto interna como externa, correspondente a outro fator que tem influenciado em uma participação menos efetiva desses atores sociais.

Entre esses atores sociais os movimentos de luta pelo direito à moradia vêm se destacando tendo em vista a natureza dos mesmos, os seus objetivos e posições ideológicas sobre o futuro da cidade. São, portanto, atores que, por terem o território enquanto objeto de ação, influenciam diretamente nas redefinições socioespaciais.

A postura desempenhada por esses movimentos é produto de uma série de fatores que envolvem direta e dialeticamente a relação entre a formação dos objetos espaciais (produção do urbano) e o tipo de funcionalidade dada ao mesmo através das práticas socioespaciais justamente por serem obrigados a atuar em um espaço construído (em termos de configuração territorial), mas igualmente em construção (em termos de redefinições sócio-territoriais). São justamente essas contradições que serão observadas no próximo item.

4.4 As novas configurações territoriais e as ações dos atores sociais

Em seu atual contexto socioespacial João Pessoa constitui-se como cidade-sede de uma Região Metropolitana formada, segundo o IBGE (2007), por mais oito municípios (Bayeux, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, Lucena, Mamanguape, Rio Tinto e Santa Rita), mas que, em termos demográficos, possui uma densidade baixa se comparada à densidade de três dos quatro municípios mais populosos (**Tabela 1**), o que demonstra ser uma área que, embora integrada espacialmente (**Figura 9**), possui fortes problemas funcionais e infra-estruturais.

Figura 9: Região Metropolitana de João Pessoa



Fonte: Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba - IDEME

Tabela 01

População Residente na Região Metropolitana de João Pessoa (RMJP) e densidade demográfica no ano de 2007

Municípios da RMJP	População Residente	Área (km ²)	DD* (hab/km ²)
RMJP	1.049.290	2274	461,43
Bayeux	92.891	32	2.902,84
Cabedelo	49.728	31	1.604,13
Conde	19.925	173	115,17
Cruz do Esp. Santo	15.281	196	77,96
João Pessoa	674.762	211	3.197,92
Lucena	10.943	89	122,96
Mamanguape	40.283	349	115,42
Rio Tinto	23.023	466	49,41
Santa Rita	122.454	727	168,44

Fonte: IBGE – Censo Demográfico – 2007.

Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> >

Acesso em: 5 de março de 2008.

A realidade socioespacial da Região Metropolitana de João Pessoa, especialmente no que tange as questões observadas, suscita fortes embates quanto a sua caracterização enquanto área metropolitana uma vez que a maior parte de sua população está concentrada nos municípios de João Pessoa, Santa Rita, Bayeux e Cabedelo. Entre esses, João Pessoa se destaca por concentrar praticamente o dobro do somatório dos demais municípios o que explica o alto adensamento populacional.

Com exceção do aglomerado formado pelos municípios de João Pessoa, Cabedelo e Bayeux que possuem articulações visíveis entre si, tanto funcionais como estruturais, os demais municípios não fornecem as condições necessárias para a consolidação da RMPJ: Infra-estrutura, adensamento populacional significativo, densidade demográfica, acessibilidade, entre outros.

O que distingue esta nova forma das precedentes não é só seu tamanho (que é consequência de sua estrutura interna) mas também a *difusão no espaço das atividades, das funções e dos grupos, e sua interdependência segundo uma dinâmica social amplamente independente da ligação geográfica* (CASTELLS, 2000, p. 53) (**destaque do autor**).

A articulação de Cabedelo à cidade de João Pessoa decorre, inicialmente, pelo fato da mesma ser sede do único porto da região o que demandou a estruturação de vias de acesso e circulação de produtos (agrícolas e industriais) e dos investimentos no setor de turismo de praia enquanto real potencialidade econômica para o município e região. Já Bayeux destaca-se por ter seu espaço diretamente conjugado à João Pessoa, além de conter um forte adensamento populacional composto, principalmente, por uma população de baixo poder aquisitivo.

O fato é que a RMJP ainda não possui os elementos necessários para o reconhecimento enquanto aglomerado metropolitano. A repercussão desse debate para os demais atores sociais que exercem suas territorialidades em João Pessoa, a exemplo dos movimentos sociais urbanos, é relevante na medida em que interfere diretamente nas estratégias e práticas socioespaciais desses atores.

Envolvida por um discurso cada vez mais comum aos gestores públicos, o de pensar o espaço agora como metrópole, a população, especificamente a de baixo poder aquisitivo que corresponde ao principal público da luta dos movimentos urbanos, está cada vez mais sendo realocada para setores periféricos da cidade. Com isso, esses atores sociais são levados à reestruturação de suas estratégias de ação,

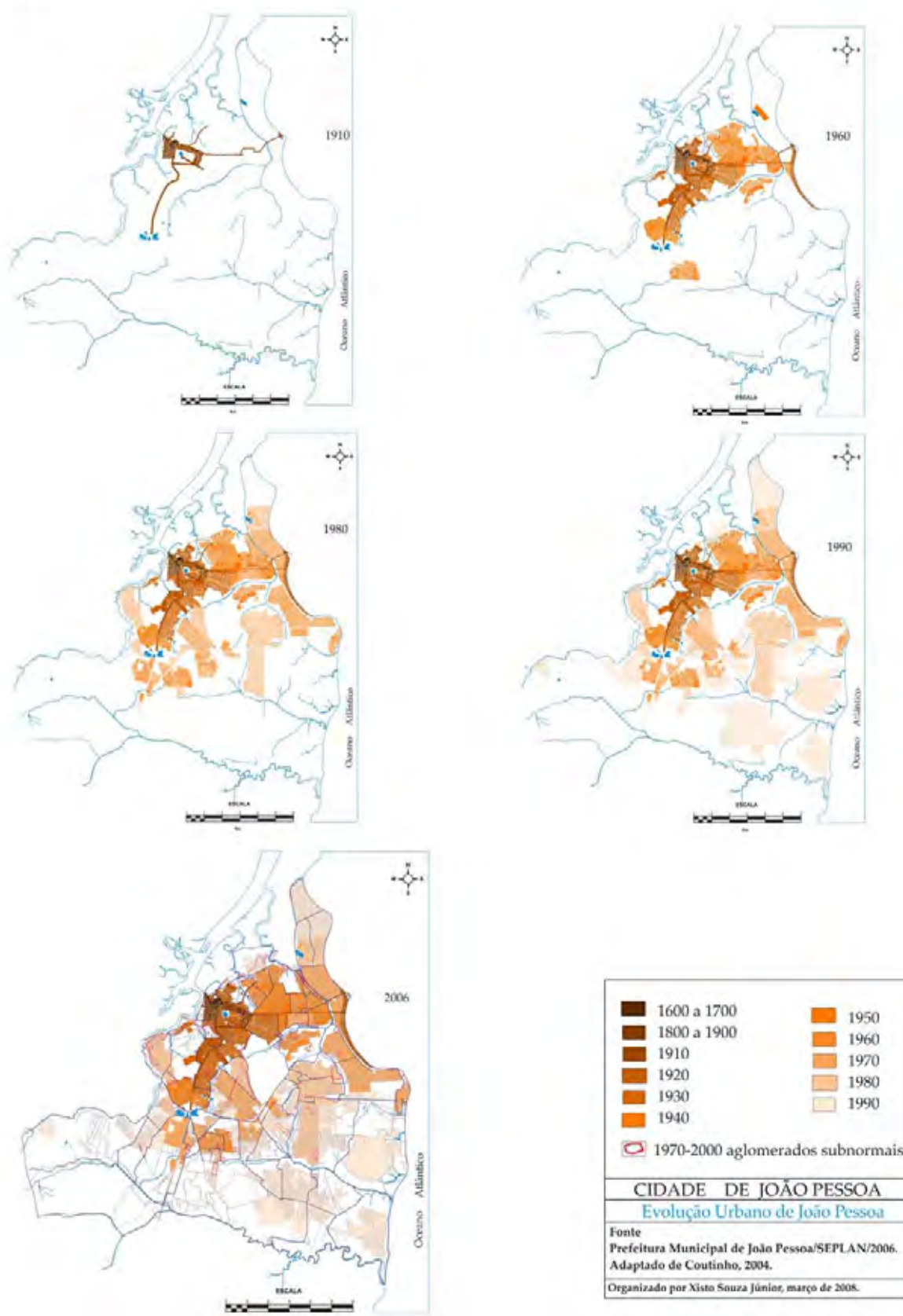
sendo levados a necessidade de se adaptar a uma nova escala espacial que conduz ao afastamento da área central espraiando-se pela periferia da própria cidade ou dos espaços dos municípios vizinhos que compõem a RMJP.

Por outro lado, se considerarmos como inconsistente a existência dessa área metropolitana, por motivos já apresentados, as estratégias desses movimentos passam a ser de natureza centrípeta. Isso conduz os MSUs a valorizarem os espaços centrais da cidade, especialmente os que possibilitam acessibilidade ao setor de comércio e serviços. A escala de atuação seria, portanto, bem mais concentrada, o que confere uma maior eficiência na ocupação e garantias de permanência. De um modo geral, esta é a escala trabalhada pelos movimentos tendo em vista a dificuldade deles em desenvolver ações pensando o espaço numa escala metropolitana.

Tanto numa situação quanto na outra a dialética entre espaço construído e espaço em construção se faz presente nas diversas práticas dos MSUs que passam a ter que atuar frente a essas duas realidades do espaço urbano de João Pessoa: por um lado, um espaço polarizado pela influência econômica de Recife; e por outro, um espaço que desponta no atual cenário regional como um pólo regional, especialmente no que diz respeito à estruturação dos municípios próximos constituindo, portanto, uma área metropolitana. Essas realidades decorrem da própria configuração territorial da cidade, especialmente nas últimas três décadas (1970-2000).

Conforme observado no capítulo anterior, a expansão urbana de João Pessoa começou tardiamente e de forma diferenciada do que normalmente ocorreu com outras capitais do litoral nordestino sendo constituída a partir do continente chegando ao litoral apenas no final da década de 1960 e, principalmente, durante as décadas de 1970-1990 quando se intensificou a expansão urbana, resultando na atual configuração territorial (**Mapa 5**).

MAPA 5



O fato é que, em meados do século XX, a cidade era subdividida em dois setores: a cidade baixa, onde predominavam as atividades de comércio e portuária, e a cidade alta, com funções administrativas, residenciais e de serviços. Essas atividades se efetivaram de forma espontânea segundo a própria característica espacial evidenciada nesse período: um espaço concentrado e pouco dinâmico. Sua expansão urbana se realiza, portanto, seguindo duas direções: uma Leste-NE, que possibilitou o acesso à orla marítima, e outra no sentido Sul-SO decorrente das relações econômicas desenvolvidas com a cidade de Recife. Essas frentes de expansão, no entanto, ainda não significavam frentes de ocupação uma vez que as relações eram prioritariamente funcionais: moradia, lazer e comércio.

Apenas a partir da década de 1920 é que essas frentes de expansão resultaram em frentes de ocupações: a leste com a formação de casas para veraneio e no sentido Sul-SO por parte da população expulsa das áreas centrais em decorrência das políticas baseadas nas propostas de saneamento feita por Saturnino de Brito e da conseqüente necessidade de urbanização, tanto da cidade baixa (atual Varadouro) como da Cidade Alta, onde se localizavam os principais prédios administrativos, especialmente no trecho compreendido entre a General Osório e Duque de Caxias.

Conforme pode ser observado no mapa 5, com a construção da Avenida Epitácio Pessoa (finalizada na década de 1950 e meados da década de 1960), a cidade foi vagarosamente sendo expandida para o litoral e com ela a classe burguesa que residia, principalmente, na Avenida das Trincheiras. No mesmo período, a construção das Avenidas Pedro II e Cruz das Armas propiciaram a expansão no sentido Sudeste e Sul, respectivamente. Enquanto a primeira avenida surge para viabilizar a formação do distrito industrial, estrategicamente situado no acesso a cidade do Recife, a segunda surge para facilitar o acesso ao centro de abastecimento de água, que existia dentro do espaço da atual mata buraquinho, e acesso ao centro

universitário que iniciava o seu processo de consolidação iniciado em meados da década de 1960.

Com a construção do Centro Universitário (atual UFPB) foi possível realizar a conexão do centro comercial da cidade com os bairros de Miramar e Brisamar, além de uma nova alternativa para se chegar a orla marítima através da Avenida Epitácio Pessoa propiciando, assim, um novo processo de expansão urbana: início e expansão da ocupação dos espaços correspondentes aos bairros Castelo Branco e Miramar.

No final da década de 1960 a cidade apresenta uma morfologia urbana contendo duas características distintas: uma espontânea e outra planejada. A frente de adensamento espontâneo, então formada pelos espaços dos atuais bairros de Cruz das Armas, Jaguaribe, Trincheiras, Ilha do Bispo, Varadouro, entre outros, é representada por ocupações progressivas realizadas no sentido centro-Sudoeste acompanhando o traçado da Avenida Cruz das Armas. Algo semelhante ocorreu no sentido centro-Norte propiciando a formação dos atuais bairros do Padre Zé, Mandacaru, Ipês e Treze de Maio. Foram estas ocupações constituídas por uma população de baixo poder aquisitivo, oriundas, predominantemente, das áreas centrais que estavam passando por uma metamorfose quanto a sua função urbana (deixando de ser residencial e passando a ser comercial e de serviços) ou constituída por migrantes (JOÃO PESSOA, 1993).

Já a frente de ocupação planejada, consolidada a partir da década de 1970, foi constituída por ações de urbanização que tiveram como principal referência as mudanças funcionais da Avenida Epitácio Pessoa, deixando de ser um corredor residencial para se tornar um corredor de serviços. As ocupações, propiciadas para uma população de médio a alto poder aquisitivo, foram favorecidas pelos financiamentos na aquisição de habitação decorrentes da Política Nacional de

Habitação (PNH) através da construção de conjuntos habitacionais e revitalização da orla marítima, especialmente após o estabelecimento do Hotel Tambaú, em 1971.

Isso resultou na intensificação de ocupações a leste, na orla marítima e eixos de acesso (atuais bairros de Manaíra, Tambaú, Portal do Sol, Ponta do Seixas e Penha, Altiplano Cabo Branco e Tambauzinho), além de uma expansão no sentido sul, compreendido pelos atuais bairros do Cristo Redentor, Ernesto Geisel, Ernani Sátiro e Costa e Silva.

Esses dois setores de expansão são entrelaçados por ocupações em áreas impróprias (vertentes, áreas alagáveis e de preservação permanente a exemplo dos manguezais, fundos de vale, etc.) e espaços segregados por iniciativas do poder público e empresas privadas, ambos decorrentes de um processo migratório, intensificado durante as décadas de 1970-80. Até então as poucas favelas existentes em João Pessoa eram incorporadas às propostas de ordenamento urbano desenvolvidas a partir da década 1970. Contudo, a demora pela definição da política urbana, concretizada apenas na década seguinte, associada à própria intensificação dos imigrantes, intensificou a difusão de favelas e com isso os problemas urbanos relacionados, principalmente, a questão de acesso ao mercado de trabalho, moradia, saúde, entre outros.

Assim, se por um lado evidencia-se a consolidação de uma cidade planejada, com infra-estrutura e equipamentos urbanos capaz de suprir as necessidades mínimas de parte da população; por outro lado observou-se a consolidação de um espaço espontâneo, conseqüente de ocupações irregulares em áreas de riscos (**Mapa 6**), a exemplo dos manguezais e das áreas de encostas sendo, portanto, um espaço com carências significativas no que diz respeito à infra-estrutura e equipamentos urbanos.

MAPA 6

Lista dos aglomerados subnormais por bairro

Aeroclube
70 - São Luís

Altiplano Cabo Branco
65 - São Domingos
102 - Rolo de Celo

Alto do Céu
88 - Copacabana
42 - Beira Mar
43 - Verdesol
86 - Jd. Mangabeira I
47 - Sítio Raimundo
48 - Porto de João Teófilo
99 - Bairro da Lábria S. Pedro
80 - Vila dos Trilhões
58 - Teresina

Alto do Mateus
11 - Jd. da Moura
67 - São João da Lábria
89 - Bairro da Lábria
90 - Pôrto I
90 - Acamp. 05 de Julho

Bairro das Indústrias
109 - Padre Benedito

Bairro dos Ipês
23 - Maré
24 - Dourado Verde
25 - Apê II

Bancários
20 - Tênis I
21 - Tênis II

Bessa
99 - Torre Washington Luiz

Cabo Branco
803 - Bairro do Ch. Branco

Castelo Branco
01 - São Rafael
02 - Santa Clara

Cidade dos Colibris
105 - Colibris II

Padre Zé
38 - Padre Zé

Costa e Silva
13 - Calachinha II
16 - Nova Vida
17 - Calachinha
18 - Tapa
19 - Vila de Pádua

Cristo Redentor
33 - Boa Esperança
34 - Pedro Branco
35 - Paulo Alencar I
36 - Cristóvão
37 - Rio do Ceu/Correio
38 - Novo Horizonte
42 - Bairro da Vila I
46 - Abundância
94 - Jd. Bom Santíssimo

Cruz das Armas
07 - Balaio
13 - Lagoa Arvoredo I

Ernani Sátiro
63 - Ernani Sátiro

Expedicionários
88 - Residência de Pádua
89 - Calçada da Lábria

Funcionários
97 - S. M. de Nazaré

Grotão
86 - Oito Anos

Gramame
57 - Gramame

Ilha do Bispo
40 - Tanguá
41 - Sta. Eufêmia de Baital
49 - Vila União I
86 - Arari
87 - Bairro da Glória
88 - Redenção

Jaguaribe
04 - Paulo Alencar III

João Paulo II
03 - Nova República
35 - Oliva

José Américo
32 - Laranjeiras

Jd. Cid. Universitária
22 - Insulpho
56 - Pádua D'água

Jd. Venêcia
94 - Beira Mar

Manaira
28 - Chituba I
71 - Chituba III
72 - Chituba II

Mandacaru
76 - Tê de Moleque

Mangabeira
09 - Balaio
32 - Jd. Mangabeira
33 - Fênix
61 - Nova Esperança
106 - Boa Esperança I
107 - Vila União
108 - Campo Anticlimax

Miramar
13 - Miramar
14 - Tênis
104 - Travençolo Viçosa

Oitizinho
10 - Bela na Rede
91 - Cabral Raimundo
92 - Independência
93 - Niterói da Pádua
95 - Jd. Gualter

Parati
51 - Santa Rita
60 - Cota

Roger
43 - Oito Anos
58 - Ana Branca

São José
73 - Área do Lito do rio
74 - Área da Barragem

Tambá
27 - Tanguá

Tambauzinho
100 - Vila Tambauzinho
101 - Beira Rio

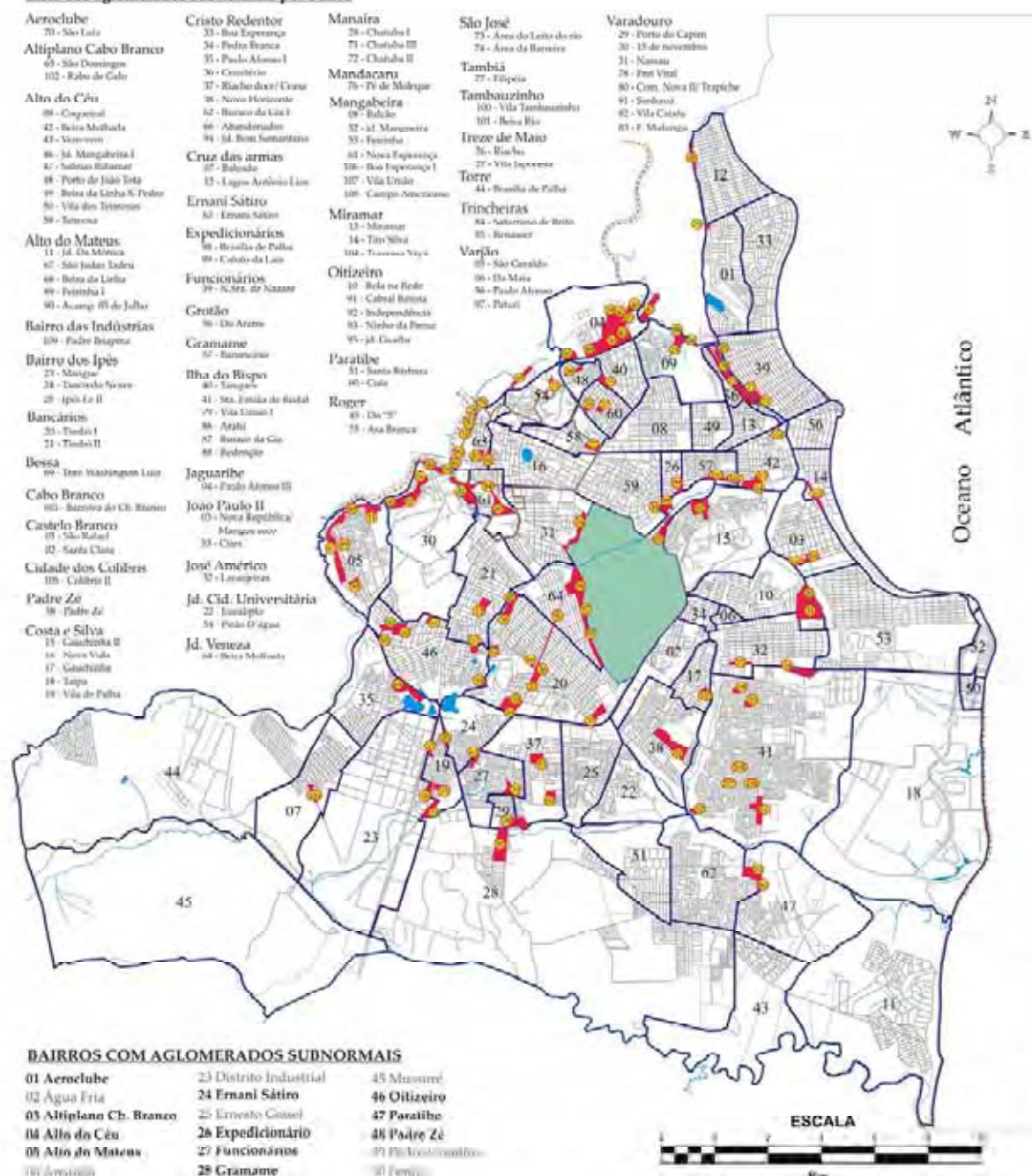
Treze de Maio
76 - Balaio
27 - Vila Império

Torre
44 - Beira de Pádua

Trincheiras
84 - Santa Rita de Baital
85 - Baital

Varjão
80 - São Gabriel
86 - Oito Anos
96 - Paulo Alencar
97 - Pádua

Varadouro
29 - Porto do Capim
30 - 15 de Novembro
31 - Nassau
38 - Fênix Vital
80 - Com. Nova Il. Trópico
91 - Sordani
92 - Vila Costa
93 - F. Malagou



BAIRROS COM AGLOMERADOS SUBNORMAIS

01 Aeroclube
02 Água Fria
03 Altiplano Ch. Branco
04 Alto do Céu
05 Alto do Mateus
06 Baital
07 Bairro das Indústrias
08 Bairro dos Entalores
09 Bairro dos Ipês
10 Bancários
11 Bairro da Lábria
12 Bessa
13 Bitaímar
14 Cabo Branco
15 Castelo Branco
16 Cidade dos Colibris
17 Costa e Silva
18 Cristo Redentor
19 Cruz das Armas
20 Cota

21 Distrito Industrial
22 Ernani Sátiro
23 Expedicionários
24 Expeditório
25 Funcionários
26 Gramame
27 Grotão
28 Ilha do Bispo
29 Jaguaribe
30 Jd. Cid. Universitária
31 Jd. Cid. Universitária
32 Jd. Cid. Universitária
33 Jd. Cid. Universitária
34 Jd. Cid. Universitária
35 Jd. Cid. Universitária
36 Jd. Cid. Universitária
37 Jd. Cid. Universitária
38 Jd. Cid. Universitária
39 Jd. Cid. Universitária
40 Jd. Cid. Universitária
41 Jd. Cid. Universitária
42 Jd. Cid. Universitária
43 Jd. Cid. Universitária
44 Jd. Cid. Universitária

45 Miramar
46 Oitizinho
47 Parati
48 Padre Zé
49 Pádua
50 Pádua
51 Pádua
52 Pádua
53 Pádua
54 Pádua
55 Pádua
56 Pádua
57 Pádua
58 Pádua
59 Pádua
60 Pádua
61 Pádua
62 Pádua
63 Pádua
64 Pádua
65 Pádua
66 Pádua
67 Pádua
68 Pádua
69 Pádua
70 Pádua
71 Pádua
72 Pádua
73 Pádua
74 Pádua
75 Pádua
76 Pádua
77 Pádua
78 Pádua
79 Pádua
80 Pádua
81 Pádua
82 Pádua
83 Pádua
84 Pádua
85 Pádua
86 Pádua
87 Pádua
88 Pádua
89 Pádua
90 Pádua
91 Pádua
92 Pádua
93 Pádua
94 Pádua
95 Pádua
96 Pádua
97 Pádua
98 Pádua
99 Pádua
100 Pádua
101 Pádua
102 Pádua
103 Pádua
104 Pádua
105 Pádua
106 Pádua
107 Pádua
108 Pádua
109 Pádua

LEGENDA

- Agglomerados Subnormais
- Mata do burauinho
- Sítio histórico
- Localização por bairros

CIDADE DE JOÃO PESSOA

Agglomerados Subnormais

Fonte:
Prefeitura Municipal de João Pessoa/SEPLAN/2006
FAC/agglomerados subnormais/João Pessoa/2002
Organizado por Xisto Souza Júnior, setembro de 2007.

Diante do crescimento das ocupações de baixo poder aquisitivo, concentrada principalmente nas proximidades do centro urbano, especialmente no perímetro do centro histórico, surge a necessidade de investimentos em políticas de intervenção voltadas para o redirecionamento desses aglomerados e definição das funções que já se contextualizavam para a cidade, especialmente no que diz respeito a sua importância administrativa, potencialidade industrial e turística, conforme já evidenciado em capitais como Salvador, Recife, Natal e Fortaleza durante a década de 1970. Em João Pessoa, no entanto, isso ocorre de forma diferenciada devido à existência de “espaços vazios”, espacialmente nos setores sudeste, sul e oeste, e de espaços pouco adensados.

No decorrer desse período (1970-1980) a atuação social esteve representada, principalmente, pela formação de grupos organizados a exemplo de movimentos sociais, movimentos populares, sindicatos, associações, entre outros. Tais representações, constituídas por perspectivas diferenciadas, especialmente no que concerne aos aspectos políticos e ideológicos, tiveram em comum o interesse em representar uma coletividade ameaçada pela perda ou submissão dos seus direitos civis e políticos decorrentes das ações de um Estado autoritário e regulador (governo militar).

Assim sendo, essas representações foram organizadas enquanto interlocutores legais da sociedade na conquista dos seus direitos, conforme os preceitos estabelecidos, principalmente, pela Carta das Nações Unidas (1945) e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) entre tantos outros tratados e declarações originados desde então²⁷.

²⁷ Entre os documentos, destacaram-se ainda: a Conferência Internacional de Direitos Humanos (1966, em Teerã), a Conferência dos Direitos Humanos (1993, em Viena) e a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (1996, em Istambul) que forneceram os fundamentos para os Direitos Humanos, o qual tem como principal fundamento o direito à moradia.

Entre as diversas instituições²⁸ que surgiram nesse período como apoio à atuação dos movimentos sociais (étnicos, de gênero, ambientalistas etc.) ou aos demais segmentos da sociedade, a Igreja Católica emerge como um dos principais referenciais para obtenção dos direitos, especialmente os civis e políticos. Através de suas pastorais, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), a Igreja assume um papel de intermediador entre a população e o Estado na obtenção pela conquista e reconhecimento dos direitos humanos.

Na Paraíba esses movimentos encontrariam ressonância junto à cúpula da Igreja, dirigida desde 1966 pelo Arcebispo Dom José Maria Pires. Ao contrário dos antecessores, comprometidos com tradicionalismo e salvação das almas, Dom José fazia-se partidário de 'Igreja na Cidade', isto é, prática religiosa secularizada e voltada para o social. Seu exemplo contaminou o clero metropolitano onde sacerdotes de inspiração tradicionalista aderiram à nova linha, emanada do Vaticano II e Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com sede em Brasília. (MELLO, 2002, p. 219 e 222).

De fato, de acordo com Fernandes (2000, p. 50), as CEBs “tornaram-se espaços de reflexão e aprendizado de como transformar a realidade, por intermédio da luta pela terra”. Embora o autor enfatize a influência da Igreja Católica no auxílio a conquista da terra dos espaços rurais através da atuação das CEBs e das CPTs, fundamentando a origem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), é importante ressaltar o papel da Igreja na estruturação de movimentos e organizações populares nos espaços urbanos contribuindo, assim, para “organização da chamada sociedade civil” (MELLO, 2002, p. 223).

²⁸ Na Paraíba pode-se destacar: o Papel da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Paraibana de Imprensa (API), Sindicato dos Bancários, além de outros segmentos profissionais como médicos, arquitetos e cientistas sociais (MELLO, 2002).

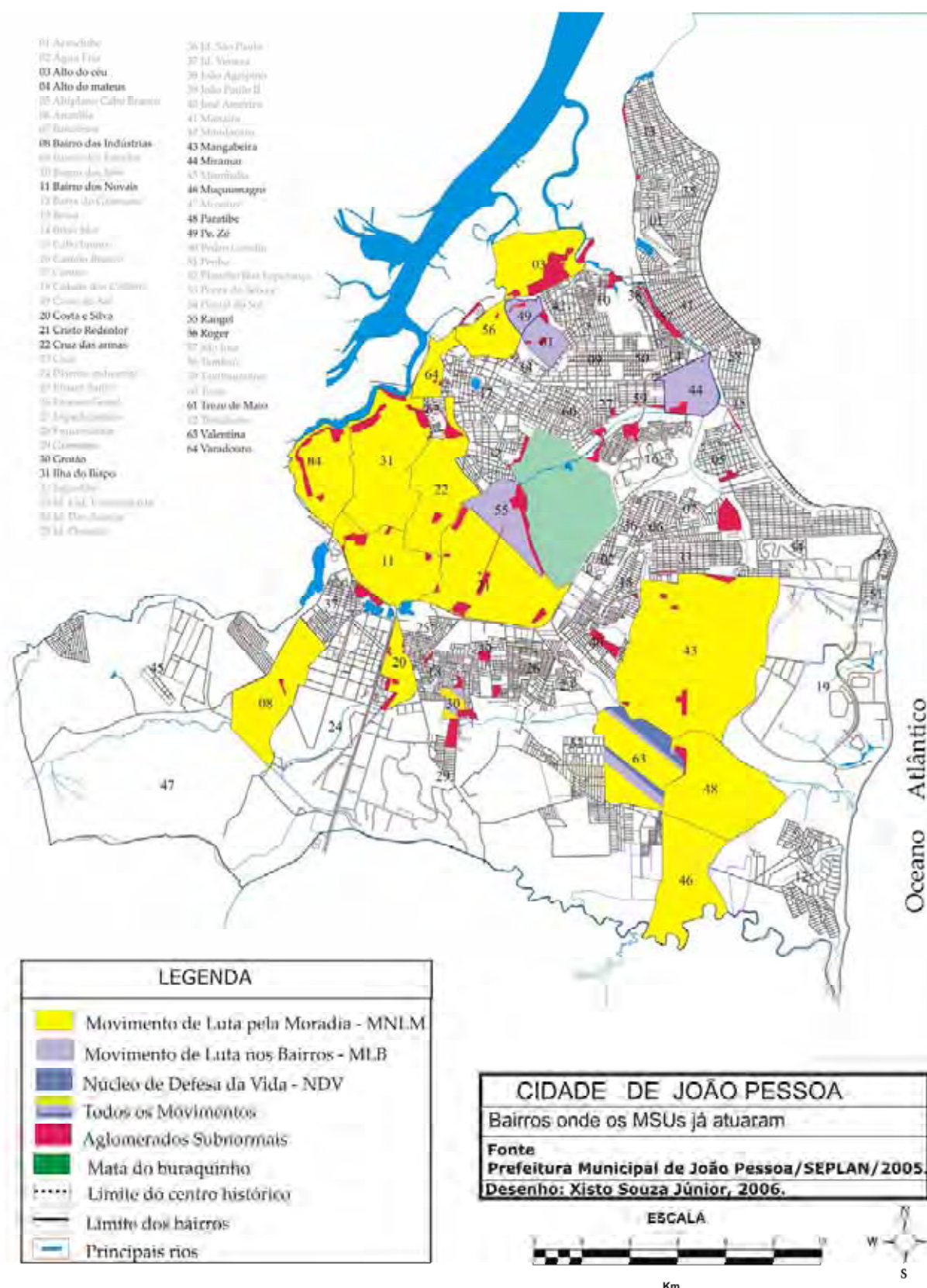
Com o apoio da Igreja Católica, firmando o fundamento bíblico do direito pela terra (posse por ocupação), tanto nos espaços rurais como nos espaços urbanos a formação de territórios e territorialidades se constituiu como a principal forma de conquista dos direitos humanos ofuscado pela repressão promovida durante a ditadura. No âmbito rural, a expressão geográfica desses atores sociais tem seus fundamentos na conquista de espaços para fins moradia e trabalho dando ao mesmo a função social de meio de produção. Já no espaço urbano essa expressão geografia se materializa na escala da moradia estando à função social associada à apropriação ou habitabilidade.

No caso de João Pessoa, assim como de outras cidades, além do interesse em contribuir com o fim da repressão militar a atuação da Pastoral da Terra no espaço urbano foi motivada pela existência de uma zona rural adjacente a esse espaço ou presença de hábitos e estilos de vida comuns ao espaço rural a exemplo da criação de animais de pequeno e médio porte soltos nos quintais e/ou nas ruas, em diversas localidades do ambiente urbano. Tais elementos ainda fazem parte do contexto da paisagem urbana da cidade de João Pessoa²⁹.

Assim, se por um lado o poder público, especialmente o municipal, demonstrou preocupações com o futuro da cidade, produzindo os primeiros planos de ordenamento urbano; por outro, apoiados pela CPT e CEBs, os segmentos emergentes da sociedade civil (associações, sindicatos, movimentos sociais, entre outros) desenvolveram estratégias de ocupação de terras em diversas localidades na cidade, especialmente as dos setores norte e oeste, resultando no adensamento dos bairros do Roger, Padre Zé, Mandacaru, Ipês, João Paulo II e São José (ao norte) e os bairros do Varadouro, Ilha do Bispo, Trinchiras e Jaguaribe (Oeste e centro). Dos 64 bairros na cidade, os MSUs relataram atuação em 19 (**Mapa 7**).

²⁹ Para um aprofundamento mais substancial, consultar Maia (1994).

MAPA 7



Durante a década de 1980, com o delineamento das políticas de desenvolvimento urbano houve um redirecionamento da expansão urbana assim como uma intensificação do processo de adensamento populacional o que provocou uma intensificação dos problemas sociais, especialmente no que diz respeito à habitabilidade: condições adequadas de infra-estrutura e equipamentos urbanos (JOÃO PESSOA, 1993).

A expansão urbana foi sendo redimensionada para os setores sul-sudoeste do município, através da ocupação das áreas dos atuais bairros do Varjão, Mangabeira (I a IV), Bancários, Jardim Cidade Universitária, Anatólia e Jardim São Paulo; além da ocupação e adensamento do bairro dos Estados, Ipês, Jardim Oceania, Aeroclube, Tambaú, Manaíra e Bessa, alvos dos agentes imobiliários e empreendedores que, a partir da década de 1990, motivados pelo crescimento do setor de turismo de praia e de negócios, deslocaram, para faixa litorânea os investimentos nos setores de comércio, serviços e habitação no sentido de atender a crescente demanda produzida pelo turismo assim como o interesse da população com melhor poder aquisitivo, fato justificado pela intensificação das verticalizações na orla marítima³⁰

Ao contrário do que tradicionalmente ocorria, João Pessoa passa a ter sua organização pautada não apenas em sua infra-estrutura urbana, mas também nas próprias funções socioespaciais. Tais funções são, em essência, complexas e contraditórias, sendo expressas em três realidades socioespaciais: a) um espaço urbano adensado; b) um espaço urbano suscetível à expansão; e c) espaços de resistências. Os espaços rurais que constituíam a realidade urbana de João Pessoa até meados da década de 1990 se tornam inexistentes para as fontes legais de

³⁰ Embora a orla marítima de João Pessoa esteja resguardada por uma legislação específica que inibe a especulação (PARAIBA, 2005), tem-se percebido um aumento da quantidade de edifícios acima de três andares, especialmente nos bairros localizados no litoral norte.

informações estatísticas (IBGE, Prefeitura Municipal, IDEME, etc.). Contudo, na prática, essa realidade ainda se faz presente através das chácaras, sítios, vacarias, ruas, campos abertos etc.

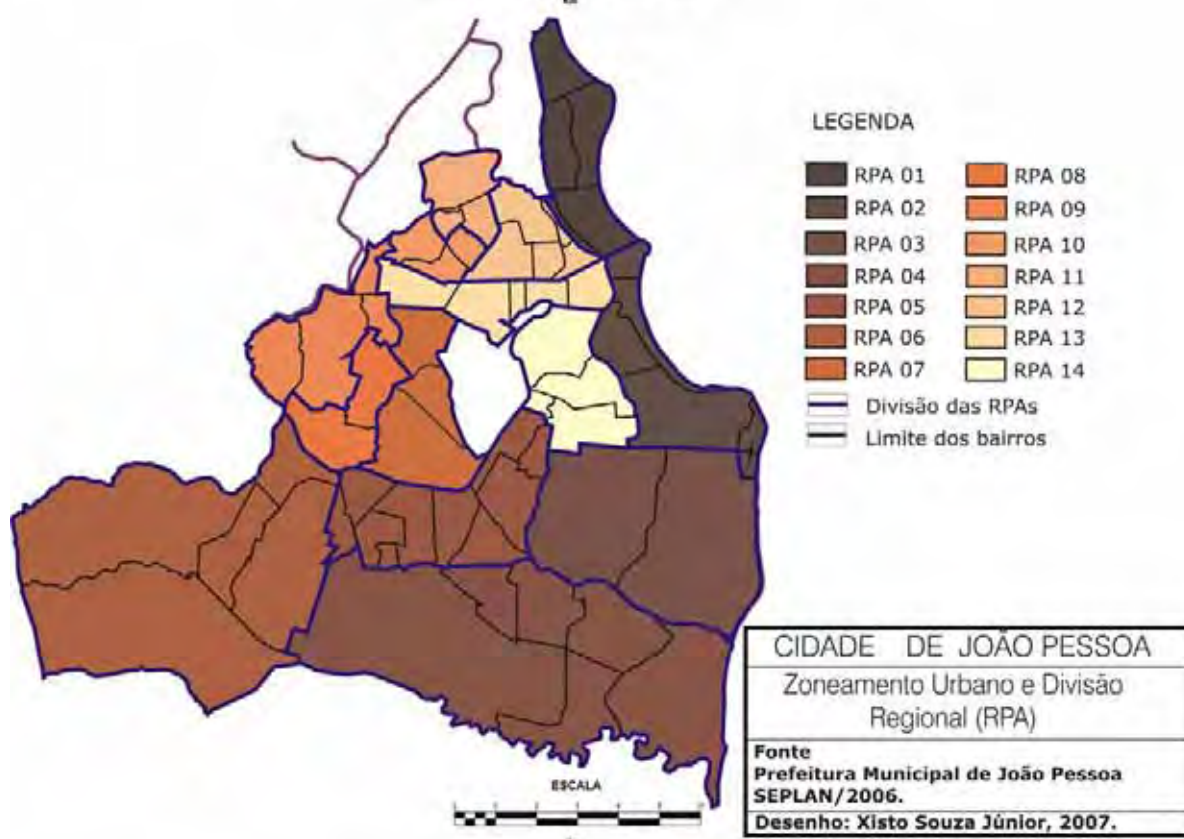
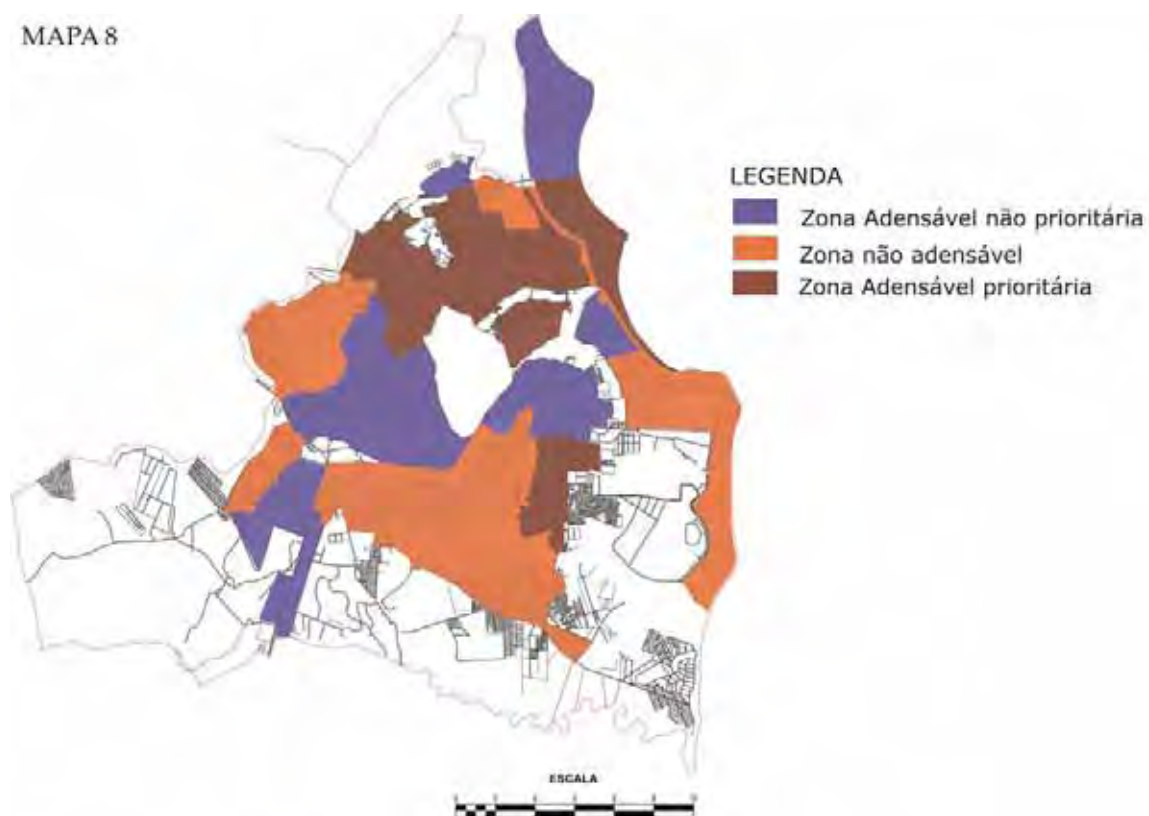
Sobre essa nova realidade territorial de João Pessoa do início da década de 1990, sobrepõe-se uma nova dinâmica socioespacial pautada em uma relação mais complexa entre os atores sociais em decorrência da própria dinâmica política, econômica e social. De fato, as conseqüências espaciais produzidas pelo impacto avassalador da globalização sobre o território resultou numa reconfiguração territorial da cidade de João Pessoa.

Se por um lado, a implementação de novos empreendimentos socioespaciais, a exemplo dos *shoppings centers* e a descentralização dos equipamentos urbanos, redefine as centralidades e ordenamento urbano. Por outro, a nova relação social e territorial de trabalho estimula a valorização dos fluxos sobre os fixos sendo, portanto, mais complexa e difusa, tendo a valorização da mobilidade como o elemento principal. Assim, as territorialidades passam a predominar sobre o interesse pela produção (controle) de territórios.

Retomando as bases das formulações de Milton Santos (1979) no que concerne à compreensão do espaço como produto de circuitos diferenciados da economia (superior e inferior), a década de 1990 representa uma maior complexidade na relação entre essas duas esferas a partir de transformações nas próprias estratégias de atuação dos atores sociais.

Assim, o ordenamento territorial passa a demandar políticas que possibilitassem a visualização das articulações entre esses circuitos e o impacto que a mesma produz na sociedade e no território. O ordenamento por zonas territoriais, característicos das décadas de 1970-1980, é substituído por novas regionalizações pautadas nas funcionalidades do espaço urbano (**Mapa 8**).

MAPA 8



A nova divisão espacial por regiões administrativas possibilitou ao poder público um maior controle sobre o ordenamento urbano uma vez que as ações públicas passaram a ser estruturadas com base nas demandas identificadas nas reuniões distritais. Esse tipo de gerenciamento favorece igualmente a participação popular a partir da criação da figura dos delegados que são escolhidos em Assembléia, indicados pela própria sociedade. Para os movimentos esse tipo de gestão se torna interessante na medida em que cria na população o hábito pelo debate público sobre o espaço urbano.

As ações de reforma do espaço urbano de João Pessoa evidenciadas nos últimos anos vêm se efetivando de duas formas: a) pelas intervenções propostas pelo poder público a partir da política de ordenamento urbano na qual os movimentos, assim como os demais atores sociais, são convidados a participar do processo de implementação; b) por ações espontâneas da população com o apoio dos próprios movimentos urbanos a partir de ocupações de terrenos ou de mobilizações para conquista dos direitos de cidadania representados na conquista do direito à moradia.

A produção do espaço urbano torna-se, portanto, complexa uma vez que de um lado representa a confirmação das políticas de desenvolvimento segundo as quais os espaços são preventivamente delimitados em termos de configuração territorial e uso funcional, e por outro, é um espaço produzido de forma espontânea, embora organizada uma vez que parte das estratégias e táticas de ação desenvolvidas pelos movimentos sociais urbanos que se expressam geograficamente a partir da realização de ocupações urbanas e construção de moradias.

Embora muitas vezes contraditória, essa expressão geográfica se materializa na conquista e produção de territórios tendo como parâmetro os próprios fundamentos regidos na Constituição Federal. Ao contrário de outros movimentos sociais (*hip hop*, MEL, UVAS, etc.), populares (APROS, APAN, GRUCON, SAMOPS,

etc.) e outras representações sociais que atuam também no espaço urbano (a exemplo da I.R.E, FDHMMA, CAIS etc.)³¹, os movimentos de luta por moradia produzem território e participam das redefinições socioespaciais do ordenamento urbano.

Desta forma, se por um lado a reforma constitucional propiciou o surgimento desses atores sociais (movimentos de luta por moradia) ao possibilitar uma aproximação entre a conquista de moradia como conquista do direito humano à qualidade de vida, por outro lado, a nova proposta de ordenamento urbano pautada na definição de regiões administrativas através da valorização do planejamento como principal característica da gestão democrática forneceu a esses atores uma maior mobilidade no espaço urbano no que se refere às estratégias e táticas de atuação.

³¹ Embora tenhamos colocado o significado de cada uma dessas siglas na lista de siglas, o momento demanda a discriminação de cada um: MEL (Movimento do Espírito Lilás); UVAS (União Voluntária de Apoio aos Soropositivos); APROS (Associação das Profissionais do Sexo da Paraíba); GRUCON (Grupo de Consciência Negra do Rangel); APAN (Associação Paraibana dos Amigos da Natureza); SAMOPS (Associação de Acessória aos Movimentos Populares); I.R.E (Instituto de Referência Étnica); FDHMMA (Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves); CAIS (Centro de Cidadania, Ações e Interações Solidárias).

CAPÍTULO 5

De quem e para quem é a cidade? a produção do espaço na perspectiva dos MSUs.

*“Nós estamos aqui meus amigos pra contar nossa missão,
É tanta gente sem casa que e de cortar coração,
E gritando em voz alta, queremos uma solução (...).
Nós queremos casas boas pra poder ter união,
com direito à saúde pra poder ser cidadão.
Nós queremos a limpeza como área de lazer,
que também somos humanos temos direito a viver.
Água, esgoto e energia, queremos com abundância.
Educação, rua calçada e também ter segurança.”*

*(Música cantada durante o VII Encontro do MNLM –
Itaipericica da Serra, São Paulo, 21 a 23 de maio de 2004))*

De um modo geral, os movimentos sociais que atuam no espaço urbano das cidades brasileiras são atores recentes, pois surgem, inicialmente, em concomitância com o processo de industrialização e urbanização difundido no país em meados do século XX, enquanto resultado do agravamento da crise no campo (luta pelo direito a terra) e do agravamento dos problemas urbanos provenientes da ausência de um planejamento capaz de atender a crescente demanda dos migrantes oriundos do campo ou de outras cidades que, situadas na periferia dos grandes centros urbanos, passam a se constituir como espaços estratégicos aos interesses dos grandes atores econômicos e políticos fomentadores do processo de modernização desses espaços.

Com o golpe militar os movimentos sociais sofreram uma retração em decorrência do novo papel que o poder público constituído passou a exercer: promotor do desenvolvimento regional e urbano, do ordenamento territorial e o controle espacial tanto no campo como na cidade passando, com isso, a atuar nas redefinições das fronteiras territoriais, reorientando os usos e funcionalidades do espaço a partir de uma interferência mais significativa nas diferentes escalas de ação.

No campo, o Estado, compreendido aqui na perspectiva de governo constituído, volta-se para a reprodução dos interesses dos grandes proprietários de terra (capital monopolista), intensificando os conflitos no espaço rural ao inibir as lutas populares pelo acesso à terra. Em novembro de 1964, ano em que eclode o golpe militar, é sancionada a primeira lei (4.504/64) de Reforma Agrária: o Estatuto da Terra.

A partir de verbas obtidas pelo Fundo Nacional de Reforma Agrária criado nessa mesma lei (Art. 27), o Estatuto passa a delinear as políticas de ordenamento territorial dos espaços rurais, propiciando as condições políticas, econômicas e sociais para o desenvolvimento agrário e a obtenção da reforma agrária.

O Estatuto da Terra foi concebido na intenção de propiciar garantias quanto à conquista da propriedade a partir de normas voltadas para exigir a função social da mesma (Artigo 12º.), propondo-se, assim, a promover mudanças significativas na estrutura fundiária do país a partir da valorização da ação de estatais que atuassem na escala regional como a Superintendências de Desenvolvimento (SUDENE, SPVEA, SUDOESTE etc.).

Na prática, no entanto, o Estatuto da Terra correspondeu a uma forma de controle das lutas sociais e conflitos de terra que eclodiram no espaço rural a partir da década de 1950 no sentido de coibir uma possível revolução dos trabalhadores no campo.

A real intencionalidade implícita no Estatuto é confirmada através da implementação, dois anos mais tarde, da Lei no. 4.947/66 que definem as normas do direito agrário, estabelecendo as desapropriações aos imóveis rurais³² concebidos como fundamentais aos projetos de desenvolvimento (parágrafo único do Art. 2º). Com a promulgação desta lei são criadas, de certa forma, as “condições” para difusão da figura dos grileiros através da autorização dos títulos de posse (Art. 3º.) a qual é oficializada pelo próprio Sistema Nacional de Cadastro Rural (CNIR).

A participação de outras escalas do poder público administrativo, a nível municipal e estadual, através do INCRA³³, denuncia o favorecimento da concessão aos grandes empreendedores em troca, principalmente, de favorecimentos políticos ou econômicos.

³² Conforme consta na própria Lei 4.504/64, em seu Artigo 4º, Inciso I, entenda-se por Imóvel Rural “o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada”.

³³ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária corresponde a uma autarquia federal criada pelo Decreto n.1.110/70 tendo como objetivo a promoção da Reforma Agrária, organização do cadastro de imóveis rurais e administração dos territórios da União (BRASIL, 2008).

Com isso, os homens e as mulheres que realmente dependiam da posse da terra para sobrevivência passaram a ter maiores dificuldades na conquista das mesmas em decorrência tanto da pressão política do governo militar e dos grandes proprietários de terra como da própria situação econômica vivenciada pelo país no início da década de 1970.

No âmbito político o Estado restringiu a possibilidade de ação conjunta por parte dos pequenos produtores, dificultando a ação desses não apenas no que se refere à conquista da terra, mas a sua própria manutenção. Por outro lado, a dependência de mantimentos associada à dependência pela concessão de terras por parte dos grandes produtores, além das adversidades físico-naturais, foram fatores responsáveis pela desarticulação dos homens e mulheres que habitavam no campo.

No que se refere à situação econômica, esta despontou em duas frentes contraditórias: se por um lado houve um aumento dos investimentos de empresas estrangeiras e do próprio Estado no desenvolvimento de políticas e ações de modernização do campo, especialmente no que se refere à implementação de novas técnicas; por outro, o impacto desse período favorável de crescimento econômico vivido pelo país não representou grandes benefícios aos trabalhadores e trabalhadoras do campo tanto no contexto social (ausência de avanços na qualificação profissional) como no econômico (melhoria da renda familiar).

As conseqüências desse último fator foram mais significativas uma vez que os rendimentos continuavam baixos e a maior parte dos lucros era cooptada pelos atravessadores e comerciantes, o que impossibilitou o exercício do direito posto pela Lei n. 6.383/76 que, entre outras medidas, estabelecia que os “ocupante[s] de terras públicas, que as tenha tornado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, [faria] jus à legitimação da posse de área contínua até 100 hectares” (Art. 29).

Já na cidade a atuação do Estado esteve voltada para o estímulo a produção de um espaço construído para melhoria das condições de habitabilidade da burguesia emergente, cada vez mais consolidada, em grande parte proveniente do campo, representada, principalmente, pelos médios e grandes empreendedores urbanos, agentes imobiliários, empresas da construção civil, entre outros cujo rendimento confere a conquista de alguns benefícios decorrentes do desenvolvimento urbano: moradia, acessibilidade, segurança, etc.

De fato, os investimentos na infra-estrutura urbana, proporcionado pelo Estado, e a locação de empreendimentos e equipamentos imobiliários, financiados pelo SFH/BNH, tornou secundário o atendimento das demandas provenientes das camadas mais pobres, as quais, sem outra alternativa, tiveram que se aglomerar em setores da cidade impróprios à moradia, normalmente em áreas de alagados, morros, zonas periféricas funcionalmente segregadas, vertentes de relevo, etc.

Tanto no campo como na cidade, o Brasil do final da década de 1960 se caracterizou pelas diversidades socioespaciais. No campo, a política agrária e os investimentos na tecnificação não foram capazes de absorver os pequenos produtores que, excluídos do direito legal de acesso a terra, foram submetidos às imposições dos grandes proprietários, fato que os levaram a adotar as seguintes atitudes: migrar para os centros urbanos, especialmente os das grandes cidades, com o objetivo de serem inseridos como mão-de-obra para os parques industriais em difusão; ou ficar no campo se organizando em grupos e lutando pela conquista da terra, formando, assim, as condições básicas para a formação dos movimentos rurais de luta pela terra e reforma agrária. Na cidade, as políticas de urbanização desenvolvidas pelo Estado e pelos grandes empreendedores foram insuficientes para absorver o excedente populacional oriundo do campo, resultando na formulação de grandes aglomerados subnormais e, com eles, movimentos populares voltados para lutar pelo direito à cidade.

Nesse ínterim, o processo de urbanização foi adquirindo claras conotações espoliativas. O Estado, preocupado em consolidar as atividades produtivas, omite-se da provisão das necessidades mais imediatas da grande maioria da população (...). No entanto, como não era isso que acontecia na prática, o reforço recebido pelos movimentos sociais urbanos representava, de fato, um agravamento do antagonismo entre as massas e o Estado (JACOBI, 1983, p. 147).

A partir da década de 1970 os novos arranjos na conjuntura política e econômica mundial produziram um impacto significativo nas estratégias do Estado quanto ao controle e desenvolvimento urbano e regional.

No campo, a industrialização “padroniza” os espaços a partir da expansão e implementação das técnicas de produção agroindustriais (produção tecnicista) representadas pela criação de pólos específicos de desenvolvimento, reestruturando as configurações sócioterritoriais especialmente das regiões centro-oeste, norte e nordeste. Em contrapartida, expropriados do acesso a esta nova configuração territorial, os grupos de pequenos proprietários e posseiros, sujeitos as imposições postas pelos grandes produtores ou, ainda, agricultores desempregados em decorrência do avanço da tecnificação do campo, iniciaram um processo de reivindicação pelo direito a terra. A ação desses novos atores sociais resultou na formação de um dos maiores movimentos sociais de luta pela reforma agrária no Brasil: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o qual, atualmente (2008) organizado em 23 estados do território nacional e tem como bandeira de luta o combate ao descaso do Estado para com os homens e mulheres do campo, na busca pela tão sonhada reforma agrária.

Na cidade, as mobilizações resultaram na organização de movimentos sociais e populares voltados para reivindicação de conquistas e direitos sociais, resultando na formação de diversos tipos de mobilizações: movimentos de gênero, feminista, ambientais, moradores da favela, pelo custo de vida, loteamentos clandestinos, além das associações de moradores, amigos de bairro e federações

comunitárias, entre outros. Tais mobilizações eclodiram especialmente nos grandes centros citadinos a partir da década de 1970³⁴.

Esses movimentos (sociais e populares) eclodiram em formas de organizações comunitárias e organizações coletivas, regulamentadas ou não, em combate a opressão, especialmente após a promulgação do Ato Institucional número 5 (AI-5)³⁵. Se por um lado esse ato representou o ápice de opressão do Estado (militar) sobre a sociedade, ao coibir articulações públicas; por outro fez com que as mobilizações se tornassem mais estratégicas e menos espontâneas.

O AI-5 ratifica também o papel que a igreja já vinha exercendo no que se refere a posição de estímulo a criação de mobilização populares através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as pastorais sociais, especialmente a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que surgiu na metade da década de 1970 e, desde então, tem prestado um assistencialismo não apenas aos trabalhadores do campo, mas igualmente aos moradores da cidade (população mais carente) uma vez que a maioria era proveniente do campo.

As características repressivas do regime nos anos que se seguiram ao AI-5 geraram um esvaziamento muito significativo das SABs, que perderam o seu caráter de defesa dos interesses do bairro. Foi nesse período que a Igreja, a partir das Comunidades Eclesiais de Base e outros agentes pastorais, passam a desenvolver um trabalho que se

³⁴ Dos diversos movimentos existentes nesse período, o movimento dos sem teto e de luta por moradia destacam-se por se expressarem geograficamente ao produzirem territórios decorrentes da luta por melhoria das condições de moradia da população economicamente menos favorecida. Entre os dois, os movimentos de luta por moradia exercem uma maior influência no ordenamento urbano ao desenvolver práticas sócio-territoriais voltadas para conquista da justiça social. Já os movimentos dos sem teto, em especial o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), tem expressões pontuais (conquista do território-residência) não possuindo, portanto, uma influencia maior no contexto de ordenamento espacial (transporte, segurança, lazer, etc.).

³⁵ Editado na gestão do presidente Arthur da Costa e Silva (1967-1969), o AI-5 ficou conhecido como o mais cruel dos Atos Institucionais criados pelo regime militar. O AI-5 permaneceu em vigor por uma década (1968-1978). Além de revogar os dispositivos constitucionais de 1967, inibiu a formação de muitos movimentos (populares e sociais) ao coibir mobilizações públicas com expressões políticas, gerando com isso descontentamentos por parte da população que se sentia excluída de ações efetivas para inclusão social.

torna praticamente a única alternativa de participação das classes populares a nível dos problemas de bairro. O trabalho das CEBs valoriza, intensamente a participação do morador na vida da comunidade e seu envolvimento nos movimentos reivindicatórios urbanos. A partir das CEBs, a Igreja amplia sua participação através de Clubes de Mães, das Pastorais Operária, da Periferia, da Juventude, do Trabalho e dos Direitos Humanos. Esses setores iniciam no começo da década de 1970 um trabalho que se torna praticamente a única alternativa de participação das classes populares nos seus locais de moradia (JACOBI, 1983, p. 149).

Na década de 1980 o processo de redemocratização do país trouxe o surgimento de novos movimentos e ativismos urbanos voltados para a luta contra o descaso histórico das políticas públicas urbanas e o fim das desigualdades sociais. Os principais argumentos estiveram relacionados ao fato de que a situação de sobrevivência no espaço urbano tinha chegado ao nível da insustentabilidade sendo necessária uma contra-ofensiva por parte da sociedade no sentido de se obter uma reforma urbana.

Entre esses novos movimentos sociais destacaram-se àqueles envolvidos com a luta pelas melhorias dos serviços urbanos e habitação. Em suas diferentes frentes de ação, tais movimentos passaram a se preocupar com a construção de uma identidade política, a qual esteve reproduzida por uma postura de autonomia frente ao Estado de forma a expressar as demandas populares e sociais. Esta posição esteve direcionada a substituição da manipulação e cooptação política, características do associativismo, sindicalismo ou pelo simples vínculo a interesses partidários, por uma ação mais espontânea e consciente que representassem o real interesse da coletividade.

O momento conjuntural no qual esses movimentos são originados (luta pela redemocratização do país, a mobilização pelas diretas-já; e o movimento político pela reforma constitucional no final da década de 1980), influenciou a formação ideológica desses movimentos ao contribuir para a criação da identidade comum entre os mesmos: luta pela reforma urbana e conquista do direito social à moradia a

partir da implementação de políticas públicas de desenvolvimento urbano. Esse momento coincide com a difusão, no campo, dos movimentos de luta pela reforma agrária, os quais passam a assumir uma posição de referência para a atuação dos movimentos sociais urbanos.

O fim da década de 1980 foi marcado por mudanças significativas nas formas de mobilização e na própria forma dos movimentos exercerem suas ações. O discurso ideológico, pautado na luta por demandas pontuais cede lugar a uma necessidade de desenvolvimento de uma ação mais prática, articulada e não mais dependente do poder público.

Por sua vez, vários movimentos (étnicos, gênero, etc.) que surgiram nos anos de 1960-70, são cooptados por instituições não-governamentais. Com isso, vão perdendo paulatinamente o seu caráter de movimento social ao comprometerem sua autonomia e identidade. Outros, como o movimento dos favelados e movimentos de bairro, são cooptados pelo poder público através dos seus líderes, se transformando em movimentos de cunho político-partidário ou são institucionalizados, perdendo igualmente o caráter de movimento social ao criarem estatutos e normas de atuação, deixando de lutar por causas de interesse coletivo.

Durante a década de 1990 os movimentos sociais que atuaram na cidade entraram numa verdadeira crise de existência, em especial pelo fato de que a reforma constitucional passou a garantir direitos antes negados, a exemplo do direito à saúde, educação, igualdade social, etc. Tais reivindicações se configuraram como as bandeiras de luta que motivaram o surgimento desses movimentos, o que leva a muitos pesquisadores, políticos e militantes a cogitarem um possível fim dos movimentos atuantes no espaço urbano. O quadro se modifica na medida em que os movimentos do campo, comandados pelo MST, reestruturam seus objetivos de luta ao se interessarem pela conquista do direito à terra, amparados pelas mudanças na reforma constitucional. Tais movimentos passam a observar à cidade como um dos

pontos estratégicos para realizar as mobilizações e reivindicações tendo em vista a alta concentração populacional e o impacto que as ações geram sobre o cotidiano urbano. Assim, passam a estimular a consolidação de movimentos dos sem teto no sentido de fortalecer as mobilizações e conseguir resultados mais eficientes.

Os discursos passaram a ser não apenas de cunho social e político, mas, e principalmente, ideológico ao serem direcionados ao questionamento da posição do governo federal frente à economia-mundo e a “venda do Brasil” para os grandes atores hegemônicos, deixando em segundo plano a dívida histórica contraída com os trabalhadores tanto do campo (reforma agrária) como da cidade (reforma urbana).

Guiados pela conquista dessas duas reformas, os movimentos sociais investiram no apoio ao Partido dos Trabalhadores, de forma mais específica a figura de Luiz Inácio Lula da Silva, como a promessa de mudança. Naturalmente, como é do conhecimento comum, o governo de Lula gerou uma série de decepções para os movimentos sociais que se sentiram enganados por não terem atendidas, com a rapidez esperada, as demandas exigidas, além de terem que conviver com o constante risco de cooptação e perda de autonomia decorrentes da implementação de políticas participativas contextualizadas em um discurso democrático-popular, tanto a nível federal como na escala municipal, mas que continuavam sem possibilitar o espaço necessário para que os movimentos atuassem de forma mais efetiva.

Nós elegemos um governo que chamamos nosso. Portanto, esse governo não é um governo de todos. Se fosse um governo de todos teria 100% dos votos de todo o Brasil. Esse é o governo dos trabalhadores. Das excluídas e excluídos desse país. Então, o papel do nosso movimento é reafirmar a sua independência mesmo diante do governo que nós elegemos (...). Nós não elegemos vocês para cumprir com os contratos do governo do neoliberalismo que o FHC fez. Nós elegemos você, governo Lula, para cumprir com a história e com a esperança que nós construímos ombro a ombro contigo. Ou tu ta do nosso lado como sempre teve ou tu ta contra nós. Nós não somos oposição ao governo Lula. Nós somos afirmação da vida.

(Depoimento do Coordenador do MNLM durante o VII Encontro Nacional do MNLM. Itaipicirica da Serra – SP, de 21 a 23 de maio de 2004. DVD/ Acervo do MNLM-PB.

Por outro lado, os eventos (políticos, econômicos e sociais) que ocorreram na década de 1990 propiciaram uma reformulação na forma de atuação dos movimentos, possibilitando uma rearticulação nas suas estratégias de atuação. Se por um lado questões como as melhorias na política educacional, de saúde, de transporte, etc., influenciaram na desestruturação de muitos movimentos; por outro, o fracasso da política habitacional e a incapacidade de promover a reforma urbana foram elementos que fortaleceram movimentos que já existiam desde a década de 1980, a exemplo do Movimento de Luta por Moradia (MLM), transformado depois em Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM) e do Movimento de Bairros.

Tais movimentos influenciaram na consolidação de outros, como por exemplo, o dos sem teto (reivindicando habitação), além de diversos movimentos culturais que se difundiram nos guetos urbanos, a exemplo do *Rap*, *Hip Hop* (SP), *afroreggae* (BA), *Manguebeat* (PE), os quais, ao contrário de movimentos anteriores, que surgiram durante a ditadura militar, a exemplo do tropicalismo e movimentos ecológicos que possuem uma expressão espacial ao produzirem territorialidades e gerarem conflitos de poder.

A intencionalidade emerge como um importante elemento diferenciador da atuação dos movimentos que se originaram antes da redemocratização para aqueles que surgiram após a redemocratização. Os primeiros tiveram como expressão de suas intencionalidades as relações sociais representadas na luta pelo fim da desigualdade social (direitos iguais entre as classes sociais), o que explica a larga produção dos sociólogos acerca do surgimento e difusão desses atores entre as décadas de 1970-80. Já os movimentos que emergiram no período posterior a redemocratização, têm o espaço como expressão de suas intencionalidades, sendo que alguns aprofundam essa experiência no espaço ao produzem território, como é o caso dos movimentos de luta por moradia. Esse tipo de intencionalidade ratifica bem a relevância da análise geográfica da atuação desses atores sociais urbanos.

Para John Searle (2002) a intencionalidade é a “propriedade de muitos estados e eventos mentais pela qual estes são dirigidos para, ou acerca de, objetos e estados de coisas no mundo” (SEARLE, 2002, p. 01). Nesse contexto, expressões como crenças, temores, esperanças e desejos se configuram como indicativos de intencionalidades uma vez que se caracterizam como fenômenos que representam uma determinada coisa ou objeto (AUDI, 2006) sendo, portanto, o resultado da mente de forma a obter uma satisfação. Para Searle (2002, p. 18) “[t]odo estado Intencional com uma direção de ajuste é uma representação de suas condições de satisfação”.

Adotando como verdadeira a premissa da intencionalidade como representação da satisfação, todo o sujeito coletivo tem a intencionalidade como o principal fundamento de sua identidade. Se considerarmos a própria concepção de Searle (2002) que exemplificou a crença, o desejo e a intenção como expressões da intencionalidade, alguns movimentos (étnicos, gênero, ecológico etc.) associam-na a uma melhoria social (a relação entre as classes sociais) enquanto outros (MTST, MNLM, MLB etc.), observam-na como instrumento de obtenção de melhorias nas condições espaciais.

O primeiro caso corresponde à atuação de movimentos que têm como intencionalidade o *desejo* de obter melhores condições de vida; a *crença* de que isso só é possível com base em ações revolucionárias a partir da *intenção* de modificar a própria estrutura social uma vez que esta reproduziria todos os embates sociais. Já o segundo caso corresponde a movimentos que têm como intencionalidade: o *desejo* de que todos tenham uma moradia seja no sentido restrito (conquista de um teto) seja no sentido amplo (condições de habitabilidade); a *crença* de que isso é possível a partir de ações organizadas de ocupação no sentido (intenção) de conseguir a reforma urbana (justiça social e qualidade de vida).

Existe, nesse contexto, uma relação intrínseca entre intencionalidade e ação uma vez que a primeira se complementa na materialização da segunda que, por sua vez, só tem sentido de existência quando da presença da primeira (antes ou durante). A crença na existência da ocupação, por exemplo, só se concretiza quando da presença do ato de ocupar. Caso contrário, limita-se a uma pretensão. Por sua vez, o ato de ocupar existe se concebido como resultante de uma intencionalidade que o alimenta como é o caso do desejo de se conquistar uma moradia, o qual pode ser anterior (fomentador) ou simultâneo (motivador).

Precisamos, antes de mais nada, distinguir as intenções que são formadas antes das ações e as que o não são (...). Há pelo menos dois modos de se deixar mais clara a distinção entre uma intenção na ação e uma intenção prévia. A primeira (...) é observar que muitas das ações que realizamos são realizadas espontaneamente, sem que formemos, consciente ou inconscientemente, nenhuma intenção prévia de fazermos tais coisas (SEARLE, 2002, p. 118).

e ainda

Todas as ações intencionais têm intenções na ação, mas nem todas têm intenções prévias. Posso fazer algo intencionalmente sem ter formado uma intenção prévia de o fazer e posso ter uma intenção prévia de fazer algo e todavia não fazer nada no sentido dessa intenção (SEARLE, 2002, p. 119).

Entre os movimentos sociais cuja intencionalidade está pautada na relação socioespacial, existem aqueles que vão ainda mais além ao demonstrarem interesses com a produção do espaço a partir da apropriação e produção de territórios (conquista da moradia e influência no ordenamento urbano). Para isso, reestruturaram suas formas de atuação ao se articularem em diferentes escalas. Assim, a intencionalidade (expressa nos fundamentos políticos, econômicos e ideológicos) é igualmente multi-escalar e a influência nas transformações no espaço onde atuam, produzindo os tais territórios, se configura como a principal expressão geográfica desses atores sociais decorrente da necessidade de se conquistar melhorias na própria infra-estrutura urbana.

Ao produzirem território (espaço) esses movimentos sociais materializam suas intencionalidades dando a estas uma condição dialética uma vez que ao mesmo tempo em que assumem uma posição de representação e satisfação ao ocuparem o espaço, existe uma realimentação a partir do surgimento de outras intencionalidades pautadas em um interesse coletivo pela reforma urbana.

5.1 Os movimentos sociais urbanos de João Pessoa

A partir do critério de classificação de movimentos sociais urbanos enquanto ator social que participa diretamente da produção do espaço urbano ou que interfere diretamente no ordenamento urbano da cidade foram classificados em João Pessoa quatro movimentos como urbanos: O Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM); A Central de Movimentos Populares (CMP); o Movimento de Luta nos Bairros e Favelas (MLB) e; o Núcleo de Defesa da Vida (NDV). Os três primeiros por estarem envolvidos com o debate sobre a produção do espaço urbano através da luta pela conquista da moradia e o último sobre a questão da mobilidade urbana.

De acordo com as informações coletadas durante a atividade de campo e análise das entrevistas, apenas o MNLM possui uma estrutura organizacional capaz de lhe proporcionar um papel decisivo no debate sobre a produção do espaço urbano: seja em decorrência da forma de atuação; seja por conta da influência política, social e ideológica que vem exercendo nesses últimos anos. Já a CMP vive um conflito interno sobre a sua função social sendo dividida entre os que defendem a atuação exclusiva enquanto articuladora dos movimentos sociais e os que defendem a importância das atividades desempenhada junto às comunidades, exercendo o papel de movimentos sociais urbanos. O MLB possui pouca expressividade espacial uma vez que limita sua ação a setores bem delimitados na cidade. O NDV, além de

possuir pouca expressividade, ainda tem o agravante de estar institucionalizado enquanto ONG. Contudo, a função social que desempenha, conforme será evidenciado mais adiante, evidencia características de movimento social.

Todos desenvolvem suas atividades acompanhando diretamente a atuação do poder público, especialmente no que diz respeito à elaboração de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população: moradia, segurança, educação, transporte etc. Embora boa parte dos membros que estão na coordenação não serem naturais da cidade, todos demonstraram envolvimento com as questões urbanas de João Pessoa e o conseqüente interesse pela participação no movimento social.

As ações são decorrentes tanto de iniciativas dos movimentos, através de decisão coletiva como por iniciativa popular, além da promoção de acessória junto a outras organizações e entidades voltadas para a promoção do bem comum. Dos quatro movimentos, apenas o NDV não possui sede própria, fato de que dificulta a realização de uma ação mais efetiva.

O reconhecimento da atuação dos movimentos na elaboração do diagnóstico acerca da situação de habitabilidade da população mais carente ficou evidenciado através de um relatório, feito pela Comissão Nacional pelo Direito à Moradia adequada e à Terra Urbana³⁶, em maio de 2004, sobre as condições de moradia das comunidades pobres de João Pessoa (SAULE JUNIOR; CARDOSO; GIOVANNETTI, 2005).

Além de ONGs, associações, sindicatos e movimentos sociais de gênero e ambiental, a comissão teve um apoio substancial do MNLM, CMP e NDV uma vez que as localidades selecionadas para ser realizado o diagnóstico correspondem a

³⁶ A Comissão foi composta por pesquisadores da área de direito urbanístico e teve por objetivo realizar um relato sobre os desrespeitos sociais, econômicos e culturais de comunidades pobres.

áreas que direta ou indiretamente receberam o apoio dos movimentos: Condomínios Liberdade, Independência I e II e Amizade (no bairro Valentina Figueiredo), a favela Novo Horizonte (no Cristo Redentor), o Assentamento Jorge Luiz (no Valentina Figueiredo), o acampamento Patrícia Thomaz (em Mangabeira) e o acampamento 5 de junho (no Alto do Mateus).

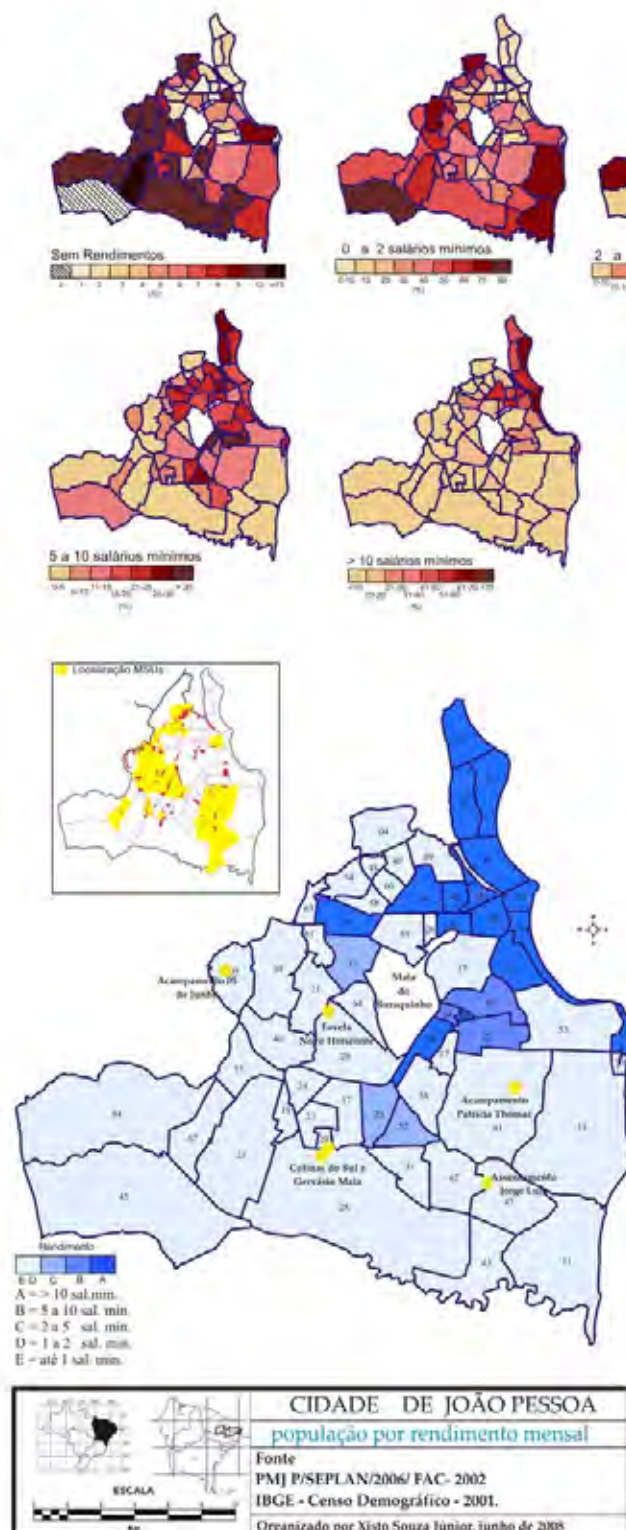
Além de problemas relacionados à falta de infra-estrutura as ocupações têm em comum a insegurança quanto à conquista do direito de posse, uma vez que a população ainda não possui a documentação legal que garanta tal direito, assim como o acesso a serviços básicos como água e energia. Assim, o acompanhamento vai desde o início da ocupação até a conquista legal do território (SAULE JUNIOR; CARDOSO; GIOVANNETTI, 2005).

O problema é ainda maior pelo fato das ocupações terem sido realizadas em locais afastados do centro da cidade no qual se concentram a população com menor rendimento por domicílios particulares permanentes no qual predominam moradores das classes sociais D e E (**Mapa 9**).

Localizada no bairro do Cristo Redentor, às margens do Rio Jaguaribe, a favela Novo Horizonte existe a mais de 21 anos sendo composta por mais de 600 unidades habitacionais. A comunidade vem recebendo assistência tanto do MNLM como do CMP e MLB.

Apoiados nos artigos 9 e 14 da Lei Federal no. 10.257/01 eles vêm orientando a comunidade no sentido de conquistar o direito fundiário pelo uso Capião uma vez que as ações de urbanização da localidade estão condicionadas a legalização da mesma junto ao poder público. A ocupação é composta por pessoas com baixo rendimento que sobrevivem da coleta de lixo, construção civil ou atividades doméstica.

MAPA 9



O mapeamento da distribuição do rendimento por domicílios permanentes da cidade de João Pessoa, elaborado a partir das informações do IBGE - banco de dados SIDRA -, comparado com o mapa dos locais de atuação dos movimentos sociais urbanos anuentes na cidade, possibilita observar que a cidade está fragmentada em termos de distribuição de residência por condições de rendimento. As práticas sócio-territoriais dos MSUs estão diretamente relacionadas ao local de concentração da população e onde estão localizadas as principais aglomerações subnormais,

Domicílios particulares permanentes - 2000

População urbana por rendimento nominal mensal do responsável pelo domicílio

População Urbana	Rendimentos segundo salário mínimo					DPP Total	Pop. Urb. Total	
	N. total	0 a 2	> 1 a 2	> 2 a 5	> 5 a 10			
João Pessoa	13149	31465	31425	33325	21417	20102	131465	894 792
01. Aroeira	30	20	57	194	321	543	1165	4057
02. Água Fria	28	39	101	348	360	132	1003	3669
03. Alameda Cabo Branco	62	116	145	179	220	218	992	6151
04. Alto do Caju	771	1357	1019	521	94	28	3021	14187
05. Alto do Mangue	417	1141	1122	893	284	47	3978	16888
06. Atalaia	30	4	14	66	90	107	291	1126
07. Bairro dos Indígenas	228	481	404	432	144	49	1828	7733
08. Bairro dos Estados	21	49	67	188	378	24	719	8478
09. Bairro dos Iguais	106	192	430	499	695	599	2601	10175
10. Banguê	117	113	405	499	621	391	2351	10167
11. Bairro de Gramma	6	32	32	3	4	5	78	357
12. Bessa	37	49	160	269	302	848	1913	7131
13. Brumad	19	19	34	142	263	634	1099	4148
14. Cabo Branco	54	61	96	147	276	997	1576	5439
15. Camaleão Branco	140	346	527	710	543	140	2546	11258
16. Centro	55	142	193	345	330	353	1478	4998
17. Cidade dos Colibris	18	110	133	93	36	27	439	1862
18. Costa do Sol	12	59	52	27	3	4	151	909
19. Costa e Silva	164	455	517	475	197	25	1835	7716
20. Cruz Vermelha	56	237	1693	1748	1336	496	9164	37579
21. Cruz das Armas	789	3093	1574	1396	523	186	6551	25994
22. Cuiabá	52	83	124	305	248	95	801	3414
23. Distrito Industrial	129	279	218	79	11	7	725	3284
24. Ezequiel de Almeida	186	428	578	680	213	46	2139	8447
25. Jardim Guará	136	324	571	1218	739	189	3199	12699
26. Expediente	45	146	114	161	210	737	913	3384
27. Figueiredo	435	735	976	1269	157	116	4008	16222
28. Gramma	162	387	506	467	67	17	1534	6288
29. Grão	174	491	453	238	40	3	1391	3794
30. Ilha de Itaipu	174	626	396	215	23	9	1443	6026
31. Jaguaribe	97	519	578	1051	947	603	3885	14568
32. Jd. Cal. Urubim	42	176	306	497	1028	776	3188	11168
33. Jd. Decaia	47	24	67	228	299	1707	2698	10015
34. Jd. São Paulo	59	36	74	183	265	263	809	2343
35. Jd. Vitoria	267	851	919	734	108	23	3022	12494
36. Jd. Agreste	16	27	39	88	89	91	323	1306
37. Jd. São Paulo II	328	623	616	565	179	36	2402	9912
38. Jd. Azeite	240	439	518	654	283	98	2248	8778
39. Manteiga	122	146	304	441	1069	3007	5117	10269
40. Mandacaru	289	911	980	711	224	118	3284	12778
41. Mangabeira	1107	2534	4356	6695	2271	484	17759	67190
42. Mirim	221	184	173	198	269	751	1779	6696
43. Mucambo	173	416	321	227	89	6	1182	4082
44. Mumburá	13	18	34	29	2	4	100	463
45. Muro	9	2	3	9	3	9	7	18
46. Olinda	844	2580	2051	1625	447	131	7938	31829
47. Paraíba	295	871	613	493	40	14	2128	3843
48. Pádua Zé	107	623	495	309	44	17	1638	7051
49. Pádua Godinho	49	72	34	108	224	568	701	2739
50. Pádua	21	48	51	28	42	5	170	773
51. Pádua de São Expedito	98	380	229	259	79	29	865	3136
52. Pádua de São	2	4	10	10	24	48	100	383
53. Pádua do Sol	40	138	140	68	35	38	344	1878
54. Rapos	166	567	442	582	754	114	3470	10215
55. São José	189	783	805	232	27	1	2059	7921
56. Tábua	39	66	86	212	343	1127	1873	6782
57. Tábua	17	33	67	143	293	881	1146	4466
58. Tábua	21	38	94	150	141	186	588	2172
59. Tábua	253	787	812	1060	899	696	4499	17184
60. Tábua de Muro	101	299	299	429	452	396	1973	7830
61. Tábua	197	756	596	453	175	66	2243	8765
62. Tábua	412	846	1168	1979	910	185	5518	22303
63. Tábua	38	359	272	238	91	28	1192	4123
64. Tábua	496	1729	1189	954	773	101	4709	19112

Fonte: IBGE - Censo demográfico, 2000 - Banco de Dados Agregados - SIDRA (tabela 1474) - www.ibge.gov.br

Banco de dados disponível em: <http://www.ibge.gov.br> - acesso em fevereiro de 2008.

O apoio dos movimentos está relacionado a luta pela conquista do direito jurídico à posse do terreno (direito de propriedade) e condições de habitabilidade (infra-estrutura e equipamentos urbanos suficientes para atender as necessidades da população) uma vez que as residências foram construídas pelos próprios moradores com uso de materiais impróprios e de baixa qualidade e a comunidade não dispõe de saneamento básico e serviços básicos como creches, posto de saúde, etc. O problema se agravou devido a dificuldade de acessibilidade decorrente da falta de transporte urbano, especialmente durante o período de chuva. Esse diagnóstico foi realizado pelo MNLM, transformado em projeto e depois encaminhado à prefeitura que, por não ter interesse com a urbanização desta localidade, ignorou o mesmo desconsiderando o interesse popular em permanecer no local.

Nós que aqui moramos queremos que as autoridades enxerguem a nossa comunidade que já existe há 17 anos e até agora não foi feito nenhum benefício. Nós queremos que façam esses benefícios sem nos tirar de nossas casas, pois já temos uma vida nessa área, queremos benefícios sim, mas queremos continuar aqui em Novo Horizonte. (Depoimento de um morador da localidade em carta entregue à Comissão Nacional pelo Direito In SAULE JÚNIOR; CARDOSO; GIOVANNETTI, 2005, p.24).

Localizado no Bairro do Valentina Figueiredo, o acampamento Jorge Luiz (2002) foi outro acontecimento importante evidenciado pela Comissão Nacional pelo do Direito à Moradia, o qual contou com a colaboração direta do Movimento Nacional de Luta por Moradia, da Central dos Movimentos Populares e do Núcleo de Defesa da Vida.

De acordo com a coordenação do MNLM o acampamento foi produto de uma ação planejada pelo movimento que atuou na realização da ocupação e no acompanhamento da negociação junto à prefeitura e ao Ministério Público para obtenção da legalização do terreno ocupado (**Foto 4, 5 e 6**).



Antes de coordenar as ocupações os membros do movimento realizam reuniões internas e com membros da comunidade (foto 4) no sentido de planejar o melhor momento para realização da ocupação. São também realizadas reuniões no próprio local de ocupação (foto 5) para montagem da estratégia de permanência. A ocupação é realizada com a participação direta dos membros das famílias (foto 6).

Fonte: Acervo do MNLM (2002 – 2004).



Os coordenadores do MNLM entendem esta experiência como um exemplo da capacidade dos MSUs em conseguir moradia para os mais pobres a partir da ocupação e resistência tanto por parte das investidas da prefeitura em querer retirar as pessoas da ocupação como por parte da própria população do bairro que demonstrou resistência à ocupação. Esta resistência ficou expressa na dificuldade de aceitar os ocupantes no atendimento dos serviços básicos de saúde.

Após seis anos de ocupação e de muita luta e diálogo entre a prefeitura e ocupantes, o MNLM passou a negociar um acordo com a prefeitura para transferência da comunidade para o Condomínio Residencial Gervásio Maia que na ocasião estava sendo construindo no Colinas do Sul, bairro do Grotão, através do projeto “operação mudança de vida”, o qual teve por objetivo promover a

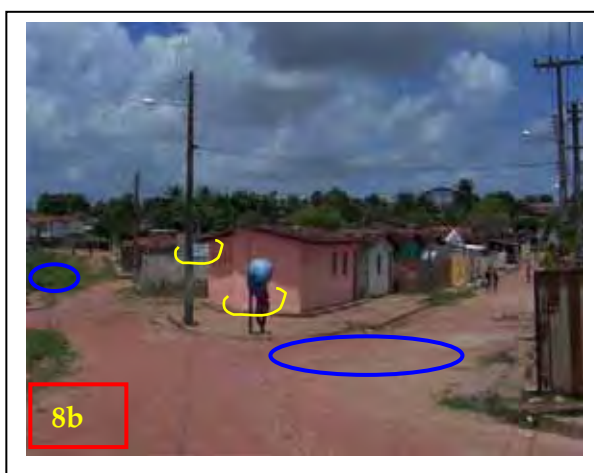
transferência das famílias para esta localidade, especialmente as que residiam em acampamentos³⁷.

Outra comunidade que recebeu à visita da Comissão Nacional pelo Direito à Moradia e à Terra Urbana foi o Conjunto 5 de junho que se originou a partir de uma ação planejada realizada em 1998, pelo Movimento Nacional de Luta por Moradia em parceria com a Central de Movimentos Populares.

Ao todo foram assentadas 101 famílias que ocuparam e resistiram na localidade morando em lonas durante muito tempo (**Foto 7**) até o reconhecimento por parte da prefeitura e garantia do direito à moradia após diversas reuniões realizadas junto à prefeitura e Ministério Público. Atualmente a comunidade conta com residências de alvenaria e com serviços de infra-estrutura básica: abastecimento d'água, energia, transporte, etc. (**Foto 7 e 8**).

A localização geográfica é uma condição diferencial no conjunto 5 de junho uma vez que a proximidade com o centro urbano da cidade e a disponibilidade de transporte e serviços básicos permitiu aos moradores dar continuidade as atividades que desempenhavam antes de realizarem a ocupação, fato que não ocorreu, por exemplo, com a população transferida para o condomínio residencial Colinas do Sul, entregue em 2007 pela prefeitura municipal, cuja distância do centro da cidade se apresenta como um problema em decorrência das poucas opções de transporte público, o grande intervalo entre um ônibus e outro e o próprio valor da passagem.

³⁷ Essa ação se efetivou em dezembro de 2007 quando a prefeitura patrocinou a transferência da comunidade do Jorge Luiz para o residencial Gervásio Maia que, além de casa de alvenaria, contém todo o serviço de infra-estrutura básica (coleta de esgoto e lixo, abastecimento d'água, escola, Unidade de Saúde da Família, Centro de Referência de Educação Infantil e escola).



As pessoas ocuparam a área do campo de futebol (destaque em amarelo na parte superior da foto 8b) e permaneceram habitando em lonas (**foto 8a**) até que a prefeitura cedeu o terreno de frente onde foram estabelecidas as residências (**Foto 8a e 8b**). Atualmente a comunidade conta com acesso a equipamentos e infra-estrutura básica para residir com dignidade no local (destaques em amarelo), com exceção do serviço de esgotamento sanitário e saneamento que ainda são deficientes, destaque em azul (**Fotos 8a e 8b**).

Fonte: Foto 7: Acervo do MNLM (1998)/
Foto 8a. e 8b: Xisto Souza Júnior, 2007.

Com relação a essa conquista das casas no Colinas do Sul, concebida como uma outra vitória dos movimentos (MNLM, CMP e MLB) em parceria com a prefeitura e com o governo federal, através do Crédito Solidário, as famílias contempladas com as casas puderam contar com boa infra-estrutura (saneamento, energia, abastecimento d'água etc.) e equipamentos urbanos (escolas, creches, unidades de saúde da família, etc.) adquirindo, portanto, uma melhor qualidade de vida, se levarmos em consideração que a maioria veio proveniente de assentamentos e acampamentos.

O residencial Colinas do Sul foi conquistado a partir de uma demanda levantada pelo MNLM através do projeto “Comunidade Independente” desenvolvido pelo próprio movimento e apresentado à prefeitura enquanto demanda social (**Fotos 9 e 10**).



Residencial Colinas do Sul foi criado a partir da parceria entre a prefeitura (Concessora do terreno), a Caixa Econômica Federal (Financiadora a partir de verbas do Crédito Solidário) e o MNLM (Idealizador do projeto de concessão de moradia para a população mais carente). Na **foto 9** o projeto criado em parceria entre o Estado e o MNLM com indicação dos equipamentos urbanos que complementam o projeto de moradia. Na **foto 10** as residências mostrando em perspectiva o tamanho do empreendimento com capacidade para 1.336 famílias.

Fonte: Foto 9 e 10/ Xisto Souza Junior, 2007.

Contudo, um elemento torna essa conquista contraditória uma vez que, se por um lado as residências são adequadas à moradia, por outro, a distância do centro da cidade constitui-se em um fator que pode comprometer a sustentabilidade da moradia uma vez que a maioria dos trabalhadores passaram a necessitar de transporte público para ir ao trabalho sem possuir o rendimento suficiente para tal gasto.

As limitações em termos de mobilidade urbana comprometem, portanto, as conquistas de habitabilidade. Se por um lado essas pessoas se sentem contempladas com a conquista do território (a moradia); por outro passam a ter suas

territorialidades (condições de acessibilidade ao espaço urbano) são limitadas pela falta de recursos e deficiência no fornecimento dos serviços básicos. Dessa forma, os movimentos acabaram reforçando o processo de segregação urbana ao aceitarem a escolha do lugar selecionado para os acampamentos, antes localizados em setores estratégicos do território pessoense, sem existir garantias prévias de melhoramento dos serviços básicos de sobrevivência.

Apesar dos problemas, a Comissão avaliou como positivas as ações desempenhadas pelos movimentos uma vez que possibilitaram a sistematização de informações precisas sobre a situação socioespacial das comunidades selecionadas para a realização do levantamento sócio-econômico.

MNLM

A origem do MNLM corresponde a uma trajetória de conflitos socioespaciais decorrentes de fatores políticos (ausência de participação nas decisões de ordenamento urbano), econômicos (falta de recursos para aquisição de bens e serviços) e sociais (aumento da quantidade de pessoas excluídas dos benefícios provenientes do desenvolvimento econômico), os quais foram caracterizados numa situação de instabilidade administrativa marcada pela transição de um cenário ditatorial-centralizador para um cenário democrático-participativo expresso na reforma constitucional ocorrida no final da década de 1980.

Essa contextualização é representada por uma mudança no papel do Estado (poder público executivo) e da própria sociedade civil organizada. Por um lado o Estado passa a ser condicionado pelas consequências sócio-econômicas do impacto da globalização nas organizações socioespaciais, especialmente no que concerne a influência do empreendedorismo privado no ordenamento dos espaços urbanos. Por outro, insatisfeitos com o tipo de política implementada (valorização do

crescimento econômico como representação máxima do desenvolvimento), diversos segmentos da sociedade civil passaram a se organizar para reivindicar mudanças sociais na luta pela conquista dos direitos humanos, dos quais o direito à moradia se torna uma das principais estratégias de organização. Desse contexto de luta (social) e resistência (ao modelo político expresso pelo Estado) surgiram os movimentos de luta por moradia que adotaram como meta a luta pela dignidade representada pela conquista do direito à habitabilidade (moradia com infra-estrutura e equipamentos básicos).

Mais do que uma decisão ideológica, o movimento se consolida em João Pessoa como consequência de uma demanda popular: luta pela conquista de residência por parte das pessoas desabrigadas pela enchente de 1989 tendo o apoio da Arquidiocese da Paraíba (OLIVEIRA & FERREIRA, 2004). Assim, o movimento nasce dentro da Igreja Católica que, além do incentivo e influência na organização do MNLM, foi fundamental para criação da própria identidade do movimento tanto no contexto ideológico – a espiritualidade enquanto elemento condicionador das ações – como no contexto político e social – decisão pela assistência mais forte das pastorais no acolhimento da população excluída. A decisão pela assistência à moradia não surge, portanto, por obra do caso uma vez que no início da década de 1990 passa a se caracterizar como um das mais urgentes demandas das cidades tendo em vista o aumento progressivo dos aglomerados subnormais.

Inicialmente o grupo se organiza utilizando a denominação de **10 favelas** uma vez que o objetivo estava relacionado ao auxílio das pessoas que moravam em favelas e demandavam melhorias nas condições de vida, sendo a Igreja a instituição na qual as demandas eram apresentadas através das pastorais (OLIVEIRA & FERREIRA, 2004). Na medida em que aumentava o número de pessoas contempladas pelas intervenções do grupo, através da igreja, começou a existir um

consenso de que a assistência era abrangente e o vínculo com a Igreja Católica provocava resistência a pessoas de outras crenças que se sentiam constrangidas em ter que ir às dependências da Igreja Católica. Conscientes dessa limitação, o grupo chegou ao consenso sobre a necessidade de se desvincular da igreja e a se organizar enquanto movimento social, em 1993, tendo como objetivo a luta por moradia. Assim, passou a utilizar a Sigla de MLM-PB (Movimento de Luta pela Moradia da Paraíba) se identificam como “movimento social de caráter popular com a finalidade de organizar a parte da sociedade que necessita reivindicar seus direitos, sobretudo o direito a habitação digna” (OLIVEIRA & FERREIRA, 2004, p. 140).

O movimento (...) nasceu da estrutura da Igreja, ainda da pastoral, e aí o movimento começou a fazer uns trabalhos que não era movimento ainda, era pastoral, em parceria com a Cáritas Arquidiocesana. Então quando o movimento começou a fazer um trabalho aqui na cidade de João Pessoa, nas comunidades periféricas, então se viu que este movimento tinha como crescer, tinha outros lugares para alcançar. Aí o movimento teve uma assembléia e nesta assembléia, que aconteceu em 1993 para 1994, ou coisa assim, a gente discutia que a gente não queria mais que o movimento fosse uma pastoral. Por que a gente não queria mais que o movimento fosse uma pastoral? Porque quando o movimento era pastoral, ele só poderia atingir o público católico. E o movimento não é isso. O movimento é para atingir todos porque a missão do movimento é atender as questões da moradia, seja ele católico, evangélico, macumbeiro, etc. Assim, ele não tem cor nem raça. A nossa missão maior é a questão da moradia. Daí, então, a gente tinha uma relação muito boa com a arquidiocese. Tivemos a conversa com o bispo, na época o Dom Marcelo que estava chegando e com ele não tivemos problema, tanto é que durante o tempo que ele passou coordenando a Arquidiocese da Paraíba, ele deu sempre um apoio aos movimentos sociais. Não excluiu nenhum. Tanto é que nós estávamos nas dependências da igreja. Então, é isso.

(Depoimento de um Coordenador do Movimento Nacional de Luta por Moradia em entrevista realizada na sede do movimento no dia 12 de janeiro de 2006).

O início das atividades só veio a ocorrer em 1994 através da realização de um encontro de formação política no qual foram delineados os princípios de atuação e debatidas as metas de reivindicações a exemplo da luta pela implementação do

Plano Diretor da Cidade de João Pessoa. Em 1995 o movimento se filiou ao MNLM, tornando-se a representação estadual desse movimento sendo obrigado, portanto, a aderir as decisões do mesmo na escala nacional a exemplo do estabelecimento do dia 03 de junho como o dia nacional da realização de ações políticas (ocupações, mobilizações, passeatas, etc.) em todo o território nacional³⁸.

Na medida em que foi se articulando com outros segmentos da sociedade civil organizada o MNLM passou a ter uma maior influência nos debates sobre a produção da cidade ao realizar ações, oficinas e propostas voltadas para urbanização, definindo como metas: **o direito à conquista de moradia digna e reforma urbana**. Essas metas, conforme será observado mais adiante, passou a fazer parte do discurso dos membros do movimento, os quais, por falta de um debate interno mais profundo, passaram a ser confundidos ao serem ora concebidos como bandeira de luta; ora como estratégia de atuação³⁹.

O movimento só concretiza a sua organização após os dois encontros estaduais (1997-1998) nos quais define sua estrutura e forma de atuação. Passa, então, a realizar parcerias com outros segmentos da sociedade civil organizada, a exemplo das atividades de documentação audiovisual realizada em conjunto com o Serviço de Documentação Popular (SEDUC) a partir da implementação de um projeto desenvolvido pelo próprio movimento: o “projeto abra o olho”.

³⁸ Informação obtida do DVD do 6º. Encontro Nacional do MNLM (10 anos de luta: ocupando, resistindo e morando) que ocorreu em Ibirité (MG) entre os dias 23 e 26 de março de 2001. Acervo do MNLM-PB.

³⁹ Durante o VII Encontro Nacional de Luta por Moradia realizado em Itapeverica da Serra (SP), entre os dias 21 e 23 de maio, vários membros do MNLM nacional identificaram moradia digna e reforma urbana como sendo eixos de luta (estratégia de ação) e em outros momentos como bandeira de luta. Contudo, parece ser mais coerente associar a reforma urbana como eixo de luta e a luta por moradia digna como bandeira de luta associada a outras bandeiras identificadas pelos membros do movimento (ocupação, despejo e regularização fundiária, inovações tecnológicas e melhorias habitacionais e cooperativismos) nesse mesmo evento. DVD do VI Encontro Nacional. Acervo do MNLM-PB.

Com esta parceria o movimento registrou em vídeo algumas das ações desenvolvidas junto às comunidades mais carentes de João Pessoa e de comunidades de outros municípios adjacentes, a exemplo de Bayeux.

Durante o processo de organização do movimento ocorreram divergências quanto à sua função social, especialmente no que diz respeito à postura ideológica, metodologia de atuação e as relações de poder entre os próprios coordenadores do movimento. Essas divergências são originadas de forma espontânea uma vez que às práticas cotidianas, independentes da escala de ação, nem sempre se efetivam de forma harmônica, sendo originados conflitos decorrentes de posicionamentos distintos quanto a crenças, valores, ideologias, posturas políticas, entre outros. Tal aspecto ficou bem evidenciado quando, no ato de uma entrevista com um dos coordenadores do movimento, fomos indagados sobre os motivos da escolha de apenas um dos coordenadores para realização da entrevista.

Outra forma de evidenciar as divergências políticas, expressas nos posicionamentos dos coordenadores e membros do movimento, é a existência de conflitos quanto ao posicionamento político do movimento. Uma parte dos coordenadores defende a necessidade de se manter independência política da administração pública, justificando o risco de cooptação. Outra parte, por sua vez, observa a aproximação com o poder público como um evento importante e favorável à luta desenvolvida pelo movimento.

As divergências foram expressas em outras situações, tais como a decisão pela associação do movimento, na ocasião ainda MLM, ao Movimento Nacional de Luta por Moradia. Alguns defenderam o vínculo justificando uma possível projeção da ação do movimento local uma vez que este passaria a fazer parte da agenda nacional de ação. Outros, porém, defenderam um posicionamento contrário,

justificando o risco de dependência dos posicionamentos ideológicos e políticos, além da perda da identidade e independência do movimento local.

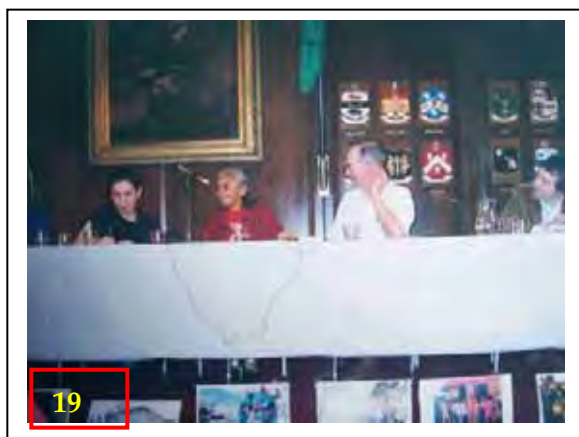
Quanto à atuação, o MNLM exerce suas atividades em diversas escalas. Localmente, as ações são expressas através de reuniões e eventos (internos e com diferentes segmentos da sociedade) assim como através da realização de mobilizações, passeatas e ocupações (**Fotos 11 a 18**) na cidade e em outros municípios do estado, sendo estes organizados pela comissão estadual.

		A foto 11 - reunião interna dos membros do movimento, com destaque a Bíblia posta no centro como sinal da permanência do fator espiritual como fundamento ideológico do movimento; A foto 12 - reunião realizada na SETRAPS (em 2002) onde se negociava as condições de moradia das famílias do assentamento Jorge Luiz; Na foto 13 - ocupação no centro administrativo da prefeitura municipal reivindicações dos direitos dos acampados. A foto 14 - passeada para implementação do Estatuto da Cidade durante o evento Grito dos Excluídos. Na foto 15 tem-se o acompanhamento na moradia para conscientização da participação pelos direitos sociais à moradia (acampamento Mandacaru, no Alto do Céu). Na foto 16 a reunião com a comunidade renascer – luta pelo direito à moradia. Na foto 17 a realização de uma passeata no Recife durante o Fórum Social Nordestino (2005) e na foto 18 a participação no encontro estadual do MNLM.
		
		
		
Fonte: Fotos 11 a 18 do acervo do MNLM-PB		

Já atuação na escala nacional, a atuação é expressas nos encontros nacionais organizados pela coordenação nacional, atividades que envolvem questões de interesse comum, a exemplo da Conferência Nacional das Cidades, para definir os critérios da política nacional de habitação e através de mobilizações realizadas em forma de passeadas organizadas para ocorrer de forma simultânea em diferentes locais ou de forma conjunta em um único lugar.

Nacionalmente, o MNLM está presente nos seguintes estados: Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Piauí, Maranhão, Distrito Federal, Ceará, Tocantins, Acre, Pará, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Na escala internacional o movimento obteve pelo menos duas importantes interações: a parceria com o Comitê Católico contra a fome e pela vida, que auxilia financeiramente o movimento no desenvolvimento de suas ações; e uma atividade realizada na Irlanda na qual membros do movimento expuseram a experiência do movimento no trabalho com os excluídos (**Fotos 19 e 20**).



Visita de uma das coordenadoras do MNLM-PB a Irlanda para relatar a experiência do movimento no combate a exclusão e conquista dos direitos humano.

Fonte: Acervo do MNLM-PB.

Na escala estadual o movimento atua, além de João Pessoa, em mais dez municípios (Patos, Pombal, Pintibu, Guarabira, Cabedelo, Sapé, Alhandra, Salgado de São Félix, Bayeux e Santa Rita), embora preste auxílio a outros municípios, o que confere ao movimento uma amplitude espacial assim como uma maior visibilidade e capacidade de mobilização política.

O MNLM da Paraíba é um ator social voltado para promoção da luta pela reforma urbana e conquista do direito à moradia através da organização das pessoas que não têm esse direito garantido, despertando nelas a consciência política para a conquista do direito à cidade. A ação do movimento evoca uma aparente contradição uma vez que, se por um lado defende a importância da ação local, identificação com a cidade expressa na conquista da moradia e dos direitos sociais; por outro lado, sua capacidade de articulação é fundamental para aquisição de novas articulações que influenciem no posicionamento político e ideológico.

Durante o VI Encontro Nacional, o movimento definiu como Plano de Luta⁴⁰:

1. Comemorar o dia 3 de junho como dia nacional de Luta pela Moradia;
2. incentivar a ocupação de terras;
3. ocupar conjuntos habitacionais em litígio;
4. esclarecer os objetivos das ocupações;
5. proibir a comercialização de imóveis conquistados a partir da luta;
6. garantir acesso à terra de pessoas portadoras de deficiência;
7. incentivar debates sobre gênero, etnia, segurança, educação, saneamento, saúde, ecumenismo e geração de renda nas ocupações;
8. investir em segurança nas ocupações;
9. reivindicar a regularização fundiária das ocupações;

⁴⁰ Informação obtida no DVD do evento. Fonte: acervo do MNLM.

10. coibir nas ocupações: bares, tráfico de drogas e seitas religiosas que promovam a extorsão e desorganização da população;
11. estimular o cooperativismo e os mutirões na construção de casas.

Esse Plano de luta surge com o objetivo de pressionar a gestão pública (municipal, estadual e federal) para realizar ações que possibilitassem uma melhoria na qualidade de vida da população, especialmente a mais carente. Para os participantes da ocupação, o objetivo está relacionado ao estabelecimento de normas que favoreçam o convívio comum e a responsabilidade social.

O movimento valoriza o planejamento como estratégia de ação, especialmente quando tem por objetivo a promoção de ocupações orientando os familiares envolvidos com a ação para a necessidade de resistir até conseguir o reconhecimento do poder público. Para isso, busca promover a capacitação de alguns membros, treinando-os para atuarem como agentes articuladores da ação. Contudo, as ações ocorrem também de forma espontânea a partir de iniciativa da própria população que consultam os membros do movimento solicitando apoio para permanência na área ocupada e conquista de benefícios urbanísticos.

Apesar de aceitar as ações espontâneas, o movimento busca valorizar o planejamento como ferramenta na escolha do melhor local para a realização da ocupação. Para a escolha desses locais, leva em consideração: a natureza do terreno (público ou privado onde não se exerce a função social), a questão topográfica, acessibilidade a serviços e comércio, entre outros elementos (OLIVEIRA & FERREIRA, 2004).

Com relação à questão topográfica existe o cuidado para não se realizar ocupações nas áreas de vale, alagados ou de encosta, uma vez que são áreas em que não se pode obter a conquista legal de posse por serem protegidas por leis de ordenamento urbano e ambiental. Percebe-se, com isso, a importância que o

movimento tem com relação ao conhecimento geográfico da cidade no sentido de identificar os pontos estratégicos que possibilitem a realização da ocupação e conseqüente conquista do direito de posse.

O movimento considera sua atuação baseada na organização, formação e intervenção (OLIVEIRA & FERREIRA, 2004). A preocupação com a organização está relacionada ao desenvolvimento de estratégias que propiciem uma ação articulada e eficiente. Para isso, valoriza a formação dos seus membros, qualificando-os para o exercício das práticas socioespaciais de forma a poder intervir no ordenamento urbano tanto no âmbito político, como no contexto econômico e ideológico.

Ao se preocuparem com a conquista da moradia digna, a partir da reforma urbana, o movimento desenvolve seu discurso pautado na preocupação com a conquista do território e com a função social do seu uso: mobilidade, acessibilidade, infra-estrutura, equipamentos urbanos, etc. Enquanto ator social, o movimento apresenta-se como um sujeito coletivo capaz de promover mudanças na organização territorial do espaço onde atua. Apesar das diversas ações já realizadas, das quais muitas resultaram em mudanças na qualidade de vida das pessoas, conforme mencionado anteriormente, o MNLM ainda não é devidamente reconhecido pela sociedade e pelo poder público, embora a atual gestão pública (2004-2008) tenha estreitado laços com o movimento.

Da parte da sociedade isso ocorre devido à forma como as ações desenvolvidas pelo movimento chegam ao conhecimento popular, especialmente através da mídia que muitas vezes associa as práticas dos movimentos com vandalismo, desocupação, etc., provocando uma resistência popular quanto ao aceite do papel socioespacial desempenhado pelo movimento. A prefeitura, por sua vez, ainda não reconhece efetivamente a importância do movimento na participação da

produção do espaço urbano, enquanto parceiro capaz de fornecer auxílio na resolução dos problemas socioespaciais.

Isso vem sendo modificado na medida em que o movimento passa a produzir e reproduzir suas próprias atividades (DVDs, participação em reuniões comunitárias, etc) chegando à sociedade com uma outra imagem e levando o poder público a repensar a importância de se realizar parcerias com os movimentos envolvidos com a questão urbana. Ao expor a moradia como um problema social, o MNLM tem influenciado na retomada do debate sobre o futuro da cidade e sobre os principais problemas socioespaciais no ambiente urbano: segregação, exclusão, ordenamento, mobilidade, etc.

Em termos de organização, o MNLM é composto por coordenadores. Estes possuem o mesmo poder e representatividade dentro do movimento, com mandato de dois anos com possibilidade de renovação por mais dois. Cada membro do movimento pode se candidatar à coordenação do mesmo desde que esteja devidamente envolvido com as metas do movimento e disposto a agir coletivamente. Entre os coordenadores, um é eleito para representar nacionalmente o movimento, tornando-se membro da coordenação nacional do MNLM (OLIVEIRA & FERREIRA, 2004, p. 157).

Assim, o MNLM se constitui como um movimento político-social que organiza homens e mulheres que não possuem moradia ou que a possuem, mas não vivem de forma digna, seja pela ausência de uma residência sem infra-estrutura básica; seja pela falta de equipamentos e serviços urbanos. É um movimento que se preocupa com a conquista do território através da ocupação. Para isso, exerce uma influência local ao definir as áreas nas quais são realizadas as ocupações e lutar pelo ordenamento urbano da cidade. Assim, ao se articular em outras escalas, acaba influenciando também nas decisões políticas na produção dos espaços urbanos a

exemplo da conquista do Estatuto da Cidade, aprovado após uma década de debates sobre a importância de se definir a lei que garantisse o direito social de acesso à moradia, especialmente para a comunidade mais pobre.

CMP⁴¹

A Central de Movimentos Populares se origina da experiência de articulação de diversos movimentos populares na busca pela definição de um eixo comum de luta que propiciasse a conquista dos direitos sociais tendo como parâmetro a luta contra o neoliberalismo capitalista. A formação da CMP se dá por conta da fragilidade que os movimentos demonstravam ao atuar isoladamente no estabelecimento do diálogo com o Estado, tanto de ordem técnica como política, além da própria forma de atuação ao optarem por atividades isoladas, mesmo quando a demanda voltava-se para um interesse comum.

Numa tentativa de superar tais limitações os movimentos sociais passaram a montar agendas comuns de ação que estivessem amparadas a uma mesma bandeira de luta. Em João Pessoa, essa ação conjunta foi centrada na bandeira pela reforma urbana segundo a qual cada movimento estruturaria sua metodologia e eixo de luta em temas como moradia, transporte, igualdade de gênero, etc., de acordo com os quais passaram a atuar os sindicatos, federações, associações, etc.

Surge daí o interesse em promover a articulação dos diversos movimentos sociais através da unificação de lutas sendo, porém, respeitadas as individualidades ideológicas e estruturais de cada movimento. Para coordenar essa ação conjunta, materializada através da realização e participação em fóruns, reuniões, mobilizações, entre outras atividades foi criada, em 1980, a Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS).

⁴¹ Base da informação a partir da análise do questionário (**Apêndice 3**) e da entrevista individual (**Apêndice 4**)

A partir da ANAMPOS buscou-se desenvolver ações mais diretas através propostas voltadas para a promoção da inclusão social e enfrentamento da ideologia política do capitalismo (concebida como exploradora e dominadora), assim como o combate a posição do Estado frente a essa postura política, além do desenvolvimento de atividades que propiciassem a unificação das lutas dos movimentos populares e sindicais, especialmente no que diz respeito à luta pela redemocratização e reforma constitucional.

Em 1988 a ANAMPOS é dissolvida para dar lugar a Comissão Pró-central de Movimentos Populares a qual, cinco anos depois (1993), é efetivada como Central de Movimentos Populares. Atualmente a CMP está presente em 16 Estados (Acre, Rondônia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal) sendo composta não apenas por movimentos sociais e populares, mas também por outros segmentos da sociedade civil organizada (ONGs, Fundações, Associações, Sindicatos, etc.).

Assim, tanto no âmbito organizacional como no próprio contexto que motivou sua consolidação a CMP, nacionalmente, não se constitui, em sua essência, como um movimento popular ou movimento social urbano (segmento social que atua diretamente na transformação das condições socioespaciais da população). De fato, ao ser originada da necessidade de agrupar e representar diversos segmentos da sociedade civil na luta por objetivos comuns, especialmente no que se refere a luta pela reforma urbana e contra a política neoliberal, a CMP passou a desenvolver ações voltadas para a promoção da articulação dos movimentos (sociais e populares) e apoio as atividades desempenhadas por esses movimentos.

Em 1996, durante o I Congresso Nacional da Central dos Movimentos Populares ocorrido em Belo Horizonte (MG), foi definida a estrutura política do

movimento através da escolha da coordenação nacional e da executiva nacional. No segundo congresso, realizado em 1999 também em Belo Horizonte, o qual contou com a presença de 500 delegados de diversos segmentos sociais, o movimento assumiu, em definitivo, a postura de oposição frente à adoção da política neoliberal implementada pelo governo federal na gestão de Fernando Henrique Cardoso.

Após o segundo congresso, a CMP define sua postura política baseada nos seguintes eixos: fim de acordos com o FMI; defesa das reformas agrária e urbana; combate a política de privatização e valorização dos serviços públicos de saúde e educação; combate a descriminalização de gênero, raça, étnico, etc., os quais estão alicerçados em princípios como solidariedade, fraternidade, autonomia, democracia, entre outros.

A CMP possui agenda própria de luta e mobilização, apesar de possuir atividades diversas, tendo como uma das principais preocupações a informação e a articulação dos movimentos sociais e populares, especialmente os que desenvolvem suas atividades no espaço urbano pela luta pelo direito à cidade.

Contudo, em João Pessoa, exerce uma atuação diferenciada da atuação desenvolvida pela CMP nacional uma vez que, além de atuar como articuladora, ela realiza ações de orientação e acompanhamento das ocupações, a exemplo da ocupação de Costa do Sol e Ponta do Seixas, embora professe um discurso centrado na defesa do seu papel como agente articuladora das ações entre os movimentos. A CMP de João Pessoa busca auxiliar na promoção da conquista da justiça social e qualidade de vida através do investimento público, de forma democrática, e lutando contra os principais problemas urbanos, entre os quais os relacionados ao direito à moradia, educação, saúde e transporte.

De acordo com os coordenadores, a CMP local participa ativamente do debate político através das discussões sobre a implementação de políticas públicas

voltadas para resolução dos problemas mencionados e elaboração de projetos para o desenvolvimento social, a exemplo dos debates para implementação do Fundo de Desenvolvimento Social, do Estatuto da Cidade e da Resolução 460 que fornece apoio financeiro para que a população mais carente possa realizar obras de melhoria das condições de moradia.

O movimento costuma se reunir três vezes ao mês, sendo organizado em forma de colegiado, abrangendo sete setores estruturais: comunicação, administração, organização, formação, finanças, mobilização e assuntos jurídicos. Apesar dessa estrutura, o movimento não reflete um caráter hierárquico uma vez que cada membro, independente do setor onde atua, possui o mesmo poder de decisão que os demais.

Quanto ao papel de articulação, a CMP procura não interferir nas decisões ou ações dos movimentos filiados, garantindo, assim, a autonomia dos mesmos. Sua ação está relacionada à busca pela criação de laços comuns entre os movimentos no sentido de inserir os mesmos, os quais muitas vezes existem apenas localmente, em debates nacionais, sejam eles vinculados ou não à CMP.

Os constantes investimentos feitos para implementação de políticas habitacionais voltadas para melhoramento das condições de moradia da população mais carente têm direcionado o movimento a participar ativamente das decisões sobre a implementação dessas políticas. Para isso, além de coordenar reuniões e participar de encontros e fóruns sobre política habitacional, na maioria das vezes de forma indireta uma vez que a participação ocorre a partir de um dos movimentos associados, cujo membro, normalmente, é militante da CMP, existe uma preocupação quanto ao cumprimento da legislação, especialmente no que diz respeito a garantia da moradia enquanto direito social, além da observação da existência de equipamentos adequados a nova demanda.

Contudo, ao contrário do MNLM, a CMP observa a moradia enquanto demanda pontual da sociedade e não como uma superposição de demandas, por está diretamente relacionada a outros problemas, tais como: acessibilidade, infraestrutura, equipamentos urbanos, segurança, saúde etc. Nesse sentido, a concepção de moradia se aproxima do significado de habitação (teto) e não de habitabilidade (condições sociais propícias a aquisição de bens de forma igualitária).

Embora o movimento tenha bem definido os seus objetivos (bandeira e eixos de luta), ainda vivencia uma condição de conflito interno quanto a sua função social e desenvolvimento de suas atividades. Se por um lado os coordenadores da CMP demonstraram o interesse de assumir o papel de articuladores e representantes dos movimentos e segmentos sociais, expressando valores ideológicos que fundamentam a atuação do movimento; por outro, sensibilizando-se com as demandas da população menos favorecida, os coordenadores desenvolvem ações características de um movimento social urbano, tais como a constante participação nas ocupações e o acompanhamento das ações desenvolvidas pelos movimentos filiados.

A questão política é outro fator que interfere diretamente na definição dos papéis a serem desempenhados na cidade. Sendo constituída por diversos movimentos, os quais muitas vezes possuem diferentes posicionamentos político-ideológicos, a CMP acaba se expressando de forma heterogênea quanto à definição da principal demanda social, apesar dos coordenadores terem um discurso comum voltado para o combate a política neoliberal, assumindo assim uma posição contrária ao Estado da forma como está constituído, mesmo quando este se dispõe a realizar uma gestão democrática e participativa.

A CMP na Paraíba possui, portanto, uma postura independente da assumida pelo movimento nacional ao participar diretamente de ações espaciais

relacionadas ao acompanhamento de ocupações e luta pela reforma urbana. Embora os coordenadores assumam um discurso de que o movimento desenvolva exclusivamente a função de articulação, na prática, realiza ações práticas participando, portanto, do processo de produção do espaço urbano de João Pessoa.

MLB⁴²

O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) tem como bandeira de luta a conquista por moradia a partir da luta pela reforma urbana. Sustenta suas reivindicações na luta contra a política neoliberal e contra o capitalismo que, para o movimento, tem impossibilitado a formação de uma sociedade mais justa uma vez que boa parte da população fica excluída do direito à cidade, especialmente no que se refere à moradia enquanto requisito básico da dignidade. Assim, semelhante à CMP, o MLB direciona sua luta por motivações políticas ao associar a conquista dos direitos sociais (moradia, saúde, saneamento, emprego, etc.), através da implementação de um regime socialista-democrático.

O MLB surgiu em 1999 a partir de mobilizações de sem-tetos para reivindicar o direito de permanência nos prédios e terrenos ocupados. Atualmente, está presente em 13 Estados (Pará, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul), sendo todas as representações associadas à Central de Movimentos Populares. Defendem um discurso voltado para promoção da consciência da população mais pobre, especialmente os moradores de aglomerados urbanos de favelas e bairros, para a defesa de seus direitos sociais.

⁴² Base da informação a partir da análise do questionário (**Apêndice 3**) e da entrevista individual (**Apêndice 4**)

O Movimento desenvolve suas atividades a partir de articulações com outros movimentos sociais, especialmente às organizadas pelo CMP. Além de ações práticas o MLB participa também da organização de eventos a exemplo do I Fórum Social Nordestino, realizado de 24 a 27 novembro de 2004, em Recife (PE) e o I Encontro Nacional de Habitação realizado na cidade de Recife (PE) (**Fotos 21 e 22**).



A **foto 21** é uma passeata pela Av. Conde da Boa Vista realizada durante o I Fórum Social Nordestino, realizado na cidade de Recife em 2004 (24 a 27 de novembro), o qual teve como principal reivindicação a radicalização da democracia e contra o neoliberalismo, fim da violência contra a mulher (motivo da passeata) e combate a política de transposição do Rio São Francisco, além da luta pela implementação de uma política participativa. A **foto 22** corresponde aos debates ocorridos durante o I Encontro Nacional de Habitação realizado em Recife, no ano de 2007 em pró da inclusão social e garantia da conquista do direito à moradia digna, especialmente para os moradores de acampamentos, favelas, etc.

Fonte: Foto 21 = acervo do MNLM e foto 22 = Xisto Souza Júnior

Enquanto o Fórum reuniu movimentos de diversas origens e princípios, tendo como principal preocupação a luta pela dignidade social (gênero, habitação, etc.), no Encontro nacional foi enfatizada a questão da luta pela inclusão social a partir da conquista das condições dignas de moradia.

Entre os diversos exemplos mencionados, dois merecem destaque por demonstrarem algumas das qualidades do movimento (união, luta e resistência): a ocupação Albuquerque, em Jaboatão dos Guararapes (PE), e Leningrado Potiguar, em Natal (RN). Na ocupação de Albuquerque, após diversas lutas contra o Estado, o movimento conseguiu, em 2003, a conquista do direito à moradia alojando 256

famílias. Já as conquistas obtidas na ocupação de Leningrado, com o alojamento de 1800 famílias, representam para o movimento uma expressão do potencial de mobilização popular.

Um aspecto comum nas ocupações realizadas pelo MLB é a referência que o movimento faz em defesa do socialismo, seja através dos líderes, a exemplo da ocupações de Albuquerque (nome em homenagem a Mércia de Albuquerque, advogada de presos políticos durante o regime militar) e Leningrado, atual San Petersburgo (Rússia), em referência a cidade que mais expressou o significado da ideologia socialista.

A importância dada a questão política faz do MLB um movimento que supervaloriza o fator ideológico tendo, portanto, resistências em desenvolver uma atividade conjunta com o poder público e com outros movimentos que não compartilham diretamente com o posicionamento do MLB. Tal posição reforça a presença de ações fragmentadas por parte dos movimentos e da dificuldade de implementação das orientações propostas pelo CMP.

Ao contrário do MNLM, o MLB não desenvolve atividades em todos os bairros da cidade. Acaba, com isso, reforçando o processo de segregação decorrente muitas vezes de questões pessoais uma vez que a seleção dos bairros está diretamente relaciona as relações pessoais entre os membros do movimento e a comunidade, com exceção das vezes em que ocorrem problemas de conseqüências naturais.

De acordo com a coordenação, a escolha da área de atuação depende da dificuldade financeira do movimento, especialmente no que se refere ao acompanhamento de todas as localidades que demandam pela ajuda do movimento.

Outro elemento que restringe uma ação mais efetiva do MLB está relacionado ao fato de seus membros estarem associados à CMP. Existe uma dificuldade de se definir até onde uma ação corresponde às iniciativas e práticas do MLB ou até onde representam a intencionalidade da CMP, fato que repercute negativamente na própria imagem da Central dos Movimentos Populares. Além disso, a aproximação com os sindicatos e partidos políticos (socialistas e comunistas) interfere diretamente na autonomia do MLB enquanto movimento social urbano na medida em que acabam influenciando no universo de atuação.

Em seu discurso, os coordenadores do MLB não apreendem a concepção de moradia na mesma perspectiva do MNLM (elemento de convergência para a conquista de outros direitos sociais). Ao contrário, associa o conceito de moradia a conquista de uma habitação, deixando para outros segmentos sociais a preocupação com a luta pelos direitos humanos.

A posição ideológica do movimento com relação ao poder público acaba igualmente dificultando uma participação mais efetiva na luta pelo bem comum. Embora tenham amenizado tal postura frente à atual gestão municipal (2004-2008), ainda apresentam várias expressões de reivindicação por mudanças e implementação de políticas públicas voltadas para uma solução dos problemas urbanos.

Isto confere ao movimento um caráter de movimento social urbano uma vez que, mesmo não concebendo a moradia em sua complexidade, mas enquanto significado de residência, a preocupação em participar dos debates políticos de reforma urbana possibilita tal associação.

NDV⁴³

Dos movimentos que atuam diretamente na produção do espaço urbano, o Núcleo de Defesa da Vida é o menos representativo e o mais controverso, a começar por sua caracterização enquanto movimento social (NASCIMENTO, 2003) e do próprio contexto responsável por sua formação.

Ao contrário de outros movimentos que nascem da aflição social por uma demanda específica, o NDV surge de um evento no qual algumas pessoas decidem se organizar para lutar por um benefício de uma localidade específica. Dessa forma, o NDV não surge como social, mas como uma organização popular.

O NDV foi criado em 1996 a partir de um curso ministrado pela ONG Sociedade de Assessoria aos Movimentos Populares (SAMOPS), fato que explica a decisão, quatro anos depois, por sua institucionalização em decorrência da opção pela criação de um estatuto e legalização enquanto entidade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos (NASCIMENTO, 2003).

Este curso forneceu as informações básicas para que fosse possível a organização de um grupo voltado para lutar pelo direito à cidade, especialmente no que se refere à infra-estrutura (transporte, água, energia, etc.) e conquista de equipamentos e serviços urbanos de forma a obter uma melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Assim como ocorreu com o MNLM, sua consolidação é resultante do apoio das pastorais da Igreja Católica, fato que justifica o perfil do NDV em lutar pelos direitos sociais a partir da formação política dos membros envolvidos, orientação as pessoas auxiliadas pelo movimento e valorização do voluntariado enquanto forma de atuação.

⁴³ Base da informação a partir da análise da entrevista individual (**Apêndice 4**) e Nascimento (2003)

O NDV se expressa geograficamente realizando suas atividades nas comunidades do Conjunto Valentina, Mussumagro, Santa Bárbara, Loteamento Planalto Boa Esperança e Conjunto Sonho Meu, todas localizadas no Bairro Valentina Figueiredo, setor sul da cidade de João Pessoa, embora nos últimos quatro anos (2003-2007) venha desenvolvendo articulações com segmentos e comunidades nos bairros do Alto do Mateus, Bancários e Cristo Redentor.

Apesar de não possuírem sede própria, os membros se reúnem mensalmente para traçar os planos e ações a partir de iniciativa de um dos componentes ou por iniciativa da população quando demandam uma necessidade específica a partir do contato com os líderes comunitários que costumam participar das reuniões do núcleo.

O NDV tem como bandeira de luta as reivindicações pela implementação das políticas públicas, especialmente na área da educação, saúde, meio ambiente e transporte. Dessas, a luta pela implementação de um sistema de transporte público e de qualidade recebe uma maior atenção por parte do NDV uma vez que, desde sua consolidação, o movimento concebeu o direito ao transporte público e coletivo como a principal alternativa para a mobilidade urbana da população, questão esta que considera como sendo o maior problema da cidade de João Pessoa.

Ao contrário dos demais movimentos, o NDV atua estruturado sob sistema de lideranças e não enquanto coordenações. Isso acaba centralizando o poder de decisão nas mãos dos líderes, fato que resulta no risco de cooptação ou verticalização na decisão tanto por motivos ideológicos como políticos.

A principal crítica relacionada ao núcleo diz respeito ao fato do mesmo ter se institucionalizado. Assim, para os demais movimentos, o NDV é caracterizado como uma Organização Não Governamental.

Contudo, se por um lado a institucionalização lhe confere restrições a sua ação enquanto representante social uma vez que fica submetido ao risco da influência de outros atores sociais, sendo submetido aos interesses particulares dos mesmos; por outro lado, a opção dos membros do movimento em atuar de forma voluntária e por se preocuparem com as implementações das políticas públicas, escolha de uma bandeira específica de luta e de ter pelo menos um dos membros vinculados a outro movimento social ou coletivo, confere-lhe a condição de movimento social.

Assim, se estruturalmente o NDV deve ser concebido como uma Organização Não Governamental, sendo, portanto, correta a menção de “a NDV” (a ONG Núcleo de Defesa da Vida); na perspectiva funcional e prática o núcleo corresponde a um movimento social urbano uma vez que tem preocupações quanto a organização territorial e com a acessibilidade urbana.

Nesse contexto, torna-se mais coerente, independente de legalmente ser concebida como ONG, classificar o Núcleo de Defesa da Vida como um movimento social: o “NDV”. É nessa perspectiva que optamos por incluí-lo no rol de movimentos sociais urbanos de João Pessoa.

Em entrevista realizada com um dos líderes do NDV, a institucionalização do núcleo foi explicada alegando-se motivos financeiros uma vez que para esses representantes fica mais fácil adquirir verbas junto a órgãos públicos ou privados com o registro legal do núcleo enquanto ONG.

Embora sirva como explicação, este motivo não pode ser utilizado como justificativa uma vez que existem várias formas de se conseguir financiamentos, mesmo sendo um movimento social. A opção pela institucionalização resultou apenas no surgimento de resistência quanto à inclusão do núcleo nas estratégias desenvolvidas pelos demais movimentos sociais.

O movimento se expressa de diferentes formas: elaborando propostas para melhorar a qualidade de vida da população; prestação de assistência aos moradores; realização de denúncias sobre precariedades na infra-estrutura e equipamentos urbanos; realização de eventos e oficinas voltados para a capacitação e conscientização popular sobre os direitos sociais; auxílio aos assentados; parcerias com outros segmentos sociais, especialmente com os movimentos sociais, entre outras atividades.

O uso dos meios de comunicação para divulgação das ações e promoção da mobilização, especialmente à rádio comunitária (difusora *mussumagro*) e do jornal comunitário (*Boa Notícia*), o qual é editado e divulgado pelos próprios moradores (NASCIMENTO, 2003), tem se constituído como uma das principais estratégias de ação e mobilização do NDV.

O movimento vem também se utilizando da mídia de massa, o que possibilita a divulgação das ações em outras escalas, embora muitas vezes ocorram distorções sobre os motivos do movimento, uma vez que sempre existe o risco dos meios de comunicação estarem sob a influência dos interesses políticos, econômicos e ideológicos de outros atores sociais.

Contudo, um fato importante é a consciência dos líderes quanto aos fatores conjunturais que se acobertam nos interesses da mídia de massa, mas que admitem ser possível o uso dos meios de comunicação em benefício dos próprios movimentos, aproximando-se do já observado por Santos (2000) acerca da tendência do

estabelecimento de uma globalização alternativa na qual a cultura popular utiliza a própria técnica da cultura de massa em benefício próprio.

Há a possibilidade cada vez mais freqüente de uma revanche da cultura popular sobre a cultura de massa quando, por exemplo, ela se difunde mediante o uso de instrumentos que na origem são próprios da cultura de massa (...). Nesse caso, a cultura popular exerce sua qualidade de discurso dos de baixo pondo em relevo o cotidiano dos pobres; das minorias; dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias”

Depoimento de Milton Santos. Texto extraído do filme de Silvio Tendler (2006), Encontro com Milton Santos ou o mundo global visto do lado de cá. Direção de Silvio Tendler. Rio de Janeiro: Caliban, 2006. Rotação: 0:53:44 a 0:54:00 e 0:54:07 a 0:54:25. 1 DVD (81min. e 18s.), son, color.

Embora Milton Santos esteja se referindo a todos os movimentos que nascem da própria sociedade, os quais, portanto, participam da consolidação dessa globalização alternativa, compreendemos que no âmbito das transformações geográficas (a reorganização socioespacial) os movimentos sociais urbanos assumem uma posição de destaque na medida em que ao produzirem territórios (no ato de ocupar os espaços) redimensionam a formação do espaço urbano quanto as suas funcionalidades, usos e estrutura. É em meio a esse contexto que o NDV se insere e se contextualiza como movimento social tendo em vista o tipo de atuação que exerce.

O uso consciente da potencialidade dos meios de comunicação enquanto ferramenta para a conscientização popular tem possibilitado ao movimento chegar a outras escalas, tanto no espaço citadino como no âmbito regional e até mesmo nacional, especialmente quando recebe o apoio de outros movimentos que se articulam em outras escalas, a exemplo do CMP e MNLM.

Esta preocupação com a articulação com outros segmentos da sociedade civil organizada (ONGs, associações, movimentos sociais, etc.) tem influenciado no amadurecimento do NDV, abrindo possibilidade para sua reorganização,

especialmente no que diz respeito à retomada de sua identidade enquanto movimento social urbano, aproximando-se, portanto, da população mais pobre.

Apesar de exercer funções de movimento social, o fato de estar estruturado como uma ONG faz com que o NDV esteja submetido ao risco constante de ser cooptado, especialmente pelo poder político uma vez que as possíveis alianças realizadas com o Estado, segmentos da sociedade civil organizada ou com empresas privadas tendem a influenciar no desenvolvimento das atividades do núcleo.

A grande influência no ordenamento urbano da cidade está pautada na preocupação com as políticas públicas para o transporte urbano coletivo, mobilidade e acessibilidade social aos espaços públicos da cidade considerados como de difíceis acessos para a população mais pobre, conforme vimos no mapa 2, no terceiro capítulo. Isto se constitui como um dos grandes problemas do espaço urbano por condicionar o direito ao uso da cidade por parte dessa população economicamente menos favorecida.

Assim, enquanto a CMP, o MNLM e o MLB se preocupam com as condições de infra-estrutura e equipamentos urbanos (moradia, saneamento, escola, etc.), o NDV está mais preocupado com as adoções de políticas públicas que propiciem a mobilidade urbana da população mais carente através do investimento na fluidez e acessibilidade enquanto formas de inclusão social no contexto da formação socioespacial da cidade de João Pessoa.

5.2 Um olhar geográfico sobre a atuação dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço urbano de João Pessoa⁴⁴.

Diante do que vem sendo observado os Movimentos Sociais Urbanos de João Pessoa são atores sociais que participam da produção socioespacial da cidade, os quais, apesar de possuírem aspectos divergentes quanto à natureza e forma de atuação, têm em comum a preocupação com a dinâmica urbana e a garantia social da qualidade de vida da população mais carente. Contudo, tendo em vista a função social que desempenham, os movimentos estão submetidos ao constante risco de cooptação.

No caso do MNLM, devido ao conflito existente entre a coordenação local e a coordenação nacional, especialmente no que diz respeito à forma de atuação, o movimento está sujeito ao risco de cooptação ideológica. Por outro lado, a parceria que vem sendo estabelecida nos últimos anos junto ao poder público têm resultado numa cisão entre os coordenadores que defendem a importância dessa parceria enquanto estratégia de garantir a inclusão social e àqueles que observam nessa parceria o risco de cooptação política uma vez que o movimento estaria na constante ameaça de não poder atuar de forma autônoma.

A CMP e o MLB estão igualmente sujeitos ao risco de cooptação ideológica, porém de cunho fundamentalista uma vez que o discurso contra-capitalista, em favor da implementação de um sistema socialista de governabilidade, acaba influenciando na tomada de decisões, comprometendo a defesa do interesse coletivo. Assim, o posicionamento político adotado, pautado em valores ideológicos sustentados desde a origem dos movimentos (partidária e sindicalista), tende a tornar os movimentos vítimas das próprias limitações inerentes aos valores políticos adotados,

⁴⁴ Base da informação a partir da análise do questionário (**Apêndice 3**) e da entrevista com grupo focal (**Apêndice 5**)

especialmente na atual conjuntura mundial que já se encontra “enredada pela teia do” sistema capitalista, parecendo improvável o sucesso de outra forma de organização social, política e econômica diante dessa conjuntura.

O NDV, por sua vez, tendo em vista o fato de ter sido institucionalizado e estruturado enquanto ONG está submetido ao risco constante de cooptação política uma vez que se torna vulnerável a influência dos órgãos que fomentam as ações do movimento assim como da própria gestão municipal, responsável pelas decisões sobre o ordenamento urbano.

Os movimentos possuem características comuns e outras distintas com relação à cidade, a estrutura organizacional, metodologia de trabalho e reconhecimento social sobre a influência do movimento.

O primeiro aspecto diz respeito à composição. A coordenação (ou liderança, no caso do NDV) é composta por poucos membros, os quais são responsáveis em definir as ações dos movimentos sociais. Desses, apenas o MNLM demonstrou preocupação com relação ao planejamento na definição das estratégias de ação.

O NDV e o MLB possuem sérios problemas em termos de organização. Além da ausência de uma sede permanente que possa servir de referência as pessoas que necessitam de suas atividades, evidenciaram a existência de contendas quanto à realização das ações. Enquanto o primeiro espera o surgimento da demanda popular para desenvolver suas atividades; o segundo realiza as ações de forma fragmentada e seletiva. Embora a atuação do NDV seja igualmente pontual, o fato do movimento está envolvido na questão do transporte público e implementação de políticas públicas voltadas para a promoção da acessibilidade no espaço urbano, influencia na superação dessas limitações. Já o MLB fica retido na escala local, na qual exerce sua territorialidade a partir do acompanhamento das demandas dos assentados. Mesmo

sendo vinculado à CMP, a falta de uma organização interna e a dificuldade dos componentes em separar a ação do MLB da atuação do CMP influencia negativamente na luta pela firmação de sua autonomia.

A Central de Movimentos Populares possui sua sede no mesmo prédio do partido político no qual seus membros são vinculados (o PSdoB) o que pode influenciar no desenvolvimento das atividades do movimento tendo em vista o risco de transferir a estas os valores e posturas político-partidárias. Já o MNLM possui sede própria, a qual, além de está estrategicamente localizada (rua Duque de Caxias, no centro histórico) tem servindo de referência para a realização de ações articuladas com outros movimentos, além de favorecer a mobilização popular.

Outro aspecto destacado pelos coordenadores do MNLM, NDV e CMP foi a preocupação com a formação de propostas para melhorias das condições de vida da população. O MNLM e o NDV preocupam-se com a elaboração de projetos que são direcionados ao poder público, instituições privadas e ONGs assim como a participação em ações sociais decorrentes de projetos do governo municipal. O MNLM, no entanto, vai um pouco mais além ao se preocupar em elaborar cartilhas voltadas para a qualificação profissional, a exemplo da cartilha de orientação ao cooperativismo (**Apêndice 6**). Já o MLB, embora participe de eventos e fóruns realizados nacionalmente, não desenvolvem projetos. A CMP, mesmo não elaborando projetos, tem auxiliado na realização de propostas de outros movimentos sociais.

Outro aspecto que evidencia as diferenças entre os movimentos diz respeito à perspectiva quanto ao futuro da cidade. O MNLM parte do princípio de que a ação prática através da implementação de políticas públicas é a forma para se obter uma cidade melhor uma vez que reflete uma melhoria na qualidade de vida das pessoas. O MLB e a CMP ressaltam o fator ideológico como um elemento

importante para obter uma cidade melhor sendo este pautado da substituição de um Estado capitalista para um Estado socialista. A CMP acrescenta ainda a importância de investimentos em mecanismos que estimulem a participação popular e da conscientização popular sobre a importância de participar da decisão sobre o futuro da formação socioespacial da cidade. Já para o NDV o futuro da cidade depende da implementação de políticas públicas mais eficientes, especialmente às que são necessárias para atender as demandas das comunidades mais pobres propiciando uma melhor qualidade de vida e mais justiça social para essa população.

Com base nisso percebe-se que o ordenamento urbano da cidade está condicionado ao aspecto econômico-social na perspectiva do MNLM; sócio-política para o CMP, político-econômica para o MLB e o NDV. Tal posicionamento foi ratificado quando perguntamos sobre o principal problema urbano observado pelos movimentos.

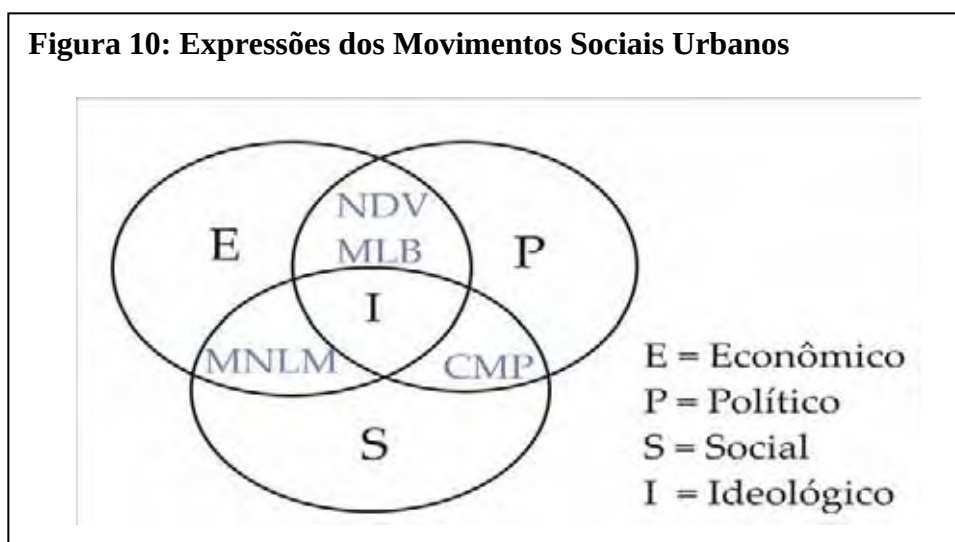
O MNLM apontou a moradia como à demanda de maior prioridade em João Pessoa, confirmando assim uma preocupação econômica e social uma vez que, prioritariamente, corresponde à falta de investimentos para resolução do problema, o qual é social uma vez que atinge a maior parte da população e envolva um fator de ordem política.

O MLB mencionou a questão do emprego refletindo, portanto, uma posição política (luta por transformação do sistema capitalista pelo sistema socialista) e econômica (falta de emprego decorrente da adoção da política capitalista).

A CMP, por sua vez, relacionou como principais problemas a questão do emprego, moradia, segurança e saneamento, refletindo uma relação dos problemas urbanos a questões de ordem política e social, sendo esta última associada como consequência da própria postura política adotada pelo Estado.

Já o NDV, ao associar os problemas urbanos a questão do transporte e segurança, expressa a questão política (ausência de políticas públicas que propiciem uma melhor acessibilidade da população mais carente) e econômica (ao associar a questão da violência como consequência da exclusão social).

É evidente que o elemento ideológico, expresso nas intencionalidades, aparece na interseção entre esses fatores que comandam as ações dos movimentos fazendo com que os fatores políticos, econômicos e sociais estejam, mesmo que implicitamente, presentes nos discursos dos membros dos movimentos. Assim, teríamos o seguinte modelo esquemático (**Figura 10**)



Modelo esquemático elaborado por Xisto Souza Júnior (2007)

Quanto à atuação, os quatro movimentos possuem posições convergentes ao fazerem a opção pela assistência à população mais pobre, residentes principalmente na periferia da cidade, sendo a questão da moradia, seguida da mobilidade urbana, apontada como um grave problema urbano. O MLB, no entanto, ressalta a importância das organizações populares enquanto elementos estratégicos na transformação social. De um modo geral, todos se preocupam em participar dos eventos sobre a questão urbana, sejam eles organizados pelo Estado ou por outros segmentos da sociedade civil organizada. Apesar disso, nenhum dos coordenadores

(ou líderes no caso do NDV) utiliza a articulação entre os movimentos como um espaço próprio para o debate.

Outro aspecto importante diz respeito à questão do reconhecimento da ação desempenhada pelos movimentos. Para os coordenadores do MNLM, através da mídia que divulga as ações de ocupação, apropriação e mobilização, a sociedade percebe o esforço do movimento na luta pela melhoria das condições de vida das pessoas e da formação de uma cidade melhor, embora reconheça que, em muitos casos, as informações são comprometidas por influência política de outros atores sociais. O NDV entende que existe reconhecimento, o qual, no caso do movimento, é ainda maior porque o movimento vem se utilizando do poder da mídia para divulgar as ações e intencionalidades. Já para o MLB e CMP não existe este reconhecimento. O MLB atesta que isso se deve a discriminação e difamação dos movimentos através da mídia que os associa a baderneiros, desocupados, invasores, etc. Para o CMP existe um desconhecimento populacional sobre a função dos movimentos popular e social decorrente da ausência de uma cultura de orientação política por parte da sociedade.

De fato, embora exista o reconhecimento de que a mídia de massa beneficie interesses de segmentos específicos da sociedade, com criatividade e planejamento os movimentos sociais podem se utilizar dos meios de comunicação para expor suas atividades. Quanto ao desconhecimento político por parte da população mais pobre não observamos isso de forma pessimista uma vez que a cada dia as pessoas estão procurando formas de conhecer os seus direitos. A opção pela participação nos movimentos, especialmente pela população mais carente, tem aumentado e com ela a conscientização política sobre os fatores que motivam a luta dos movimentos sociais urbanos.

De um modo geral os movimentos concordam quanto à definição do que seria um movimento social urbano. Para eles, MSUs são movimentos que influenciam diretamente no futuro da cidade ao participarem do processo de produção e reprodução da cidade. Isto converge com as práticas dos movimentos estudados. Dos quatro que classificamos como MSU, três (MNLM, CMP, MLB) exercem uma expressão geográfica ao participarem diretamente da produção do território (escala da moradia), influenciando, por consequência, na dinâmica urbana; e um (NDV) se preocupa com a produção de territorialidades ao lutar pelo direito de acesso ao transporte público coletivo.

Embora o MNLM e MLB não considerarem o NDV como movimento social por ter se institucionalizado como ONG, a Central dos Movimentos Populares considera que, na prática, o NDV realiza ações condizentes com as desempenhadas pelos movimentos sociais urbanos. Tal aspecto é relevante na medida em que proporciona o debate sobre o que seria, tanto na perspectiva teórica como na empírica, mais importante na classificação de um movimento social: sua estrutura ou sua função?

Esta observação nos remete para a necessidade de retomarmos as bases teórico-conceituais que sustentam o entendimento de movimento social enquanto ator geográfico. Conforme trabalhado no capítulo 2, movimentos sociais urbanos são compreendidos como aqueles atores sociais que se expressam geograficamente a partir da produção do espaço (território) de forma a influenciar no ordenamento urbano.

A função social deve, portanto, ser levada em consideração na definição de movimento social. Para o urbano essa função está relacionada a realização de ações que possam influenciar na sua configuração tanto no contexto das formas

(transformações na configuração territorial a partir da ocupação) como no âmbito dos processos.

Com base no que foi apresentado nessa análise, poderíamos sintetizar alguns elementos comuns dos MSUs da seguinte forma (**Quadro 06**).

Quadro 06: Síntese dos aspectos comuns dos MSUs:

	MNLM	CMP	NDV	MLB
Futuro da Cidade	Ação prática através de políticas públicas	Fator ideológico (participação popular)	Políticas públicas mais eficientes	Fator ideológico
Ordenamento urbano (motivos)	Econômico-social	Social e político	Político e econômico	
Demandas	moradia	Emprego, moradia, segurança e saneamento	Transporte e segurança	emprego
Papel da mídia	Existe reconhecimento	Problema de ordem cultural	Existe reconhecimento	Existe má intencionalidade
Conceito de MSUs	São os movimentos que influenciam diretamente no futuro da cidade através de suas práticas (apropriação do território e acompanhamento do processo de urbanização).			

Elaborado por Xisto Souza Júnior (2008)

5.3 A produção da cidade a partir do discurso dos movimentos sociais urbanos⁴⁵.

Já foi atestado que os movimentos sociais urbanos atuam espacialmente produzindo territórios e influenciando na consolidação de novas funções ao espaço urbano. Das relações cotidianas até as grandes reuniões e visitas existem, naturalmente, divergências internas (entre os coordenadores) e externas (relações com outros atores sociais). As ações desempenhadas pelos movimentos são influenciadas por três relações escalares: a individual-familiar, na qual estão

⁴⁵ Base da informação a partir da análise da entrevista com os coordenadores (**Apêndice 4**), projetos DVDs etc.

expressos os valores cotidianos; a coletiva, na qual se efetivam as relações sociais pautadas em ações, debates e participação política e; finalmente, a relação entre a sociedade civil e o Estado nas três escalas federativas: nacional, regional e municipal.

Em João Pessoa, os MSUs têm em comum o interesse na luta por infraestrutura e obtenção de equipamentos urbanos tendo como principais preocupações a solução dos problemas de moradia (MNL, CMP, MLB) e mobilidade urbana, bandeira esta que é defendida principalmente pelo Núcleo de Defesa da Vida (NDV). Tais movimentos possuem algumas características comuns e outras distintas com relação à forma de atuação, estrutura organizacional, metodologia de trabalho e reconhecimento social.

Em seus discursos⁴⁶, os coordenadores dos movimentos apresentaram um contexto no qual se evidencia uma relação direta entre a ação dos movimentos e a produção do espaço urbano. Atestaram um urbano dos excluídos, formado por pessoas que necessitam de um apoio incondicional de segmentos organizados da sociedade civil que trabalhem com questões relacionadas a conquista do direito à cidade, como é o caso dos movimentos sociais urbanos. Para isso, se expressam territorialmente ao realizarem ações que influenciam no ordenamento urbano a partir de ocupações territoriais, promovendo uma nova dinâmica em termos de apropriação do espaço.

A origem dos movimentos urbanos de João Pessoa, assim como os processos norteadores de sua consolidação, influenciou diretamente na forma de participação social no debate sobre a produção do espaço. De um modo geral os movimentos expressam suas práticas a partir de valores políticos, sociais e ideológicos, construídos desde o processo de sua organização e consolidação.

⁴⁶ Análise com base com o discurso do tópico 1: (estrutura, composição e articulação).

O MNLM, conforme já observado, tem sua origem nos fundamentos religiosos e ideológicos da Igreja Católica. Mesmo depois de ter se desvinculado da influência dos preceitos católicos, após perceber que a luta pelo direito à moradia (direito à terra) não poderia ser restrito ao público católico, os membros do movimento ainda reproduzem tais princípios nas comunidades onde atuam, embora atestem que a preocupação esteja pautada no discurso da conquista da moradia e do treinamento (qualificação) dos membros para se tornarem agentes transformadores, independente de crença, gênero, idade, etc.

O MNLM busca valorizar a ocupação enquanto estratégia de ação e a preocupação com a formação da consciência social como subsídio a conquista do direito à cidade através da conquista do direito à moradia. Soma-se a isto a disposição de atuar em parceria com outros movimentos.

Já a Central de Movimentos Populares (CMP), tendo sido originada da ANAMPOS (Articulação Nacional de Movimento Popular e Sindical), apresenta um discurso ideológico próximo ao discurso defendido nos sindicatos ao enfatizar uma posição política radical contra o Estado e contra o capitalismo, defendendo como modelo ideal de governabilidade a implementação de um sistema socialista enquanto alternava viável a conquista da inclusão social.

O discurso dos coordenadores do movimento é, portanto, bem mais impositivo. Ao defenderem uma transformação radical no tipo de política desenvolvido pelos membros do movimento acabam influenciando ideologicamente os movimentos associados. Assim, o movimento, especialmente em João Pessoa, deixa de atuar como agente-articulador para desempenhar ações específicas de ocupação e acompanhamento em comunidades pobres.

Esse foi, inclusive, o motivo alegado pelos coordenadores do MNLM para desvincular o movimento do quadro associativo da CMP, apesar de considerarem como sendo possível a realização de atividades em conjunto com a CMP e os movimentos associados, nos casos em que o objetivo principal seja o de promoção de mais justiça social para as comunidades mais pobres.

Já o NDV possui outra particularidade: por ser originado de uma ONG (SAMOPS) não possui uma bandeira de luta definida, preocupando-se com questões relacionadas à luta pela conquista dos direitos humanos. Tal influência é decisiva na opção pela institucionalização enquanto organização da sociedade civil sem fins lucrativos, de direito jurídico e privado.

Por outro lado, a influência da Igreja Católica, no momento inicial da organização do movimento, foi fundamental para que, mesmo se institucionalizado, o NDV continuasse a exercer atitudes de movimento social a exemplo do voluntariado e da assistência social por demanda. Assim, estruturalmente, o NDV é uma ONG, mas na essência atua como um movimento social, condição esta que nos remete a reflexão do que deve ser levado em consideração enquanto prioritário na classificação de um movimento social urbano segundo a perspectiva da Geografia: sua estrutura ou sua função?

Com relação à cidade e seu potencial de atração⁴⁷ os movimentos têm em comum a identidade com a mesma, apesar de muitos coordenadores não serem pessoenses. Os movimentos observam João Pessoa como uma cidade bonita, segura e grande, embora associem a qualidade de vida na cidade como característica de uma cidade de porte médio; bem vista pelas pessoas, apesar de identificarem poucos pontos clássicos (turísticos-identitário) e os que estão necessitados de uma atenção especial. A praia, o centro histórico, especialmente a lagoa, assim como a cidade

⁴⁷ Análise com base com o discurso do tópico 2: (A cidade e o seu potencial de atração)

baixa (marco zero) são, para os movimentos, os lugares mais importantes de João Pessoa. A falta de infra-estrutura, no entanto, impossibilita um melhor uso do centro histórico. Para o MNLM, tal investimento levaria uma maior aceitabilidade por parte da população.

Um aspecto negativo da cidade de João Pessoa, segundo os movimentos, é a falta de acessibilidade decorrente da ausência de uma ação mais efetiva da administração pública. O investimento estrutural no sistema de transporte se constitui, contraditoriamente, em um avanço e em um retrocesso. Um avanço na medida em que propicia uma melhoria na mobilidade urbana e na qualidade dos serviços prestados a partir da implementação do sistema integrado de transporte público, em parte consequência da atuação do NDV através da promoção de debates, reivindicações e propostas de mudanças nas políticas públicas. Já o atraso estaria relacionado ao descaso quanto ao atendimento das demandas da população mais carente, especialmente no que diz respeito ao valor da passagem, quantidade de veículos coletivos disponibilizados e intervalo entre um veículo e outro.

A segregação socioespacial aparece como um problema comum apontado pelos coordenadores dos movimentos enquanto consequência da própria formação da cidade de João Pessoa e da ausência de políticas públicas que tivessem realmente reduzindo os problemas socioespaciais da cidade, conforme identificado ao longo do segundo e terceiro capítulos.

Isso se deve à ausência de uma política voltada para suprir as necessidades da população proveniente de outros municípios paraibanos, e que resultou no surgimento de ocupações irregulares (1980-1990) e no consequente agravamento das questões urbanas.

A cidade é, na perspectiva dos coordenadores dos movimentos, produzida para os mais ricos, beneficiados nas políticas voltadas para o desenvolvimento urbano, embora tenha ambas as realidades em seu contexto organizacional: de um lado, os ricos (moradores da praia e do centro) e do outro, os pobres que necessitam de ações mais eficazes, especialmente por serem os que mais se preocupam em ficar em dia com as obrigações tributárias. Para os coordenadores, o próprio poder legislativo dificulta uma maior igualdade no uso da cidade ao favorecer a intervenção dos grandes empreendedores sem haver uma compensação para a população mais pobre.

De acordo com os movimentos, em especial o MNLM, quem produz a cidade são os grandes empresários e esta é produzida para a população com melhor poder aquisitivo. Já os pobres são deixados para trás, o que torna importante uma contra-ofensiva por parte dos movimentos sociais urbanos através da ocupação das áreas mais nobres enquanto forma de mostrar ao poder administrativo o descontentamento dos pobres quanto à situação em que vivem. Portanto, eles concebem João Pessoa como uma cidade dos contrastes: entre o rico e o pobre; dos incluídos e os excluídos.

De acordo com os coordenadores dos movimentos, João Pessoa é uma cidade que nas últimas décadas vem sofrendo mudanças significativas em sua configuração territorial em decorrência da atuação de diferentes segmentos sociais, dentre os quais se destaca a participação dos movimentos sociais urbanos através das ocupações, redefinição das funções sociais e atuação como agente propositor de alterações na legislação de políticas públicas, além do debate sobre a definição do que deve ser considerado como propriedade dentro de uma cidade.

Outro aspecto ressaltado é o esclarecimento dos direitos e deveres a serem adotados pelas famílias que participam da ocupação⁴⁸. Para o MNLM, direito e dever são coisas inseparáveis, mas a população é apenas educada para exigir seus direitos. Em alguns setores, como o da moradia, este direito é negado a exemplo do que ocorre com as pessoas que moram em acampamentos ou favelas e que não podem contar com serviços de infra-estrutura e equipamentos urbanos adequados.

Contudo, por falta de uma formação adequada, essas mesmas pessoas não valorizam o espaço conquistado assim como não percebem os motivos que levam a conquista. Além disso, por falta de maiores esclarecimentos, as pessoas pensam em participar das ocupações sem ter noção das dificuldades existentes entre a ocupação e a conquista assim como o sentido de solidariedade uma vez que concebem a conquista como uma posse individual.

O Movimento Nacional de Luta por Moradia é uma proposta de você parar de achar que está sozinho para resolver o teu problema de moradia. Para você, quando for despejada, você acha que o problema é só seu. O movimento é pra gente enfrentar o nosso desafio. Para juntos, a gente organizar e encontrar um local para a gente ficar. Esse movimento somos nós; somos todos nós (...). A gente se reuni e decide onde tá o nosso espaço. Onde tem um pedaço de chão para nós nesse mundo. Nós temos que conquistar o nosso direito de morar, fazer que a terra cumpra o seu papel social.

(Discurso do coordenador do MNLM nacional durante o VII Encontro Nacional de Luta por Moradia realizado em Itapeverica da Serra-SP, entre os dias 21 e 23/05/2004. DVD/Acervo MNLM 00:06:13 a 00:06:46).

Se for definido aqui: vamos pra uma área, chegando lá se organiza e ocupa e ali, primeiramente, não tem essa estória não de dizer: Oh! Aqui no terreno vou fazer uma cerca (...). Esse não é o objetivo. O objetivo é ocupar lá a área (...). A gente não vai querer ocupar para querer construir ali naquele canto desordenadamente, certo? Se a gente conquista aquela área ali mesmo, então a gente vai fazer topografia. Vai fazer um conjunto como no 5 de junho. A gente não ocupa para fazer favela.

(Discurso do coordenador do MNLM-PB durante a formação da Comissão de coordenadores de Patos-PB no dia 31/05/2004. DVD/Acervo MNLM 00:12:14 a 00:12:46).

⁴⁸ Análise com base com o discurso do tópico 3 - (direitos e deveres da população)

Um aspecto importante nesses dois depoimentos é a preocupação da coordenação do movimento em conscientizar a comunidade quanto aos deveres para a realização de uma ação conjunta assim como a preocupação em realizar ações baseadas em planejamento. Dessa forma, procura valorizar a realização de ocupações tendo como intencionalidade a promoção de uma urbanização futura. Demonstram-se, portanto, contrários ao processo de favelização.

Quanto à participação do movimento no desenvolvimento de atividades em conjunto com a prefeitura, a coordenação do CMP observa isso como um problema uma vez que o movimento passa a correr o risco de cooptação, além de reforçar a tendência da reprodução do processo de segregação urbana decorrente das imposições da prefeitura quanto à escolha do local no qual os investimentos são empregados. A escolha é normalmente por setores da periferia, os quais são desprovidos de um sistema eficiente de transporte, infra-estrutura e serviços urbanos. Assim, além de não poder escolher a casa, a população fica impossibilitada de escolher o local de moradia. Para o NDV o problema está no fato da sociedade ser ainda produto de ações individualistas impostas pela mídia, a qual dificulta a realização de ações coletivas. Isso se reproduz no próprio movimento uma vez que este tem a dificuldade de agir de forma articulada.

A principal consequência disso é a dificuldade de se desenvolver ações conjuntas, pautadas em objetos comuns. Com isso, o espaço de ação dos movimentos é um espaço fragmentado, recortado por interesses particulares frutos de intencionalidades (políticas, econômicas e sociais) igualmente particulares, mesmo em locais em que mais de um movimento realiza atividades.

Da mesma forma que a década de 1990 representou um período de mudanças na forma em que o poder público desenvolvia suas políticas, valorizando o planejamento⁴⁹, os movimentos urbanos consolidados no início desse período (MNLM e CMP) desenvolveram uma postura de atuação adaptada a esta nova conjuntura social (consciência da importância do segmento da sociedade civil organizado no ordenamento urbano), político (implementação da política neoliberal e valorização do planejamento em detrimento de ações espontâneas) e econômica (equilíbrio monetário e dependência da ajuda direta do Fundo Monetário Internacional). Tais aspectos passam a caracterizar o universo ideológico desses movimentos.

Um exemplo desse posicionamento ideológico foi, justamente, a importância que passou a ser dada a ocupação e mobilização em espaços públicos (ruas, praças, Órgãos públicos, etc.) e em espaços de debates políticos (encontro nacionais, fóruns, congressos, reuniões, etc.) para discutir o planejamento urbano. Como consequência disso, o novo movimento social deixa de ser um simples agente reivindicador para se tornar um importante agente propositor. Ao contrário do que ocorria em outros momentos, o investimento em oficinas, associado a uma preocupação com a capacitação dos membros do movimento, propicia aos mesmos um conhecimento sobre questões técnicas no âmbito urbano, as quais são fundamentais para exercício desse novo papel de agente propositor.

Em João Pessoa essa mudança ocorre na transição da gestão de Cícero Lucena (2000-2004) para a atual gestão de Ricardo Coutinho (2004-2008) e se consolida nesta última uma vez que o prefeito tem sua formação política iniciada nas relações de base, especialmente por ter sido durante algum tempo vinculado ao movimento social. Além disso, em termos de funcionais, a atual gestão faz a opção

⁴⁹ Análise com base com o discurso do tópico 4 - (política pública e planejamento urbano)

pelo debate político como pré-requisito para a definição das políticas de desenvolvimento urbano, especialmente no que diz respeito aos investimentos na infra-estrutura urbana.

Essa nova conjuntura apresenta-se como um momento ideal para a atuação do movimento de luta por moradia uma vez que, nesse mesmo período, o governo federal passa a se preocupar em tentar amenizar o problema da moradia no espaço urbano, o qual foi agravado pelas diversas falhas nas políticas implementadas durante a década de 1990 ao valorizar o empreendedorismo privado e, com ele, a privatização do espaço e redefinições territoriais, a partir da criação do Ministério das Cidades e da aprovação do Estatuto das Cidades que forneceu aos movimentos populares e sociais, além de outros segmentos da sociedade civil organizada, um novo instrumento de mobilização e reivindicação do direito à moradia a partir da comprovação do não uso social do espaço urbano.

A atual gestão municipal (2004-2008) tem estimulado, portanto, a participação dos movimentos sociais urbanos no debate sobre a produção do espaço⁵⁰. Estes movimentos são motivados pela situação de moradia da população mais pobre, mas também do crescente interesse de pessoas dispostas a participar de organizações sociais enquanto instrumento para lutar por uma cidade melhor. Assim, apesar das gestões anteriores terem favorecido a organização dos movimentos na medida em que, ao se posicionarem de forma opressora e repressiva, as ações dessas organizações sociais, a abertura ao debate e a possibilidade de propor sugestões ao ordenamento urbano foram materializados na atual gestão administrativa, o que possibilitou a consolidação dos MSUs, especialmente os que lutam por moradia (MLB e MNLM), os quais vem se fortalecendo nesses últimos dez anos.

⁵⁰ Análise com base com o discurso do tópico 5: (atuação dos Movimentos Sociais Urbanos).

Os MSUs de João Pessoa possuem objetivos comuns, embora estes sejam expressos de forma diferenciada uma vez que apresentam posturas políticas diferenciadas. Isto dificulta a criação de uma unidade e ação integrada, a qual se concretiza quando do interesse de luta pela conquista de mudanças consistentes na atual conjuntura urbana.

Para os coordenadores do MNLM, o fato de existir movimentos que supervalorizam as decisões políticas no ordenamento urbano e no seu papel social, a exemplo do que ocorre com a CMP, dificulta a definição de uma bandeira de luta comum. Assim, os movimentos acabam lutando por coisas específicas, deixando de lado a luta por objetivos comuns, à exemplo da reforma urbana.

O risco de cooptação é mencionado como outro desafio aos movimentos. Se por um lado a aproximação do poder público, no que se refere a participação na realização das políticas urbanas, pode favorecer o reconhecimento do movimento enquanto ator social; por outro lado, tal aproximação pode levar a limitações no desenvolvimento das atividades. Esta divisão de posicionamento ocorre igualmente entre os coordenadores de cada movimento.

No que se refere aos objetivos dos movimentos, esses não são tão distintos, embora sejam expressos de forma diferenciada uma vez que os movimentos expõem, abertamente, suas posições políticas de forma diferenciada, fato que dificulta a formação de uma unidade de ação (criação de uma bandeira de luta comum), exceto quando o foco da luta e reivindicações estão voltadas para a luta por moradia.

O MNLM é, em João Pessoa, reconhecidamente o movimento social urbano mais organizado. Em parte, isso decorre da capacidade do movimento em se articular tanto verticalmente (diferentes escalas espaciais) como horizontalmente, ao atuar em diversos setores da cidade a partir de parcerias com diversos movimentos.

Os acontecimentos políticos, econômicos e sociais dos últimos anos (2003-2008), no qual o tema moradia se tornou estratégico ao ser associado ao sentido de dignidade de sobrevivência no espaço urbano, têm exercido uma influência substancial na consolidação do MNLM enquanto ator social participante do processo de ordenamento urbano.

A escala de atuação é concebida como um elemento-chave na definição de movimentos sociais urbanos sendo uma vez que esses se caracterizam como atores sociais cujas práticas estão voltadas para uma escala específica (conquista da moradia e habitabilidade), embora estejam efetivamente articulados em diferentes níveis escalares. Assim, embora tenham sua função social relacionada a luta pela conquista do direito de acesso à terra (produção do território na escala da moradia) enquanto bem coletivo, desenvolvem suas práticas a partir de articulações em escalas geográficas diferenciadas.

Para o NDV, a organização é observada como uma das principais dificuldades da realização das ações a que se propõe o movimento uma vez que este tende a reproduzir interesses individuais, submetendo o movimento ao risco constante de cooptação, além da pouca participação da população nas atividades desempenhadas pelo movimento.

No que se refere a posição dos movimentos quanto a participação do desenvolvimento urbano⁵¹, a prioridade está relacionada a socialização da infraestrutura, justamente no setor periférico da cidade por se constituir como o mais favorável a expansão urbana. Para eles, caso esta expansão não venha acompanhada de investimentos em infra-estrutura a tendência é que a cidade cresça de forma desordenada, especialmente no que se refere ao direito à moradia. É nisso que consiste, para os movimentos, o sentido de direito à cidade: a preocupação com o

⁵¹ Análise com base com o discurso do tópico 6: (produção do espaço urbano).

futuro ordenamento urbano e o conseqüente reconhecimento do poder público sobre a importância da participação e influência do MSU nesse processo.

Embora a gestão administrativa da Coligação Decisão Popular (2004-2008) seja fruto de um partido de esquerda, o PSB, a relação entre a prefeitura e os movimentos ainda ocorre de forma insatisfatória, segundo os membros dos movimentos. Isso se deve ao reconhecimento limitado (mais discursivo do que prático) das ações e capacidades dos movimentos sociais quanto à influência no processo de produção do espaço urbano, especialmente no que se refere a uma participação mais efetiva nas decisões sobre a implementação das políticas urbanas. Tem-se como resultado a formação de uma cidade que segrega o mais pobre ao dificultar o seu acesso aos espaços públicos e aos direitos sociais. É justamente a luta contra esta segregação socioespacial que serve de motivação as ações dos movimentos sociais urbanos, apesar deles acabarem reproduzindo esse processo ao serem envolvidos nas práticas e valores que o sustenta.

A tarefa dos movimentos no contexto da produção do espaço urbano é, portanto, a de organizar as pessoas, estimulando o engajamento na bandeira de luta defendida pelos movimentos de forma a conquistar o reconhecimento social da importância da participação desses no processo de produção espaço.

A questão da moradia é o principal problema dessa ação desarticulada entre o planejador urbano (o Estado), que mesmo inconscientemente acaba envolvido nas estratégias dos grandes empreendedores urbanos, e os movimentos sociais urbanos que, além de alertar constantemente para o risco da construção de uma cidade em que se promova a exclusão, têm lutado pela transformação da atual conjuntura socioespacial a partir da efetivação de práticas territoriais.

Assim, a ação territorial dos movimentos sociais urbanos vem se efetivando a partir do acompanhamento das ações desenvolvidas pelo governo ao reivindicarem, quando necessário, a realização de políticas públicas voltadas para o beneficiamento da população mais pobre. As discordâncias políticas existentes se constituem como uma das principais preocupações dos movimentos. Estes, por sua vez, têm por meta a superação dos limites enquanto estratégia para a criação de uma agenda comum entre os movimentos.

5.4 Desafios ao estudo dos movimentos sociais urbanos

Com base em tudo que foi argumentado até o momento tem-se que a eficiência da ação dos MSUs está diretamente relacionada ao emprego da valorização de sete princípios básicos que os caracterizam: o **C O M B A T E** (crítica, ocupação, mobilização, bandeira de luta, articulação, território, estratégia). É com base na atuação pautada nesses princípios que os movimentos se expressam no espaço, participando de sua produção.

Ao assumir como princípio a valorização de um posicionamento baseado na capacidade **crítica** o movimento garante a reprodução de uma imagem de autonomia frente ao poder público e demais atores sociais, independente do contexto político da realidade socioespacial que vivencie. Com tal posicionamento, o movimento reduz o risco de cooptação. Isso não significa que o mesmo deva sempre exercer um papel de opositor das ações do poder público, mas que desenvolva a habilidade de desempenhar uma função de interlocutor entre a sociedade e o governo municipal. Supervalorizar a postura ideológica escondida em posturas políticas pode interferir no desempenho da função social que motivou sua formação.

Em João Pessoa, o MNLM tem expressado à crítica na perspectiva da importância do diálogo e desenvolvimento de parcerias, enquanto o CMP e MLB observam essa participação com ressalvas. No primeiro caso o movimento corre o risco de cooptação por acomodação e perda da identidade, enquanto no segundo caso passa a ser presente o risco de se deixar prevalecer posturas político-ideológicas sobre questões sócio-econômicas.

O segundo princípio que deve orientar a ação dos movimentos é o do direcionamento dos objetivos para realização de **ocupações** uma vez que se constitui como elemento que identifica o caráter de urbano (ação social na produção da cidade) do movimento. O ato de ocupar concebe a este a oportunidade de materializar sua intencionalidade, a qual está expressa na conquista da moradia e se constitui na forma pela qual os movimentos deixam suas marcas no espaço urbano, influenciando no seu redimensionamento e nas próprias decisões sobre o contexto político das decisões sobre formação. Dos quatro movimentos estudados apenas o NDV não valoriza a ocupação como princípio de atuação, por se preocupar apenas com a luta pelo direito da acessibilidade urbana. O CMP, que no contexto nacional age como articulador, atua em João Pessoa a partir de ações práticas relacionadas à realização e acompanhamento da conquista pelo direito à moradia.

Já o terceiro (**mobilização**) se constitui como um dos principais desafios para os movimentos, pois está diretamente relacionado à capacidade de atuação. Esse princípio vem sendo mais explorado pelo MNLM do que pelos demais movimentos que encontram problemas de organização, pré-requisito para promoção de mobilizações. Isso explica os motivos pelos quais o MNLM tem conseguido uma maior expressividade na participação de ações relacionadas ao ordenamento urbano de João Pessoa. Como os movimentos se expressam geograficamente no espaço a

partir da produção do espaço, a mobilização se apresenta como uma opção para se conseguir se conseguir esta expressão de forma integrada.

A **bandeira de luta** se constitui como a espinha dorsal de um movimento social uma vez que é através dela que se expressam os seus valores ideológicos, políticos, sociais etc. Dos movimentos analisados, apenas o MNLM e CMP expressaram a existência de uma bandeira de luta (Reforma Urbana). Sem a definição desse princípio que serve de alicerce a atuação espacial do movimento na produção do território, existe o comprometimento da realização de uma ação eficiente. No caso dos MSUs a bandeira de luta se materializa, de fato, na busca pela reforma urbana sendo a moradia digna um eixo de luta, conforme evidenciado pelos coordenadores do MNLM.

Outro princípio importante é o da **articulação** que permite aos movimentos a mobilidade necessária para se conseguir obter a conquista da luta para qual se propõem. Essa articulação se expressa, principalmente, por motivos ideológicos e políticos. Dos movimentos urbanos de João Pessoa, apenas o MNLM e CMP conseguem desenvolver este princípio, ambos sustentados nos dos elementos mencionados, embora de forma diferenciada.

Para o MNLM o fator ideológico não se apresenta como prioridade uma vez que a resolução dos problemas sociais aparece como meta (conquista da moradia) ao passo em que o posicionamento político é concebido como algo complementar na formação da identidade do movimento. Já para o CMP a situação inversa tendo em vista a grande importância que o movimento expressa a questão ideológica que, por sua vez, sustenta a própria postura política do movimento.

O **território** aparece como um dos princípios-chave na identificação da função espacial do movimento uma vez que integra os demais princípios identificados a partir do momento em que representa a capacidade de influência no

ordenamento espacial. É observando se o movimento expressa esse princípio em suas ações que se torna possível identificá-lo como efetivamente urbano. Esta expressão se materializa na capacidade que o movimento desenvolve quanto a produção e apropriação do espaço, influenciando, portanto, no próprio processo de formação da cidade. Os quatro movimentos estudados demonstraram, a partir de suas práticas, uma preocupação direta com essas questões.

O sétimo e último princípio é o da **estratégia**, o qual está diretamente relacionado à capacidade do movimento planejar suas ações de forma a evitar desperdícios, especialmente no que se refere à imagem social. Assim, agir com estratégia evita o risco de se adotar ações precipitadas e equivocadas, obtendo, portanto, uma maior eficiência nas ações realizadas.

Dos movimentos estudados o MNLM é o que mais se preocupa em expressar esse princípio uma vez que as ações, conforme observado, são realizadas com base na realização da viabilidade espacial, política, social e econômica da ação que busca desenvolver. Por outro lado, a preocupação com o poder da mídia confere aos demais movimentos uma preocupação, apesar de superficial, com a questão do planejamento: seja para evitar situações pejorativas à imagem do movimento; seja como forma de levar ao conhecimento social os princípios do movimento.

Entre os movimentos estudados apenas o MNLM tem na prática do **COMBATE** a constituição de sua identidade enquanto participante do processo de produção do espaço urbano. O CMP aparece em segundo lugar devido à dificuldade de se mobilizar e de agir de forma articulada em consequência dos próprios valores ideológicos que discordam dos adotados pela atuação do movimento em outras escalas. Já o NDV e o MLB são os que possuem maiores dificuldades de se consolidar (ser reconhecido pela sociedade e pelo poder público).

Para finalizar esta análise ratificamos como dois outros grandes desafios para os desenvolvimentos urbanos a precarização atual no mundo do trabalho e a sua afirmação como agente propositivo no debate sobre o ordenamento urbano. Com relação à primeira questão, por não poderem contar com recursos disponíveis que possibilitem o auto-sustento, os membros dos movimentos acabam tendo que dividir a participação no movimento com atividades necessárias à sua sobrevivência o que dificulta o engajamento completo aos valores sociais adotados pelo movimento. Por outro lado, ao assumir uma postura de agente propositor (apresentando alternativas e não apenas problemas) os membros dos movimentos têm conseguido dar uma maior qualidade às ações desenvolvidas. Como consequência, os movimentos sociais urbanos vêm cada vez mais se firmando como ator social estratégico no desenvolvimento urbano.

Considerações Finais

Os argumentos apresentados ao longo do texto apresentaram pelo menos dois aspectos que sustentam à tese de que os movimentos sociais urbanos têm uma participação ativa no processo de produção do espaço urbano sendo, portanto, atores sociais que despertam o interesse ao estudo geográfico de suas ações.

O primeiro aspecto está relacionado ao fato de que esses atores sociais se expressam geograficamente através da realização de ocupações. Assim, ao contrário de outros movimentos que igualmente atuam na cidade, os MSUs têm o território como sendo a sua principal preocupação enquanto sujeitos coletivos. Já o segundo aspecto diz respeito à função social que o movimento possui uma vez que, ao definir a moradia e a acessibilidade urbana como metas de ação, eles assumem uma importante atuação enquanto articuladores entre a sociedade e o poder público no debate sobre a produção da cidade.

A estratégia escolhida para o desenvolvimento da tese, a começar pela escolha do método (o qualitativo), se não foi a melhor, foi àquela que nos possibilitou o acesso a realidade a qual nos dispomos a estudar tendo em vista as limitações espaciais (distância do cotidiano dos indivíduos) e a própria natureza dos atores selecionados para investigação (os movimentos sociais urbanos).

Com relação à primeira limitação, esta corresponde a impossibilidade de participarmos das atividades desenvolvidas pelos movimentos (suas conquistas e angústias), fato que nos levou a leitura das ações dos movimentos a partir de suas expressões (discursos) e não de suas práticas (procedimentos cotidianos), embora estas últimas estivessem contempladas nos discursos. O método qualitativo possibilitou, a partir da superposição de discursos (montagem da matriz discursiva) representada pela leitura dos valores e práticas territoriais dos movimentos

estudados, compreender como estes realizam suas atividades e quais as preocupações que os mesmos apresentam quanto à produção social do espaço.

O segundo fator limitante foi reflexo da impossibilidade de participar ativamente das práticas cotidianas dos indivíduos. Os movimentos sociais apresentam-se como atores que, em decorrência do histórico de luta e resistência, têm dificuldades de aceitar a presença do estranho em seu convívio. As barreiras que são criadas devem ser concebidas como uma forma prudente e compreensível deles preservarem seus valores e garantirem sua sobrevivência. Isso não poderia ter sido diferente conosco tendo em vista o não envolvimento no cotidiano dos mesmos.

A implicação disso está relacionada na obtenção tardia da confiança dos membros que relutaram em fornecer os materiais produzidos (projetos, ações, fotos etc.). Só após vários contatos é que alguns disponibilizaram informações de seus respectivos acervos, com destaque para o MNLM que foi o que mais forneceu informações.

O território foi observado no segundo capítulo como a essência da atuação e identificação dos objetivos dos MSUs. Embora produto de relações e práticas sócio-econômicas conseqüente das relações históricas entre o Estado e os empreendedores urbanos, o território é também concebido como a resultante de práticas na produção do espaço. É, assim, o território da apropriação a partir da ocupação e redefinição das dinâmicas socioespaciais. Os territórios produzidos pelos movimentos sociais urbanos, a partir de suas práticas, influenciam no próprio redimensionamento dos valores que sustentam o desenvolvimento urbano.

De acordo com o observado no terceiro capítulo, a formação socioespacial de João Pessoa influenciou diretamente na identidade dos movimentos quanto à definição dos locais em que estes exercem suas territorialidades assim como nos próprios valores políticos, econômicos e sociais. Os movimentos desenvolvem uma

atividade pautada em duas realidades: por um lado, uma cidade produzida por uma imagem criada pelo poder público e pelas empresas privadas e, por outro, uma cidade escrita pelas impressões espaciais dos excluídos. Tanto numa situação como na outra, João Pessoa é percebida como uma cidade fragmentada e esta fragmentação é também consequência das próprias práticas socioterritoriais dos movimentos.

Na primeira forma de observar a cidade, expressa na venda de sua imagem (“cidade saudável”, “ponto mais oriental das américas”, “segunda cidade mais verde do mundo” etc.), João Pessoa é apreendida pelos movimentos enquanto um espaço produzido para os ricos uma vez que os pobres são colocados às margens desse processo de produção de seu espaço urbano. É, portanto, concebida como uma cidade boa de se morar, pois permite uma boa qualidade de vida.

Porém, os movimentos observam também outra cidade. Uma cidade que ficou às margens das políticas de planejamento urbano, desenvolvida principalmente a partir da década de 1970 através da implementação do planejamento enquanto estratégia de política pública. Observam uma cidade de pessoas excluídas do discurso do imaginário urbano que é reproduzido e vendido como identidade da cidade. Contudo, eles concebem igualmente a cidade como produto de pequenas práticas socioterritoriais originadas por pessoas que se apropriam, de fato, da imagem real da cidade: uma cidade com problemas infra-estruturais cuja população clama por mais justiça social, especialmente no que se refere a conquista de uma moradia digna.

Justiça social e qualidade de vida vão, assim, sustentar os discursos dos movimentos, fundamentando suas bandeiras de luta e eixos de ação sendo a luta pela reforma urbana a síntese dessa relação. A luta pelo direito à moradia é concebida, por sua vez, como um caminho para se obter a reforma urbana uma vez que apreende o conjunto de demandas: conquista da residência, acessibilidade,

saneamento, educação, saúde etc. Em outras palavras, através da conquista de uma moradia digna se conquista igualmente o próprio direito à cidade.

Com base na leitura dos fatores históricos de formação da cidade de João Pessoa pudemos identificar o próprio processo que delineia a ação dos movimentos a partir da apropriação do território. Com base nessas considerações, percebemos, no quarto capítulo, que os movimentos vêm conseguindo obter um reconhecimento social, especialmente por parte da administração pública, embora este ainda se efetive de forma pouco expressiva.

O longo período de consolidação do movimento, associado a pouca experiência com a participação no planejamento público da prefeitura, expressa de forma mais nítida apenas a partir da década de 1970, implicou na ausência do desenvolvimento de competências e habilidades mais qualificadas. O entendimento desses dois patamares não fez parte de nossa preocupação ao longo das reflexões desenvolvidas no presente texto, sendo, assim, um desafio para ser estudado em outro momento ou por outros pesquisadores.

Embora os movimentos exerçam uma influência significativa, especialmente após o início da gestão de Ricardo Coutinho ao longo do quadriênio 2004-2008, eles ainda se deparam com fortes restrições para desenvolvimento de ações mais amplas na cidade, apesar de que tenham obtido alguns progressos no decorrer desse período a partir de experiências que representam as mais importantes conquistas dos movimentos, a exemplo do MNLM que entre os demais é o que mais tem conseguido êxito em suas empreitadas.

Fechamos o quinto capítulo com os relatos dos aspectos mais importantes destacados pelos movimentos no que se refere às relações socioespaciais desenvolvidas e materializadas em práticas sócioterritoriais. Dos elementos-chave expressos pelos movimentos, a intencionalidade se destaca na medida em que

fundamenta os valores ideológicos dos movimentos em sua relação com a produção social do espaço. A intencionalidade constitui-se como a expressão da materialização dos objetivos dos movimentos dando origem a novas intencionalidades.

Dos movimentos estudados, o MNLM se constitui como a principal referência para identificação dos elementos que possibilitam contemplar um movimento como sendo verdadeiramente urbano. Ao se preocupar com o princípio do **C O M B A T E** - ação pautada na **crítica, organização e mobilidade** a partir dos valores relacionados à **bandeira de luta e articulação** e no **território** como expressão de **estratégias** territoriais – o MNLM tem participado efetivamente do processo de produção social do espaço urbano da cidade de João Pessoa. A CMP segue um roteiro aproximado uma vez que em João Pessoa atua como agente produtor do espaço, enquanto o MLB e o NDV apresentam fortes limitações.

A busca pela conquista do território, representado pela conquista do espaço da moradia, enquanto estratégia de conquista do direito à cidade é, portanto, a principal expressão geográfica desses atores sociais. A criação de alternativas que possibilitem uma maior aproximação e reconhecimento social consiste em um dos grandes desafios a ser superado pelos movimentos. O poder da mídia, tradicionalmente utilizado pelos grandes atores políticos para denegrir a imagem dos movimentos, ainda é pouco utilizado pelos movimentos sociais urbanos.

A criatividade, que se constitui como uma das principais qualidades do movimento, se bem utilizada, pode promover uma reversão no discurso que chega ao conhecimento da sociedade. Em João Pessoa isso vem sendo feito através da realização de documentários, publicações em periódicos de circulação local e uso das rádios comunitárias.

Ao geógrafo fica o desafio de explicar o tipo de cidade que vem sendo construída a partir da influência desses atores sociais. O nosso foi o de identificar que tais atores sociais, diante da atual conjuntura socioespacial, têm participado desse processo na medida em que produzem território e influenciam no ordenamento urbano da cidade, participando da formação de uma organização socioespacial cada vez mais complexa.

Assim, ao invés de “fechar uma porta” na observação científica da influência geográfica das práticas sócioterritoriais desses atores sociais, tivemos a preocupação de apontar tendências que podem e devem ser observadas pelos atores responsáveis pelo processo de produção do espaço urbano de João Pessoa, especialmente os movimentos sociais urbanos que nos últimos anos têm tomado para si a responsabilidade de atuar como articulador entre a sociedade e o governo municipal. Para isso, é necessário deixar para os movimentos que participam do processo da produção do espaço urbano a partir da prática do **COMBATE**.

Quem luta por moradia

Letra: Wellington

Música: Salete

“Quem luta por moradia não pode desanimar
Toca sanfona e pandeiro
E não deixa o corpo parar (bis)
Jesus Cristo acompanha
quem a vida entregar.
Quem briga por seus direitos,
ele vem iluminar. (bis)
O governo quer o povo oprimido e sem ação,
Quando alguém abre os olhos,
lá vem a perseguição (bis)
Não tememos seus poderes, destes homens
Incompetentes.
Penso que é banana e bobo, E é quem enganou a
gente (bis)

Quem tem sua casa caindo vive e respira aflição.
E não dorme, só dá cochilos, é grande a solidão (bis)
Agora falo dos sem-teto, que vive na humilhação.
E uma nudez maior, é viver na vida em vão (bis)
As crianças eu conto bem,
sofrem e gemem em silêncio.
Seu destino é sempre a casa,
que mostram muito contentes (bis)
Para falar da mulher, tenho que falar com raça,
Além de não ter a casa, e o marido na cachaça (bis)
Para falar da moradia e omitir o sofrimento,
Prefiro escrever, a negar meus sentimentos (bis)
Confiando em Jesus Cristo, que é homem justo e fiel,
sua terra prometida”

Bibliografia

- AGUIAR, Wellington H. Vasconcelos de. **Cidade de João Pessoa: a memória do tempo**. 3ª. Ed. João Pessoa: Idéia, 2002. 354p.
- AGUIAR, Wellington H. Vasconcelos de; MELLO, José Octávio. **Uma cidade de quatro séculos: evolução e roteiro**. 2. ed. João Pessoa: A União, 1985. 279p.
- AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento Popular de Bairro: de frente para o Estado em busca do parlamento**. São Paulo: Cortez, 1991.
- ANDRADE, Paulo Augusto Falcioni de. **Metamorfose dos centros urbanos: uma análise das transformações na centralidade de João Pessoa-PB (1970-2006)**. João Pessoa, 2007. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana – CT – UFPB). UFPB: João Pessoa, 2007. 150p.
- ARAUJO, Luciana Medeiros de. **A produção do espaço intra-urbano e as ocupações irregulares no conjunto mangabeira, João Pessoa-PB**. João Pessoa, 2006. Dissertação (Pós-graduação em Geografia – CCEN – UFPB). UFPB: João Pessoa, 2006. 203p.
- ARAUJO, Tânia Bacelar. De. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000. 392p.
- AUDI, Robert (Org.). **Dicionário de Filosofia de Cambridge**. Tradução de João Paixão Netto; Edwino Aloysius Royer et. al. São Paulo: Paulus, 2006. 1019p. (Coleção Dicionários).
- BAKHTIN, Mikhail (V.N.Volochínov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem**. Tradução de Michel L. e Yara F. Vieira. 8ª.Ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BAUER, Martin W.; Gaskell, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, Rio de Janeiro: vozes, 2002.
- BORJA, Jordi. **Movimientos sociales urbanos**. Ediciones Siap – Planteos, 1975.
- BRAIT, Beth. **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006. 263p.
- BRASIL, **Planejamento Territorial Urbano e política fundiária**. n.3. Caderno MCidades (Programas). Brasília: Ministério das Cidades, novembro de 2004.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Versão atualizada até a Emenda n. 54/2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 05 out. 2007.
- BRASIL. **Estatuto da cidade**: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. 35p. – (Série fontes de referência. Legislação; n.40).
- BRASIL. Ministério Extraordinário de Política Fundiária. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). <http://www.incra.gov.br>. Acesso em 22 de março de 2008.

BREDARIOL, Celso; VIEIRA, Liszt. **Cidadania e política ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 1998. 171p.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**. Crime, segregação e cidadania em São Paulo, Edusp, 2000. 400p.

CALIXTO, Maria J. M. Silva. **O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS**. 2000. Tese (Programa de Pós-graduação em Geografia/ FCT/ Unesp). Presidente Prudente-SP, 2000.

CARLOS, Ana Fani A., **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001. 368p.

CASTELLS, Manuel. **A Questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Vol. 48. São Paulo: Paz e terra, 2000, 590p. (coleção pensamento crítico)

_____. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2ª.Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (a era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2).

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In. Castro, Iná Elias; Gomes, Paulo C da Costa; Corrêa, Roberto Lobato.(ORGs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 353p.

COUTINHO, Marco Antônio Farias. **Evolução Urbana e Qualidade de Vida**: O caso da Avenida Eptácio Pessoa, 2004. Dissertação (Mestrado/ PRODEMA-UFPB). João Pessoa, PRODEMA, 2004. 220 p. : il.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. 13ª. ed. São Paulo: Afiliada, 2005. 424p.

DALAND, Robert T. **Estratégias e Estilo do Planejamento Brasileiro**. Trad. Carlos Kronauer. 7ª. Vol. Rio de Janeiro: Lidador, 1969.

DESCARTES, René. **Discurso del método**. Lima, Peru: Saber humano, 19 __ __. (colección Saber humano – obras literarias).

DESLANDES, Suely Ferreira; ASSIS, Simone Gonçalves. Abordagens quantitativa e qualitativa em saúde: o diálogo das diferenças. In. Minayo, M.C.S.; Deslandes, S. F. (Orgs). **Caminhos do Pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. p. 195-226. 380p. (Coleção Mulher e Saúde)..

FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000. 318p.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 8, n.6, janeiro-junho, 2005.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. 120p.

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. **Dicionário eletrônico aurélio 5.0**. 3ª.ed. São Paulo: Positivo, 2004. Disponível em CD-ROM < <http://www.aureliopositivo.com.br>

FREITAS, Maria T.; JOBIM E SOUZA, Solange; KRAMER, Sônia (Orgs.). **Ciências humanas e pesquisa: leitura de Mikhail Bakhtin**. v.7. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção questões da nossa época). 112p.

FRIEDMANN, John R. P. **Introdução ao planejamento regional**. Trad. Mário Faustino. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1960. 130p.

GILL, Rosalind. Análise de Discurso. In. Bauer, Martin W.; Gaskell, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, Rio de Janeiro: vozes, 2002. p. 244-270.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 4. ed. Loyola: São Paulo, 2004. 383p.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1993

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400 p.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

HARNECKER, Marta. **Os Conceitos elementares do materialismo histórico: teoria**. 2. ed. São Paulo: Global, 1983. 295p.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. (coleção Geografia e adjacências) 252p.

_____. **Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 12ª. Ed. Tradução de Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2003.

HILHORST, Jos G. M. **Planejamento Regional: enfoque sobre sistemas**. Tradução de Haydn Coutinho Pimenta. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. (189p.).

HONORATO, Rossana. **A cidade entrevista**. João Pessoa: UFPB, 1999. 396p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem da população 2007**. www.ibge.gov.br. Acesso em 19/10/2007.

JACOBI, Pedro. **Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: autonomia e controle vs. cooptação e clientelismo**. In. Boschi, Renato Raul (Org.). **Movimentos coletivos no Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 147-179.

JOÃO PESSOA, **Lei Complementar n. 3 de 30 de dezembro de 1992** (Plano Diretor da Cidade de João Pessoa). João Pessoa: SEPLAN, 1994.

JOÃO PESSOA, **Plano de Desenvolvimento Urbano e Comunitário**. 1º. ao 3º. Capítulo. João Pessoa: Coordenação de Planejamento, 1970.

JOÃO PESSOA, Prefeitura Municipal de João Pessoa. **Plano de Governo (1993-1996)**. SEPLAN/JP: João Pessoa, 1993.

JOÃO PESSOA. Lei n.2.102, de 31 de dezembro de 1975. Institui o Código de Urbanismo integrante do Plano Diretor Físico do Município de João Pessoa, suas normas ordenadoras e disciplinadoras e dá outras providências. In João Pessoa. **Código de Urbanismo**. João Pessoa: SEPLAN, 2001.

JOÃO PESSOA. **Lei Orgânica**. João Pessoa, SEPLAN, 1992.

LEFEBVRE, Henri. **A Cidade do Capital**. Tradução de Maria Helena R. Ramos e Marilene Jamur. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001b. 180p.

_____. **A Revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 181p.

_____. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro, 2001. 145p.

_____. **The Production of space**. Translated by Donald Nicholson-Smith. 2nd. Massachusetts: Blackwell, 1992. 454p.

LEFÈVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **O discurso do sujeito coletivo**. Um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). Caxias do Sul (RS): Educs, 2003. (Coleção diálogos) 256p..

LESBAUPIN, Ivo. **Poder local X exclusão social**: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil. Petrópolis, RJ: vozes, 2000.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. Tradução de Manoel Fernando G. Seabra. São Paulo: Nobel, 1988. (Coleção espaços). 210p.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Novas Direções). 358p.

MAIA, Doralice Sátyro Maia. **O campo na cidade**: necessidade e desejo. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia)

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba**: Lutas e Resistência. Vol. 1. 9ª Ed. João Pessoa: União, 2002. 280p.

MINAYO, Maria C. de S.; (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

_____. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 5ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1998. 270p.

MINAYO, Maria Cecília de; SANCHES, Odécio. **Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade?** Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, 9 (3); 239-262, 1993.

MORAES, Antônio C. R. **Geografia, pequena história crítica**. 12ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MORIN, Edgar. **O Método**. Tradução de Juremir Machado da Silva. 4ª.ed. Porto Alegre: Sulina, 2005. 320p.

NASCIMENTO, Luciana Silva do. **Estratégias do urbano:** educação popular na construção da vida urbana em João Pessoa/PB: a experiência do Núcleo de Defesa da Vida Don Helder Câmara. 2003. Dissertação (Pós-graduação em educação – PPGE/UFPB). João Pessoa: UFPB, 2003. 157p.

OLIVEIRA, Isabel Cristina E. **Estatuto da Cidade:** para compreender. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001. 64p.

OLIVEIRA, Maria Lucia Lopes de Oliveira; FERREIRA, Ronildo Monteiro . **Movimento de Luta pela Moradia da Paraíba.** In. ESCOLA DE FORMAÇÃO QUILOMBO DOS PALMARES. Movimentos sociais e educacionais no nordeste. Recife: EQUIP, 2004. (Série Educação popular). P.139-161

PARAIBA. Constituição (1989). **Constituição do Estado da Paraíba:** promulgada em 5 de outubro de 1989. Atualizada e acompanhada dos textos integrais das Emendas Constitucionais n.ºs. 1 a 18, bem como dos dispositivos e expressões suspensos por medida cautelar e os declarados definitivamente inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. João Pessoa: Assembléia Legislativa, 2005

PARRA FILHO, Domingos; SANTOS, João Almeida. **Metodologia científica.** São Paulo: Futura, 1998.

RIBAS, Alexandre D; Sposito, Eliseu Savério; Saquet; Marcos A. **Território e desenvolvimento:** diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. (p. 15-36)

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: USP, 2005. 171p.

_____. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985. 88p.

_____. **O espaço dividido.** Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979 (Coleção Ciências Sociais).

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 4ª. Ed. Recorde: São Paulo, 200

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo. Razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 308p.

SAULE JÚNIOR, Nelson; CARDOSO, Patrícia de Menezes; GIOVANNETTI, Júlia Cara. **O direito humano à moradia em João Pessoa.** São Paulo: Instituto Polis, 2005. 44p.

SEABRA, Odette C. L. Urbanização e fragmentação: apontamentos para estudo do bairro e da memória urbana. In. SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.) **Urbanização e cidades:** perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2001. p.75-95.

SEARLE, John R. **Intencionalidade.** Tradução de Julio Fischer e Tomás Rosa Bueno. 2ª. Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 391p. (Coleção Tópicos).

SENNETT, Richard. **Vida urbana e identidade pessoal:** los usos del orden. Tradución de Josep Rovira. Barcelona: Península, 19__.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22^a. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 335p.

SILVA, Anderson A.; FERNANDES, Bernardo M. Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra – 2000 – 2004. São Paulo: **ABRA**, v. 32, n. 1, p. 84-105, 2005.

SILVA, Antônio Willamys Fernandes da. **Transformações Urbanísticas em um Bairro Planejado**: O caso do Projeto Habitacional Mangabeira –PB, 2005. Dissertação (UFPB – Centro de Tecnologia – Programa de Pós-graduação em engenharia urbana). João Pessoa: UFPB, 2005. 117p.

SILVA, José Borzacchiello da. Discutindo a cidade e o urbano. In: SILVA, José B (Org.). **A Cidade e o urbano**: temas para debates. Fortaleza: EUFC, 1997. p. 85-92.

_____. **Movimentos sociais populares em fortaleza**: uma abordagem geográfica. 1986. 332p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

SILVA, Luiz (Org.). **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília: ANPOCS, 1983.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 3^a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 560p.

_____. **A prisão e a agora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrad Brasil, 2006. 632p.

_____. **O que é ativismo de bairro?** Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista. 1988. 241p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento Urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004. 136p. (coleção paradidáticos: série sociedade, espaço e tempo).

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Unesp, 2004. 217p.

_____. Pequenas argumentações para uma temática complexa. In: Mendonça, F.; Kozel, Salete (Org.). **Elementos de Epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2004b. 270p. p. 63-76.

TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade**. Tradução Elia Ferreira Edel. 7^a. Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

_____. **Production de la société**. Seuil: Paris, 1973.

_____. **Sociologia de la accion**. Traducción al castellano M. Castells et. al. Barcelona: Ariel, 1969.

VICTORA, Ceres Gomes; KNAUTH, Daniela Riva; HASSEN, Maria de Nazareth. **Pesquisa qualitativa em saúde**: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000. 136p.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel/FAPESP, 2001. 374p.

WAGNER, Philip L.; MIKESELL, Marvin W. Temas da Geografia cultural. In. CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Geografia cultural: um século** (1). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000. 168p. (p. 111-167).

WANDERLEY, José B. **Viabilidade do planejamento regional**. In. Governo do Estado de São Paulo. 1º. Encontro de Planejamento e desenvolvimento regional. Secretaria de Planejamento: São Paulo, 1975. p; 23-31.

APÊNDICES

Apêndice 1 Roteiro das entrevistas e dos questionários.

ENTREVISTA COM OS COORDENADORES

1. O vínculo com a cidade e as perspectivas para o desenvolvimento urbano da mesma.
2. A cidade e seus potenciais de atração no contexto do desenvolvimento urbano;
3. A cidade como produto de seus habitantes: os direitos e deveres na produção do espaço urbano.
4. As políticas públicas e o planejamento urbano: o que deve ser considerado como estratégico para o desenvolvimento urbano da cidade de João Pessoa.
5. A atuação dos movimentos sociais urbanos no processo da reestruturação do espaço urbano.
6. A estruturação urbana da cidade e as estratégias de ordenamento.
7. A cidade, a dinâmica urbana e suas identidades.

ENTREVISTA ENTRE OS COORDENADORES: GRUPO FOCAL

Tópico Guia

1. Muito se diz que a cidade de João Pessoa é uma cidade tranqüila e boa para se morar. Será que isso pode ser tomado como um fato?
2. Uma das principais características de uma organização urbana bem estruturada consiste no reconhecimento e participação de diálogos entre os diversos atores sociais. Como está a cidade de João Pessoa nesse contexto?
3. Um movimento social existe com o objetivo de transformar uma determinada situação (melhorar as condições de vida da sociedade). Em João Pessoa isso vem sendo feito? Como o seu movimento está fazendo? O que tem faltado?
4. Seria possível identificar alguma ordem de prioridade entre as reivindicações? Como trabalhar juntos? É possível? O que falta?
5. Quando se fala de produção do espaço urbano existe uma relação entre luta por infra-estrutura e equipamentos urbanos. O que o movimento social pensa para os próximos anos com relação a todo o eixo sul da cidade?
6. Identifique no mapa o(s) local(is) onde o movimento social atua? Por que atua neste e não em outro? É possível agendar formas de participações conjugadas? De que forma?
7. Quais as maiores dificuldades que um movimento social urbano tem para exercer a sua atuação em João Pessoa? Como superar?

Questionário aplicado junto aos membros dos movimentos sociais urbanos

Cidade de João pessoa - pb

NOME DO MOVIMENTO:

ANO DE VÍNCULO AO MOVIMENTO:

FUNÇÃO DESEMPENHADA JUNTO AO MOVIMENTO:

TEMPO DE RESIDÊNCIA:

CIDADE DE ORIGEM:

SEXO: () M () F

1. Quantas pessoas estão vinculadas, hoje, ao movimento?

.....

2. Quais os papéis desempenhados por essas pessoas? Aonde atuam?

.....

3. Que projetos já foram realizados pelo movimento?

.....

4. Quais as perspectivas do movimento quanto ao futuro da cidade?

.....

5. Quais os locais aonde o Movimento atuam e porque esses espaços e não em outros?

.....

6. De que forma o movimento tem participado no debate sobre a produção da cidade?

.....

Apêndice 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa fará parte da tese que está sendo realizada junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia, da UNESP de Presidente Prudente, São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito, a qual tem por título: **A influência dos movimentos sociais urbanos na reestruturação do espaço urbano de João Pessoa-PB.**

Desta forma, deixo desde já garantido ao participante desta etapa: **entrevista com grupo focal**, o direito a qualquer esclarecimento sobre o estudo em qualquer fase do mesmo; direito de recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa; confidencialidade e anonimato. Deixo também registrado que as informações serão sigilosas e que os participantes não serão identificados e que os resultados do estudo serão utilizados exclusivamente para publicações e encontro científicos, tais como: monografias, dissertações, teses, artigos em revistas científicas, congressos, reuniões além de outras atividades de caráter exclusivamente acadêmico.

Qualquer esclarecimento adicional entrar em contato com **Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior**, a qualquer momento pessoalmente no endereço: Rua Dineza Carneiro Monteiro, 148, Mangabeira I, João Pessoa. CEP: 58.055-710; pelo telefone (83) 3238-6170 ou pelo e-mail: xtojunio@yahoo.com.br.

Diante _____, disso, eu, _____, representante do _____, estando ciente dos motivos apresentados e do compromisso firmado para o uso das informações que estão sendo coletadas, aceito participar da pesquisa acima referida. Data: ____/____/2007.

Assinatura:

Apêndice 3 Análise de Discurso: questionário

	MNLM	MLB	CMP
1. quantas pessoas estão vinculadas ao movimento?	A coordenação está com 10 pessoas. Em relação a militância existem centenas de pessoas nas bases e participam de atividades pontuais, como manifestações e datas comemorativas do MNLM.	Em João Pessoa tem quatro núcleos de base do movimento que reúne 22 companheiros	A CMP é uma Central de movimentos e sua base é formada por entidades e não por pessoas. Hoje têm 23 entidades filiadas;
2. quais os papéis desempenhados por essas pessoas?	Os coordenadores atuam na própria coordenação do MNLM, com poderes para elaborar planos de trabalho (planejamento anual), participam das decisões políticas e negociações com o poder público. Além de atuarem nas bases onde moram, sendo a maioria na periferia de João Pessoa, também tem atuação em outros municípios do Estado.	Cada núcleo tem um coordenador e um secretário de finanças. Atualmente, atuamos com mais evidência nos bairros 13 de maio, Miramar e Grotão	São filiados a CMP os mais diversos movimentos: dos que lutam pela moradia aos portadores de deficiência, passando por movimentos negro, GLBT, de cultura, comunitário e de juventude
3. que projetos já foram realizados pelo movimento?	Projeto em parceria com instituições não governamentais e governamentais, instituições filantrópicas, religiosas e privadas. Projeto com o Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal, Prefeitura de João Pessoa e Governo do Estado para construção de casas: Crédito Solidário. Projeto social de Ação Integrada para sensibilizar (conscientizar) e mobilizar as comunidades, em parceria com a Arquidiocese, através da Asa (Ação Social Arquidiocesana), financiando pelo Misereor, uma instituição Alemã, durou 3 anos, até a chegada do atual bispo: Dom Aldo. Projeto em parceria com Saelpa, com objetivo de conscientizar os moradores dos condomínios do Valentina (É Pra-Morar), com relação ao uso racional de energia elétrica e negociação de dívidas. Projeto em parceria com o CCFD (Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento), uma organização Européia que há anos financia o MNLM.	Já promoveram dois encontros estaduais de habitação popular, um sobre o Estatuto da cidade e três cursos de formação política;	Já promovemos diversos seminários e cursos de formação política – entre eles destacamos os encontros de habitação, organicidade, estatuto da cidade e o seminário sobre gênero
4. perspectivas quanto ao futuro da cidade?	Contribuir para reduzir o déficit habitacional e melhorar a qualidade de vida das pessoas que moram na periferia, com melhorias de infra-estrutura e urbanização, assim como melhoria para toda cidade com uma política de reforma urbana.	Acreditamos na construção de uma cidade melhor a partir do momento em que a lógica do lucro for substituída por uma política que atenda à uma vontade da população. Sem isso a cidade continuará sendo um espaço de conflitos e exclusão;	Acreditamos que à medida que aumenta a participação popular na definição dos rumos da cidade, estaremos mais próximos da cidade que queremos. Hoje, nos preocupa a ausência de uma política de Estado que possibilite essa participação
5. locais aonde atuam e por que nesses locais e não em outros?	Atua na periferia, ou seja, onde se encontram os mais excluídos da sociedade, um público que não tem acesso a moradia digna e qualidade de vida. Trata-se de	Atuam em comunidades pobres, bairros populares, vilas e favelas. Atuamos nesses locais porque acreditamos na força do pobre organizado e na sua capacidade de	A CMP atua por meio dos movimentos e ela filiados

	famílias carentes, sem-teto, faveladas, discriminadas pela sociedade e abandonadas pelo Estado (poder público), por isso a necessidade de atenção prioritária a esse público, que corre risco de despejo e necessita de organização para lutar pelos seus direitos.	transformar a realidade.	
6. participação no debate sobre a produção da cidade?	Tem atuação no Fórum Estadual de Reforma Urbana, participa de encontros regionais e nacionais, elaborando diretrizes para implementar nas cidades onde tem atuação. Além desses espaços luta para participar de todas as conferências das cidades, seminários, congressos e outros eventos que traçam propostas para implementar políticas de desenvolvimento urbano. Também participa de audiências públicas e sessões no legislativo. Porém as formas mais eficientes para intervenção nas cidades têm sido as mobilizações de protesto, reivindicando melhorias habitacionais. Trata-se de pressão com negociação.	Participam do debate da conferência das cidades desde 2003, do Fórum Estadual de Reforma Urbana e temos um membro do movimento no conselho nacional das cidades e no núcleo de revisão do plano diretor da cidade de João Pessoa.	Atualmente participamos ativamente da construção da conferência municipal/estadual da cidade e fazemos parte da comissão executiva da revisão do plano diretor;
7. Principal problema?	Moradia	Falta de emprego	Falta emprego, moradia, segurança, saneamento e transporte
8. a sociedade reconhece a atuação do movimento na produção da cidade?	Porque percebe o esforço do movimento para melhorar a cidade, fazendo intervenções que são destaques na mídia, forçando os governantes e atenderem reivindicações que melhoram a qualidade de vida dos mais necessitados da cidade.	A sociedade não reconhece a atuação do movimento porque não oferece espaços democráticos de participação popular na construção da cidade e porque a imprensa insiste em tratar de forma discriminatória os movimentos e as suas lutas;	Sim, entretanto este reconhecimento não é suficiente graças a falta de uma cultura política que prestigie a participação dos movimentos na produção do espaço urbano.
8a. quem são os movimentos sociais?	ão MSUs: Movimento Nacional de Luta por Moradia, União de Moradia Popular (UNMP), Movimento de Luta nos Bairros (MLB), Central de Movimentos Populares (CMP) e Movimento de Luta pelo direito à moradia	São MSUs: Movimento Nacional de Luta por Moradia, União de Moradia Popular (UNMP), Movimento de Luta nos Bairros (MLB), Central de Movimentos Populares (CMP) Movimento de Luta pelo direito à moradia e Federação Paraibana de Associação de moradores	Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNL), União Nacional de Moradia Popular (UNMP), Movimento de Luta nos Bairros (MLB), Central dos Movimentos Populares (CMP), Movimento de Luta pelo Direito à Moradia, Federação Paraibana de Associações de Moradores.
Existe outro? (8b)	não	Considera ainda como MSUs a CONAM e o MTL	CONAM, MTL e MDM
9 que lugares você mais se identifica?	Lagoa (Parque Solum de Lucena) e a Praça dos Três Poderes, pois são lugares onde os movimentos costumam realizar protestos mobilizações populares.	Com a comunidade onde atuamos e com a lagoa.	Com o centro histórico e com a orla.

Apêndice 4 Análise de Discurso: entrevista com os coordenadores

Como é a estrutura, composição e articulação do movimento?		
MNLM	CMP/MLB	NDV
O movimento nasceu da pastoral da Igreja Católica (1992) e resolveu assumir uma posição independente (1993) quando percebeu que a luta por moradia não poderia ser restrita apenas ao público católico uma vez que é uma demanda da população em geral. O movimento está presente em 22 Estados da Federação, em nove municípios da Paraíba e em quase toda a cidade de João Pessoa tendo em vista a situação da cidade. A atuação está voltada para o trabalho de formação e conscientização das pessoas que conquistam a moradia, além de treinar os militantes para ser agentes transformadores sendo isso feito através de encontro estaduais nos quais são feitos balanços da atuação. Algumas pessoas pensam que o movimento é uma empresa e se associam pensando que vão ganhar dinheiro, porém quando observam que o trabalho é voluntário desistem. O movimento possui um parceiro uma entidade francesa (o Comitê Católico contra fome e pela vida) que auxilia financeiramente o movimento para que este desenvolva suas atividades.(p.1)	Originada a partir da organização de pessoas que faziam parte do movimento sindical, através da ANAMPS (Articulação Nacional do Movimento Popular e Sindical), a CMP é uma entidade que tem por objetivo unificar as lutas de todos os movimentos sociais pela defesa de políticas públicas originadas com a participação desde o processo de criação, embora possua também lutas específicas. É organizada nacionalmente e tem como um dos principais princípios a diversidade sendo composta por coordenadores. Em João Pessoa, a CMP é composta por sete coordenadores.(p.1)	Originado do SAMOPS (Assessoria de Movimentos Populares) o NDV luta pelos direitos humanos, mas prioriza a questão do transporte público que é uma demanda por conta da natureza do bairro sede (bairro dormitório) e se estrutura em um regime presidencialista.(p.1)
A atual gestão tem se apresentado disposta a atuar em parceria com os movimentos. Enquanto ela tiver esse posicionamento nós a apoiaremos, mas quando deixar de fazer política a gente vai bater na porta do governo seja ele quem for. O Movimento está desvinculado da CMP porque ela deixou de fazer o papel que deveria (Coordenadora) e passou a atuar como movimento social. Isso não impossibilita uma ação conjunta quando for uma causa de interesse da população uma vez que os movimentos precisam deixar de olhar apenas para os objetivos particulares.(p.2)		O NDV surgiu para ocupar uma lacuna deixada por outras organizações e atua em toda a cidade e tem como característica a luta pela eficácia da política pública e não por uma questão pontual como ocorre com outros movimentos.(p.1)
Resultante de uma marcha realizada em Brasília, a qual reuniu nove mil pessoas, o crédito solidário corresponde a um exemplo de conquista dos movimentos de luta por moradia uma vez que, através de financiamento, favorece o acesso a moradia a pessoas que recebem de um a três salários mínimos. Como essa		

conquista não contemplou as pessoas que moram nas ocupações, por ganharem menos do estabelecido, houve novas mobilizações que resultaram na aprovação da resolução 460. Pautada na parceria entre o governo Federal e prefeituras essa resolução garante o direito à moradia para as pessoas mais pobres. Para o movimento, as casas não devem ser entregues de graça. Ao contrário, o povo deve fornecer uma contrapartida uma vez que fazendo isso estará ajudando outras famílias a saírem também da dependência do aluguel sem ter que ocupar terreno. Para isso, o movimento lutou para criação de um fundo de habitação que possibilite coordenar a política habitacional o qual seria gerenciado pelos movimentos sociais e pelo governo municipal. A ocupação de terra é feita por necessidade e não por gosto.(p.3)		
---	--	--

A Cidade e seu potencial de atração		
MNLM	CMP/MLB	NDV
Por todos terem vindo de uma mesma origem (sem-teto) os coordenadores tem um compromisso de sempre colocar o movimento para frente. Para isso, investem na formação. Acreditam que atual gestão seja um governo que faça a vontade do povo, especialmente no que se refere a moradia.(p.4)	Por ser uma cidade grande, João Pessoa é uma cidade bem vista pelas pessoas, apesar de ter poucos pontos clássicos. O mais importante é a lagoa que, embora degradada, é um espaço democrático.(p.1)	João Pessoa é uma cidade dividida: de um lado é dos ricos (moradores da praia e do centro), beneficiados pelas políticas do governo; e do outro é dos pobres que necessitam de ações mais eficazes e deveriam ter pois, em termos de quantidade, são os que pagam mais impostos.(p.1)
No Brasil, a cidade é para alguns (os mais ricos uma vez que o custo de vida é muito alto). A falta de acesso é motivada pela ausência de uma ação mais efetiva do prefeito que, limitado as exigências da própria legislação, não tem conseguido resolver os problemas da população mais pobre, segregada na periferia. Um desses problemas é a própria questão da segurança. Embora João Pessoa seja considerada uma cidade pacata quando comparada a outras capitais. Contudo, necessita de políticas educacionais e de segurança pública para não se transformar em uma cidade violenta como Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo.(p.4)		Contraditoriamente, o grande avanço para o desenvolvimento de João Pessoa (o investimento na melhoria das vias de circulação) é também o grande atraso ao não levar em consideração que nesses locais existem pessoas que necessitam de uma atenção especial em termos de qualidade de vida.(p.2)
Para o movimento, quem produz a cidade são os grandes empresários que a produzem para os ricos e classe média sendo os pobres deixados para trás o que torna importante dar oportunidade para os pequenos empreiteiros, mesmo a prefeitura não concordando com isso. O movimento tem interesse de ocupar áreas nobres como a da praia como forma de mostrar o descontentamento dos pobres quanto a situação dos pobres. Contudo, a legislação ainda se apresenta como um problema uma vez que favorece os grandes empresários.(p.5)		
A praia e o centro histórico, especialmente a cidade baixa onde a cidade nasceu, são os lugares mais importantes de João Pessoa. A falta de infra-estrutura, no entanto, impossibilita um melhor uso do centro histórico. Assim, a cidade baixa deveria receber um melhor investimento do governo para que a cidade tivesse uma aceitação de 100%.(p.5)		

A Cidade como produto dos seus habitantes: direitos e deveres na produção do espaço urbano		
MNLM	CMP/MLB	NDV
Direito e dever são coisas inseparáveis, mas a população é apenas educada para exigir seus direitos. Para alguns setores, como a moradia, o direito é negado como acontece com as pessoas que moram nas ocupações e são privados do direito a uma casa boa. É fundamental que toda a família passe por um processo de formação para que ela saiba o que está ganhando, porque está ganhando e quem foi que deu e porque veio isso para ela e, assim, ela não pensaria que veio de graça. Infelizmente, a falta de recursos do movimento impossibilita que sejam feitas oficinas para impedir à prática de venda do bem conquistado.(p.6)	A atual gestão fornece mais situação de esperança do que a gestão do governo do PSDB nas políticas e estratégias do desenvolvimento urbano, embora, na prática, não esteja existindo uma transformação radical uma vez que tem muitas imposições por parte da prefeitura quanto a questões como o local onde as casas serão construídas ou o próprio modelo de casa.(p.2)	Vivemos em uma sociedade individualista imposta pela mídia e pelos ricos e que dificulta a realização de ações coletivas. O sistema de transporte coletivo, por exemplo, foi planejado para atender o interesse dos grandes empresários de ônibus.(p.2)
	A própria dinâmica do movimento favorece a melhoria de sua participação, seja pela experiência adquirida nas trocas com outros movimentos; seja pelo próprio aprendizado obtido na prática de atuação.(p.2)	Os movimentos têm dificuldade de agir de forma articulada devido ao caráter individualista de cada um. Por conta disso, existe dificuldades de se obter ajuda em favorecimento de uma luta. É por isso que o NDV busca reivindicar o bom funcionamento de qualquer política pública não apenas criticando, mas contribuindo.(p.2)

A política pública e o planejamento urbano: o que deve ser considerado como estratégico		
MNLM	CMP/MLB	NDV
A partir da década de 1990 os movimentos sociais têm se preocupado em ocupar os espaços públicos, especialmente à Assembléia Legislativa, e de participar do debate sobre o planejamento urbano, a exemplo da participação no debate sobre a Lei de Diretrizes Orçamentário, embora muitas vezes isso seja difícil pois têm questões que os movimentos não conseguem entender o que está sendo debatido.(p.7)	Todo o movimento deve lutar para a melhoria de vida da população. Os maiores problemas são nas áreas pobres uma vez que os investimentos são localizados nas áreas nobres da cidade que desperta o interesse da construção civil e dos empreendedores por se tratar de áreas que possibilitam um maior lucro. Isso ocorre porque João Pessoa é uma cidade que vem sendo formada para melhorias nas condições de vida de quem tem dinheiro e de quem financia as campanhas, enquanto o pobre permanece na miséria.(p.3)	A gestão anterior fez muitos projetos, mas não os tirou do papel, ao contrário da gestão atual que vem executando ações, especialmente para os pobres. O movimento, no entanto, continua com reservas uma vez que é apenas a favor da política pública.(p.3)
A atual gestão municipal tem se preocupado muito com a qualidade, especialmente nos setores de transporte público e habitação que vem sendo as prioridades.(p.7)	Assim como ocorre em todo o Brasil, a principal demanda de João Pessoa é por moradia e infra-estrutura urbana, especialmente nas localidades mais pobres resultando na formação de favelas. Com a criação das ZEIS esse problema poderia ser resolvido. Porém, devido a falta de uma participação dos movimentos interfere, as ZEIS não têm resolvido o problema.(p.3)	

Atuação dos Movimentos Sociais Urbanos		
MNLM	CMP/MLB	NDV
O movimento se inicia a partir da necessidade de melhorar a comunidade não tendo, portanto, a preocupação com questões mais gerais como religião, etnia. A participação só vem a se concretizar na atual gestão sem, no entanto, deixar de fazer cobranças ao governo através de propostas de plano de trabalho exigindo o cumprimento do prometido. Um problema que se observa é que alguns movimentos estão dependendo de político o que torna questionável a consideração dos mesmos como movimentos sociais urbanos, além da dificuldade de atuarem em conjunto. A CMP deveria auxiliar nisso se exercesse o papel para o qual foi criada: a de articuladora. O resultado é que estão sendo formados muitos movimentos sem se quer ter uma bandeira de luta: hoje, qualquer um que ser movimento social.(p.8)	O número de movimentos envolvidos com a questão urbana tem aumentado devido ao déficit habitacional e ao interesse do povo em se organizar e luta para a conquista de uma cidade melhor. Os movimentos que mais têm crescido são aqueles envolvidos com a questão da moradia. A articulação desses movimentos tem sido obtida a partir da criação do Fórum Estadual de Reforma Urbana, criado durante a Conferência das Cidades. (p.4)	O MNLM vem deixando de ser um movimento forte na medida em que seus membros vão sendo cooptados pelo poder público que faz isso como estratégia para evitar novas ocupações.(p.3).
Os movimentos sociais urbanos são aquelas organizações que não se limitam em sua escala de ação uma vez que lutam pela conquista de direitos de uma coletividade e não de alguns segmentos espaciais.(p.9)	Ao contrário da gestão anterior que inibia a formação de movimentos, embora não tenha conseguido, pois a opressão serviu de estímulo a organização e mobilização, a atual gestão busca estreitar os laços com os movimentos. Para isso, tem estimulado a participação de pessoas originadas do movimento na própria gestão. (p.4)	Os movimentos não conseguem atuar em toda a cidade e são poucos que estão organizados. O individualismo e a cooptação historicamente implementado inibe a participação popular sendo poucas as pessoas dispostas a atuar coletivamente e os organismos que são para defender, não defendem.(p.3)
Ao buscar sempre a articulação o MNLM exerce, algumas vezes, a função que deveria ser exercida pela CMP e busca sempre investir na qualificação dos seus membros (p.9)	Os movimentos sociais urbanos de João Pessoa possuem objetivos comuns, embora estes sejam expressos de forma diferenciada uma vez que tais movimentos apresentam posturas políticas diferenciadas. Tais diferenças políticas dificultam a criação de uma unidade. Esta unidade, por sua vez, apenas se concretiza com a experiência obtidas nas lutas pela obtenção de um mesmo objetivo: conquista da moradia. (p.5)	O NDV tem se preocupado com questões da cidade e não apenas do bairro de Valentina. (p.4)
	A forma de atuação do movimento é focalizada uma vez que atuam apenas em alguns bairros da periferia (Treze de maio, Miramar, Cruz das Armas e Rangel). Na medida em que o número de militantes vai crescendo, cresce também os espaços de atuação. (p.5)	O MNLM é um dos movimentos mais fortes de João Pessoa (p.4)
	Considera os movimentos a partir de suas práticas. (p.5).	

Metas para se atingir o desenvolvimento urbano da cidade		
MNLM	CMP/MLB	NDV
A questão habitacional é o principal problema da cidade pois se constitui como o elemento essencial para a sobrevivência das pessoas (p.9).	A prioridade da ação do movimento é a socialização da infra-estrutura justamente para a área periférica que constitui o espaço mais favorável a expansão urbana. Caso essa expansão não venha acompanhada de investimentos em infra-estrutura, a tendência é que aumente o número de favelas na cidade (p.6).	O cumprimento da lei, inclusive por parte da prefeitura, propicia o ordenamento urbano. A moradia é que mais sofre com o descumprimento da lei devido ao crescimento populacional (p.4)
	Mesmo em uma gestão de esquerda a relação entre a gestão e o movimento depende do aceite da prefeitura no que se refere ao reconhecimento do movimento e da ação prática do movimento no sentido de pressionar para que esse reconhecimento se concretize uma vez que a prefeitura precisa do apoio do movimento para defender a política urbana de acordo com que o movimento almeja.(p.6)	
	O direito à cidade é concedido para quem tem dinheiro. O pobre tem que ficar isolado, preso ao próprio bairro sem poder contar com infra-estrutura adequada. A tarefa do movimento é, portanto, organizar as pessoas para lutar, apesar do movimento ainda ser desconhecido na cidade uma vez que não atua em toda à cidade (p.7)	

Considerações finais sobre a atuação do movimento		
MNLM	CMP/MLB	NDV
O movimento deve acompanhar a ação do governo e reivindicar quando é necessário, especialmente no que se refere a questão da moradia que, embora não seja a única, é a principal bandeira do movimento. Existem discordâncias políticas entre os movimentos e estas devem ser superadas e serão a partir do momento em que os movimentos deixem de olhar para si próprios (p.10)	Devido a falta de informação, existe uma incompreensão sobre o que seja o movimento e isso não vem mais do poder público, mas da educação que recebemos. A sociedade tem hoje um importante papel de protagonizar uma transformação radical na sociedade e essa transformação só vai se dá a partir do momento que as pessoas atuem coletivamente (p.7)	

Apêndice 5 Análise de Discurso: entrevista entre os coordenadores

Muito se diz que a cidade de João Pessoa é uma cidade tranqüila e boa para se morar. Será que isso pode ser tomado como um fato?	
MLB	João Pessoa é uma cidade tranqüila?
É difícil você dá uma opinião generalizada. Eu acredito que João Pessoa pode ser considerada, de fato, uma cidade tranqüila, boa de se morar para certos setores da sociedade. Já para outros setores, eu não posso responder isso e acredito que não seja verdade. Por exemplo: se você chega em um bairro nobre da cidade de João Pessoa, em um bairro de classe média, e vai fazer essa pergunta a um morador desse bairro ele vai dizer que sim, que a cidade é tranqüila, uma cidade agradável de se morar. Agora, se você para um morador de lá da comunidade da Boa Esperança e vai perguntar a mesma coisa ele vai dizer não, porque meu bairro é um bairro extremamente violento. Eu acredito que você tem que ter essas duas visões. Para parte da sociedade, de João Pessoa é uma cidade boa, então a resposta é afirmativa. Para outro setor, que é um setor que eu não tenho dados estatístico então eu não posso dizer que é maioria, que é o setor majoritário, mas é um setor que vem crescendo, a resposta é negativa. Não dá para dizer que João Pessoa é uma cidade agradável de se morar por conta das condições de moradia dessa pessoa, do local em que essa pessoa mora e outras coisas. a cidade é construída por esses dois setores: um setor que vive bem; que vive de forma agradável e que a maioria dos recursos públicos é voltado para melhorar ainda mais as condições de vida desse setor; e de outro lado tem um setor que é cada vez mais abandonado pelo poder público; pela própria sociedade que vai caminhando cada vez mais para o fundo do poço.	Id1. João Pessoa é uma cidade boa de se morar (tranqüila) para as pessoas com melhor poder aquisitivo e não tão boa para as comunidades mais pobres. Id2. João Pessoa não seria uma cidade agradável de se morar por conta das condições de moradia das pessoas mais pobres. Id3. A maioria dos recursos públicos é voltado para melhorar ainda mais as condições de vida dos mais ricos enquanto os mais pobres ficam cada vez mais abandonados pelo poder público e pela própria sociedade.
João Pessoa é considerada uma cidade boa de se morar apenas para a parcela da população economicamente mais favorecida o que faz com que os recursos públicos sejam destinados para esse seguimento implicando em melhorias das condições de vida do mesmo. Para os pobres, além de insegura não agradável, as péssimas condições de moradia desfavorece uma boa qualidade de vida.	

MNLM:	João Pessoa é uma cidade tranqüila?
Olha, de uma certa forma eu discordo. João Pessoa, especificamente, é uma cidade boa de se morar. É uma cidade pacata. Claro que existe violência. Agora, se existe violência de um assassinato; de violência corporal, que está enraizada em alguns setores da sociedade. Essa questão da violência corporal tanto está incorporada nas comunidades pequenas quanto na sociedade elitizada. Eu queria colocar que existe um certo preço por parte do poder público para o qual vão essas comunidades carentes porque elas têm que ser tratadas com algo diferencial: tanto na área da educação quanto na área da infra-estrutura, na área social, no sentido de transformar a crise da gente; fazer com que eles e elas façam parte da sociedade, não viva só na sociedade. Eu tenho também a certeza de que a cidade de João Pessoa não se compara ao Recife; Rio de Janeiro; São Paulo.... Claro, violência existe. Se a gente dizer que a Paraíba não tem violência a gente estaria invertendo as situações. Agora eu quero dizer que João Pessoa ainda está uma cidade muito pacata. Claro que por conta da ausência desses instrumentos que eu coloquei fazem com que essa violência venha aumentando mais na área da juventude onde o governo do Estado, o governo Federal, o governo municipal teria que está criando uma política para que esses jovens saia desse local...dessa situação. Vejo por aí.	Id1. Se comparada a outras capitais, João Pessoa é considerada uma cidade pacata e a violência existe tanto para os ricos como para os pobres. Id2. Existe a necessidade de se ter uma atenção especial do poder público com relação as comunidades mais carentes no sentido de transformar a crise atual e permitir que eles se sintam incluídos. Id3. Deve ser dada uma atenção especial aos jovens uma vez que a falta de infra-estrutura torna-os as principais vítimas.
Se comparada a outras capitais, João Pessoa é uma cidade pacata e a violência existe tanto para os ricos, os principais alvos. Existe a necessidade de se ter uma atenção especial do poder público com relação as comunidades mais carentes no sentido de transformar a crise atual e permitir que eles se sintam incluídos, especialmente para os jovens que se tornam as principais vítimas da falta de infra-estrutura.	

Qual a sua posição no que se refere a busca incessante por se criar uma imagem que identifique a cidade como por exemplo o título de cidade mais verde do mundo.	
MNLM	O que você acha da imagem criada para João Pessoa como sendo a cidade mais verde do Brasil?
Os governos fazem com que os movimentos sociais não participem do desenvolvimento do Estado e da Cidade. Entendemos que João Pessoa é uma cidade ótima. É uma cidade verde. Defendemos a questão do meio ambiente eu vejo que ainda faltam muitas coisas, por exemplo, o governo municipal, o governo estadual, ele tem que reconhecer os movimentos sociais para que isso venha se tornar mais presente porque criou-se um dilema que João Pessoa é a cidade mais verde do Brasil. Isso para gente é um elogio muito grande. Agora, o que é que o Estado, o que é que a prefeitura está fazendo para que isso venha se tornar mais presente? e aí aonde é que o Estado está considerando a participação dos movimentos sociais, das organizações sociais que trabalham com a questão social do município. Por que? o MNLM, seção Paraíba, trabalha mais com a questão da moradia em si, não é? Mas, a gente não luta só pela moradia. Luta por transporte, por saúde, pela cidade mais verde para que ela continue, mas eu vejo que ainda falta muito....o governo considerar que esse movimento participe também das decisões municipal e estadual	Id1. Os governos não permitem que os movimentos sociais participem do desenvolvimento do Estado e da cidade e os movimentos precisam desse reconhecimento.
	Id2. João Pessoa é uma ótima cidade e considera-la a cidade mais verde do Brasil é um elogio muito grande.
	Id3. O MNLM da Paraíba não se limita apenas a luta por moradia, mas por outras demandas da cidade.
João Pessoa é uma ótima cidade e considera-la como a cidade mais verde do Brasil é um grande elogio. Os problemas existentes não são apenas da moradia e cabe aos governos considerar os movimentos como atores importantes no desenvolvimento da cidade, coisa que não vem sendo feita.	

MLB	O que você acha da imagem criada para João Pessoa como sendo a cidade mais verde do Brasil?
O fato de João Pessoa ser o ponto mais oriental das Américas não influi em grande coisa no dia-a-dia da cidade. Já o fato dela ser a cidade mais verde do Brasil é um fato mais importante porque influi numa sociedade onde o verde é cada vez menos presente nas grandes cidades, então algo importante porque cria de fato um diferencial. Agora eu acho que o estardalhaço em torno desse fato se deve muito mais para atender o interesse do setor imobiliário, do setor hoteleiro, do setor de turismo do que para proporcionar bem estar para a população. Essa propaganda em torno desse fato de João Pessoa ser uma cidade verde se dá mais para atender esses interesses econômicos: atrair mais interesses externos na cidade e atender, dessa forma, esses interesses econômicos. Agora eu acho que assim, tomado isoladamente, não dá para você ter uma opinião única em torno da pergunta se João Pessoa é ou não uma cidade agradável; se João Pessoa é uma cidade boa ou não. Essa resposta fica facilitada a partir do momento que você compara ela com outras cidades: a Recife, a São Paulo; se você comparar João Pessoa a Campina Grande. Eu acho Campina Grande muito mais agradável que João Pessoa. João Pessoa é uma cidade melhor de se morar do que São Paulo; Belo Horizonte; do que Rio de Janeiro, por exemplo. Agora, a partir do momento em que se toma João Pessoa de forma isolada, sem se comparar com outras cidades, eu acho difícil você ter uma resposta única para a pergunta se João pessoa é ou não uma cidade agradável. Aí, tomando isoladamente, João Pessoa você tem que levar em conta a opinião de várias camadas populares que existem em João Pessoa e que vivem de forma diferente. Não há essa uniformidade da forma de viver dentro de João Pessoa	Id1. O fato de ser considerada a cidade mais verde do Brasil é importante na medida em que o verde está cada vez menos presente nas grandes cidades.
	Id2. A consideração de João Pessoa como cidade mais verde é voltada para atender o interesse dos grandes empreendedores do que atender a necessidade da população.
	Id3. Se comparada a outras cidades João Pessoa é uma ótima cidade, mas, se analisada individualmente, tem que levar em consideração as várias camadas populares.
O fato de ser considerada a cidade mais verde do Brasil é importante na medida em que o verde está cada vez menos presente nas grandes cidades. Porém, a importância disso é mais para atender aos interesses dos grandes empreendedores. Se comparada a outras cidades João Pessoa é uma ótima cidade, mas, se analisada individualmente, tem que levar em consideração as várias camadas populares.	

MNLM	O que você acha da imagem criada para João Pessoa como sendo a cidade mais verde do Brasil?
Desde a década de 1970 a sociedade não organizada elas ocupavam ou ocupam até hoje esses lugares por exemplo beira de maré; beira de lago;....e aí assim, hoje as piores coisas, as situações mais desagradáveis estão justamente nesses lugares que deveriam ser preservados tanto é que existe um projeto para que venha se trabalhar o Porto do Capim aonde nasceu a cidade de João Pessoa como um todo, mas aí, até lá, como essas famílias estão vivendo? Quando dá uma certa chuvinha as casas se alagam; os rios traz todos os dejetos que são colocados na maré. O que o governo do Municipal está fazendo para retirar essa família de lá para que venha se tornar essa cidade mais verde? Não basta só o verde por verde, tem que ter o verde, mas tem que ter também a qualidade de vida.	Id1. Enquanto se associa João Pessoa como cidade mais verde, as piores situações de pobreza se encontram nas comunidades pobres o que compromete a qualidade de vida da população mais carente.
Enquanto se associa João Pessoa como cidade mais verde, as piores situações de pobreza se encontram nas comunidades pobres o que compromete a qualidade de vida da população mais carente.	

MLB	O movimento Social e a produção do espaço
Você cria um argumento para combater os interesses predatórios do setor imobiliário na cidade de João Pessoa. Por exemplo: há uma área verde que querem desmatar para construir um condomínio, então você poderá dizer: “hora, como vamos desmatar uma área verde na cidade de João Pessoa se João Pessoa vive do slogan de ser a cidade mais verde do mundo?” Argumento político para você barrar essa questão do desmatamento da ocupação desordenada; entendeu? eu acho que desse ponto de vista é algo importante porque cria no imaginário popular e cria na sociedade, de uma forma geral, a compreensão de que nós temos que defender o verde pra fazer que João Pessoa permaneça nesse status de cidade mais verde do Brasil e a segunda mais verde do mundo. Do outro lado, eu acho que de certa forma é negativo porque primeiro eu acredito que não se mantém João Pessoa como a cidade mais verde do mundo com esse objetivo de proporcionar bem estar para a população. Não há a compreensão de que nós temos que preservar o verde de João Pessoa porque o povo de João Pessoa merece viver numa cidade agradável. Nós temos que manter o verde de João Pessoa e esse slogan que João Pessoa é a cidade mais verde do Brasil porque isso vai despertar os interesses dos turistas; isso vai despertar os interesses das grandes empresas de construção civil; porque a partir disso eles vão querer construir João Pessoa; vão querer visitar João Pessoa; isso vai dar mais retorno pra o empresariado do turismo; para o empresariado do setor imobiliário e tudo mais, então você acaba preservando o verde para atender os interesses de um setor minoritário da sociedade que é esse setor empresarial ao invés de você preservar o verde no sentido de você proporcionar, a partir disso, o bem estar; uma cidade mais agradável para se viver para o conjunto do povo. Você impedir essa ocupação desordenada que já existe em outras cidades e é ruim porque você acaba fazendo com que esse jargão você ganha a sociedade toda para defender esse jargão, mas na verdade é um jargão que é defendido não pra proporcionar bem estar pra todo mundo, mas pra garantir os interesses de uma parte reduzida da população.	Id1. O slogan de cidade mais verde é político cuja intencionalidade é justificar a necessidade de permanência do verde como forma de inibir a ocupação desordenada e os interesses predatórios do setor imobiliário criando para isso um imaginário social: cidade mais verde do Brasil. Id2. A defesa de cidade mais verde não está sustentada como forma de proporcionar o bem estar da população, mas para atender o interesse do empreendedorismo. Id3. Impedir a ocupação com justificativa neste jargão é ruim na medida em que o que está por trás é o interesse da minoria.
O slogan de cidade mais verde é político e tem como intenção justificar a permanência do verde como forma de inibir a ocupação desordenada e interesses predatórios do setor imobiliário criando este imaginário social voltado para atender o interesse do setor empreendedor. Assim, impedir a ocupação como justificativa neste jargão é ruim na medida em que está por trás é o interesse da minoria.	

MLB	O movimento social e a produção do espaço
Eu vejo pouca atuação do movimento nesse sentido. Talvez isso aconteça por conta dessa fragmentação que existe entre os movimentos. falta uma atuação conjunta do movimento de moradia nessa questão...há movimentos ambientalistas que evidentemente discutem isso, agora um movimento urbano de moradia a atuação deles nesse sentido, nesse setor, é insuficiente; quase inexistente	Id1. A pouca atuação dos movimentos de luta por moradia decorre da ausência de uma atuação conjunta.
A pouca atuação dos movimentos de luta por moradia decorre da ausência de uma atuação conjunta.	

MNLM	O movimento social e a produção do espaço
A cidade de João Pessoa está crescendo. Os movimentos ainda continuam pouco pra a demanda porque muito das pessoas que estão em movimentos são pessoas que vivem desempregados. São pessoas que estudam. O Movimento Nacional, a cinco anos atrás, nós estamos trabalhando exatamente essa temática: não ocuparmos áreas periféricas. Tem que ir para o centro da cidade. Tem que ir, sabe, para o meio das elite mesmo. Tem que dar uma de ousado. Nós estamos trabalhando essa questão de está ocupando esses espaços ociosos dentro da cidade, um acordo que a gente fez com a empresa que está construindo as casas é que cada morador que for para sua casa a empresa estará dando pra ela uma planta para que ela plante na frente da sua casa mas, não é qualquer planta. É uma planta que venha servir, também, de alimentação para aquela família. Não é só uma planta pra servir de sombra ou para manter o verde, mas também que ela venha trabalhar com isso. Então isso é algo que está acontecendo e nós trabalhando isso aí. A entrega vai ser no dia 25 de janeiro....é no Grotão...chamado Colina do Sul.	Id1. A cidade está crescendo e a quantidade de movimentos é insuficiente, em particular pelo fato dos membros terem outros compromissos. Id2. O movimento de luta por moradia defende que as ações de ocupação seja nas proximidades do centro da cidade. Id3. O movimento se preocupa com os espaços ociosos e defende o plantio de árvores frutíferas que sirva de alimento da população.
A cidade está crescendo e a quantidade de movimentos é ainda insuficiente, em particular pelo fato dos membros terem outros compromissos. O movimento de luta por moradia defende que as ações de ocupação sejam nas proximidades do centro da cidade, preocupando-se com os espaços ociosos e defendendo o plantio de árvores frutíferas que sirva de alimento da população.	

MLB	Produção da cidade e o diálogo entre os atores sociais.
Acho que durante muito tempo não houve esse intercâmbio, esse canal de comunicação entre o poder público e a sociedade organizada ou a sociedade de uma forma geral. Acredito que de dois anos para cá houve alguns avanços com a questão do orçamento democrático que eu particularmente acho algo muito limitado ainda, mas do ponto de vista de você comparar com o que havia antes é um avanço. Então eu acho que houve algum avanço nesse sentido: de estabelecer esses canais de diálogo de discussão entre a sociedade e a sociedade organizada e o poder público municipal. A Conferência das Cidades ajuda nesse debate de estabelecer esse canal apesar de como a gente estava falando no começo é um espaço que é ainda muito pouco aproveitado e é dado muito prestígio no sentido que você discute, discute, discute, mas na hora de colocar em prática você pouco coloca em prática; poucas resoluções são concretizadas acho que no sentido de haver plenamente, do ponto de vista do poder público, o estímulo e a promoção da participação popular e ao mesmo de haver por parte da sociedade a plena consciência de que é um cidadão e de que é não apenas um mero habitante, mas é um ator social; um a gente que contribui para a construção da cidade. Acho que essa visão; essa concepção ainda não existe em João Pessoa; nem por parte da sociedade; nem por parte do poder público, apesar dos avanços que houveram de dois anos pra cá, mas eu acredito que ainda não há plenamente desenvolvido essa concepção em João Pessoa como há em outras cidades, onde a participação popular é maior; onde o estímulo a participação popular por parte do poder público também se dá de forma mais evidente.	Id1. O intercâmbio entre a prefeitura e a sociedade civil organizada é ainda recente através do estabelecimento de canais de diálogo. Id2. A Conferência das Cidades é o instrumento que tem propiciado este intercâmbio, embora ainda seja um espaço pouco aproveitado, especialmente em João Pessoa. Id3. As poucas decisões tomadas a partir das discussões na Conferência das cidades decorre da ausência de estímulos a participação popular e da falta de consciência do cidadão quanto a sua importância como ator social.
Apenas com a Conferência das cidades é que se iniciou um processo de relação entre a prefeitura e a sociedade civil organizada, mas em João Pessoa esse espaço ainda é pouco utilizado, especialmente no que se refere a decisões a partir dos debates estabelecidos: seja pela falta de um maior estímulo à participação popular; seja pela própria consciência do cidadão quanto a sua capacidade de se tornar um ator social.	

MNLM	Produção da cidade e o diálogo entre os atores sociais.
O governo municipal não se compara a outros governos que já passaram por aqui. É um governo que de uma certa forma tem escutado os movimentos sociais; tem escutado a sociedade como um todo nessa forma aí do orçamento democrático porque que já viu na história de João Pessoa as comunidades; o governo se preocupar de vir para a comunidade; de se colocar a disposição; de dizer olha, diga aqui os problemas, mesmo que a gente não resolva, mas a gente está escutando. E aí foi criado isso aqui em João Pessoa. E aí eu acho que os movimentos sociais a gente não está sabendo utilizar-se desse processo, ou seja, a gente infelizmente quem já viu na história da cidade de João Pessoa você entregar o PPA a câmara municipal aonde se faz todo um relatório a um orçamento X. Claro que ainda falta muita coisa, por exemplo, ali a sociedade precisava saber quanto é que um prefeito ganha....quanto é que sai, isso é uma forma de controlar e da sociedade saber quanto é que cada gestor está recebendo pra executar aquela função. Eu vejo isso como um ponto importante e aí eu até digo que os movimentos sociais têm que se apoderar disso para que isso saia da questão municipal e vá para questão estadual, por que? Porque diversos movimentos não vive só em João Pessoa, não tem atuação só em João Pessoa, não é? Então eu vejo que isso está sendo bom para cidade de João Pessoa como um todo. Claro que falta muita coisa para melhorar. Outra coisa, a sociedade não estava apta a participar disso. É algo novo que vem para a sociedade..	Id1. A atual gestão municipal diferencia-se das anteriores pois, pela primeira vez, se tem uma gestão que está disposta a escutar os movimentos sociais Id2. Os movimentos sociais não estão sabendo se utilizar desse processo e precisam se apoderar desse espaço de diálogo, especialmente pela atuação não se limitar a escala municipal. Id3. Falta ainda muita coisa para melhorar uma vez que a sociedade ainda não está apta a participar disso uma vez que ainda é algo novo.
A atual gestão municipal diferencia-se das anteriores porque, o poder público está disposto a escutar os movimentos sociais, o que tem sido dificultado pela falta de uma maior experiência de ação participativa por parte da sociedade, inclusive os próprios movimentos que não estão sabendo se utilizar desse processo e precisam se apoderar desse espaço de diálogo, especialmente pela atuação não se limitar a escala municipal.	

MLB	Sobre a participação do movimento na administração pública.
Eu não sou contra que o movimento participe de administração pública. Particularmente eu defendo que, de certa forma, é bom.. Agora eu acho que tem que ser de uma administração de um governo que ele estimule; que ele promova a participação popular e que ele seja de fato um governo popular e democrático, digamos assim. Agora se for no sentido de você chamar as lideranças do movimento para participar da administração com o objetivo de cooptar esses movimentos, ou de você minimizar a atuação dos movimentos ou de você paralisar de certa forma o movimento por conta do movimento está na administração pública, eu acho isso extremamente negativo pra o movimento e pra a sociedade de uma forma geral porque a partir do momento em que você coopita o movimento pra dentro da administração pública você priva a sociedade, principalmente o povo pobre de lideranças e eu acho que nesse ponto de vista isso é ruim a partir do momento que o movimento participa mas o movimento participa com voz; com poder de decisão; com poder de intervenção na administração pública. Eu acho extremamente positivo. Agora, a partir do momento que o movimento participa por participar sem ter poder de decisão, sem ter poder de interferência, nas decisões do governo eu acho ruim porque, na verdade, os movimentos não estarão cumprindo nenhum papel essencial dentro da administração e a população pobre que é a mais carente é a que o movimento trabalha vai, de certa forma, se sentir carente desse tipo de representação.	Id1. Observa a possibilidade de participação na administração pública como sendo uma coisa boa se a administração for de uma gestão que estimule; que promova a participação popular. Id2. A participação na administração é negativa quando o a inclusão dos líderes é no sentido de cooptar ou minimizar a atuação do movimento e positiva quando permite que o movimento exerça sua condição de ator social participando das tomadas de decisões.
A participação do movimento na administração pública pode ser positiva e negativa. Positiva quando é dado permissão para que o movimento exerça sua autonomia e participe da tomada de decisão. É negativo quando a administração tem como objetivo de minimizar a atuação do movimento a partir da cooptação do movimento.	

MNLM	Sobre a participação do movimento na administração pública.
Esse foi o maior nó entre os movimentos sociais porque nós, os movimentos sociais, foi eles que deram origem a essa administração que está aí. Foi nós que sentamos e fizemos todo o planejamento da questão política da cidade. Então eu acho importantíssimo que os movimentos sociais vá pra dentro para governar, agora com essa responsabilidade que Heron colocou: nós temos que estar dentro não pra ser cooptado nós temos aqui uma representação da CMP e com isso a CMP não pode mais fazer uma ocupação aqui porque tem essa representação. A gente vem lutando pra que aquilo que a gente estamos sofrendo na pele, aquilo se torne realidade no sentido de mudança. Aí a gente deve indicar justamente outras pessoas que não viveram o processo, que não sabem o que é aquilo que vai pra dentro pra primeiro conhecer e depois executar. Eu acho isso um pouco complicado. Eu acho que o movimento nacional tem essa linha: nós indicamos quatro pessoas do Movimento Nacional pra fazer parte do governo, certo? Elas tinham aqui no movimento status de coordenação mas, a partir do momento que foram para o governo deixaram de ser coordenação do movimento, mas se tornaram militante essas pessoas que hoje estão lá no governo e que passaram pela coordenação do movimento nós colocamos que: olhe, vocês vão pra lá com o compromisso de fazer com que esse canal seja um canal aberto entre o movimento e poder público mas, na hora em que o movimento entender que ocupar uma terra da prefeitura, a gente vai ocupar. Na hora que a gente entender que tem que ir pro rádio dizer que o prefeito não está fazendo certo, porque elas têm que entender que tem um papel claro, se o governo não está fazendo a gente também tem que dizer. Desde o momento que esse governo instalou-se aqui em João Pessoa eu ainda não vi nenhum movimento fazer uma ocupação em certo departamento da prefeitura, a não ser que seja um movimento que foi da outra administração que aconteceu quando o governo passado, do Cícero Lucena, perdeu e aí eles começaram a se organizaram em grupo e começaram a infernizar a ocupação. A participação dos movimentos sociais está sendo muito importante. Claro que falta muita coisa ainda, mas elas têm que estar lá com esse esclarecimento. Os movimentos eles têm que ser livre. Se os movimentos deixam de ser livre porque está com um cargo lá num sei aonde é melhor se retirar pra que ele não seja amarrado ao prefeito; ao secretário.	Id1. Os movimentos se sentem responsáveis pela a atual gestão participando inclusive do debate sobre o planejamento da questão política da cidade. Id2. Tem interesse de participar, mas não de ser cooptado uma vez que a participação dos movimentos sociais é importante se os movimentos forem livres. Id3. A luta é para por fim as dificuldades e obtenção de mudanças.
Os movimentos se sentem responsáveis pela a atual gestão participando inclusive do debate sobre o planejamento da questão política da cidade tendo para isto que evitar o risco de cooptação uma vez que a atuação tem que ser livre de forma a por fim as dificuldades e obtenção das mudanças esperadas.	

MLE	Dúvidas e curiosidades sobre a atuação dos movimentos sociais.
Eu particularmente estranhei bastante quando o pessoal do movimento entrou na prefeitura e saiu do cargo de coordenação do movimento, por exemplo, José Martins, Entrou na prefeitura e deixou de ser coordenador. Aí eu estranhei bastante. Eu particularmente acho errado. Acho que o camarada estabelece uma relação muito melhor com o movimento a partir do momento que ele é coordenador e ele é membro da administração pública ao mesmo tempo e você vira membro da administração e sai da coordenação do movimento você enfraquece essa ligação porque uma coisa é você ter um simpatizante ou um militante na administração outra coisa é você ter um membro da coordenação do movimento dentro da administração. Acho que foi errado, mas é uma coisa do movimento e o movimento tem autonomia de decidir e agora quando ele falou qual a concepção do movimento nesse tipo de situação...pra mim tá esclarecido....se eu tivesse uma pergunta a ele eu faria essa: por que o José Martins e a Doraci saíram do movimento? da atuação do dia-a-dia do movimento pra entrar na prefeitura, se eles não poderiam ter ficado ao mesmo tempo dos dois?	Id1. É favorável a participação de coordenadores do movimento como membros da administração pública pois fortalece a relação entre o movimento e a prefeitura.
É favorável a participação de coordenadores do movimento como membros da administração pública pois fortalece a relação entre o movimento e a prefeitura.	

MNLM	Dúvidas e curiosidades sobre a atuação dos movimentos sociais na prefeitura.
A gente temos essa metodologia de trabalho. Você foi indicada pra participar do governo, ótimo, parabéns! Então você vai servir de ponte pra o movimento nacional e pra outros movimentos se for o caso. Tem outros movimentos aí que as vezes dizem assim: puxa vida, em todos os cargos lá tem gente do Movimento Nacional!? vocês parece que querem tornasse donos da prefeitura. Não é isso. Agora, entendemos que é importante que a gente indique. O governo vai analisar se fulano é bom; se não é; se dá, se não dá. Agora, a partir do momento que você sai daqui pra servir a outra organização, o governo especificamente, aqui tem pessoas que participam de outras entidades; elas não deixam de ser coordenadores do movimento. Mas a partir do momento que vai pra o governo você deixa de ser coordenador porque as pessoas que a gente envia pra lá ela não venha dar só suporte ao Movimento Nacional não, ela venha dar suporte a todo tipo de movimento; se aquele movimento “X” ou “B” não tem acesso e se precisar do movimento pra servir de ponte nós estamos de portas abertas pra puxar o caba veio: tá acontecendo isso, isso e isso...vamos ver como pode resolver essa situação.	Id1. O movimento é favorável a participação de seus membros-coordenadores na administração pública desde que não continue como coordenador uma vez que serve de articulador para outros movimentos. Já quando a participação é em outra organização os membros continuam como coordenadores.
O movimento é favorável a participação de seus coordenadores em outra organização, mas quando a participação for na administração pública o vínculo fica sendo apenas como membro uma vez que a missão passa a ser de articulador entre o poder público com qualquer movimento social.	

MLB	Dúvidas e curiosidades sobre a atuação dos movimentos sociais na prefeitura.
Eu discordo¹ porque eu acho que se eu estivesse na administração pública exercendo um cargo lá e tivesse essa situação de ocupação e o prefeito dissesse: olhe, mande o pessoal sair da ocupação, eu entregava o meu cargo na hora porque eu sou uma pessoa do movimento. Na minha opinião, eu presto contas primeiramente ao povo; as pessoas para quem a gente trabalha. Não é ao prefeito que eu presto contas, inicialmente, mesmo sendo da administração pública. A primeira pessoa a quem devo prestar contas é ao meu movimento e ao povo que ele representa. e acho errado a pessoa do movimento está na administração pública e baixar a cabeça pro o prefeito e prejudicar o seu próprio movimento apenas pra atender ao interesse do prefeito com medo de perder o cargo.	Id1. Discorda porque o membro do movimento deve prestar conta apenas ao movimento e não se submeter aos interesses do prefeito com medo de perda do cargo.
Discorda porque o membro do movimento deve prestar conta apenas ao movimento e não se submeter aos interesses do prefeito com medo de perda do cargo.	

É importante se chegar a um diálogo porque quando chegar num momento chave de dizer o que é que vocês pensam eu tenho que ter um discurso comum e acho que esse diálogo serve pra isso....nesse sentido, eu queria saber também o outro lado: o que é que está faltando ao CMP e ao MLB	
MNLM	Dúvidas e curiosidades sobre a atuação dos movimentos sociais na prefeitura.
Um dia desse, eu conversando com uma certa figura e aí a gente as vezes escuta coisas que não deve. E aí uma figura da CMP, hoje, ela está sendo cotada e essa figura hoje não é a figura em si, é o grupo em que essa figura participa e essa figura está sendo cotada pelo governo do Estado fulano aí está querendo se pegar pra se colocar contra a administração municipal. Acho isso errado. Na hora de ser contra, a gente tem que ser porque a gente tem também um ideal. Não sei se vocês do MLB tem alguma dificuldade com relação a essa administração? vocês têm um projeto lá e já procuraram a prefeitura e aí a prefeitura nunca sentou com vocês pra resolver. O nosso pensamento é que “Caba veio vá pra lá pro governo”, mas que ele sirva de base para os movimentos sociais. Isso é uma questão. A outra é: vocês já indicaram alguém de vocês para o governo?	Id1. A posição do movimento não deve ser sempre contrária a administração, em especial porque ela permite o diálogo.
Id1. A posição do movimento não deve ser sempre contrária a administração, em especial porque ela permite o diálogo.	

¹ Usar as fotos da reunião na qual a postura de Heron se modifica: problema -> participação ou não no quadro da prefeitura = risco de cooptação???

MLB	Dúvidas e curiosidades sobre a atuação dos movimentos sociais na prefeitura.
A CMP não tem ninguém na administração municipal nem na estadual. Eu tenho certeza absoluta disso porque nós não tomamos nenhuma decisão a nível de CMP nesse sentido de participar de administração: nem municipal; nem estadual. Um dos grandes problemas é, ao mesmo tempo, uma das grandes qualidades da CMP é que a CMP é uma entidade diversa. A CMP não é um movimento unitário. Ela é composta por diversos movimentos populares. Temos a MLB, tem movimentos de deficientes, tem movimento de negros; movimento de cultura; movimento homossexual e tudo mais. A CMP não pode intervir na decisão de cada movimento. O que existe, e aí eu concordo, é gente de movimentos filiados a CMP na administração municipal. Agora, eles não estão lá representando a CMP. Então não se pode dizer que a CMP está na administração municipal. O movimento filiado a CMP está na administração municipal respondendo pelo seu movimento. O que pode haver é gente filiada ao movimento da CMP. No caso da CMP da Paraíba nós não fazemos parte da administração pública. Nós temos poucos espaços de diálogo na prefeitura e acho que nós deveríamos reconhecer isto, por exemplo, por que não existe conselho municipal das cidades se isso foi tão discutido na última Conferência das Cidades? Se é uma reivindicação do movimento e se é uma necessidade da cidade esses canais de diálogo têm que ser estabelecidos de forma mais clara. Tem o CDU (Conselho de Desenvolvimento Urbano), mas nós sabemos muito bem qual o papel do CDU cumpre aqui em João Pessoa. É um conselho formado fundamentalmente por entidades que não representam o movimento popular que não representa a parcela mais pobre da população. É tudo empresário. As associações que existem lá são todas ligadas à direita..	Id1. A CMP não tem nenhum dos seus membros vinculados à administração pública o que existe são associados de outros movimentos vinculados a CMP que participam da gestão pública. Assim, a CMP não pode intervir nas decisões de seus filiados. Id2. A CMP precisa criar mais espaços de diálogos com a prefeitura. Tem o Conselho de Desenvolvimento Urbano que deveria ser esta porta mas é formado fundamentalmente por entidades que não representam os movimentos populares.
A CMP não tem membros vinculados à administração pública o que existe são associados a outros movimentos vinculados a CMP que participam da gestão pública. Assim, a CMP não pode intervir nas decisões de seus filiados. A CMP precisa criar mais espaços de diálogos com a prefeitura. Tem o Conselho de Desenvolvimento Urbano que deveria ser esta porta, mas é formado fundamentalmente por entidades que não representam os movimentos populares.	

MLB	Perspectivas de criação da agenda comum entre os movimentos.
Esses espaços de diálogos com outros movimentos são fundamentais. É algo que falta aqui em João Pessoa e talvez esteja aí. A gente desembaralhando esse meio de campo que existe entre os movimentos talvez a gente possa avançar bastante. A CMP consegue criar a sua agenda comum, a gente consegue fazer agendas comuns entre os movimentos que fazem parte da CMP, entendeu? E eu acho que o espaço para agendas comuns entre os diversos movimentos. No caso aqui de João Pessoa seria o Fórum de Reforma Urbana que discute não só a questão de moradia, mas discute a cidade de uma forma geral e acho que este espaço meio que desapareceu de um ano pra cá e a gente está retomando agora o Fórum de Reforma Urbana.. Acho que é importante ter esses espaços, mas eu acho que a gente tem que debater mais; tem que discutir mais e eu acho que este ano vai ser importante para a gente avançar nesse sentido por conta das Conferências das Cidades porque a três anos atrás quando houve a terceira conferência a gente conseguiu conformar esse grupo. Conseguiu, de certa forma, criar uma unidade entre os principais movimentos populares. Acho que a gente errou e eu particularmente faço essa autocritica porque eu acho que quando a gente saiu da Conferência Municipal das Cidades é sem amarrar a questão do Conselho municipal das cidades foi um erro grande do movimento. A gente acreditou em uma promessa da prefeitura de fazer, ainda naquele ano, o Conselho Municipal e acabou não fazendo. Eu acho que esse tem que ser o passo adiante do movimento. Nós vamos discutir isso com os outros movimentos a partir do momento que a gente começar a voltar a ser organizado coletivamente para discutir essas coisas, mas eu acho que esse ano vai ser importante para a gente avançar nesse sentido eu posso responder pelo meu movimento, pelo MLB, e respondo pelas decisões que são tomadas coletivamente pela CMP. Quando a gente reúne, senta, na reunião da direção; numa plenária da CMP; em um Congresso da CMP e toma uma decisão. Um movimento que faz parte da CMP que toma uma decisão do movimento entendeu? que seja, no seu ponto de vista, errada, ruim. Eu não posso responder por essa decisão por mais que aquele movimento faça parte da CMP. Nós temos que entender que a posição de um movimento “X” não pode ser confundida como a posição da CMP.	Id1. O espaço de diálogo entre os movimentos é fundamental e necessário em João Pessoa Id2. A CMP consegue fazer uma agenda comum entre os membros dos movimentos Id3. o Fórum de Reforma Urbana e a Conferência das Cidades são bons espaços para se debater a ação conjunta dos movimentos uma vez que se debate a cidade de uma forma geral, o que não vem sendo feito. Id4. O movimento errou quando saiu da Conferência Municipal das Cidades sem definir a questão da formação do Conselho Municipal das cidades.
O Fórum da Reforma Urbana é considerado o espaço de diálogo fundamental e necessário para se debater a ação conjunta dos movimentos em João Pessoa, o que não vem sendo feito nos últimos anos. A CMP consegue fazer uma agenda comum entre os membros dos movimentos e errou quando saiu da Conferência Municipal das Cidades sem definir a questão da formação do Conselho Municipal das Cidades.	

X	6. Identifique no mapa o(s) local(is) onde o movimento social atua? Por que atua neste e não em outro? É possível agendar formas de participações conjugadas? De que forma?	
MNLM		Local e forma de atuação do movimento
Nós temos o prazer de querer atuar em toda a cidade de João Pessoa como um todo, certo? Agora, a gente reconhecemos nosso limite de transporte, recursos que o movimento, por exemplo, não tem uma parceria com o governo no sentido de recursos...então, a gente sabe que para chegar em uma dessas comunidades, no mínimo a gente perde 30 minutos de ônibus. A outra questão é que nós somos abertos pra ir para qualquer uma dessas áreas. Agora o que falta é convite. As vezes a gente não vai lá, toma conhecimento por outras pessoas sobre certo problema. Então, as vezes, é mais por falta de conhecimento mesmo		Id1. Embora o movimento tenha interesse de atuar em toda a cidade, mas não atua por limites financeiros, embora esteja aberto a ajudar qualquer área quando for convidado ou quando toma conhecimento por parte de outras pessoas sobre um determinado problema.
Embora o movimento tenha interesse de atuar em toda a cidade, mas não atua por limites financeiros, embora esteja aberto a ajudar qualquer área quando for convidado ou quando toma conhecimento por parte de outras pessoas sobre um determinado problema.		
MLB		Local e forma de atuação do movimento
O nosso é assim. Há diferenças, em cada bairro, na forma como a gente iniciou a atuação no bairro. Às vezes a gente ver no jornal a matéria de um problema lá e vai lá, entendeu? tentar entrar em contato com a liderança lá que tá a frente do problema. Então a gente entra em contato e a partir daí a gente desenvolve um trabalho. Outra forma é que um companheiro nosso mora em tal comunidade a gente desenvolve um trabalho a partir do local de moradia dessa pessoa: com o desenvolvimento do trabalho, “ah! apareceu um contato em tal bairro” aí vai lá no bairro e desenvolve um trabalho no bairro. Nossa forma de atuação diferencia de bairro em bairro...então, por exemplo, lá no Valentina a gente tem uma feira comunitária. o MNLM trabalha em um lugar a gente trabalha em outro. Então acaba não tendo essa comunicação. As vezes a gente precisa atuar sozinho até para afirmar o movimento em determinada comunidade, mas em outras comunidades e em outras situações a gente pode traçar uma agenda comum. Por mim eu não vejo problema nenhum.		Id1. A atuação é diferente em cada bairro e a escolha do bairro é quando o movimento toma conhecimento do problema através da mídia ou através de um dos membros que moram no local onde o problema aparece.
A atuação é diferente em cada bairro e a escolha do bairro é quando o movimento toma conhecimento do problema através da mídia e contato com a liderança da localidade ou através de um dos membros que mora no local onde o problema aparece. As vezes a atuação é particular para que o movimento possa se firmar na comunidade, embora em algumas situações possa ser firmada uma agenda comum.		Id2. Não atuam na mesma localidade uma vez que precisa ter uma atuação particular para poder se firmar, embora para algumas situações existe uma atuação conjunta.

MNLM	Local e forma de atuação do movimento
Eu vejo que é um grande fragmento do movimento, eu não sei se isso acontece com o MLB, mas essa disputa de espaço: “olha, ali está comigo não tem ninguém que entre porque se entrar vou começar o tiroteio”. A gente uma vez, nós passamos em um local, a gente foi lá fazer uma visita e passamos lá numa situação que vimos lá o pessoal sendo despejado. A gente parou o carro e deu apoio e tal depois, quando a tempestade passou, aí o grupo que tava acompanhando disse: “não, ali quem acompanha somos nós, vocês num pode está ali não, porque vocês acompanha a área da cidade e aqui é área rural”. Então eu disse, puxa vida e agora? Ai colocou logo as famílias contra o movimento. Isso é ruim, porque acima do movimento está a vida de cada um, se o movimento puder acompanhar, acompanha numa boa. E aí nós vamos discutir mais tarde como a gente vai acompanhar.. Se um certo grupo que estava sendo acompanhado pela União achou por bem não querer mais o acompanhamento da União por ‘N’ motivos: “fulano estava mesmo querendo invadir espaço”. E também poderia ser o contrário: poderia ser as duas entidades acompanhando o mesmo grupo. Agora, felizmente, é essa demarcação do espaço.	Id1. Existe uma disputa por atuação no espaço o que influencia na fragmentação da ação dos movimentos.
Existe uma disputa por atuação no espaço o que influencia na fragmentação da ação dos movimentos.	

MLB	Local e forma de atuação do movimento
Acho que seria possível. Insisto naquela discussão do espaço comum de discussão. Acho que a partir do momento que a gente cria esse espaço comum permanente, constante de discussão, eu acho que a gente vai primeiro aparando as arestas: você vai criando uma agenda uma concepção comum do movimento; você vai tirando essas dúvidas, entendeu? preenchendo essas lacunas que existem entre os movimentos. Você vai criando um certo ambiente de fraternidade entre os movimentos porque o que existe hoje ainda é isso há muito essa disputa por espaço. O movimento aqui, de forma geral, não é um movimento consolidado, não podemos dizer que o movimento aqui é o grande movimento. Então, tá todo mundo em vias de consolidação: Uns mais adiantados do que os outros. Há, naturalmente, essa disputa por espaço; por auto-afirmação, entendeu? por você querer se consolidar e tudo mais. Então, como não existe este espaço de diálogo comum então o que vai prevalecer é justamente essa concepção de que o que eu devo fazer é crescer o meu movimento e me afirmar e acaba você não dando espaço pra existir esse intercâmbio entre os movimentos. A partir do momento em que você cria um espaço comum de discussão e você vai criando um ambiente fraterno, de debate com os outros movimentos. Agente cria as condições materiais e as condições objetivas de estabelecer esse tipo de parceria De você atuar em um mesmo bairro e propor uma atividade em conjunto com os moradores do bairro...já que eu atuo em um mesmo bairro, mas em áreas diferentes de um mesmo bairro então a gente pode juntar as duas áreas e fazer um protesto em comum. eu acho que o que falta. É esse espaço comum de diálogo. Permanente. Constante.	Id1. Sente a falta de um espaço comum de discussão para reduzir as lacunas existentes entre os movimentos e se criar as condições ideais de se estabelecer parcerias. Id2. Os movimentos de João Pessoa não são consolidados o que explica essa disputa por espaço como forma de conquistar a auto-afirmação. Id3. A falta de um espaço diálogo comum influencia na concepção de que é necessário investir no crescimento do movimento não existindo espaço para promoção de intercâmbio.
A luta pela valorização de ações particulares que possibilitem a auto-afirmação do movimento, justificada pelo fato de que os movimentos não se encontram consolidados, e a falta de um espaço comum de discussão dificulta a redução das lacunas existentes entre os movimentos. Por consequência os movimentos optam por ações particulares, dificultando o estabelecimento de parcerias.	

MNLM	Local e forma de atuação do movimento
As vezes a gente participamos de agenda comum, mas isso é muito raro. Por exemplo, na criação da Secretaria Municipal de Habitação, e aí a gente do movimento todo dia tinha gente lá porque a gente achava interessante. Aí, aqui e acolá a gente chamava o pessoal do MDM. Aqui e acolá a gente chamava o pessoal da União, não é? E a gente podia. Olha, vamos fazer o seguinte: a gente vamos firmar com o Fórum da criação dessa secretaria. Então, todo dia, por obrigação, tinha que ir lá. Às vezes fazendo um movimento ou alguma coisa dessa natureza. Quando é para, viagens de oficinas, encontros, fóruns, produzidos pela CMP a nível nacional. A gente senta e vai; caminha e vai se embora. Agora o que falta mais é a nível de município. Heron foi feliz quando colocou que a gente é muito frágil com isso, sabe? Não sei se é medo de perder público ou medo de querer mudar as nossas intenções mesmo perder público, cara?. Amanhã tem público, eu acho que é isso. A gente temos divergências políticas, temos que ter porque aquilo que ele acredita talvez não seja aquilo que eu acredito, não é? “A CMP ela tem esse objetivo”, sabe, definir os grupos. Traçar um plano de trabalho, metas; relação com os movimentos sociais, certo? isso foi uma das lacunas que o movimento nacional saiu da CMP. A CMP, a nível de município, ela deixou isso a desejar e aí cada movimento, por exemplo, faria as suas tarefas e as vezes não. Às vezes quando ia para os encontros, ele ia pra se engarfar..	Id1. São raras as vezes que o movimento atua na escala municipal segundo uma agenda comum, o que não ocorre quando existe encontros, fóruns, etc. Id2. O movimento é muito frágil e a dificuldade da ação conjunta talvez seja por medo de perder público. Id3. Existem divergências políticas uma vez que os movimentos são diferentes entre si Id4. Um dos motivos que fez com que o MNLM se desvinculasse da CMP foi fato da CMP não exercer sua atuação de articuladora e outros movimentos acabaram fazendo o papel dela.
O movimento social em João Pessoa é muito frágil e a dificuldade de ação conjunta deve-se, talvez, ao medo de perder público e não as divergências políticas uma vez que estas são naturais na medida em que cada movimento tem posicionamento diferenciado. Existe uma dificuldade de formação de uma agenda comum de atuação na escala municipal e isso se deve ao fato da CMP não exercer sua atuação de articuladora, motivo que fez com que o MNLM se desvinculasse da CMP.	

MLB	Local e forma de atuação do movimento
Essa questão do Movimento Nacional sair da CMP não foi uma questão daqui da cidade. Vocês saíram porque a direção nacional de vocês, nacionalmente, saiu da CMP....mas a relação que a gente tinha aqui com vocês era muito boa. Com Geovani, que era o coordenador do MNLM e era da CMP...e a CMP serve para cumprir esse papel para os movimentos que são filiados a ela. Não que ela não possa fazer isso com os outros movimentos, mas ela consegue fazer isso com os movimentos que são filiados hoje: criar agendas comuns, encontros comuns. Eu acho é que aqui na Paraíba a gente tem esse trabalho. Aonde der para a gente unir os bigodes. A gente une lá. Faz o trabalho; tenta se unir. Quando não dá, paciência.	Id1. O motivo do MNLM ter se afastado da CMP deve-se a uma decisão nacional uma vez que a relação municipal era boa. Id2. Para os movimentos filiados, a CMP exerce o papel de articuladora ao promover uma agenda comum de ação.
A CMP exerce o seu papel de articuladora para os movimentos que estão associados a ela e o afastamento do MNLM é explicado por uma decisão nacional por parte do MNLM e não por motivos locais uma vez que existia uma boa relação entre os coordenadores dos movimentos.	

ANEXOS

TRANSPORTE ALTERNATIVO

Motoristas voltam à Al

Mais de mil condutores autônomos devem lotar o plenário da Assembleia para acompanhar a votação do projeto que regulamentará esse transp

Michelle Amaral
Repórter

Está prevista para hoje, na Assembleia Legislativa, a votação do projeto de lei nº 15.001, que prevê a regulamentação do transporte alternativo no Estado de Paraíba. De acordo com o Sindicato dos Motoristas Autônomos, é esperada a participação de mais de mil motoristas da Grande João Pessoa.

Segundo o presidente do sindicato, Francisco Chagas, a proposta já está na quarta versão e tem sido acompanhada há vários anos. "Os interessados sabem que a proposta está sendo discutida há três anos",

mas não se sabia a data da votação. "A primeira vez que eles entraram com o projeto foi em 1994, mas não foi aprovado", diz Chagas.

O projeto atual é do autor do deputado Valmir Teles (PMDB), e duas outras versões são de autoria de Chagas, então o primeiro a apresentar o projeto, depois da aprovação do projeto, para que a Assembleia possa votar o projeto. O projeto prevê a regulamentação do transporte alternativo por pessoa física e a criação de um sistema de licenciamento para os condutores autônomos.



Representantes do Movimento de Luta pela Moradia na reunião com o prefeito Cláudio Lacerda.

Hoje não haverá protesto

Nas últimas semanas a Associação dos Motoristas Autônomos tem sido alvo de críticas da Assembleia Legislativa. A categoria tem sido vista como uma organização de interesses pessoais, sem qualquer compromisso com a sociedade. No entanto, os motoristas afirmam que a proposta de lei é uma iniciativa de interesse público e que a Assembleia Legislativa tem o dever de votar o projeto.

Além disso, os motoristas afirmam que a proposta de lei é uma iniciativa de interesse público e que a Assembleia Legislativa tem o dever de votar o projeto. No entanto, os motoristas afirmam que a proposta de lei é uma iniciativa de interesse público e que a Assembleia Legislativa tem o dever de votar o projeto.

FALTA DE MORADIA

400 famílias sem teto serão cadastradas em JP

Realizada na noite de 24 de setembro, na Prefeitura Municipal de João Pessoa, a reunião com o prefeito Cláudio Lacerda e os representantes do Movimento de Luta pela Moradia para discutir o projeto de lei nº 15.001, que prevê a regulamentação do transporte alternativo no Estado de Paraíba.

Segundo o representante do Movimento de Luta pela Moradia, o projeto de lei nº 15.001, que prevê a regulamentação do transporte alternativo no Estado de Paraíba, é uma iniciativa de interesse público e que a Assembleia Legislativa tem o dever de votar o projeto.

Além disso, os motoristas afirmam que a proposta de lei é uma iniciativa de interesse público e que a Assembleia Legislativa tem o dever de votar o projeto.

Segundo o representante do Movimento de Luta pela Moradia, o projeto de lei nº 15.001, que prevê a regulamentação do transporte alternativo no Estado de Paraíba, é uma iniciativa de interesse público e que a Assembleia Legislativa tem o dever de votar o projeto.

e mais

A secretária de Trabalho, Projeção Social, da Prefeitura de João Pessoa, afirma que a forma como os motoristas autônomos tem sido tratados é uma afronta à legislação. Ela afirma que a proposta de lei nº 15.001, que prevê a regulamentação do transporte alternativo no Estado de Paraíba, é uma iniciativa de interesse público e que a Assembleia Legislativa tem o dever de votar o projeto.

Segundo a secretária, a proposta de lei nº 15.001, que prevê a regulamentação do transporte alternativo no Estado de Paraíba, é uma iniciativa de interesse público e que a Assembleia Legislativa tem o dever de votar o projeto.

DEBATE

"Os interessados sabem que a proposta está sendo discutida há três anos", afirma Chagas.

Presidente do Sindicato

DEBATE

"Os interessados sabem que a proposta está sendo discutida há três anos", afirma Chagas.

Presidente do Sindicato



Representantes da Comunidade Santa Bárbara fizeram parte da manifestação por melhores condições de moradia

REIVINDICAÇÃO *24.09.2007* *Correio da PB* Moradores de favelas invadem Prefeitura

JOSÉ ALVES

do exodo rural na Paraíba.

Cerca de 200 moradores de diversas favelas de João Pessoa, pertencentes ao Movimento de Moradia, invadiram ontem à tarde o Centro Administrativo Municipal, no bairro de Água Fria, para exigir do prefeito Cicero Lucena, uma política de habitação popular, trabalhos de infraestrutura nas comunidades carentes e a aprovação do Plano Diretor da cidade.

Os moradores de favelas existentes no Valentina Pigueiredo, Cristo Redentor, Alto do Mateus, Ilha do Bispo e Bairro dos Novais entre outros bairros, invadiram o Centro Administrativo Municipal, por volta das 16h00, e se instalaram na recepção do órgão gritando por moradias.

Um dos coordenadores do Movimento de Moradia, Geovani Freire dos Santos informou que todas as famílias que invadiram o Centro Administrativo, estavam dispostas a só sair de lá quando fossem recebidos pelo prefeito Cicero Lucena.

Segundo Geovani dos Santos, a revolta dos moradores das comunidades carentes é por causa do crescimento desordenado da população urbana em decorrência

O problema maior, segundo ele, é que o crescimento desordenado do município atinge milhares de pessoas que não têm condições de adquirir uma casa através dos programas habitacionais promovidos pelos governantes.

Números

João Pessoa, de acordo com Geovani dos Santos, tem uma população de cerca de 600 mil habitantes. "Desse total, cerca de 18% da população necessita de mudanças para adquirir moradias. Nos últimos 20 anos, houve um crescimento de mais de 700% da quantidade de favelas em João Pessoa, totalizando cerca de 200 mil pessoas nessas comunidades", informou ele.

Desde o dia 9 de julho os coordenadores do Movimento de Moradia, entregaram uma pauta de reivindicações ao prefeito da Capital. Como não obtiveram respostas, resolveram radicalizar e acabaram invadindo o Centro Administrativo Municipal. O prédio ficou ocupado das 16h00 até às 18h00, quando o prefeito Cicero Lucena, se comprometeu em receber os moradores do Movimento de Moradia, na manhã de hoje, às 10h00.

LUTA PELA MORADIA

O NORTE 03/07/2002

Sede da Setraps é invadida

Cerca de 200 pessoas protestavam contra o descaso do órgão e reivindicavam moradia e infra-estrutura para as 150 favelas que existem em JP

Ângelo Simões

Repórter

Duzentas pessoas, do Movimento de Luta por Moradia (MLM), invadiram, ontem à tarde, a sede da Secretaria Trabalho e Promoção Social (Setraps), no Centro Administrativo de João Pessoa. Os manifestantes protestavam contra o que eles chamaram de descaso com as comunidades carentes da capital. Eles reivindicam moradia e reurbanização das favelas. Estavam presentes representantes das comunidades Boas Esperanças, Ilha do Riso e Santa Bárbara. No próximo dia 9, os membros da comunidade serão recebidos pelo prefeito Cícero Lucena e pelo seu secretário para resolver a questão.

O coordenador do movimento, Geovani Freire dos Santos, conversou com a secretária Isa Arnóez e apresentou todas as reivindicações do grupo. De acordo com Geovani Freire, a prefeitura não está seguindo o plano diretor da cidade e as favelas estão sofrendo com a falta de estrutura das ruas e casas das comunidades. Ele afirmou ainda que sua intenção é sensibilizar os governantes e a opinião pública, e se não for atendida pelo prefeito da capital vai radicalizar a manifestação. "Estamos pedindo pela melhoria das condições de



Sem-teto e favelados realizaram manifestação em frente à sede da Setraps, no Centro Administrativo

vida destas comunidades. Queremos moradia, água e urbanização para todos", salientou.

O coordenador do MLM acrescentou que João Pessoa possui cerca de 150 favelas. Este número corresponde a mais de duzentas mil pessoas. "A cidade cresce e as autoridades não estão tomando nenhuma providência para melhorar o meio de vida dos moradores", destacou.

Isa Arnóez prometeu que

até o novo encontro vai fazer o possível para que todos os problemas estejam solucionados e que as comunidades que se sentem prejudicadas possam ter as suas necessidades atendidas. "Vamos procurar resolver tudo o que for de nosso alcance. Não vamos ficar fazendo falsas promessas para estas pessoas", frisou. Ela disse ainda que algumas comunidades que estavam no protesto já estão sendo atendidas pela prefeitura.



"A cidade cresce e as autoridades não estão tomando nenhuma providência para melhorar o meio de vida dos moradores"

Geovani Freire

Idéia

FANÁTICA
POR FUTEBOL
FANÁTICA
POR OFERTAS
FANÁTICA
POR VOCÊ

NEOCOMP DURON Completo

1.0 GHZ
128 MB RAM



Cooperativa Instrumento de Luta

O modelo político habilitacional, em vigor no Brasil, permeia-se sendo como principal característica a interferência do Estado para estimular e beneficiar investimentos privados. Hoje, 80% da população se concentra nas cidades, em condições precárias, e não existe uma ação por parte do Estado que estabeleça um controle mais eficaz da propriedade urbana e que criminalize os investimentos clandestinos, a especulação imobiliária, e que garanta o uso, a ocupação e a apropriação do solo de uma forma a obter a justiça social na cidade e o bem-estar de todos os moradores.

Enquanto permanece a inerência do governo federal, diversos estados e municípios vêm desenvolvendo algumas ações para enfrentar o quadro de grande precariedade nas condições das moradias existentes e a falta de recursos para a habitação.

Essas mudanças são motivadas pela pressão dos movimentos populares, fazendo com que os municípios lancem mão de seus próprios recursos organizacionais, para a execução de programas de urbanização de favelas, regularização fundiária, construção de casas etc.

Em muitas localidades, os movimentos conseguiram desenvolver experiências inovadoras de auto-construção e auto-organização, como os mutirões, as ocupações de terras ou de conjuntos habitacionais abandonados. As cooperativas habitacionais ajustam como projetos alternativos de sucesso na construção de casas populares, sem dispôr de verbas públicas, mas vem forçando o poder público a tomar uma posição diante da sociedade em relação a essa questão.

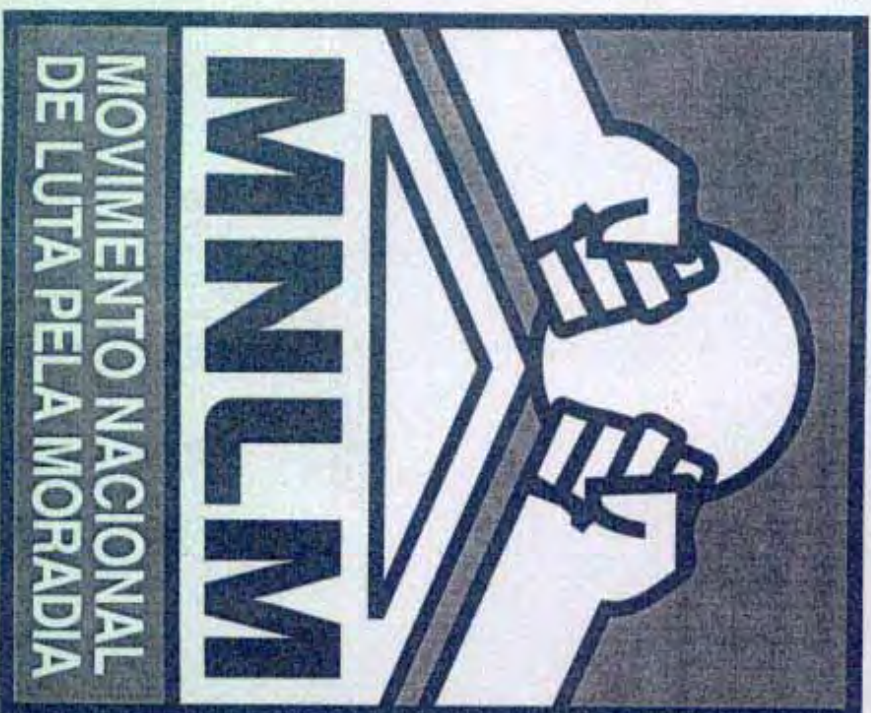
É a luta destes movimentos que está fazendo as mudanças necessárias. Para tanto, o MNLM tem investido na formação de suas filiações, para que desse modo o Movimento obtenha mais êxito em seus enfrentamentos, especifica. Desde modo também, a consciência da luta pela reforma urbana no Brasil.

AGOSTO 2000

MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA

Av. Gal. David Sarnoff - 177 Eldorado CEP - 31.210-110 - Camagim - Minas Gerais - Brasil
Telefones - (31) 3331-1891 - 3361-4790 • E-mail: mnlmcan@zzz.com.br

COOPERATIVISMO CARTILHA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS



Apoio: Coordenação Ecumênica de Serviços - CES

MEMORIAL DESCRITIVO

Sou o terceiro filho de uma família de quatro irmãos, sendo três homens e uma mulher. Meu pai é aposentado como operador de digitação do Serviço de Processamento de Dados (SERPRO) e minha mãe é uma tradicional senhora do lar. Nasci em 1974, em Recife-PE, cidade que desde então despertou em mim um sentimento duplo de amor e ódio. Amor pelas suas belezas físico-naturais e sócio-culturais, bem como por seus contrastes (duelo entre os morros e alagados), os quais foram genialmente galanteados nos contos e versos de escritores como Josué de Castro, João Cabral de Melo Neto, Mário Lacerda de Melo e Gilberto Freire, entre tantos outros. Ódio pelos descasos a que é submetida a maior parte da população, decorrentes das dificuldades de moradia que levam os habitantes a sobreviverem em condições subumanas, refugiadas nos morros, ou “afogadas” nos alagados, situação esta que pude presenciar em boa parte da minha infância e adolescência tanto pelas proximidades geográficas e econômicas, como pela convivência nas escolas e ciclos de amizade.

Durante toda a minha infância e início da adolescência, morei em um bairro da zona sul da periferia de Recife e percorria a pé o caminho até a escola. Isto me possibilitou um contato mais próximo com outras realidades sociais, além de uma observação precoce de alguns elementos que, modestamente, já despertavam a minha atenção, entre os quais a presença de luxuosas moradias existentes nas proximidades da escola e as ocupações subnormais que as cercavam e as observavam no alto dos morros ou as espreitavam sob o lamaçal dos mangues que cobriam as terras mais baixas. É, assim, da experiência prática pelos contrastes, que surgem em mim a Geografia.

Na adolescência, saí da periferia da zona sul da cidade para morar em uma periferia de outro município na zona norte da região metropolitana recifense, em uma área litorânea (a 600 metros da praia). A ida para este local foi consequência de um grande processo de ocupação dos prédios vazios do conjunto residencial Beira Mar que havia sido construído, no começo da década de 1980, pela Caixa Econômica Federal como uma dos últimos investimentos do extinto BNH. Percebi com este evento a capacidade das pessoas em se organizar e lutar pela conquista do seu próprio território: a moradia.

Isto me possibilitou evidenciar ainda uma outra realidade: o contato com o mar onde pude perceber as interferências do homem através das construções que dia-a-dia avançavam em direção ao mar, fato que, 20 anos depois, resultou em uma situação contrária, a retomada pelo mar do espaço ocupado, o que na geografia física conhecemos como erosão marinha.

Em decorrência dos contatos que meu pai tinha no trabalho, consegui vaga no Instituto de Educação de Pernambuco (IEP), localizado no perímetro central da cidade do Recife, o que me possibilitou vivenciar duas realidades distintas: o convívio lento e modesto do local de residência, onde foram consolidadas novas identidades, e a dinamicidade e complexidade que já se faziam presentes no contexto urbano da Recife do final dos anos 1980.

Durante o científico a minha experiência com a Geografia não foi muito boa. Por um lado, isso foi causado pela própria conjuntura político-social do país, entre as décadas de 1970-1990, na qual a transição da ditadura para o regime

democrático ainda despertava incertezas quanto ao futuro econômico de Recife e do país, obrigando aos professores a árdua tarefa de articularem esta transição ao conteúdo transmitido em sala de aula.

Por outro lado, os professores de Geografia ainda faziam uma exposição de uma Geografia Geral que, pautada nos parâmetros quantitativos, obrigava-me a estratégia da memorização, traduzida pela linguagem popular como “decoreba”. Tempos depois, descobri que, ainda inconscientemente, esta negação e crítica ao tipo de Geografia transmitida já estava diretamente relacionada ao tipo de aporte teórico que passaria a fazer parte da minha visão de mundo: a leitura do espaço a partir da perspectiva materialista e histórico-dialética.

Desta forma, a minha curiosidade, associada aos desafios cotidianos, despertou em mim alguns interesses por fenômenos socioespaciais, os quais passavam “despercebidos” aos olhares de outros colegas de escola e de alguns professores. Nesse contexto, antes mesmo de perceber, a Geografia já fazia parte do meu cotidiano, traduzida nos questionamentos relacionados aos processos de ocupações irregulares e ao contraditório interesse em contribuir com a melhoria da condição de vida das pessoas que sobreviviam nessas ocupações, além do fascínio com os mangues e os rios, elementos fundadores da identidade recifense: a Recife Veneza e o Recife mucambópoles.

Em meio a esse contexto passei a ter curiosidade em visualizar os movimentos que a sociedade criava no sentido de modificar a situação em que se encontravam. Assim, embora ainda não percebesse, expressava, em meus próprios discursos, o interesse em estudar as relações desenvolvidas entre os atores sociais e como estas influenciavam na produção do espaço. Foi igualmente nesse momento que tive pela primeira vez o contato com o termo território: relações de poder materializadas no espaço, modificando seu valor de uso

Terminado o científico (1992) e após a realização de alguns cursos profissionalizantes, consegui ingressar, através de vestibular, no curso de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A escolha pelo curso foi decorrente de alguns contatos estabelecidos com professores de cursinhos pré-vestibulares, os quais me transmitiram um tipo de conhecimento geográfico que valorizava o estímulo ao estudo das contradições sociais produzidas por diferentes e complexas relações socioespaciais. Fui, assim, apresentado a uma nova forma de olhar o espaço: apreendê-lo na superposição das estratégias e táticas desenvolvidas pelos diversos personagens que compõem o palco no qual realizamos o nosso teatro da vida.

O grande diferencial na minha formação acadêmica foi a oportunidade de ter ingressado, em meados do segundo semestre letivo, no Programa Especial de Treinamento (PET/GEO) do curso de Geografia, o qual tinha, e ainda tem, a CAPES como agência de fomento. No PET tive contato com trabalhos desenvolvidos por Organizações Não Governamentais, o que me levou a descobrir a existência do sujeito coletivo como sendo aquele que pode expressar as intencionalidades que identificam o grupo do qual fazemos parte.

Este contato resultou no desenvolvimento de um trabalho monográfico no qual associava a minha paixão de infância (observação do relicário urbano-ambiental que compunha a identidade da capital pernambucana) com minha paixão

de adolescência (analisar a criatividade da população excluída em reescrever sua história e a história do espaço no qual exerce suas territorialidades).

Terminada a graduação, obtive ingresso imediato junto ao mestrado em Geografia da UFPE. Neste momento, a preocupação em analisar a participação dos atores sociais no processo de estruturação urbana, influenciou na escolha por investigar as convergências e dissidências entre os mesmos no que concerne ao interesse pela apropriação de uma área de cobertura vegetal encravada entre o centro administrativo da cidade de Recife e o centro comercial, no caso representado pelo bairro do Pina. Os resultados da pesquisa mostraram que, em espaços com territorialidades já evidenciadas, a atuação dos atores sociais que representam a sociedade organizada é pouco eficiente, fato este que me despertou para um novo questionamento: a real influência dos diversos segmentos da sociedade civil organizada no processo de produção do espaço em ambientes urbanos no qual esses atores ainda estivessem em formação.

A experiência adquirida na graduação foi, assim, fundamental na minha formação pessoal e profissional na pós-graduação, especialmente no que diz respeito à participação e desenvolvimento de atividades intra e extracurriculares. Da mesma forma, o apoio fornecido pelo CNPq foi de fundamental importância para o desenvolvimento da pesquisa, possibilitando o desenvolvimento da mesma em tempo hábil.

Terminado o mestrado (2001), tive a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho dando aula de Geomorfologia e Climatologia em uma faculdade particular do interior do Estado da Paraíba, na qual estive vinculado até o final de 2004. Embora os compromissos assumidos nesse período (2001-2004) tenham influenciado no adiamento da tentativa de ingressar no doutorado, a experiência obtida foi fundamental para a minha qualificação profissional, especialmente no que diz respeito à experiência na docência assim como para a necessidade de observar o método adotado na análise dos atores sociais e da importância do trabalho de campo enquanto referência ao desenvolvimento da pesquisa. O trabalho na Paraíba me levou também a conhecer e me apaixonar pela cidade de João Pessoa, aonde residi por quase quatro anos.

Assim como ocorrido na infância, porém agora com um olhar mais acurado de profissional da geografia engajado no estudo da dinâmica urbana e regional, percebi uma João Pessoa produto de contrastes socioespaciais. Por um lado, uma cidade cuja imagem foi criada para ser vendida como sendo o local no qual a qualidade de vida se expressa nas permanências paisagísticas ("segunda cidade mais verde do mundo"). Por outro, descobri uma cidade que exclui os pobres do direito ao uso do seu espaço ao não propiciar o direito mínimo a dignidade humana: a conquista da moradia expressa nas condições de habitabilidade.

Foi o contato com essa realidade que me aproximou dos movimentos sociais urbanos e decidi realizar o doutoramento na Universidade Estadual Paulista, em Presidente Prudente-SP.

Assim como ocorrido no mestrado, procurei analisar, na UNESP, a relação dos atores sociais no processo de produção do espaço urbano. Desta feita, foi feita a opção por analisar esse processo justamente em João Pessoa uma vez que as práticas

sócioterritoriais encontradas não se encontravam tão amadurecidas quanto as evidenciadas em outros espaços metropolitanos. O estudo dessas práticas pelos movimentos sociais urbanos se configurou, então, como a motivação para a elaboração do projeto de doutorado.

Finalizo esse breve resgate dos elementos norteadores da formação do meu perfil profissional deixando para o leitor as descobertas que obtive na investigação das práticas sócioterritoriais dos movimentos sociais urbanos de João Pessoa (MNLM, MLB, CMP e NDV) e sua influência no ordenamento urbano. As práticas desses atores sociais são expressas de duas formas: pela ocupação, produzindo territórios a partir da conquista da moradia, e pela promoção ao direito a acessibilidade urbana. O texto, mais do que um trabalho acadêmico, é produto do histórico de nossa formação profissional.

Att.,

Xisto Louza Júnior